

PATRICIA MUNIZ MENDES

**O PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
UNIVERSITÁRIO:
A formação das coleções da Universidade Federal de
Lavras (UFLA)**

Orientador: Professor Doutor Marcio Ferreira Rangel

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

Lisboa

2020

PATRICIA MUNIZ MENDES

**O PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
UNIVERSITÁRIO: A formação das coleções da
Universidade Federal de Lavras (UFLA)**

Tese defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Doutora em Museologia no curso de Doutorado em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 15 de Dezembro de 2020, com o Despacho Reitoral no 262/2020 de 09 de Novembro de 2020, com a seguinte composição de júri:

Presidente – Professor Doutor Mário Caneva Moutinho (ULHT)

Arguentes: Professora Doutora Maria Lúcia Loureiro (MAST);

Professor Doutor Adel Romanov Pausini (ULHT)

Vogais: Professora Doutora Cláudia Penha dos Santos (MAST);

Professora Doutora Gabriela Perdigão Cavaco (ULHT); Professor Doutor Manuel de Azevedo Antunes (ULHT);

Orientador: Professor Doutor Marcio Ferreira Rangel (Unirio/ MAST).

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

Lisboa

2020

EPIGRAFE

Os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder, de combate, de conflito, de litígio, de silêncio e de resistência; em certos casos, podem até mesmo ser não-lugares.

Mário Chagas

Dedico essa tese ao Fernando Elias de Oliveira pelo companheirismo e amizade. Por estar sempre me apoiando, acreditando no meu potencial, me proporcionando alegrias e amor todos os dias de nossa convivência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos de cada dia, sem as quais tudo teria sido em vão. Ao final da tese, muitas foram as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão desta etapa, Torna-se, portanto, gratificante, neste momento, estender os agradecimentos necessários a todos aqueles que me acompanharam ao longo desse caminho.

Agradeço ao meu orientador, Marcio Rangel pela confiança em mim depositada, inspiração e por acreditar no trabalho.

Aos Museus da UFLA pela oportunidade de trabalho, de crescimento profissional, acadêmico e pessoal. A toda equipe de colegas da PROEC, aos que por lá já passaram, aos que estão e aos que virão, pela confiança e parceria de trabalho.

Agradeço ao Ricardo e a professora Léa, por compartilharem suas experiências museológicas e memórias tão inspiradoras.

Agradeço aos amigos Kleber Cordeiro, Bruno Rodrigues e Ângelo Rodrigues pelas conversas, colaborações e acolhimento.

As amigas Renata e Gi, agradeço pelo convívio, pela generosidade e pelos muitos cafés recheados de conversas e carinho.

A amiga Maira Toma, pelas conversas sobre museologia e apoio nessa jornada que compartilhamos ao lançarmos outros olhares ao patrimônio museológico da UFLA.

A amiga Flávia Alessandra, pelos ensinamentos museológicos, incentivo e empatia.

Agradeço a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, aos professores e colegas de turma, pelos ensinamentos, inspiração e oportunidade de realizar esta pesquisa. Em especial a professora Maristela Simão e a Sthéfane Moreira por toda a paciência, apoio e colaboração.

Agradeço imensamente ao Paulo Noronha, grande incentivador, pela amizade e pelos direcionamentos nos caminhos dos museus e da museologia.

Agradeço em especial ao meu querido amigo Leandro Mageste, pelas conversas sinceras e muitas risadas. Por estar comigo, me apoiando e acreditando nas minhas escolhas desde uma longa data.

Por fim, não tenho nem palavras suficientes para agradecer a toda minha família, em especial aos meus pais, Edimar e Maria Aparecida.

A todos, meus agradecimentos sinceros!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar um estudo sobre a formação de coleções no âmbito universitário e o modo como foram disponibilizadas ao público bem como discutir sobre ele. Assim, a escolha do tema partiu do anseio de compreender a estrutura dessas coleções universitárias, abrangendo suas características, os colecionadores, as motivações e condições de sua seleção e coleta, ou seja, sua trajetória até o museu universitário. Inserido na ambiência universitária, daquela tipologia e no recorte temporal, optamos por investigar o patrimônio museológico da Universidade Federal de Lavras (UFLA), por meio dos estudos de caso: Museu Bi Moreira (MBM-UFLA) e do Museu de História Natural (MHN-UFLA). Vale ressaltar que a escolha desses estudos buscou potencializar as pesquisas das distintas naturezas de coleções universitárias e os modos como são disponibilizadas para a sociedade. Já no que concerne à delimitação do tema, a preferência pelo patrimônio museológico universitário foi ainda motivada pelas seguintes razões: primeiramente por sua natureza - são coleções universitárias, de âmbito local e regional; e, em segundo, pela sua disponibilização em espaços museais da esfera pública e universitária. Este último fator, no MBM-UFLA determinou uma transferência de usufruto da coleção, do particular para o público, e a implantação de um novo modelo de gestão de tutela universitária. Desse modo, o estudo dos casos elegidos permite constatar que estamos perante um cenário panorâmico, no qual se distinguem duas variáveis de formação de coleções e musealização nesta Universidade. Enquanto no MHN-UFLA a coleção foi construída com o tempo e as atividades da própria Universidade, as coleções do MBM-UFLA formaram-se em uma dimensão privada, mas assumiram no decorrer de sua trajetória uma dimensão pública por meio da musealização.

Palavras-chave: Coleções. Museus Universitários. Patrimônio Museológico. Musealização.

ABSTRACT

This research aims to present a study about collections formation, arrangement, and exhibition to the public in universities spaces. The chosen theme came from the desire to understand university collections structure, encompassing both collection and the collector, such as their motivations and their conditions on selecting and receiving, as well vicissitudes that it went through until being placed in the university museum. Inserted in the university space, of the aforementioned typology and in this time frame, as an option was decided to investigate the museological heritage of the Federal University of Lavras (UFLA), through the case studies: Museu Bi Moreira (MBM-UFLA) and the Museu de História Natural (MHN -UFLA). These case studies selection sought to enhance the research of different typology collections on university and how have been displayed to society. Regarding the theme delimitation, the preference for university museum heritage was also motivated by the following reasons: first by their nature - they are university collections, of local and regional scope; and, second, its exhibition in the public sphere and university museum space. This last factor, at MBM-UFLA, determined a transference of collection usufruct of the private to the public, and implementation of a new management model for university tutelage. The Case study elected allows realizing that stands a panoramic scenario, in which two variables distinguished in the collections formation and musealization in this University. While at the MHN-UFLA the collection was built over time and the vicissitudes of the University itself, on the other hand, the MBM-UFLA collections were formed from a particular disposition but have taken on a public dimension through musealization.

Keywords: Collections. University Museums. Museological Heritage. Musealization.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAA - Centro Acadêmico de Agronomia
CEAM - Curso de Estudos Avançados em Museologia
CDMPC - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras
CMPH - Coordenadoria de Museus e Patrimônio Histórico
CNM - Cadastro Nacional de Museus
DIRED - Diretoria de Educação a Distância
EAL - Escola Agrícola de Lavras
ESAL - Escola Superior de Agricultura de Lavras
ESAV - Escola Superior de Agricultura de Viçosa
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
na criação do - Fórum Permanente de Museus Universitários
FUNDECC - Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IEPHA- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins
MBM - Museu Bi Moreira
MDCT– Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia
MEC - Ministério da Educação
MHN- Museu de História Natural
PCI – Programa de Capacitação Institucional
PNM - Política Nacional de Museus
PROEC -Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFMG -Universidade Federal de Minas Gerais
ULHT– Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
UMAC - University Museums and Collections
UNIRIO– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

Objeto de estudo	1
Suposições e Problemática.....	6
Objetivos	6
Referenciais teóricos.....	7
Métodos e fontes de investigação	17
Organização do trabalho	22
CAPÍTULO 1. PANORAMA SOBRE OS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL.....	25
1.1. Coleções, Museus e Patrimônio Universitário: caracterizações, definições e funções	26
1.2. Situação atual dos museus universitários no Brasil	36
1.3. Museu universitário e extensão universitária: diálogos possíveis?.....	50
1.4. Políticas públicas e os reflexos nos Museus Universitários	60
CAPÍTULO 2. BREVE HISTÓRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	65
2.1. Origem da UFLA	66
2.2. Federalização da ESAL	88
2.3. Criação da UFLA.....	93
CAPÍTULO 3. OS (DES) CAMINHOS DO MUSEU BI MOREIRA NA ESAL/ UFLA.....	97
3.1. Antecedentes: por que museu ‘Bi Moreira’?	98
3.2. Transição: o Museu ‘de Lavras’ na ESAL.....	115
3.3. Consolidação em processo: o Museu Bi Moreira na ESAL	130
CAPÍTULO 4. AS EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS E PATRIMONIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA): PERMANÊNCIAS E AUSÊNCIAS.....	147
4.1. Museu Bi Moreira (MBM-UFLA).....	150
4.2. Museu de História Natural (MHN-UFLA)	168
4.3. Considerações sobre o patrimônio museológico da UFLA	185
CAPÍTULO 5. A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA E OS MUSEUS DA UFLA.....	201
5.1. Caracterização.....	203
5.2. Resultados	209
5.3. Discussões.....	229

5.4. Limitações do estudo e trabalhos futuros	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
BIBLIOGRAFIA	245
APÊNDICE I.....	I
APÊNDICE II.....	V
APÊNDICE III.....	X
ANEXO I.....	XIV
ANEXO II.....	XV
ANEXO III.....	XVI

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1. Distribuição das IFES por região geográfica. Dados: coletados no INEPData, referentes ao Censo da Educação Superior de 2017. Fonte: elaborada pela autora em 2020.	43
Gráfico 2. Distribuição dos museus universitários por região. Fonte: Elaborado pela autora por meio dos dados disponibilizados no V Fórum Permanente de Museus Universitários (2018).....	44
Gráfico 3. Distribuição de museus universitários por tipo de esfera. Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa simples a plataforma <i>Museusbr</i> , 2019.	46
Gráfico 4- Distribuição dos museus universitários de acordo com status. Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa na plataforma <i>Museusbr</i> , 2019.	47
Gráfico 5 – Distribuição dos museus universitários por “tipos” de acordo com o CNM. Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa na plataforma <i>Museusbr</i> , 2019.	48
Gráfico 6. Disposição da informação por tipos de acervos nos museus universitários. Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa na plataforma <i>Museusbr</i> , 2019.	49
Gráfico 7. Distribuição do quadro de pessoal no MBM-UFLA entre 1996 e 2011. Fonte: Elaborada pela autora (2019).....	138
Gráfico 8. Distribuição dos itens adquiridos para o acervo do MBM-UFLA, entre 1980 e 1991. Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos Relatórios Anuais de Atividades do Museu.	140
Gráfico 9. Distribuição de itens adquiridos pelo MBM-UFLA entre 2001 e 2011. Fonte: Relatórios anuais de atividades entre 2001 e 2011. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	140
Gráfico 10. Distribuição anual dos visitantes do Museu Bi Moreira de 1980 a 2011. Fonte: Elaborada pela autora, 2019.	144
Gráfico 11. Distribuição de ‘Instituições Visitantes’ no MBM de 2000 a 2011. Fonte: Elaborada pela autora, 2019.	145
Gráfico 12. Distribuição anual de visitação do MBM-UFLA, 2012 a 2018. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	167
Gráfico 13. Faixa etária dos respondentes. Fonte: Elaborada pela autora, 2020.....	210
Gráfico 14. Tipo de vínculo dos respondentes com a UFLA. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	211
Gráfico 15. Distribuições das respostas da questão Q1 – O que é um museu para você?	213
Gráfico 16. Distribuições das respostas da questão Q2 – Você já visitou algum museu fora de Lavras (MG)? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.....	214
Gráfico 17. Distribuições das respostas da questão Q3 – Você já visitou os Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.....	215
Gráfico 18. Distribuição das respostas da questão Q4 – Como soube da existência dos Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	217
Gráfico 19. Distribuição das respostas da questão Q5 – Quantas vezes visitou os Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	218
Gráfico 20. Distribuição das respostas da questão Q6- O que te levou a visitar os Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	219
Gráfico 21. Distribuição das respostas da questão Q7- “Qual o motivo de não ter visitado os museus da UFLA?”. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.....	221
Gráfico 22. Distribuição das respostas da questão Q8 – Em sua opinião, quais são as funções dos museus da UFLA? Fonte: Elaborada pela autora, 2020.	223

Gráfico 23. Distribuição das respostas da ‘Q9 Você acredita que os museus da UFLA exercem as seguintes funções’. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	224
Gráfico 24. Disposição das respostas da questão Q10 – Você considera que esses museus universitários podem fomentar atividades de pesquisa, ensino e extensão? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	226
Gráfico 25. Disposição das respostas da questão Q11 – Existe o reconhecimento e valorização dos museus da UFLA como locais importantes para o ensino, pesquisa e extensão? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	227
Gráfico 26. Disposição das informações da questão Q12 – O que falta e/ ou poderia mudar nos museus da UFLA? Fonte: Elabora pela autora, 2020.	228
Gráfico 27. Disposições das informações da questão Q13 – Você recomendaria os museus da UFLA para outras pessoas? Motivo? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.	229
Gráfico 28. Distribuição das informações da proporção do público e não público por tipo de vínculo. Fonte: Elaborada pela autora, 2020.	230

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. Primeira sede da Escola Agrícola de Lavras (EAL) na década de 1910. Arquivo Museu Bi Moreira.....	71
Figura 2. Exposição. Torre de milho da Escola Agrícola de Lavras, sem data. Arquivo Público Mineiro.	73
Figura 3. Solenidade de lançamento da pedra fundamental do prédio Álvaro Botelho, década de 1920. Arquivo Museu Bi Moreira	75
Figura 4. Uma classe de Agronomia no laboratório do prédio Álvaro Botelho, década de 1920. Fonte: Periódico “O Agricultor”, outubro de 1925.	76
Figura 5. Inauguração do prédio “Álvaro Botelho”, 1922. Arquivo do Museu Bi Moreira... ..	76
Figura 6. Brasões da Instituição respectivamente: EAL(1923 a 1938); ESAL(1938 a 1994); UFLA (1994 a 1995); ‘Marca’ da UFLA de 1995 até o presente. Fonte: Manual de identidade visual da UFLA, 2019.....	78
Figura 7. Fazenda Modelo Ceres, década de 1930. Acervo Museu Bi Moreira.....	80
Figura 8. Trator Fordson em demonstração de preparo de milho para silo na Exposição Agrícola de 1923, da EAL. Acervo Museu Bi Moreira.....	81
Figura 9. Trator Fordson em exposição no CH-UFLA, década de 1980. Acervo Museu Bi Moreira.	81
Figura 11. Atual prédio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). Acervo do Museu Bi Moreira, 2016.	81
Figura 10. Prédio do laticínio, ano de 1929. Fonte: O Agricultor, agosto de 1929.....	81
Figura 12. Edifício “Odilon Braga” em construção, 20 de dezembro de 1936 (Instituto Evangélico de Lavras, 1937a).	82
Figura 13. Edifício Odilon Braga, 1937. Acervo do Museu Bi Moreira.	82
Figura 15. Prédio Apolônio Sales atual DIREDD, 2016. Acervo Museu Bi Moreira.	84
Figura 14. Prédio Apolônio Sales. O Agricultor, dezembro de 1943. Acervo Museu Bi Moreira.	84
Figura 16. Sede do Centro Acadêmico de Agronomia, década de 1950. Acervo Museu Bi Moreira.	85
Figura 17. Planta Baixa da ESAL (1958). Acervo Museu Bi Moreira.....	86
Figura 18. Campanha de Federalização, década de 1960. Acervo Museu Bi Moreira	91
Figura 19. Vista aérea do Campus da ESAL, década de 1970. Destaca-se em vermelho o Campus Histórico e em azul o “Campus Novo”. Acervo Museu Bi Moreira.	92
Figura 20. Campus Histórico da UFLA (CH-UFLA), 2015. Acervo Museu Bi Moreira.	96
Figura 21. Sílvio do Amaral Moreira, o Bi Moreira, Janeiro de 1936. Acervo Museu Bi Moreira.	103
Figura 23. Interior do prédio histórico do Instituto Gammon, que servia de sede do Museu Bi Moreira. Déc. 1970. Acervo DICOM/ UFLA	105
Figura 22. Parte do acervo do Museu Bi Moreira. Ao fundo, o Bi Moreira. Déc. 1970. Acervo DICOM/ UFLA	105
Figura 24. Vitrine de utensílios de cozinha, Museu no prédio Álvaro Botelho. Déc. 1980. Acervo DICOM/ UFLA.	121
Figura 25. Sala da Independência, Museu no prédio Álvaro Botelho. Déc. 1980. Acervo DICOM/ UFLA	121
Figura 26. Foto da vitrine das armas. Exposição sobre os combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira), Déc. 1980. Acervo DICOM/ UFLA.	122
Figura 27. Foto da sala relacionada com a saúde, Museu no prédio Álvaro Botelho. Déc. 1980. Acervo Dicom/ UFLA.	123

Figura 28. João Márcio de Carvalho Rios (diretor da ESAL), representante da Ministra da Educação, Silvio do Amaral Moreira, não identificado e Célio de Oliveira (prefeito de Lavras) da esquerda para a direita. Acervo DICOM/ UFLA.	128
Figura 29. Notícia da inauguração do MBM-UFLA, Tribuna de Lavras, 10/09/1983. Acervo Museu Bi Moreira.....	129
Figura 30. Fachada do prédio ‘Álvaro Botelho’, que abriga o Museu Bi Moreira da UFLA. Projeto Arquitetônico 31-Museu Bi Moreira, 2015.....	132
Figura 31. Sala do Lar, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.	142
Figura 32. Sala das Armas, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.....	142
Figura 33. Sala de Ciências Biomédicas, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.....	142
Figura 34. Sala de Antropologia, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.	142
Figura 36. Sala UFLA, 2009. Acervo Museu Bi Moreira.	143
Figura 35. Sala Imagem e Som, 2009. Acervo Museu Bi Moreira.	143
Figura 37. Município de Lavras no mapa de Minas Gerais. Fonte: https://pt.Ficheiro:MinasGerais_Micro_Lavras.svg	149
Figura 38. Exposição Temporária, Prédio Álvaro Botelho: histórias e memórias, 2014. Acervo Museu Bi Moreira.....	159
Figura 39. Exposição Itinerante, Leonardo da Vinci: Maravilhas Mecânicas, 2015.....	160
Figura 40. Exposição Itinerante, Solos de Minas: a Riqueza da Terra Mineira, 2016.....	161
Figura 41. Exposição temporária, O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da UFLA: histórias e memórias, 2017. Acervo Museu Bi Moreira.	162
Figura 42. Exposição temporária, A arte de ser mulher: o que te movimenta? 2017.....	164
Figura 43. Exposição temporária, Brincando com Frida Kahlo, 2018. Fonte: http://www.ufla.br/dcom/tag/pibid/	165
Figura 44. Imagem da fachada do prédio Odilon Braga, atual MHN-UFLA. Arquivo do MHN-UFLA.	169
Figura 45. Montagem do MHN- UFLA, 01/05/2001. Acervo pessoal de Léa Rosa Mourgués Schurter cedido para essa pesquisa.....	170
Figura 46. Inauguração do MHN- UFLA, 8 de maio de 2001. Acervo pessoal de Léa Rosa Mourgués Schurter cedido para essa pesquisa.	170
Figura 47. Inauguração do MHN-UFLA, 8 de maio de 2001. Acervo pessoal de Léa Rosa Mourgués Schurter cedido para essa pesquisa.	170
Figura 48. Exposição permanente do MHN-UFLA, 2008. Arquivo do MHN-UFLA.....	173
Figura 49. Diorama, MHN-UFLA, 2008. Arquivo do MHN-UFLA.	174
Figura 50. Manutenção do MHN-UFLA, 2007. Arquivo do MHN-UFLA.	176
Figura 51. Planta baixa do CH-UFLA, 2014. Arquivo da Prefeitura do Campus, 2016.....	191
Figura 52. Alojamento Estudantil II ao fundo do MBM, 2018. Acervo Museu Bi Moreira.	192
Figura 53. Centro de Cultura, 2018. Acervo do Museu Bi Moreira.....	192

INDICE DE ORGANOGRAMA

Organograma 1. Modelo para a estrutura organizacional do MBM. Elaborado pela autora, 2020.	157
Organograma 2. Modelo para a estrutura organizacional do MHN-UFLA. Elaborado pela autora, 2020.	182
Organograma 3. Quadro de pessoal da Coordenadoria de Museus e Patrimônio Histórico responsável pelos dois museus da UFLA. Fonte: Elaborado pela autora (Janeiro, 2019).	199

Os museus são instituições altamente complexas que, para serem compreendidas em todas as suas nuances, demandam uma pesquisa profunda e demorada. (Rangel, 2015, p.415)

Objeto de estudo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a formação e comunicação de coleções museológicas no âmbito universitário bem como discutir sobre elas, considerando especificamente as práticas construídas na Universidade Federal de Lavras (UFLA), por meio dos seus museus: Museu Bi Moreira (MBM-UFLA) e do Museu de História Natural (MHN-UFLA). Nesse viés, a escolha do tema partiu do anseio de compreender a estruturação dessas coleções universitárias, em uma perspectiva diacrônica e sincrônica, abarcando as características da coleção e do colecionador; as motivações e as condições da sua seleção e coleta; e as vicissitudes por que passaram até serem institucionalizadas como museus universitários e finalmente, disponibilizadas ao público.

Dessa maneira, a origem do MBM-UFLA remonta ao colecionador e morador de Lavras (MG), Sílvio do Amaral Moreira (1912-1994), conhecido como Bi Moreira. Durante mais de 40 anos, Bi Moreira, colecionou por iniciativa pessoal, objetos variados, construindo uma coleção numerosa e heterogênea, e assim, observamos que esse colecionador particular reuniu objetos, com uma intencionalidade de compartilhá-los com o público. Vale ressaltar aqui, que a coleção de Bi Moreira foi encampada na década de 1980 pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), atual UFLA, bem como destacar que o Museu Bi Moreira foi inaugurado em 1983 e salvaguarda um acervo composto por cerca de 5.000 itens, remetendo, assim, à história do município de Lavras (MG) e da Universidade. Também destaca-se que, entre 2010 e final de 2013, o MBM- UFLA foi fechado para o público, sendo que as suas atividades foram retomadas paulatinamente a partir de 2014, por meio da abertura parcial do Museu com exposições temporárias, as quais acontecem frequentemente desde então.

Por sua vez, 18 anos depois, foi inaugurado na Universidade o Museu de História Natural (MHN-UFLA), em maio de 2001. Este espaço foi idealizado, no âmbito da própria Universidade, pela prof^a. Léa Rosa Mourgués Schurter, do Departamento de Biologia (DBI-UFLA). Nesse sentido, é válido mencionar que esse

museu é responsável pelas coleções de ensino (Lourenço, 2005) que foram formadas no cotidiano das atividades acadêmicas do DBI-UFLA, além de ressaltar que o MHN-UFLA assume a função de promover a investigação e difusão científica na Universidade e, por meio dela, realizar a mediação das informações para a comunidade em geral, mas, principalmente, para os estudantes de ensino fundamental e médio.

Assim, os museus foram idealizados e constituídos por uma equipe que não contava com museólogos em sua estrutura, gerando uma série de distorções que serão analisadas no decorrer da tese. Atualmente, os Museus estão vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC-UFLA), “órgão colegiado responsável pela coordenação, promoção e desenvolvimento das atividades relacionadas às ações de extensão e cultura, quando promovidas pela UFLA” (UFLA, 2016b). Essa vinculação institucional também impacta na operacionalização desses Museus, e, além disso, as edificações que abrigam esses museus integram o denominado Campus Histórico da UFLA (CH-UFLA).

Dessa forma, esse conjunto arquitetônico guarda vestígios da história das relações entre essa Universidade, o espaço rural e a comunidade em geral. Nesse espaço coexistem gerações históricas e estilísticas de edificações dos séculos XX e XXI, que promulgam a origem e as transformações da Universidade, sendo o *locus* de seu primeiro curso o de Agronomia. Ademais, ressaltamos que a edificação que abriga o MBM-UFLA é tombada pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras (CDMPCL), integrando o conjunto de bens imóveis relevantes para a preservação da memória e da história do município de Lavras (MG).

Nesse ínterim, compreender o papel histórico e a situação atual dos museus e coleções da Universidade é um pré-requisito para qualquer previsão futura para o setor que envolve o patrimônio museológico universitário. Frente este cenário, os espaços museais da UFLA emergem como propícios para reflexões sobre os processos de musealização e patrimonialização, uma vez que, até o momento, nenhum estudo foi realizado para perceber as nuances e complexidades que envolvem a formação de coleções e a criação de museus na Universidade destacando, aqui, que os Museus da UFLA são os únicos espaços culturais dessa tipologia presentes na cidade de Lavras (MG) e adjacências. Vale lembrar, neste momento, que observações *in locus* permitem constatar que tanto o MBM-UFLA quanto o MHN-UFLA apresentam dificuldades para o desenvolvimento das funções museais cabíveis aos museus universitários, como a educativa, científica e social (Bruno, 1984). Isso se deve a uma série de fatores que

traremos à tona no decorrer dessa investigação. Portanto, é necessário analisar dialogicamente dois pontos: 1- de que maneira ocorreu o processo de musealização e patrimonialização na Universidade que culminou na criação de dois espaços museais e na preservação do conjunto arquitetônico denominado Campus Histórico da UFLA (CH-UFLA); 2- como esse patrimônio museológico, é compreendido na própria Universidade, pela comunidade universitária. Acreditamos que essa análise é fundamental para a compreensão da realidade desses Museus na Universidade, pois além de mapear a trajetória do patrimônio museológico da UFLA, delineará os problemas e desafios institucionais que acometem esses espaços, contribuindo para a construção de um arcabouço descritivo/analítico/ reflexivo que pode auxiliar na elaboração de políticas institucionais e ações museológicas consistentes, ou seja, que colaborem para o desenvolvimento das funções museais e sociais desses espaços, e para a efetiva inserção destes no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade (PDI-UFLA) como órgãos que articulam pesquisa, ensino e extensão.

Neste sentido, consideramos relevante apresentar alguns questionamentos: 1- De que maneira ocorre a formação de coleções no âmbito universitário? Estudos demonstram uma diversidade de museus e coleções universitárias, que acompanham a própria diversidade das configurações das universidades (Lourenço, 2005; Mendonça, 2017). Desse modo, pesquisas que se debruçam sobre a caracterização de museus e coleções, nas realidades universitárias, se apresentam como um esforço necessário para se desvelar essa realidade ampla e complexa que envolve a temática. Logo, os estudos de caso propostos permitem analisar os diferentes aspectos que envolvem a formação de coleções na Universidade e as características que estas assumem, podendo ou não ser musealizadas; 2- Quais motivações contribuíram para a criação de museus na Universidade? Cada objeto de estudo apresenta vocações, especificidades e potencialidades, embora tenham em comum a tutela da UFLA. Desse modo, devemos perceber os sujeitos sociais que estiveram envolvidos no processo de criação desses espaços, as suas motivações, assim como as estratégias, as condições de seleção de itens e as vicissitudes pelas quais passaram quem se dedicou a idealizar esses espaços museais na Universidade. Considerando a situação atual do MBM-UFLA – parcialmente aberto à comunidade – e a sua configuração no limiar da cidade e da Universidade, optamos por aprofundar as investigações sobre a sua trajetória, para compreendermos as nuances e complexidade desse processo que envolveu a transição de uma coleção do privado para o público, tendo o Museu como cenário; 3- Como os

museus vêm desenvolvendo suas funções ao longo do tempo? Uma vez institucionalizadas em museus, as coleções assumem outras funções, para além do deleite e satisfação pessoal - coleção privada - e do caráter didático - coleção científica. Nos museus, essas coleções devem estar a serviço da comunidade, promovendo apropriações e provocações, também devem contribuir para que o espaço museológico universitário desempenhe suas funções científicas, sociais e de ensino. Cabe aqui ressaltar que, para Almeida (2002), no caso de museus universitários com vocação para diversos públicos, “o maior problema parece ser conciliar programas para os públicos diversos e manter uma integração com a universidade” (p.210), incorrendo no “perigo do museu servir cada vez mais à comunidade não universitária e perder seus vínculos com a universidade, fazendo com que pareça não ter sentido pertencer à universidade”. (p. 210). Assim, é necessário analisar, tanto no MBM-UFLA, quanto no MHN-UFLA, os papéis que suas coleções vêm desempenhando ao longo do tempo; o que tangencia o próprio estudo das funções que os Museus assumem frente ao público e as implicações da tutela universitária nessa conjuntura.

Na oportunidade, cabe destacar que o foco nesse objeto de estudo, a formação do patrimônio museológico da UFLA pautou-se, substancialmente, no interesse em aprofundar as reflexões fomentadas pelos desafios e possibilidades das práticas museais e museológicas no âmbito universitário, uma vez que, desde 2013, a autora atua profissionalmente nos Museus da UFLA como museóloga¹. Nesse viés, nas experiências e desafios que confrontam a gestão desses espaços, surgiu a necessidade de aprofundar os estudos museológicos sobre suas trajetórias, incluindo uma abordagem de público. Então, para os propósitos desse trabalho, o esforço constitui uma primeira tentativa de análise mais sistemática sobre esses Museus² e a possibilidade de inseri-los, pelo viés da Museologia, em uma conjuntura analítica mais ampla. Porém, ressaltamos que o interesse pelo tema, museus universitários, advém da trajetória acadêmica da autora anterior ao doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULTH).

Essa caminhada inicia-se na graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), quando a autora teve a oportunidade de atuar academicamente no Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) e no Museu Usina de

¹ Cargo: Técnico administrativo em Educação, Nível E, Museóloga.

² Identificamos por meio de um mapeamento sistemático realizado em janeiro de 2020, alguns estudos tendo os Museus da UFLA como foco, principalmente o Museu de História Natural, tais como: Toma, 2019; Oliveira, 2007; Melo *et al.*, 2012.

Marmelos Zero/ Centro de Ciências ambos aos cuidados da UFJF. A atuação em museu universitário se estendeu profissionalmente, por meio das atividades realizadas no Museu Dinâmico de Ciências e Tecnologia (MDCT-UFJF), como bolsista do Programa de Capacitação Institucional (PCI) no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), entre 2010 e 2011. Nesta ocasião, a autora ingressou na equipe do projeto Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa³, desenvolvendo pesquisas no acervo do MDCT-UFJF.

Dessa maneira, essa oportunidade de atuação acadêmica/ profissional foi crucial para o ingresso em dois cursos de especialização, entre 2010 e 2011, a saber: Gestão do Patrimônio Cultural (2010) e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (2011). No primeiro, como requisito de conclusão, foi desenvolvida a pesquisa de monografia intitulada ‘A importância da conservação preventiva em museus de C&T: o caso do Museu Usina de Marmelos Zero’. Já no segundo, foi realizado o trabalho monográfico denominado ‘Documentação Museológica e Preservação: o caso do Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia-UFJF’. Em 2012, a autora ingressou no programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (Unirio/ MAST), com a pesquisa de mestrado intitulada ‘O Patrimônio de Ciência & Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: concepção museológica das coleções’.

Diante disso, verifica-se que, nas especializações e no mestrado, as pesquisas consistiram em analisar, pelo viés da Museologia e áreas afins, aspectos relacionados à gestão e concepções museológicas, conservação de acervo, formação de coleções, tendo como *locis* diferentes museus universitários. Essas pesquisas acadêmicas, então, encaminharam a autora para os estudos que se debruçam sobre o tema patrimônio museológico universitário. Por conseguinte, ao verificarmos os diferentes aspectos que permeiam a formação de coleções no âmbito universitário e a diversidade de espaços museais que esse tipo de instituição pode tutelar, é que consideramos estratégico o estudo sobre o patrimônio museológico da UFLA aqui proposto.

Almejamos assim, que as reflexões dessa pesquisa colaborem para a articulação e valorização do patrimônio museológico na Universidade, contribuindo para a constituição de formatos de organização comprometidos com as funções sociais pretendidas para os museus universitários na contemporaneidade. Esse caminho perpassa pela construção solidária de ações museológicas, qualificando os diálogos

³ Acesso em 25 de agosto de 2020, em <http://thesaurusonline.museus.ul.pt/>.

entre comunidades, Universidade e poder público, permitindo a elaboração e implantação de políticas institucionais comprometidas com a preservação dos bens culturais universitários.

Suposições e Problemática

Utilizamos o termo ‘suposições’ em lugar de hipóteses nos amparando em Kemp (1976), uma vez que “hipótese é uma ilação baseada em dados disponíveis, mas insuficientes para admitir que a inferência seja confirmada” (Kemp, 1976, p.56). Por conseguinte, na primeira etapa do trabalho de pesquisa, não havia dados suficientes disponíveis para construção de hipóteses propriamente ditas, considerando a incipiência de literatura que abordasse os objetos de pesquisa selecionados. Dessa forma, elencamos suposições que se basearam na literatura afim à questão em estudo, bem como em observações *in loco* a partir dos objetos de estudo apresentado. Vale destacar, aqui, o fato de que existe uma falta de clareza no propósito e finalidade das coleções e museus em relação aos seus papéis na própria universidade e essa incompreensão impacta no desenvolvimento das funções museais pretendidas para esses espaços, quais sejam educativas, científicas e sociais. Também ressalta-se, neste momento, que o distanciamento entre Universidade e os museus sob sua responsabilidade tem explicações no processo de formação de coleções e institucionalização desses espaços, que podem ser desveladas por meio da análise histórico-museológica atrelada à compreensão que a própria comunidade universitária faz do patrimônio museológico da Universidade.

Sendo assim, a problemática da pesquisa, de ordem prática, é pautada na seguinte indagação: De que maneira ocorre a formação de coleções e a musealização delas na Universidade? A partir dos estudos de caso propostos, elencamos um conjunto de questões associadas ao tema e ao problema: De que maneira ocorre a formação de coleções no âmbito universitário? Quais motivações envolveram a criação de museus na Universidade? Como os museus desenvolvem suas funções na Universidade?

Diante do exposto, portanto, o intuito dessa tese é apresentar alguns caminhos que reverberam tendências de práticas que evidenciam os museus universitários no caso brasileiro, na compreensão dos traspassamentos museológicos e institucionais.

Objetivos

Geral: Analisar e discutir um estudo sobre a formação de coleções no âmbito universitário e o modo como foram disponibilizadas ao público, tendo como estudo de caso o patrimônio museológico da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Específicos:

1. Compreender as práticas de formação do patrimônio museológico da UFLA;
2. Analisar as perspectivas museais presentes na formação e institucionalização dos Museus na Universidade, assim como os sujeitos sociais envolvidos nesses processos;
3. Averiguar como a comunidade universitária percebe as funções desses Museus;
4. Fortalecer as discussões sobre museus universitários nos quadros da Museologia, com a possibilidade de novos cenários empíricos.

Referenciais teóricos

O enquadramento teórico do presente trabalho é pautado na Museologia, no intuito de compreendermos a formação de coleções e criação de museus no âmbito da universidade. Direccionamos nossa reflexão para os conceitos coleção, musealização e patrimonialização, pois nos permitem identificar os processos de atribuições de valores e significados aos objetos e, por conseguinte, sua preservação física e simbólica na Universidade.

Nesse sentido, reconhecendo as diferentes correntes de pensamento da Museologia, buscamos aqui pontos de contato que acolhessem o nosso objeto de estudo e que amparassem as discussões referentes à materialidade, museus e processo de musealização e patrimonialização. Bruno (2006) situa a Museologia como uma disciplina aplicada, que pode colaborar com a identificação de referenciais culturais, elaboração de ações preservacionistas que transformam os bens em heranças culturais e na implantação de processos comunicacionais que colaboram com a educação. Nessa perspectiva, a autora afirma que “Museologia e Museus têm caminhos entrelaçados, responsabilidades recíprocas e cumplicidade no que tange à função social” (Bruno, 2006, p.7). Assim, o museu é compreendido como um:

(...) modelo institucional vocacionado à construção e à administração da memória, a partir de estudo, tratamento, guarda e extroversão dos

indicadores culturais, materiais e imateriais (referências, fragmentos, expressões, vestígios, objetos, coleções, acervos), mediante o cumprimento de três funções básicas: científica, educativa e social. (Bruno, 2006, p. 8).

É nessa Museologia engajada com as reflexões sobre os papéis dos museus na sociedade – considerando suas diferentes tipologias e configurações- que inserimos nossas reflexões sobre o patrimônio museológico da UFLA. Desse modo, poderíamos aqui principiar com a história do museu na Grécia antiga, situando as discussões sobre sua gênese atrelada às musas e ao seu templo, mas muitos trabalhos já o fizeram bem. (Scheiner, 1999; Soares, 2008; Soto, 2010; Suano, 1986). Assim, optamos em apresentar as múltiplas concepções de museus, com foco nos museus universitários, em diálogo com as reflexões fomentadas pela Museologia. Isso se deve, em parte, por percebermos a transitoriedade das definições, considerando, por exemplo, as discussões atuais para a elaboração de uma nova aceção de ‘Museu’ fomentadas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Nesse ínterim, mencionamos que, atualmente o museu é definido como uma “instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”. (ICOM, 2007). Essa é a noção que está em vigor e engloba os espaços museológicos em sua diversidade, embora não seja suficiente para abarcar a variedade do patrimônio museológico universitário. No contexto brasileiro, os parâmetros internacionais da museologia⁴, refletem na própria definição de museu apresentada no Estatuto de Museus (2009).

1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Brasil, 2009).

Considerando essa transitoriedade da noção de Museu, ressaltamos que desde 2016 o ICOM realiza reuniões e discussões para a elaboração de uma nova definição para o termo museu. Em setembro de 2019, na 25ª Conferência Geral do ICOM, realizada em Quioto (Japão), o comitê sobre a Definição de Museu, Perspectivas e Possibilidades (MDPP, 2017-2019) teve como objetivo discutir criticamente a atual

⁴ Já em 1948, foi fundado o Comitê Brasileiro do ICOM.

definição e oferecer alternativa que considere a abrangência internacional. Esse comitê acordou um amplo diálogo e contribuições de membros do ICOM e, em Julho de 2019, foi apresentada a seguinte sugestão de definição:

Os Museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefactos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para as gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria activa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objectivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a igualdade global e o bem-estar planetário. (ICOM Portugal, 2019).

Assim, as afirmativas dessa definição estão sendo revistas, por meio de uma ampla discussão, para que se possa chegar a um consenso sobre o termo museu, que atenda às demandas contemporâneas e internacionais. Apesar de se encontrar em construção, observamos que essa definição busca o diálogo com os desafios apresentados aos museus na contemporaneidade, procurando atender às novas demandas sociais e aprofundar suas relações com o contexto social em que se inserem.

Ademais, além do termo Museu, o campo da Museologia envolve estudos sobre os processos de formação de coleções, uma vez que ao longo do tempo surgiram ‘lugares’ que coletaram e reuniram objetos para estudá-los e comunicá-los, (Nora, 1993; Pearce, 2005). Os objetos elucubram aspectos da sociedade na qual foram criados e apresentam significados, os mais diversos, podendo ser encarados como fetiche, sinal *status*, item de utilidade ou de estimação (Baudrillard, 2009; Blom, 2003; Gonçalves, 1996, 2007; Pomian, 1984; Suano, 1986). É importante destacar que há situações em que um objeto só faz sentido quando está acompanhado por outros, sejam eles semelhantes ou completamente diferentes, constituindo coleções que podem estabelecer ligações entre diferentes temporalidades. Dessa forma, “coletar e colecionar objetos caracteriza um hábito humano imbuído por imputações de valores e seleções, assim como incursões em fragmentos do mundo que se deseja compreender, fazer parte ou mesmo dominar” (Suano, 1986, p.46). Logo, ao se conferir aos objetos valores, evidenciamos a possibilidade de preservação deles.

Nesse momento, é imprescindível abordar que as coleções nesse caso constituem em esforços que são empreendidos para dar sentido a esse mundo material, estabelecer esse recorte onde se pode dominar a materialidade; e colocar ordem no caos

transformando-o em narrativa. (Gonçalves, 1996; Suano, 1986). Sendo assim, identificar as motivações envolvidas nas ações “coleccionistas é uma tarefa árdua, suscetível a acaloradas discussões, pois estas podem ser apreendidas como produto das relações entre os seres humanos e os objetos testemunhos, em um determinado tempo e espaço, envolvendo atribuições de valores” (Mendes, 2013, p.21). Na esteira desse processo, abarcam também o aspecto individual e coletivo, a memória e o esquecimento, assim como da necessidade em se garantir a longevidade desses artefatos. Constatamos, assim que as práticas coleccionistas são entendidas enquanto formas de produção de sentidos e de representação, por meio da aglomeração de objetos e busca de controle de seus significados (Pearce, 1993; Pomian, 1984).

Pomian (1984) afirma que se “se tentasse fazer o inventário do conteúdo de todos os museus e de todas as coleções particulares, mencionando apenas uma vez cada categoria de objectos que aí se encontram um livro grosso não seria suficiente”. (Pomian, 1984, 51). Essa afirmação apresenta-nos um panorama sobre as coleções ao longo do tempo, abordando também a mudança de *status* dos objetos de coleção para objetos de museu. Nessa ótica, o objeto pode ser dividido em útil (coisa) ou semióforos. O primeiro auxilia a transformação da natureza a serviço do ser humano e o segundo representa o invisível, ou seja, o objeto dotado de significado simbólico (Pomian, 1994). Assim, quanto mais utilidade um objeto possui, menos significado ele tem e vice-versa (Pomian, 1984). Há também uma categoria que incorpora os “objectos que não reúnem nem a primeira nem a segunda destas condições são privados de valor; de facto, já não são objectos, são desperdícios”. (Pomian, 1984, p.72).

Seguindo essa perspectiva, para que o objeto seja enquadrado na categoria de coleção deve estar: fora do circuito das atividades econômicas; protegido em um lugar específico para esse fim; e exposto ao olhar do público. (Pomian, 1984). Destarte, coleção é concomitantemente elo entre um observador que a aprecia e uma gama de possibilidades e de estratigrafias temporais da história do objeto. Assume a função de possibilitar que os objetos que a compõe sejam mediadores entre o observador no mundo visível e o mundo invisível (Pomian, 1984). No museu, os objetos semióforos são colocados ao olhar do público, assumindo finalidades educativas, culturais e outras. Portanto, existem ali para ter essencialmente um significado e não uma utilidade. Estão fora do circuito das atividades econômicas e são protegidos de forma especial em locais fechados para este fim, estando expostos aos olhares do público (Pomian, 1984). Nessa discussão envolvendo o museu em suas complexidades, vale apontarmos Ramos (2001):

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. No espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve para sentar assim como a arma não é usada para disparar. Se abdicam suas funções originais, tais objetos passam a ter outros valores. Na perspectiva tradicional, o que merecia ficar no museu era, em geral, a memória da elite: a farda do general, o retrato do governante, a cadeira do político, a caneta do escritor, o anel do bispo. Tudo isso compunha o discurso figurativo de glorificação da história de heróis e indivíduos de destaque. Atualmente, os debates sobre o papel educativo do museu afirmam que o objeto não é mais a celebração e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos são contemplados, agora devem ser analisados. O museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um discurso crítico. (Ramos, 2004, p. 110, grifo nosso).

Assim, esses espaços criam narrativas, discursos, que instigam representações e apropriações, propiciando ao observador sua própria interpretação dos objetos musealizados. Ainda nessa discussão, Pomian (1984) utiliza a distinção entre coisa e semióforos para compreender também as atividades humanas, definindo os ‘homens-semióforos’ e os ‘homens-coisa’. Os primeiros são representantes “dos deuses ou de um deus, dos antepassados, da sociedade vista como um todo, etc.” (Pomian, 1984, p.73) e os segundos possuem uma afinidade indireta ou nenhuma relação com o invisível.

Imagine-se um homem cujo papel é representar o invisível. Desempenha-lo-á abstendo-se de qualquer actividade utilitária, e estabelecendo assim uma distância entre si e aqueles que são obrigados a praticá-las, rodeando-se de objectos que não são coisas, mas semióforos, e fazendo alarde destes. Em geral, quanto mais alto se está situado na hierarquia dos representantes do invisível, maior é o número de semióforos de que se está rodeado e maior também o seu valor. Por outras palavras, é a hierarquia social que conduz necessariamente ao aparecimento das colecções [...]. Porque, de facto, estes conjuntos de objecto não são mais do que manifestações dos locais sociais em que se opera, em graus variáveis e hierarquizados, a transformação do invisível no visível. [...] Quanto às sociedades fortemente hierarquizadas, viu-se que nessas colecções se acumulam nos túmulos daqueles que em vida ocupavam as posições mais elevadas, nos templos, nos palácios. Pode-se dizer agora que isso acontecia, não porque os que habitassem nos palácios ou nos templos tivessem um “gosto” de que o resto da população estaria privado, mas porque eram a isso obrigados pelo facto de se encontrarem num determinado lugar da hierarquia. Nas sociedades tradicionais, não são os indivíduos que acumulam objectos que lhes agradam; são os lugares sociais que determinam as colecções. (Pomian, 1984, p. 74).

Para o autor, o estudo das coleções e dos colecionadores deve ultrapassar o quadro conceitual de uma psicologia individual, buscando explicar as motivações tácitas que envolvem as escolhas de certos objetos e não de outros, o fato de determinados obras serem fontes de contemplação e outras não (Pomian, 1984).

Seguindo nessa discussão, para Baudrillard (2009), todo objeto ao ser possuído torna-se independente dos outros, mas entra em uma relação abstrata com o sujeito que o possui. Esse objeto ‘puro’, desprovido de sua função e retirado de seu uso, passa a ser imbuído de um *status* estritamente subjetivo, assim é quando se converte em objeto de coleção.

Só uma organização mais ou menos complexa de objetos que se relacionem uns com os outros constitui cada objeto em uma abstração suficiente para que possa ele ser recuperado pelo indivíduo na abstração vivida que é o sentimento de posse. Esta organização é a coleção. (Baudrillard, 2009, p. 95)

Nessa perspectiva, a coleção é então formada por objetos diferenciados, que apresentam valor de troca, mas também são conservados e remetem uns aos outros, permeados pela exterioridade social das relações humanas. O colecionador, para Baudrillard (2009), independente da ‘idade, profissão, meio social’ não é admirável pela natureza dos objetos que coleciona, mas pelo seu fanatismo. Esse fanatismo é igual:

(...) tanto no rico amador de miniaturas persas como no colecionador de caixas de fósforo. Nesta qualidade, a distinção que se faz entre o amador e o colecionador, o último amando os objetos em função de sua ordem em uma série, e o outro por seu encanto diverso e singular, não é decisiva. O prazer, tanto em um como no outro, vem do fato de a posse jogar, de um lado com a singularidade absoluta de cada elemento que nela representa o equivalente de ser e no fundo do próprio indivíduo – de outro como a possibilidade da série, e, portanto, da substituição indefinida e do jogo. (Baudrillard, 2009, p. 96)

Desse modo, a coleção é a “projeção narcisista do colecionador em um número indefinido de objetos, gerando uma totalização de imagens de si” (Lopes, 2017, p.34). A pessoa do colecionador é constituída ao ser sucessivamente substituída por cada item da coleção, que é parte da detenção do objeto, decorrência da conexão recíproca do objeto e do ser. Desse modo, essa prática difere totalmente da *acumulação*, entendida como a aquisição excessiva e a incapacidade de descartar objetos. Para o autor, o “homem que coleciona está morto, mas sobrevive literalmente em uma coleção que, a partir desta vida, repete-o indefinidamente para além da morte, ao integrar a própria morte na série e no ciclo”. (Baudrillard, 2009, p. 105).

Já Blom (2003) evidencia as raízes do colecionismo mapeando de onde vem esse hábito ao longo do tempo. Dessa maneira, é possível constatar que o ato de colecionar vem sendo mantido nas sociedades desde o século XVI e, com o passar do tempo, foi

evoluindo e modificando, embora seja possível verificar que o fascínio pelos objetos, sejam eles quais forem, mantem-se.

Cada coleção é um teatro da memória, uma dramatização e uma *mise-en-scène* de passados pessoais e coletivos, de uma infância lembrada e da lembrança após a morte. Ela garante a presença dessas lembranças por meio dos objetos que as evocam. É mais do que uma presença simbólica: é uma transubstanciação. O mundo além do que podemos focar está dentro de nós e através delas, e por intermédio da comunhão com a coleção é possível comungar com ele e se tornar parte dele. (Blom, 2003, p. 219)

Nesse sentido, as coleções se transformam e vão se disseminando para os mais variados segmentos da sociedade, construindo fortalezas da lembrança e permanência. Inclusive, contemporaneamente, a produção em massa influencia no colecionismo, haja vista que embora se tenha uma abundância de objetos, sabemos que esse número é finito. Assim, a coleção continua se apresentando como uma atividade humana em aberto, pois sempre haverá outras peças, outros exemplares.

O ato de colecionar como projeto filosófico, como tentativa de dar sentido à multiplicidade e ao caos do mundo, e talvez até descobrir seu significado oculto, também sobreviveu até nossa época. (...) Um colecionador de discos buscando a essência do gênio em centenas de gravações do mesmo concerto, ou do mesmo artista, dá continuidade a essa tradição, da mesma forma que alguém que tente captar própria beleza em tudo que é “rico e estranho”. (Blom, 2003, p. 61)

Nesse viés, o colecionador pode então imbuir valores e significados aos objetos, reordenando assim o seu próprio mundo. Não obstante, uma coleção pode ultrapassar o individual e ser comunicada a outros.

(...) as práticas individuais de colecionar, que exercitam a discriminação dos objetos dispostos no mundo para o desenvolvimento da inteligência, transmudam-se pela comunicação entre os indivíduos – como exercício de ordenação comum dos objetos dispostos no mundo – para o desenvolvimento da razão e do discurso, como práticas sociais civilizatórias. Os limites e a diversificação dos objetos dispostos no mundo, assim como a menor e maior complexidade de seus arranjos ambientais ordenados coletivamente, seriam fatores explicativos das coleções historicamente colecionadas pelas práticas sociais. (Lopes, 2017, p. 24)

Nessa perspectiva, as coleções possuem potencial para se transformarem em patrimônios culturais, como suportes para memórias ou como referências coletivas. Podem incidir no campo das memórias patrimoniais, permitindo reflexões sobre agenciamentos coletivos dos colecionadores nos processos contemporâneos de patrimonialização cultural. (Lopes, 2017). Em outras palavras, as coleções, ao se instituírem como bens sociais, exteriorizam possibilidades de “pensar os objetos

colecionáveis, ou colecionados, em correspondência com a memória individual e coletiva que os mesmos ativam nas redes de interação formadas pelos colecionadores, conformando processos de patrimonização cultural”. (Lopes, 2017, p. 90).

Essa conjuntura analítica é fundamental para compreendermos o colecionador Silvio do Amaral Moreira e a formação da coleção que originou o Museu Bi Moreira, tutelado por uma instituição de ensino superior (IFES), desde o início da década de 1980. Ainda nesse sentido, chamamos a atenção para os apontamentos de Pearce (1993), ao sinalizar, que devido à complexidade das práticas de colecionar e à amplitude de seus conteúdos e múltiplos significados, existe uma dificuldade para se conceituar ‘coleção’. A coleção existe a partir da percepção do colecionador, ou seja, quando ele acredita que tem uma coleção, possibilitando que cada indivíduo seja um colecionador a partir de suas próprias leituras, experiências e conhecimentos (Pearce, 1993, p. 50).

No âmbito dos museus, a ideia de coleção possibilita compreender as relações entre *o eu e o meu*, assim como entre *o nós e o nosso* (Pearce, 2005a). Essas relações contribuem para se construir identidades individuais e estabelecem elos entre o eu e os outros, entre eu e o mundo finito, no tempo e espaço. O ato de colecionar envolve um contexto, redes de relações entre pessoas, assim como princípios ideológicos e o mundo material.

An attempt to understand the nature of these collections is one way of exploring our human relationship with the external physical world of which they are a part. The material comes as part of a context, part of the web of relationships, for which ‘ideological’ is a useful word, which involve persons and the material world. The forming of the collection is part of the relation between the subject, conceived as each individual human being, and the object, conceived as the whole world, material and otherwise, which lies outside him or her. The collections, in their acquisition, valuation and organization, are an important part of our effort to construct the world, and so it is with this large and fascinating area that this paper will be concerned (Pearce, 2005a, p. 194)⁵.

Nesse contexto, explorar as ações de colecionar permitem se aprimorar as análises das relações entre o indivíduo consigo mesmo na sociedade, assim como o

⁵ Uma tentativa de entender a natureza dessas coleções é uma maneira de explorar nosso relacionamento humano com o mundo físico externo do qual elas fazem parte. O material vem como parte de um contexto, parte da rede de relacionamentos, para o qual "ideológico" é uma palavra útil, que envolve pessoas e o mundo material. A formação da coleção faz parte da relação entre o sujeito, concebida como cada ser humano individual, e o objeto, concebido como o mundo inteiro, material e de outro tipo, que se encontra fora dele. As coleções, em sua aquisição, avaliação e organização, são uma parte importante de nosso esforço para construir o mundo e, portanto, é com essa grande e fascinante área que este artigo se preocupará (Tradução nossa).

conhecimento sobre as identidades culturais vivenciadas em territórios museológicos (Meneses, 1993), necessárias para compreendermos a formação das coleções dos Museus da UFLA. Essa discussão sobre coleção é crucial para aprofundarmos a análise histórico-museológica na UFLA, uma vez que o MBM-UFLA se originou de uma coleção privada e o MHN-UFLA foi organizado a partir de uma coleção didática do Departamento de Biologia (DBI-UFLA).

Dessa forma, ao tratarmos da formação de coleções que *a posteriori* foram integradas a espaços museológicos universitários, devemos inserir, nessa conjuntura teórico-reflexiva, o conceito **Musealização** e o seu uso no bojo dessa pesquisa. Assim, Musealização é compreendida como o processo em que os objetos ou as coisas “são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam”. (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 57).

Um objeto de museu assume, dessa forma, o papel de evidência material ou imaterial do ser humano e deixando de ser um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, isto é, passa a imprimir um testemunho fidedigno sobre a realidade.

A musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa. (Loureiro, 2012, p.156)

É válido comentar aqui que os objetos criados nas sociedades são registros das ações humanas ao longo do tempo e podem ser compreendidos como fontes para o conhecimento de modos de vida e das dinâmicas culturais, isto é, são veículos de informações. Ainda nessa perspectiva, Russio (1984) discorre que o ato de coletar objetos como testemunhos se caracteriza como um ato de musealização, uma vez que esses objetos passam a ser compreendidos como documentos e imbuídos de finalidades específicas. Os elementos da cultura material⁶ são percebidos como ‘fatos sociais totais’⁷, os quais impetram de estudos que problematizem as categorias classificatórias

⁶ Cultura material é compreendida como “a totalidade do mundo físico apropriado pelas sociedades humanas. Estão incluídos não apenas o que o ser humano produz, na forma de artefatos, como tudo o que ele transforma no decorrer do tempo”. (Pelegriani & Funari, 2008, p. 26).

⁷ Entendido como o estudo da realidade social, isto é, “um conjunto de fenômenos que se produzem e reproduzem no interior de uma sociedade, designados como fenômenos sociais” (Mauss, 2003, p.34).

utilizadas na sociedade do observante. Desse modo, o processo de musealização não se restringe em colocar um objeto em exposição no museu, mas sim, envolve todo um conjunto de procedimentos técnicos e simbólicos, que possibilita ao objeto se transformar em testemunho de uma cultura ou sociedade, ou seja, em um documento. Aqui situamos as concepções museais ocorridas na UFLA e as funções museológicas que são desenvolvidas nos Museus dessa Universidade.

Ampliando a discussão para o campo do patrimônio cultural, observamos que este é permeado por uma complexidade de práticas, significados, sentidos e pode apresentar diferentes tipologias as quais incluem o patrimônio cultural, artístico, arqueológico, científico e tecnológico, etnográfico, integral, museológico entre outros. O patrimônio cultural conjuga representações da memória social, e diz respeito a três tipos, a saber: os naturais, os culturais e os mistos conforme Peregrini (2009): o primeiro tipo diz respeito ao meio ambiente; o segundo se refere à produção intelectual humana ao longo do tempo; o último envolve tanto elementos naturais como elementos culturais. Já os bens culturais, por sua vez, podem ainda serem divididos em materiais - tangíveis - e imateriais - intangíveis. (Pelegrini, 2009, p.25). **Patrimonialização** se refere, portanto, a uma seleção valorizada que envolve um “processo de ativação do valor simbólico patrimonial de uma determinada manifestação cultural, em função do seu caráter representativo em relação à identidade cultural, à memória coletiva e aos valores sociais e culturais da humanidade”. (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 68). Assim, o termo designa o processo de reconhecimento do valor/ valores que justifica a conservação e transmissão do bem - material ou imaterial - de uma comunidade para as gerações futuras. Constitui-se como um ato de reconhecimento e valorização, de preservação e difusão, do bem simbólico, que pode ser ou não institucionalizado pelo Estado.

Vale salientar que a expressão ‘patrimonialização’ designa de forma mais apropriada o princípio repousado “essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico”. (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 57). Ou seja, “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas tudo que é patrimonializado não é musealizado”. (Lima, 2013, p.9). Ainda nessas intercepções entre musealização e patrimonialização, chamamos a atenção para o termo **patrimônio museológico**, que é entendido como:

(...) todos os bens culturais que ao serem retirados dos seus contextos de origem e levados para o interior dos museus, se transformam em

testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território, tendo neste novo arranjo adquirido uma realidade cultural específica, ou seja, bens culturais que passaram pelo processo de musealização. (Rangel & Nascimento Jr., 2010).

Essa definição situa o que se entende por patrimônio museológico da UFLA, sendo fundamental para o estudo sobre a formação de coleções e dos museus na Universidade. Mais especificamente, o patrimônio museológico universitário se posiciona ‘transversalmente’ as tipologias museológicas (Bragança Gil, 2005) e, ao ser analisado, deve considerar as motivações que levaram à formação e à musealização das coleções, assim como o contexto no qual estão inseridas. Segundo a União Europeia (2005) **patrimônio universitário**⁸:

(...) shall be understood to encompass all tangible and intangible heritage related to higher education institutions, bodies and systems as well as to the academic community of scholars and students, and the social and cultural environment of which this heritage is a part. The “heritage of universities” is understood as being all tangible and intangible traces of human activity relating to higher education. It is an accumulated source of wealth with direct reference to the academic community of scholars and students, their beliefs, values, achievements and their social and cultural function as well as modes of transmission of knowledge and capacity for innovation.(União Europeia, 2005)

Essa noção de patrimônio universitário abrange, além das coleções e museus, a comunidade universitária, com seus modos de vida, valores e função social, demonstrando a complexidade de patrimônio material e imaterial das Universidades e contribuindo para a presente investigação que coloca a UFLA em destaque.

Métodos e fontes de investigação

Para os propósitos da pesquisa, aplicamos abordagens qualitativas e quantitativas, verificando que essas metodologias são complementares para a análise aqui suscitada. (Victora et al 2000, p. 40). Os pressupostos **qualitativos** possibilitam análises sobre as trajetórias dos Museus da UFLA por uma perspectiva histórico-

⁸ (...) engloba todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade universitária composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio. O ‘patrimônio universitário’ é composto por todos os traços, tangíveis e intangíveis, da atividade humana relacionada ao ensino superior. É uma grande fonte de riqueza acumulada, que nos remete diretamente à comunidade universitária de professores/pesquisadores e estudantes, seus modos de vida, valores, conquistas e sua função social, assim como os modos de transmissão do conhecimento e capacidade para a inovação (tradução nossa).

museológica, assim como a compressão das especificidades desses espaços e sua inserção na Universidade e na municipalidade. Igualmente permite que a pesquisadora integre o fenômeno estudado e desenvolva questionamentos e hipóteses em diferentes momentos desse percurso analítico, isto é, antes, durante e depois da coleta e análise dos dados. Desse modo, é fundamental para a construção de um conhecimento aprofundado sobre o objeto de estudo elencado, qual seja o patrimônio museológico da UFLA.

Já a abordagem **quantitativa** permite medir e padronizar os dados, facilitando a avaliação das opiniões extraídas de questionários por meio da pesquisa de público (Gil, 2008). Essa metodologia possibilita o desenvolvimento da pesquisa de público proposta nesse estudo, que busca gerar informações sobre as percepções que a comunidade universitária tem sobre as funções desenvolvidas pelos Museus da UFLA. Esse tipo de estudo contribui para o aprimoramento constante dos serviços oferecidos pelos Museus à população, possibilitando o conhecimento de interesses e demandas sociais como fonte de informação para o planejamento e atuação desses espaços. Igualmente auxilia no desenvolvimento de políticas institucionais e normativas dirigidas à preservação e à valorização do patrimônio museológico universitário. Nesse viés, entendemos que o estudo de público se refere a uma prática social (Köptcke, 2015) e contribuiu para a inserção do público real e potencial dos museus da UFLA no processo de reflexão sobre a disposição dos serviços e experiências culturais oferecidas por esses espaços.

Segundo Cury (2005), a avaliação museológica, atualmente, é considerada imprescindível para que os museus entendam o seu público, os usos que esse faz das suas atividades, bem como, suas atitudes, percepções, apropriações, comportamentos e interações sociais. Nesse sentido, Köptcke (2012) aponta que os estudos de público podem ser estruturados por meio do público a ser estudado, de seus objetivos, e das perguntas a serem elaboradas. O **público** é apresentado em quatro categorias: **público** - composto por visitantes de museus efetivos; **público potencial** - formado por grupos que possuem características sócios-culturais parecidas com os públicos efetivos de museus e que podem vir a se tornar futuros frequentadores dessas instituições, por frequentarem outros centros culturais; **não público** - composto por grupos de pessoas que não frequentam museus e não demonstram interesse por eles, sendo desfavoráveis à essa prática; e **população**, entendida como universo agrupado de pessoas de certas localidades que servem como base para estudos dos diferentes grupos de frequentadores (Köptcke, 2012, p. 216). Assim, a inserção da opinião da comunidade universitária da UFLA sobre os Museus elencados como estudo de caso, contribui para a compreensão

da complexidade desses espaços na lógica da própria Universidade, servindo de subsídio para ações institucionais que sejam construídas em diálogo com a sociedade.

Considerando que muitas orientações analíticas se inscrevem sob o epíteto qualitativo e quantitativo, para a análise da trajetória e das funções dos Museus da UFLA, optamos pela aproximação entre o método histórico, monográfico - estudo de caso - e pesquisa Survey. O uso do **método histórico** permite um estudo aprofundado sobre o patrimônio museológico da UFLA por um viés diacrônico, considerando a formação de coleções e os processos de disponibilização destas ao público. Utilizamos também o **estudo de caso** (Marconi & Lakatos, 2003), uma vez que elencamos o MBM-UFLA e o MHN-UFLA para tecermos uma análise profunda e exaustiva do objeto de estudo, a formação patrimônio museológico da UFLA.

Este presente estudo se apoia em **fontes documentais** - primárias e secundárias-, extraíndo delas a análise histórico-museológica, organizando-as e interpretando-as segundo os objetivos apontados. Nesse momento, cabe apontar a distinção entre fontes primárias e secundárias: as primeiras correspondem aos documentos oficiais institucionais, correspondências, fotografias, jornais entre outras; e as fontes secundárias constituem estudos analíticos a respeito da problemática estudada. Optamos por essa abordagem, pois se trata da mais adequada para se conhecer em profundidade todas as nuances do fenômeno organizacional estudado. Ademais, permite também o aumento da compreensão e do entendimento sobre os eventos reais contemporâneos, assim com possibilita uma melhor descrição. (Voss, et al., 2002).

Nesse ínterim, a noção de documento foi apreendida de forma alargada, haja vista que o reconhecimento do valor informativo do objeto, ou seja, seu estatuto de documento propiciou um amadurecimento teórico no campo da Museologia. (Loureiro & Loureiro, 2013; Maroevic, 1998; Meneses, 1992a). Tradicionalmente o termo documento foi apresentado como resultante de “uma inscrição em um suporte, com ênfase na inscrição textual em um suporte de papel”. (Smit, 2008, p. 11). Tal afirmativa pode ser verificada na historiografia positivista do final do século XIX e início do século XX, na qual o termo documento firmava-se como testemunho essencialmente escrito, que servia para o embasamento do fato histórico (Le Goff, 1990, p. 462). Então, o uso essencialmente das fontes textuais oficiais começou a ser questionado com mais vigor no campo da História, a partir de 1929, por meio das reflexões fomentadas pelos fundadores da revista ‘Annales d’histoire économique et sociale’, posteriormente conhecida como Escola dos *Annales*. (Le Goff, 1990, p. 466).

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo com palavras. Signos. Paisagens e telhas. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, dependo do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (Le Goff, 1990, p. 466).

De acordo com o autor, a partir da década de 1960 houve uma verdadeira revolução documental, a quantitativa e a qualitativa, por meio da análise de outros atores sociais, que não exclusivamente os ‘grandes homens’. (Le Goff, 1990, p. 467). Nessa conjuntura, o termo documento passa a ser compreendido “no sentido mais amplo, como documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (Le Goff, 1990, p. 468), reverberando também em outros “campos do conhecimento, como a Ciência da Informação e a Museologia”. (Loureiro & Loureiro, 2013, p. 2).

Nesse diapasão, nas Ciências da Informação, destacam-se duas correntes que delinearão o conceito de documento ao longo do século XX: a corrente pragmática, focada no caráter intencional do documento e o limitando aos registros gráficos – sobretudo textuais; e a corrente funcionalista, vinculada à função documental e informativa, tendo como principais autores, Paul Otlet e Suzanne Briet. (Smit, 2008, p. 13). Na perspectiva funcionalista, que amplia a noção de documento, ‘tudo’ pode ser considerado digno de preservação, por representar alguma ação humana ou algum detalhe da natureza. (Smit, 2008, p. 12). Assim, o documento é o meio no qual “a informação, o conteúdo, ganham forma no plano comunicacional e simultaneamente o suporte que possibilita a sua circulação”. (Loureiro & Loureiro, 2013, p. 2).

Como bem coloca Smit (2008), em um breve histórico do estatuto do documento:

(...) inicialmente assimilado ao registro textual ou audiovisual (Shena), em seguida abarcando todos os suportes, códigos e objetos potencialmente úteis para a documentação (Otlet) para, finalmente, ser definido pela evidência de um fato (Briet), ou seja, uma propriedade atribuída aos objetos. A título de exemplo, e para encerrar esta parte, pode-se citar objetos que de acordo com um objetivo, ode ser investidos da propriedade documento: pedra, fotografia, bula de remédio, folheto de fabricante, rascunho de poesia, etc. Se Otlet, em sua ânsia de tudo abarcar, considerou todos os objetos potenciais portadores de informação, Briet sublinhou as condições nas quais o objeto pode ser considerado um documento: quando o mesmo traz uma evidência que faz com que outros o percebam como documento, ressaltando o caráter relativo da caracterização. (Smit, 2008, p. 15)

No campo da Museologia, o objeto musealizado é compreendido como documento. (Loureiro & Loureiro, 2013; Meneses, 1992a; Smit, 2008). De acordo com Meneses (1992a), “o eixo da musealização é o processo de transformação do objeto em documento”. (p. 111). Nesse sentido, os objetos musealizados se transformam em “documentos plenos de signos e de dados que possamos compreender e que têm significado para nós”. (Loureiro & Loureiro, 2013, p. 5)

É justamente nessa conjuntura de ampliação da noção de documento, que se apresentam as fontes utilizadas para sustentar essa pesquisa, que vão dos textos em suporte de papel aos objetos dos Museus, perpassando pelas edificações históricas. Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental (Victora et al., 2000), por meio da coleta de fontes prévias sobre os museus universitários e levantamento da documentação primária e secundária. Utilizamos documentos do domínio público - livros, periódicos, artigos, trabalhos acadêmicos - e fontes primárias, que ainda não haviam sido foco para análise científica, a saber: atas, portarias, contratos, estatutos, regimentos, relatórios, projetos, fotografias, material gráfico, periódicos, correspondências, anotações pessoais entre outras. Essa análise foi acompanhada sistematicamente por atividades de registro de dados: registro cronológico, um fichário com dados básicos de todos os documentos, fichas de leitura, quadros de autores e de termos-chave, digitalização de imagens.

Nessa perspectiva, a pesquisa Survey é “um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro”. (Freitas et al, 2000, p. 107). Para a autora (2000), a categoria Survey tem como finalidade se familiarizar com um algum tópico, ou assunto, e dar ênfase nas definições de “conceitos iniciais e na determinação de quais conceitos devem ser medidos e como devem se buscar novas possibilidade e dimensões da população de interesse”. (p.106). Essas pesquisas se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (Gil, 2008), o que permite verificar como a comunidade universitária da UFLA percebe as funções dos Museus no tempo presente. Esse método de pesquisa Survey⁹ foi adotado para a realização de uma

⁹ A pesquisa de opinião realizada por Pimentel (2016) sobre a relação da comunidade com o Museu de Carangola (MG). Os dados levantados e analisados possibilitaram inferências sobre as relações de pertencimento entre comunidade e museu, assim como, gerou subsídios para se pensar aspectos para a gestão desse Museu. Desse modo, a realização de uma pesquisa de opinião aplicada ao cenário da UFLA, visa gerar subsídios para compreendermos as relações entre a comunidade universitária e os museus da universidade, direcionando inclusive aspectos referentes à gestão dos mesmos. Esta poderá ser ampliada

pesquisa de público com a comunidade universitária¹⁰ a respeito das funções desenvolvidas pelos Museus da UFLA, abordando os seguintes pontos: 1- A concepção de Museu e se esses museus da UFLA são visitados; 2- Quais entendimentos da função dos museus da UFLA; 3- Se os museus da UFLA são percebidos como algo importante no âmbito universitário. A população definida para o estudo foi a comunidade universitária da UFLA com vínculo direto - discentes servidores e funcionários terceirizados.

Em suma, essa investigação exigiu uma etapa exploratória, que foi seguida por outras etapas, que podem ser caracterizadas como ‘descritiva’ e ‘explicativa’, conforme Gil (2008, p. 27–28). Assume a forma de um estudo de caso e se encontra em consonância com outras fontes que embasam o tema museu universitário. Logo, pretendemos produzir um conhecimento original, sobre os museus universitários, para o coletivo, com especial concentração no campo da Museologia.

Organização do trabalho

No **Capítulo 1** apresentamos uma análise sobre os termos e conceitos de coleções e museus universitários. Inserimos um panorama sobre a situação atual dos museus universitários para situarmos os museus da UFLA nessa conjuntura mais ampla. Assim, longe de esgotar o tema, buscamos esboçar alguns pontos sobre os reflexos das políticas públicas para o setor de museus na universidade, para a compreensão do cenário mais específico do nosso objeto de estudo. Então, fechamos o capítulo com uma reflexão sobre as relações entre museus e extensão universitária, uma vez que tal relação é tomada como crucial para a compreensão desses espaços na universidade.

No **Capítulo 2**, apresentamos uma análise histórica sobre a Universidade Federal de Lavras (UFLA), pois esse processo de constituição da Instituição também nos revela aspectos importantes sobre a formação de coleções e museus universitários, uma vez que as trajetórias das coleções, museus e Universidade se misturam e se complementam. Cabe destacar aqui que a trajetória da Universidade foi marcada por muitas transformações e, na ocasião, dividida em três tópicos para facilitar a narrativa analítica. Primeiro esboçamos sua origem, que esteve atrelada à Escola Agrícola de

posteriormente para a comunidade externa, uma vez que esses museus integram as ações de extensão da Universidade.

¹⁰ Para esta pesquisa, direcionaremos a pesquisa de opinião para a comunidade interna da UFLA, que engloba os discentes (graduação e pós-graduação), servidores (técnico-administrativos e docentes) e funcionários.

Lavras (EAL), criada em 1908 e às transformações pela qual passou até a federalização em 1963. Fomos seguindo essa trajetória até a transformação da Escola em Universidade, em 1994, e seus desdobramentos até o tempo presente. Dessa forma, compreendemos esse capítulo enquanto ponte necessária entre a análise da musealização na Universidade no passado e no presente e a proposição de alguns elementos de superação elencados no último capítulo da tese.

No **Capítulo 3** delineamos, de forma mais aprofundada, a trajetória do Museu Bi Moreira na ESAL/ UFLA, haja vista que se trata de uma experiência de musealização singular na Universidade, fruto de uma transferência de usufruto da coleção idealizada e formada por um particular, o colecionador Silvio do Amaral Moreira. Essa coleção pretendeu, por parte do colecionador, abarcar a história do município de Lavras, da região e também da nação brasileira. Mas afinal, quem foi 'Bi Moreira'? Como sua coleção adentrou na ESAL/ UFLA? Quais motivações permearam a transferência dessa coleção para a Instituição e como ocorreu esse processo de musealização? O MBM foi se configurando como o principal espaço cultural dessa natureza no Município de Lavras, constituindo-se como elo entre Universidade e municipalidade. Nesse capítulo pretendemos desvelar, por meio da análise desse processo de musealização, as relações que envolvem museu, universidade, cidade e comunidade.

No **Capítulo 4**, analisamos os desdobramentos da musealização do patrimônio museológico da UFLA que culminaram na institucionalização do MBM-UFLA e do MHN-UFLA. Ambos os espaços museológicos se configuraram em prédios históricos que compõem o denominado Campus Histórico da UFLA (CH-UFLA). Desse modo, incluímos, nessa reflexão, as discussões sobre patrimonialização, uma vez que situamos o CH-UFLA enquanto elemento que compõe o patrimônio museológico dessa Universidade. Por fim, verificamos os reflexos das políticas nacionais para o setor dos museus na conjuntura da UFLA, sinalizando para a possibilidade em se elaborar políticas institucionais voltadas para a preservação e valorização desse patrimônio museológico.

No **Capítulo 5**, inserimos a comunidade universitária no movimento de reflexão sobre os Museus da UFLA. Os resultados levantados e analisados permitiram inferências sobre como os sujeitos sociais com vínculo direto com a UFLA, discentes, servidores e funcionários terceirizados, apropriam-se e representam as suas relações com o MBM-UFLA e o MHN-UFLA. Dessa forma, compreendemos esse capítulo como uma ponte entre a análise do processo histórico-museológico que envolveu o

patrimônio museológico da UFLA e as apropriações que a comunidade universitária faz dos Museus tutelados por essa Universidade, gerando proposições de alguns eixos de superação para o desafio de ressignificar esses espaços dentro da própria instituição.

Concluindo, pretendemos, ao longo da tese, examinar a formação do patrimônio museológico depositado na Universidade, identificando lacunas e propondo elos entre o fazer museológico e o fazer universitário. Com esta análise não temos a pretensão de encerrar o tema, pelo contrário, visamos apenas contribuir para o seu conhecimento. Em termos gerais, pretendemos colaborar com o campo museológico, mais especificamente no que tange à compreensão mais aprofundada acerca dos museus universitários, tendo como cenário a UFLA. No entanto, consideramos que a contribuição mais significativa desta tese consiste em, por meio de uma análise em escala micro, apontar para as potencialidades latentes e pouco aparentes dos museus universitários como instrumentos de extensão universitária, inserindo-os nas discussões fomentadas pela Museologia.

CAPÍTULO 1. PANORAMA SOBRE OS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL

Os museus universitários brasileiros são instituições científicas com responsabilidades culturais e sociais, junto às sociedades que lhes proporcionam apoio financeiro, matéria-prima para o trabalho e, sobretudo, desafios constantes. (Bruno, 1997)

Os museus são meios relevantes de relações e de comunicação cultural e do conhecimento humano, contudo, os museus universitários apresentam singularidades que os diferenciam dos demais e devem ser investigadas. Neste capítulo, delineamos as características e definições dos museus e coleções universitários, identificando que aspectos desse universo particular os diferem dos outros museus, para abordar, ainda, qual a definição de Museu Universitário será adotada nesta tese. Outro ponto relevante que discutimos é o papel desses museus, onde apresentamos um panorama sobre os museus universitários no Brasil, para situar os espaços museais da UFLA nessa conjuntura mais ampla. Ou seja, partimos do presente para melhor compreendermos a trajetória do patrimônio museológico da UFLA no cenário brasileiro. Desse modo, esse levantamento de informações abarca: em quais regiões se encontram; em que esferas estão vinculadas; o status de funcionamento desses espaços para o público; tipologia museal; e tipos de acervo que salvaguardam. Por fim, discutimos os reflexos das políticas públicas para o setor dos museus na universidade, assim como os diálogos possíveis entre museu universitário e extensão universitária como caminho para o desenvolvimento das funções educativas, científicas e sociais (Bruno, 1984) nesses espaços. Desse modo, longe de construir uma história dos museus universitários, buscamos delinear os pontos de contato ou linhas que se cruzam com a questão aqui focalizada nos estudos de caso, a fim de contribuir para a elaboração consistente desta investigação.

1.1. Coleções, Museus e Patrimônio Universitário: caracterizações, definições e funções

As universidades brasileiras, embora consolidadas tardiamente, têm sido desde a sua fundação as beneficiárias e administradoras de diversificadas coleções de

patrimônio natural, cultural, artístico e científico (Meirelles, 2015; Mendonça, 2017; Oliveira, 2015). A diversidade das instituições universitárias no Brasil reflete na diversificação das coleções e museus universitários, indicando a relevância de estudos de caso, ou seja, da investigação da história da universidade atrelada ao modo como constroem os seus bens culturais e espaços museais. Nessa conjuntura, os termos coleção universitária e museu universitário são imbuídos de diferentes definições e, neste trabalho, pretendemos caracterizar e situar o que pode definir um museu universitário, para assim, ampararmos as análises sobre o histórico e a situação atual dos Museus da UFLA.

Para Kozak (2007), a diversidade de coleções e museus universitários pode ser separada nos seguintes níveis que condicionam as suas configurações: 1- universidade; 2- objetos; 3- disciplinas; 4- organização; e 5- outros (p.61):

1. Universidade: toda universidade possui coleções. Essas coleções refletem a formação e as atividades das universidades. Por exemplo, a origem da UFLA está atrelada ao curso de agronomia da Escola Agrícola de Lavras (EAL) e, atualmente, é possível verificarmos que a instituição salvaguarda uma coleção formada pelos bens que remontam às tecnologias agrícolas daquele período e foram utilizados no cotidiano da Escola. Ainda nesse sentido, o fato da organização institucional variar em cada universidade também influencia na formação de coleções e museus.
2. Objetos: coleção e/ ou museu na universidade pode estar relacionado a classificações disciplinares, assim como aos papéis individuais e coletivos que os objetos assumem na instituição. Desse modo, há uma diversidade de tipologias de objetos, tais como, minerais, meteoritos, rochas, perfis sedimentares do solo, espécimes zoológicos secos e úmidos, arquivos de som, máquinas etc.
3. Disciplinas e tipos: Aqui os museus e coleções da universidade se mostram muito divergentes, pois podem abarcar todas as disciplinas oferecidas pela universidade e de todas as combinações possíveis. Eles podem abranger campos tradicionais, como história natural, história e arte, mas também podem tratar de assuntos mais especializados. De todo o modo, integram as evidências tangíveis

referentes ao desenvolvimento do ensino e pesquisa da instituição na qual se vinculam.

4. Inserção no organograma da universidade: As universidades podem manter prédios históricos, centros de ciências, jardins botânico, planetários, museus em prédios próprios, coleções e museus vinculados a departamentos, órgãos, setores etc. Também existem museus nacionais aos cuidados das universidades, como o Museu Nacional da UFRJ. A UFLA, por exemplo, mantém dois museus e um conjunto arquitetônico composto por prédios históricos e vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).
5. Outros: refere-se aos bens ‘sobrepostos’, ou seja, coleções que podem ser encontradas, em bibliotecas, arquivos, salas, corredores das universidades. Outras coleções podem se originar a partir de doações da comunidade externa à universidade. Podem ser formadas por colecionadores e reconhecidas pelos pesquisadores como possuidoras de valor cultural, histórico, artístico ou científico, passando a fazer parte do espólio da instituição - como é o caso do MBM-UFLA, originado a partir de coleção particular que foi encampada por uma instituição de ensino superior.

Essa classificação reforça a percepção de que as coleções universitárias e museus universitários são caracterizados pela heterogeneidade. Dessa maneira, esses níveis apresentados por Kozark (2007), embora tenham sido pensados para o contexto das universidades inglesas, podem servir para auxiliar análises na conjuntura brasileira, com as devidas ressalvas, uma vez que existe de comum o fato das universidades serem caracterizadas pela diversidade em ambos os casos, gerando assim diferenciações (inclusive quantitativas) nas coleções e museus tutelados por estas. Ainda nesse sentido, Granato et al (2013) destaca, que no Brasil, as universidades detêm a maior parte de bens ligados ao Patrimônio de Ciência & Tecnologia, que em sua grande maioria foram produzidos no decorrer do século XX. O patrimônio de C&T é formado por “aqueles bens que participaram do cotidiano dos laboratórios de pesquisa do país e contribuíram para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil”. (Granato et al., 2013, p. 12).

Nesse sentido, é possível, de tal modo, falar em um patrimônio de C&T da UFLA como sendo algo próprio de um tempo e lugar e representado por essa noção,

“haja vista que as coleções do MBM-UFLA e do MHN-UFLA foram formadas principalmente por aparatos científicos e acessórios utilizados no ensino e na pesquisa da Agronomia, desde o início do século XX” (Mendes et al., 2016, p. 67). Assim, a investigação do processo de formação dessas coleções de C&T, compreendida enquanto patrimônio museológico, “oferece informações sobre as práticas científicas e educacionais em instituições de ensino superior, os usos e desusos dos objetos nos laboratórios de ensino, as motivações para o acúmulo de objetos de C&T, e outras” (Mendes et al., 2016, p. 69).

Nesse contexto, na UFLA, entre 2016 e 2020, foi desenvolvido o projeto ‘A importância do Patrimônio de C&T da Universidade Federal de Lavras (UFLA): mapeamento, política de preservação e musealização’ com o financiamento da FAPEMIG. Esse projeto teve como objetivo fomentar os estudos sobre o patrimônio material de C&T no Brasil, por meio do levantamento, pesquisa e preservação dos aparatos de C&T de valor histórico da UFLA. Então, pressionados pela iminência da substituição e desaparecimento, como bem analisa Gonçalves (1996), verificamos que uma parcela desses aparatos foi salvaguardada no MBM-UFLA, transformando-se em uma coleção representativa do sistema de oposições e correlações, onde o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturando as práticas de colecionismo e a musealização.

A tese da Lourenço (2005) contribui também para discussão sobre as terminologias de coleção universitária e museu universitário. Embora tenha analisado o contexto europeu, podemos observar pontos de convergências com a conjuntura brasileira no que tange à formação de coleções nas universidades e suas respectivas classificações. Para a autora, “no caso de museus e coleções de universidades, sua diversidade, seus vínculos tradicionalmente fortes com o objeto das coleções e a divisão entre a academia e o setor de museus em geral resultaram em um complexo corpo terminológico”¹¹. (Lourenço, 2005, p.29, tradução nossa). É possível identificar três principais problemas terminológicos:

¹¹ “In the case of university museums and collections, their diversity, their traditionally strong ties with the subject-matter of the collections, and the divide between academia and the general museum sector have resulted in a complex terminological body”. (Lourenço, 2005, p. 29).

1. Específicos do país: refere à atenção que deve se dar ao significado dos termos em diferentes idiomas e países.
2. Geral e ampla: sinaliza que os museus universitários frequentemente usam os termos 'pesquisa' e 'ensino' com um significado diferente do setor de museus em geral, aprofundando as diferenciações¹².
3. Específicos: resultado da posição pouco clara que os museus universitários mantiveram - não apenas dentro da própria instituição de origem, mas entre o museu e o mundo acadêmico.

Assim, as coleções universitárias podem ser consideradas verdadeiras ‘matérias escuras’¹³, pois “embora se possa saber que estão inseridas nas instituições, não estão totalmente quantificadas e, muitas vezes, não são conhecidas fora das universidades e nem pelos próprios frequentadores, tais como alunos, professores, e outros” (Lourenço, 2005, p. 23–25, tradução nossa). Ainda sim, Lourenço (2005) propõe a seguinte classificação para as **coleções universitárias**: 1- coleções de pesquisa: resultantes de um processo de pesquisa ou organizadas para sustentá-la; 2 - coleções de ensino: são organizadas para dar suporte ao ensino baseado em coleções; 3- coleções históricas: formada por objetos de ensino e pesquisa, instrumentos históricos, de espécimes e instrumentos que se tornaram obsoletos para o ensino e a pesquisa; 4- coleções da história da universidade; 5- memória universitária; 6- coleções sobre a vida dos estudantes; 7- coleções biográficas de pessoas ligadas à universidade, como reitores reformados, ex-alunos e ex-professores.

Transpondo essa classificação para o contexto brasileiro, cabe uma ressalva, pois em museus universitários, como o MBM-UFLA¹⁴, há um segmento de coleção gerado a

¹² Lourenço (2005) aponta que se costuma usar em museus universitários o termo ‘ensino’ ao invés de ‘educação’. Nesse sentido, ensino pode estar centrado na figura do professor – o que ensina -, voltando-se para o ensino formal. Já o termo ‘pesquisa’ é ainda mais complexo e ao ser usado no contexto de um museu, é preciso declarar claramente o que se entende (Lourenço, 2005). No caso dos Museus da UFLA, percebemos o uso do termo ensino, atrelado ao próprio princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

¹³ De acordo com Lourenço, 2005 as coleções são a *matéria escura* das universidades: sabemos que elas estão lá, mas ninguém pode realmente mensurá-las (p.23).

¹⁴ Em 2003 a UFLA recebeu em caráter de guarda definitiva o material arqueológico relativo à escavação nos Sítios de Monte Alegre e Cacho de Ouro no município de Ribeirão Vermelho, MG. Desde então esse material foi incorporado ao acervo do Museu e parte do material integrou a área expositiva do MBM-UFLA.

partir de empreendimentos como as grandes obras públicas. Ou seja, os artefatos arqueológicos frutos de intervenção em campo, tanto no âmbito acadêmico quanto no licenciamento ambiental. Desse modo, a Universidade, por meio do museu, pode fornecer apoio institucional como Instituição de Endosso, isto é, ser habilitada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁵ “para manter e receber acervos arqueológicos, cujas condições estruturais devem atender ao mínimo exigido pela Portaria IPHAN no 196/2016”¹⁶.

De forma mais abrangente, Almeida (2001) define **coleção universitária/ ensino** como “unidade da universidade que adquire, conserva e pesquisa, para fins de estudo, educação, apreciação, evidências materiais das pessoas e de seu ambiente, as quais estão exibidas de forma limitada ou não expostas”. (Almeida, 2001, p. 31). Aqui percebemos que a autora não esmiúça as diferentes variações das coleções atreladas aos objetos como faz Lourenço (2005). Então, nessa linha de raciocínio, a definição apontada por Almeida para coleção universitária se aproxima do que, no Estatuto de Museus¹⁷ (Brasil, 2009), foi denominado de **coleções visitáveis**, que são entendidas como “conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente”. (Brasil, 2009, Art. 6º). Essa definição também se apresenta como uma alternativa de classificação para dar conta da diversidade de coleções no âmbito universitário de forma mais abrangente e de acordo com a legislação vigente.

Devemos esclarecer também a diferença entre Museus Universitários e Coleções Universitárias. O primeiro se refere àquela unidade vinculada à universidade que contempla todas as características definidas pelo ICOM (2007). Já o segundo, trata-se de uma unidade de acesso mais restrito, que apesar de adquirir, conservar e pesquisar, não necessariamente se foca na divulgação e/ou exposição desse material. Normalmente se limita à consulta de pesquisadores e não tem fins de lazer e deleite.

¹⁵É uma autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural do Brasil.

¹⁶ Acesso em 11 de agosto de 2020, em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1369/>.

¹⁷ Trata-se de uma lei brasileira, a Lei 11.904, promulgada em 14 de janeiro de 2009. Essa Lei prevê os princípios dos museus, tais como: “a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental, a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural e o intercâmbio institucional”. Acesso em 05 de março de 2018, em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92498/estatuto-de-museus-lei-11904-09>.

Por sua vez, Meneses (2002) delinea o que é um museu universitário, por meio de um viés focado na gestão universitária. Isto é, chama a atenção para a necessidade do Museu ser ‘da’ universidade e não somente estar ‘na’ universidade.

O museu da Universidade, isto é, o museu universitário propriamente dito, teria de integrar solidariamente as funções científico-documentais, educacionais e culturais da Universidade com a marca da ação museal – e não apenas existir como museu que se vincula administrativamente à Universidade. Em outras palavras, é o ideal de curadoria dos museus americanos do século passado – ideal de integrar solidariamente propósitos científicos, de educação popular e profissional e de referência cultural – que está fazendo falta. (Meneses, 2002, p.32)

Já Mendonça (2017), após uma análise da literatura sobre tema ‘museu universitário’, elabora uma definição que se ampara no binômio ‘propósito-finalidade’ proposto por Black¹⁸ (1984). Nessa perspectiva, espaço museal se distingue dos demais por estar vinculado a uma universidade, devendo apoiar as atividades desenvolvidas por investigadores, docentes e discentes, para não perder sua razão de ser dentro da própria universidade (Mendonça, 2017, p. 37). Na universidade, as coleções e museus universitários têm, fundamentalmente, o propósito de servirem de auxílio para a pesquisa - a produção de conhecimento – o ensino – a formação dos alunos – a extensão e o atendimento à comunidade (Bruno, 1992; Mendonça, 2017).

Museus universitários são aqueles que estão de acordo com a definição do *International Council of Museums* (ICOM); estão sob tutela de uma universidade; possuem estruturas mínimas de pessoal e espaço físico para dar suporte às cinco principais funções museológicas (aquisição, conservação, pesquisa, comunicação e educação); e que servem e/ou serviram no todo, ou em parte de sua existência, à tríade universitária composta pela pesquisa (produção de conhecimento), pelo ensino (educação superior) e pela extensão (difusão cultural e relação com a comunidade externa). (Mendonça, 2017, p. 38)

Nessa perspectiva, observamos que as definições referentes às coleções e museus universitários são intrincadas. Para a aplicação dessas classificações, contudo, existe a necessidade em se considerar a origem e a trajetória da coleção, assim como as motivações e a finalidade para as quais foram selecionadas e coletadas inicialmente, como se pretende nesta tese. Isso porque, nesse caminho, podem ocorrer

¹⁸ Black, C. C. (1984). Dilemma for campus museums: open door or ivory tower? *University Collections in Germany. Museum Studies Journal* 1 (4), 20–23.

‘sobreposições’ nas categorias de distinções tipológicas, ou seja, as coleções podem ganhar outros valores e usos, irem a outros lugares, tornarem-se museus.

Nesse ponto, vale mencionar que, para efeitos deste estudo, adotamos a noção **patrimônio museológico universitário**, pois a UFLA, além de tutelar dois museus universitários, também salvaguarda um conjunto arquitetônico de valor histórico e patrimonial. Assim, é importante afirmar que esse termo é flexível e abrangente o suficiente para abarcar a temática de pesquisa pretendida nesta tese. Essa noção se constitui a partir do complemento de duas definições: 1- ‘patrimônio museológico’ (Rangel & Nascimento Jr., 2010); e 2- ‘patrimônio universitário’(União Europeia, 2005). Isso porque, a primeira abarca ‘todos os bens culturais que passam pelo processo de musealização’, dando conta das coleções que são formadas por aquisições externas¹⁹ à universidade. E a segunda por englobar ‘todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade universitária composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio’; focando-se no âmbito universitário propriamente dito. Desse modo, ao falarmos de patrimônio museológico universitário, incluímos os museus e coleções universitárias, considerando suas distinções; e outros bens culturais que remontem à trajetória da universidade.

Dessa forma, para além das terminologias e definições, devemos considerar que a tutela universitária pode trazer especificidades profícuas no que tange às funções dos museus e coleções, como a possibilidade de se configurarem na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ao mesmo tempo, a literatura sobre o tema vem desvelando um cenário desalentador para o trabalho museológico, no qual, em muitas situações, o potencial desses espaços é eclipsado por uma conjuntura que interfere no desenvolvimento de suas funções²⁰. (Bruno, 1984, 1992; Marques, 2007; Meirelles,

¹⁹ Essas coleções podem ser formadas e organizadas por colecionadores e reconhecidas por membros da comunidade universitária como possuidoras de valor histórico, cultural, artístico ou científico. Diante de sua reconhecida relevância, essas coleções passam a fazer parte do espólio da Universidade, por diversos motivos, como analisaremos no caso do MBM-UFLA.

²⁰ “Caracterizada pela falta de uma política cultural mais abrangente, na qual possa sentir-se inserido; carência econômica; ausência de profissionais especializados à frente de projetos museológicos; descontinuidade de trabalho; desrespeito à preservação do patrimônio natural e cultural, fundamental para qualquer projeto dessa natureza; dificuldade para trabalhar com um público heterogêneo e carente de suas necessidades básicas; e desconhecimento dos princípios que regem a museologia” (Bruno, 1984, p.45).

2015; Santos, 2006). De acordo com Bruno (1984) são raros, portanto, os casos de museus universitários que seguem uma metodologia de trabalho ou possuam uma proposta de ação coerente com a sua natureza e com seu público, constatando, dessa maneira, a necessidade de se conseguir um equilíbrio museológico/museográfico que permita a elaboração de ações transformadoras nesses espaços universitários. Nessa oportunidade, é válido ressaltar que é, no âmbito das relações entre trabalho museológico e administração universitária, que situamos também algumas controvérsias características dos museus e coleções universitários referentes à que público deve atender. Isto é, museus e coleções tutelados por uma universidade devem estar a serviço do público universitário, público externo ou de ambos? Para quais públicos esses museus devem direcionar suas ações?

Nesse viés, segundo Marques & Silva (2011), essas discussões no Brasil tomaram fôlego na década de 1980 e persistem ainda hoje na literatura sobre o tema. No final da década de 1980, Thomé (1988) apresentou uma distinção entre museus universitários e museus escolares, onde os primeiros “deveriam ter seus objetivos centrados em coleções didáticas, de manipulação e representativas da fauna e flora universal, destinando-se ao amparo do ensino e da cultura de sua clientela”. (Thomé, 1988, p. 630). Percebemos que para esse autor, o público do museu universitário é preponderantemente a comunidade acadêmica.

Nesse sentido, Almeida (2002) discorre que, em sua concepção inicial, o museu universitário deveria ter como “público prioritário a comunidade universitária, adicionando assim essa característica à sua especificidade”. (Almeida, 2002, p. 205). Outras discussões apontaram para o papel extensionista dos museus universitários, atribuindo-lhes a função de desenvolver programas para o grande público (Bruno, 1984, 1992; Santos, 2000, 2006; Scheiner, 1992). Desse modo, considerando a inserção da extensão universitária como um dos pilares que sustenta as universidades federais brasileiras (De Medeiros, 2017), percebemos que os museus universitários podem atuar como elos entre a Universidade e a sociedade, voltando-se para os públicos intra e extramuros. Essa linha de pensamento, em que os museus universitários assumem responsabilidades sociais como disseminadores da cultura, ciência e tecnologia, vem ganhando força contemporaneamente. Desse modo, para Bruno (1984), o trabalho museológico deve articular três funções principais:

- Função educativa: é a “força importante das atividades museológicas e acarreta o desenvolvimento e aperfeiçoamento da capacidade intelectual, cultural, artística, ideológica, perceptiva e afetiva” (p.31); devendo o museu “oferecer uma educação objetiva e também subjetiva, renunciando às implicações doutrinárias e propiciando em cada espectador faculdades específicas, como, curiosidades e ligações com sua realidade” (p.31). Deve propiciar também reflexões, raciocínios, questionamentos sobre a realidade (Bruno, 1984, p.31).
- Função científica: deve se apresentar no interior e exterior do museu. Sendo o primeiro caracterizado pelas exposições, que devem representar “o desfecho de um trabalho iniciado com a coleta sistemática do material, catalogação e análise” (p.31). Já no segundo, por meio “das exposições e também de suas atividades paralelas (discussões, cursos, publicações etc.), como impulsionador na transformação do conhecimento, próprio de uma instituição científica” (Bruno, 1984, p.31).
- Função social: considerada de grande relevância, uma vez que ela representa o “encontro das duas anteriores e também o resultado de ambas, pois por meio do pensamento científico, o museu poderá contribuir para a educação e desempenhar papel significativo em uma sociedade” (Bruno, 1984, p.32).

Nesse viés, para que os museus e coleções universitárias desenvolvam essas funções e atendam às expectativas das comunidades universitária e local, há um longo caminho, marcado por nuances e complexidades, que ultrapassam generalizações, uma vez constatada as diversidades das universidades e de seus espaços museológicos e culturais (Bruno, 1992; Santos, 2000, 2006). Na esteira desse processo, percebemos, aqui, que as universidades necessitam definir claramente o papel que os museus devem assumir, estabelecendo assim políticas específicas e normativas que garantam o funcionamento e a continuidade desses espaços na Universidade. Cabe-nos então inserir o patrimônio museológico da UFLA nessa conjuntura analítico-reflexiva, situada na seara das teorias e práticas museológicas voltadas para o cenário das universidades. Nesse sentido, a análise do processo histórico-museológico e da situação atual dos Museus tutelados pela UFLA fornece subsídios para compreendermos os reflexos das políticas institucionais da Universidade nesses espaços e como as concepções museais

de seus dirigentes vêm influenciando no desenvolvimento de suas funções e relações com os públicos.

1.2. Situação atual dos museus universitários no Brasil

As universidades, assim como os museus, vêm passando por um processo no qual os modelos hegemônicos de construção e consolidação do conhecimento estão sendo repensados e sobrepostos por modelos mais participativos, que consideram outros saberes e formas de construção dos conhecimentos. Vale ressaltar que, a partir da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, “as universidades passaram a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e também a obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (Brasil, 1988). Esse princípio, de acordo com Bruno (1997), é o que une os museus universitários, tão diferentes entre si. Ainda de acordo com a autora, o “comprometimento com estas três funções universitárias é o que permite um olhar de aproximação, o delineamento de caminhos paralelos e, mesmo, a possibilidade de propostas conjuntas”. (Bruno, 1997, p. 47). Assim, dialogando com o pensamento de Bruno (1997), podemos afirmar que, igualmente, aproximam a universidade das comunidades, tornando os bens culturais motivações para a redução das desigualdades e promoção de diferentes saberes.

Atualmente, os museus universitários vêm ganhando destaque na conjuntura brasileira, principalmente após a perda irreparável do acervo do Museu Nacional (tutelado pela UFRJ) em 2018, e, mais recentemente, a perda de parte do acervo do Museu de História Natural²¹ aos cuidados da UFMG, ambos devastados por incêndio. Infelizmente esse foco dado aos museus universitários é fruto de tragédias nacionais, já anunciadas, se considerarmos os estudos que se debruçam sobre temática e esquadriham a situação de precariedade que caracterizam muitos desses espaços sob responsabilidade das universidades (Marques, 2007; Meirelles, 2015; Oliveira, 2015; Ribeiro, 2013; Santos, 2000 e outros). Nesse sentido, é de extrema importância

²¹ Um dos prédios do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pegou fogo no dia 15/06/2020. Acesso em 08 de junho de 2020, em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/15/predio-do-museu-de-historia-natural-da-ufmg-pega-fogo-em-bh.ghtml>.

mencionarmos aqui que não é possível dizer exatamente quantos museus e coleções universitárias existem hoje no Brasil, por isso nos limitamos, no presente trabalho, a apresentarmos alguns dados levantados por meio da plataforma *Museusbr*²², tais como: em quais regiões se encontram; em que esferas estão vinculados; o status de funcionamento desses espaços para o público; tipologia museal; e tipos de acervo que salvaguardam. Constatamos assim, a necessidade de, em trabalhos futuros, debruçar-nos na realização de uma *historiografia* dos museus universitários no Brasil, ou seja, uma análise diacrônica dos processos museológicos nas universidades brasileiras, ultrapassando uma ‘origem’ abruptamente conectada ao *Ashmolean Museum*²³, enquanto o primeiro museu universitário – haja vista que esse museu se insere no cenário europeu, absolutamente distinto do nosso, também no que tange à formação das universidades.

Outro ponto que merece ser destacado é que a liquidação de despesas²⁴ nos museus vinculados às universidades é nebulosa, ou seja, não se sabe ao certo os objetos de custo para esses museus de acordo com a unidade administrativa responsável. Igualmente, percebemos que os museus universitários federais não estão amparados por um sistema coordenado e planejado, ocasionando diferenciações nas condições de funcionamento de acordo com a vinculação orgânica de cada museu, inclusive os

²² Foi criada em dezembro de 2015, com o objetivo de aprimorar os serviços oferecidos pelo CNM. A plataforma *Museusbr* “oferece o mapeamento e a atualização das informações dos museus, por meio colaborativo e democrático, possibilitando a todos uma participação direta na confecção de cartografias, no fornecimento de informações e na produção de conhecimento sobre os museus do Brasil”. Acesso em 24 de abril de 2019, em <https://renim.museus.gov.br/museusbr/historico/>.

²³ A literatura sobre o tema comumente aponta que os “primeiros museus universitários formaram-se a partir da doação de grandes coleções particulares às universidades “(Almeida, 2001, p. 85), mas não tratam, por exemplo, do primeiro museu universitário configurado no Brasil. “Foca-se no caso pioneiro do Ashmolean Museum (Oxford, 1683), cuja origem da coleção remete-se a John Tradescant (1570-1638), conhecido como fundador da “Arca de Tradescant” (Blom, 2003, p. 68). Este jardineiro, inicialmente colecionador de espécimes de plantas de diversas regiões, foi incorporando, ao longo do tempo, artefatos considerados “raridades estrangeiras”, sendo responsável pela formação de uma verdadeira “coleção de curiosidades” (Blom, 2003, p. 69). Em 1659, esta coleção foi adquirida por Had Elias Ashmole (1617-1692), pelo preço simbólico de um xelim, e posteriormente foi doada à Universidade de Oxford, dando origem ao Ashmolean Museum, primeiro museu público e também universitário da Europa, no qual ainda hoje pode-se visitar itens dessa coleção (Blom, 2003).

²⁴ A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito como o contrato. Essa verificação tem por fim apurar: I - a origem e o objeto do que se deve pagar; II - a importância exata a pagar; III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. Acesso em 15 de setembro de 2020, em <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-controle-administrativo-e-financeiro/atuacao/manual-do-ordenador-de-despesas/as-responsabilidades-do-ordenador-de-despesas/liquidacao-da-despesa>.

tutelados pela mesma universidade. Desse modo, essa realidade traz muitas implicações para o funcionamento dos museus universitários, inclusive no que tange à realização de suas funções na Universidade e para a sociedade. Para Ribeiro (2007), parece “aterradora a constatação de tantos problemas, mas na relação custo-benefício o que há para ser feito é tão menor do que o já construído!”. (p.27).

O alcance social, assim como os resultados a serem alcançados serão quantitativa e qualitativamente tão significativos, que a falta de investimentos só pode ser decorrente do *desconhecimento* do *patrimônio* e das *potencialidades dos museus* e/ou centros universitários de ciência e cultura por aqueles que poderiam/ deveriam ser seus parceiros. (Ribeiro, 2007, p. 27).

Concordamos com a autora sobre as potencialidades dos museus universitários como fomentadores da extensão, ou seja, instrumentos que aproximam a universidade da sociedade (e vice-versa). Mas, o restante dessa afirmativa deve ser problematizado, caso a caso, uma vez que as universidades e seus museus são tão distintos, dificultando generalizações. Nessa lógica, ao inserirmos a UFLA nessa conjuntura reflexiva, observamos que os ‘problemas’ que assolam os museus universitários ultrapassam o ‘desconhecimento’ por parte dos que ‘poderiam/ deveriam’ ser os responsáveis pela gestão qualificada desses espaços na Universidade. Diz respeito, também, não só à formação das coleções e à institucionalização desses espaços dentro da Universidade, seguido de quais são as prioridades institucionais na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, mas, principalmente, sobre como a extensão universitária é tomada no cerne de cada universidade - pois os museus universitários preponderantemente vêm sendo vinculados aos órgãos de extensão e cultura nessas IFES (Ribeiro, 2013).

Diante desse cenário marcado pela diversidade estrutural, administrativa e funcional que tangencia os museus universitários, cabe delinear que as discussões que envolvem uma ‘museologia universitária brasileira’ não são recentes, como bem aponta Ribeiro (2007), ao relatar a criação do ‘Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU)’ e seus desdobramentos, evento esse que visou “despertar o interesse e a vontade política de garantir a esses museus oportunidades de crescimento e desenvolvimento, possibilitando-lhes o salto de qualidade que podem empreender”. (Ribeiro, 2007, p.35). Vale destacar também que ocorreu, em Goiânia, em 1992, o

primeiro encontro de museu universitário intitulado ‘O Museu Universitário Hoje’, o qual culminou na criação do referido Fórum. Segundo Ribeiro (2007), os debates fomentados nesse evento desvelaram, já naquele período, uma preocupação com a missão dos museus universitários evidenciada nas recomendações sintetizadas no documento final do encontro, referentes:

(...) à elaboração do perfil dos museus universitários; à importância da itinerância de exposições entre esses museus; à celebração de convênios com cursos de museologia, para o desenvolvimento de programas periódicos de capacitação; à busca de incentivos em programas de financiamento para o desenvolvimento de pesquisa nos museus universitários; à promoção de seminários entre esses museus e cursos de museologia existentes no País, dentre outras. (Ribeiro, 2007, p. 35)

Por meio desse fragmento, conseguimos identificar algumas demandas que ainda são carentes de atenção hoje, como o mapeamento dos museus e coleções universitárias, incentivo financeiro, maior diálogo entre esses espaços, realização de eventos que coloquem os museus universitários em pauta. Outras conquistas parecem ter avançado, como a intensificação da profissionalização da museologia, pois, atualmente, no Brasil, temos 14 cursos de graduação em Museologia, cinco mestrados e um doutorado²⁵.

Nessa conjuntura, o II Encontro Nacional de Museus Universitários foi realizado em São Paulo, em 1997, como parte da I Semana de Museus da USP e teve como tema principal, ‘Os museus universitários e suas principais questões’. Nesse evento, foram discutidas questões referentes “aos problemas concretos que afetavam os museus universitários brasileiros”. (Ribeiro, 2007, p.36). Dentre eles, foi destacada a necessidade de ampliarem o seu contato com a sociedade, de aumentarem intercâmbios entre esses espaços museais com vinculações universitárias, de capacitação de profissionais para atuarem nos museus e de formas para se garantir o funcionamento do FPMU (Ribeiro, 2007). Em documento gerado no evento, foram elencados alguns temas para serem refletidos:

(...) o caráter educativo dos museus; seu potencial para gerar, documentar e comunicar os processos e produtos materiais e imateriais da natureza e da atividade humana; o papel fundamental dos museus como geradores de conhecimento; sua importância na geração e articulação de ações que contribuam para o desenvolvimento integral das sociedades; a relevância da atuação desses museus em prol da melhoria da qualidade de vida das

²⁵ Acesso em 04 de agosto de 2020, em http://cofem.org.br/legislacao_/formacao/

populações, especialmente nos países em desenvolvimento. (Ribeiro, 2007, p. 37)

Nessa linha de raciocínio, percebemos que os museus universitários são apreendidos como instrumentos de educação a serviço do desenvolvimento integral das sociedades. Os pontos elencados nessas discussões demonstram uma consonância ao que vinha sendo tema de debates no âmbito da Museologia no que tange ao desenvolvimento das funções sociais pretendidas para os museus de forma geral, reflexos de documentos como a Declaração de Santiago (Icom, 1972) e a Declaração de Quebec (Icom, 1984).

Nessa discussão, também é importante ressaltar que, durante o III Encontro Nacional de Museus Universitários, que ocorreu em Natal (RN) no ano de 2001, foram debatidas questões relacionadas ao tema, ‘Museus: desafios do milênio’ e, nessa oportunidade, foram destacados assuntos “como a realidade desses museus, suas práticas no Brasil e nas universidades, ações políticas e estratégicas” (Ribeiro, 2007, p.37). Nesse contexto de debates, discutiu-se “a importância que os museus universitários poderão vir a ter, como elementos de mediação não formal entre a universidade brasileira e a sociedade civil, especialmente no que tange à construção da imagem pública das universidades”. (Ribeiro, 2007, p. 37). Também em 2001, reconhecendo as particularidades que diferenciam os museus e coleções universitários dos demais, foi criado um comitê específico para o tema, no Conselho Internacional de Museus (ICOM), o denominado *University Museums and Collections* (UMAC), (Lourenço, 2005; Ribeiro, 2007). Atualmente, o banco de dados²⁶ internacional da UMAC registra 3632 museus e coleções universitárias distribuídas da seguinte forma entre os continentes: África (17), América do Sul (280), América do Norte (495), Ásia (415), Oceania (347) e Europa (2078).

Em 2006, foi realizado o IV Encontro de Museus Universitários, cujo tema central foi ‘Museus universitários: ciência, cultura e promoção social’, “inserindo-se nos debates mais amplos no âmbito nacional referente à necessidade crucial de se priorizar a educação e conhecimento como principais vetores do desenvolvimento nacional” (Ribeiro, 2007, p.40). Desse modo, percebemos o papel relevante do FPMU para as

²⁶ Busca realizada em 25 de maio de 2019. Acesso em 25 de maio de 2019, em <http://umac.icom.museum/>.

discussões sobre a importância dos museus universitários para as universidades e para a sociedade.

O Fórum Permanente de Museus Universitários retomou suas ações em 2017, no Fórum Nacional de Museus²⁷ realizado em Porto Alegre/RS, articulando a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (Fagundes, 2019, p. 222). Essa rede, de acordo com Silva (2018), tem por objetivo se organizar de forma colaborativa, “aglutinando profissionais, docentes, alunos e pesquisadores envolvidos com a preservação e promoção do patrimônio universitário museológico”.

Ainda no que concerne a esses encontros, cabe mencionar que, em outubro de 2018, foi realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) o V Fórum Permanente de Museus Universitários, com o tema ‘Museu mais Universidade: memória e saberes em diálogo’, visando a promoção e a consolidação do debate sobre os museus universitários e instituições afins no Brasil. Esse evento teve o intuito de apontar diretrizes para uma política de preservação do patrimônio universitário em âmbito nacional, demonstrando a importância das articulações entre as universidades que tutelam museus e coleções. Nele, foram organizadas “palestras, painéis, mesa redonda, GTs em torno de três eixos temáticos: 1) diagnóstico dos museus universitários no Brasil; 2) gestão e formação de profissionais em museus universitários; 3) conformação e dinâmica de redes de museus universitários”²⁸. Destacamos na ocasião do Fórum informações sobre a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários e um levantamento dos museus universitários nacionais por região. A Rede conta atualmente²⁹ com 239 membros cadastrados, de 115 instituições, e tem como objetivo o levantamento de informações, interpretação de dados, proposições e recomendações para os museus universitários³⁰.

Cabe ainda destacar que, nessa ocasião, foi também esboçado o documento ‘Diretrizes para uma Política de Museus e Coleções Universitárias’, nas quais são apontadas:

²⁷ Trata-se de um evento de abrangência nacional, realizado a cada dois anos, pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), “tendo por objetivo refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM), consolidando as bases para a implantação de um modelo de gestão integrado dos museus brasileiros, por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)”. Acesso em 02 de julho de 2020, em <https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/forum-nacional-de-museus/>

²⁸ Acesso em 23 de janeiro de 2019, em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/>.

²⁹ Referimo-nos ao ano de 2019.

³⁰ Acesso em 23 de janeiro de 2019, em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/forum2018/>.

- 1) Que as coleções e os museus universitários são responsáveis pela preservação de parte significativa do patrimônio cultural brasileiro, constituído por evidências de todos os campos do conhecimento.
- 2) Que as coleções e os museus universitários são importantes fontes e referências para o ensino, a pesquisa e extensão.
- 3) Que as coleções e os museus universitários são importantes fontes e referências para a memória e o desenvolvimento das universidades e da sociedade, correspondendo aos anseios científicos e culturais tanto das comunidades locais quanto da comunidade mundial.
- 4) Que os fatores supramencionados tornam imprescindível a adoção de uma política de preservação desse patrimônio no Brasil, formulada com a participação da comunidade universitária, amplamente publicizada e periodicamente revista. (VFPMU, 2018)

Esse documento se apresenta como uma importante iniciativa das novas articulações entre os profissionais de museus universitários, reconhecendo e exibindo as reivindicações e demandas para esses espaços. Assim, observamos a necessidade de se pensar em uma política articulada para os museus e coleções universitárias que contribua para a maior visibilidade desses espaços nas próprias universidades e para além delas. Considerando que esses museus e coleções são planejados, construídos, dirigidos e também negligenciados nas universidades, que também apresentam diferenciações, cabe-nos apresentar algumas informações sobre essas instituições antes de entrarmos nas análises sobre dados dos museus universitários. Atualmente existem 69 (sessenta e nove) Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) federais, - universidades, centros universitários e faculdades – conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Anexo I). Esses dados podem ser observados, por abrangência geográfica regional no Gráfico 1.

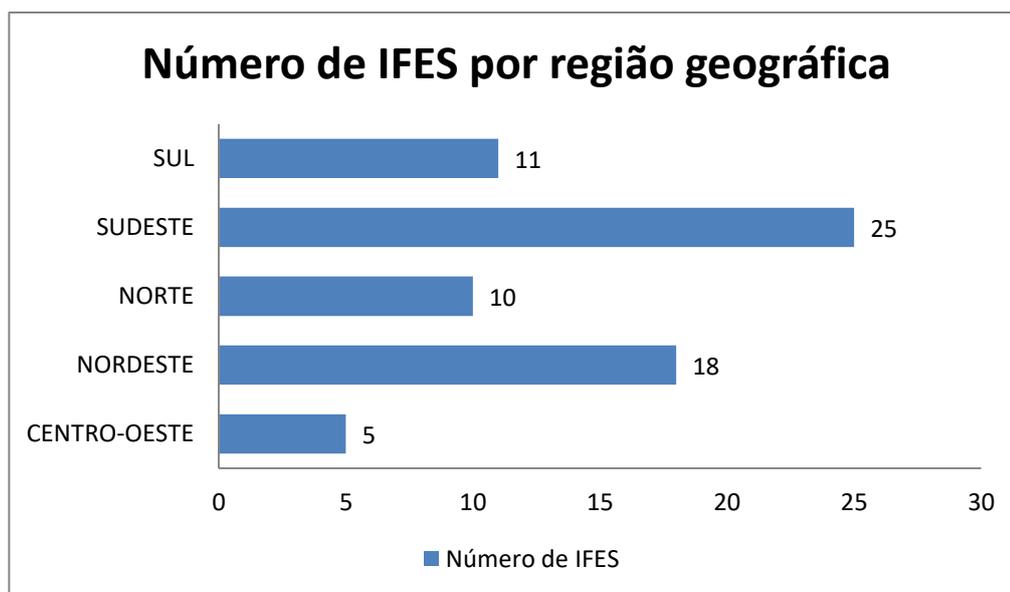


Gráfico 1. Distribuição das IFES por região geográfica. Dados: coletados no *INEPData*, referentes ao Censo da Educação Superior de 2017. Fonte: elaborada pela autora em 2020.

Nessa linha de raciocínio, cabe referenciar que essas IFES estão espalhadas por todo território nacional e, sendo assim, ressaltamos que “a federalização de universidades no Brasil pressupõe a organização administrativa do sistema de ensino superior pelo Poder Público a nível nacional, fazendo com que cada estado da federação possua no mínimo uma universidade federal consolidada”. (Vasconcelos, 2007, p.43). O estado de Minas Gerais (MG) possui 11 (onze) IFES, sendo a UFLA uma delas, também caracterizada por um processo de federalização finalizado em 1963. Verificamos que as universidades são instituições altamente dinâmicas (e diversificadas entre si), e vêm se transformando e se adaptando às necessidades da sociedade contemporânea. Essas instituições fazem parte de “uma realidade concreta e se relacionam como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país e é exatamente aqui que se inserem os museus e coleções universitários sob tutela federal” (Vasconcelos, 2007, p.44).

Nessa perspectiva, por meio das informações apresentadas no último Fórum Permanente de Museus Universitários e dos dados obtidos na plataforma *Museusbr*, podemos verificar a variedade dos museus universitários no Brasil bem como ressaltamos que o Cadastro Nacional de Museus (CNM) foi criado em 2006, no âmbito

da Política Nacional de Museus³¹ (PNM), como um instrumento para conhecer e mapear os museus brasileiros (Brasil, 2006). Desde então, foram identificados mais de 3.700 museus em todo o território nacional (Ibram, 2011). Cabe destacar a quantidade expressiva de museus universitários dentro do panorama museológico nacional. Em 2001 foram identificados 129 Museus Universitários no Brasil (Almeida, 2001). Dez anos mais tarde, Marques & Silva (2011) identificaram “162 museus universitários distribuídos em 79 municípios, sendo 83 em instituições federais, seguidas das 47 estaduais, 30 privadas e dois municipais” (p.65). Atualmente, segundo informação da base de dados da UMAC, o Brasil salvaguarda 59,6% (n=167) dos museus universitários da América do Sul³². É importante salientar que ainda podem existir diversos museus brasileiros não cadastrados no CNM.

Dessa forma, no V Fórum Permanente de Museus Universitários, foi realizado um levantamento dos museus universitários por região³³, como demonstra o Gráfico 2. Os museus universitários então distribuídos: 43% no Sudeste, 34% no Sul, 9% no Centro-Oeste, 8% no Nordeste e 6% no Norte.

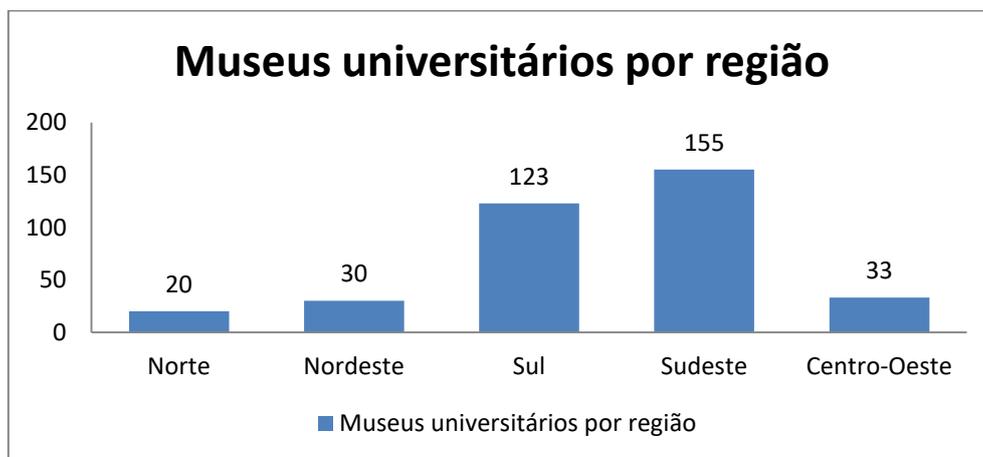


Gráfico 2. Distribuição dos museus universitários por região. Fonte: Elaborado pela autora por meio dos dados disponibilizados no V Fórum Permanente de Museus Universitários (2018).

³¹ Lançada em 2003 pelo Ministério da Cultura, refere-se a linhas programáticas voltadas para o setor museológico brasileiro. É apresentada no caderno - Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania (Brasil, 2006).

³² Acesso em 09 de agosto de 2018, em <http://university-museums-and-collections.net>.

³³ Essa divisão aqui apresentada é a proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que classifica o Brasil em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul.

Dessa maneira, ao observarmos o gráfico supracitado, percebemos que as regiões Sudeste e Sul concentram 77% dos museus universitários, enquanto as outras regiões somadas apresentam apenas 23% dos museus³⁴. Então, ao cruzarmos as informações do Gráfico 1 e 2 percebemos algumas disparidades quando comparamos os dados referentes às universidades e museus universitários por regiões brasileiras. A região Sudeste possui o maior número de universidade e de museus universitários. No Nordeste existem 18 IFES sendo identificados somente 30 museus universitários. Já na região Sul, identificamos 11 IFES e 123 museus universitários. Podemos, assim, inferir que embora o número de IFES no Sul seja menor, existe uma maior concentração de Museus Universitários em comparação com a região Nordeste. Apesar de não ser nosso foco agora analisar a distribuição de universidades e museus universitários por região brasileira, é importante evidenciar aspectos das desigualdades regionais no Brasil, ocasionados em razão de sua formação territorial e histórica, merecendo estudos mais aprofundados futuramente.

Ainda nessa abordagem, na busca simples realizada na plataforma *Museusbr*, utilizando as palavras-chave ‘universidade’, ‘universitário’, ‘faculdade’, foram somados 177 registros de espaços museológicos em universidades e faculdades, sendo 51% em instituições federais, seguidos de 36% estaduais, 12% privadas e 1% municipal. Essas informações podem ser vista no Gráfico 3.

³⁴ De acordo com Velasco (2015) no Brasil, as regiões sudeste e sul concentram 67,2% dos museus em geral. Assim, das 3.586 instituições museológicas cadastradas e mapeadas no país, 2.408 estão no Sul e no Sudeste. Ao passo que 76,7% das cidades do Brasil não têm museu, segundo dados do Ibram. No estado de Minas Gerais (MG), existe um museu para cada 50.880 habitantes. Acesso em 23 de maio de 2019, em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/07/regioes-sul-e-sudeste-concentram-quase-70-dos-museus-do-pais.html>. Ressaltamos que no município de Lavras (MG), os dois únicos museus são os tutelados pela UFLA, demonstrando a necessidade de se investigar esses espaços representantes da interiorização do ensino superior no Brasil e da própria interiorização dos museus.

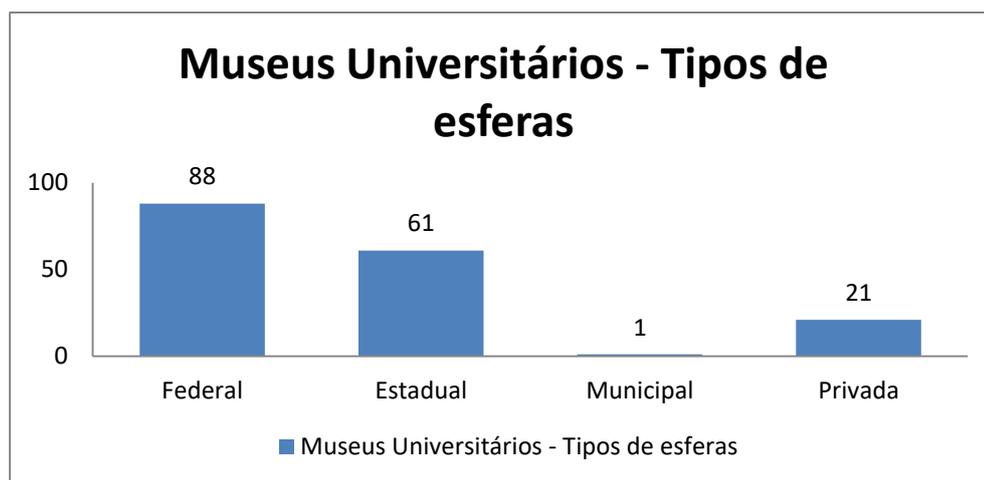


Gráfico 3. Distribuição de museus universitários por tipo de esfera. Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa simples a plataforma *Museusbr*, 2019.

É importante ressaltar que ainda podem existir diversos museus brasileiros não cadastrados no *Museubr*, haja vista que levantamento realizado pelo Fórum Permanente de Museus Universitários, em 2018, identificou 361 museus universitários conforme Gráfico 2. No entanto, o levantamento realizado na plataforma *Museusbr* em 2019, identificou 171 museus como indicou o Gráfico 3, confirmando essa constatação. Ademais, existem cadastros incompletos, com apenas o nome do museu, o que provavelmente prejudicou essa investigação. É possível perceber, tomando como foco a esfera federal, por incluir os Museus da UFLA, que a maioria dos museus universitários, 51%, está na esfera federal, ou seja, está vinculada a estrutura orgânica da IFES, que são entendidas como as entidades mantenedoras³⁵ desses museus. Ainda nesse sentido, muitos Ministérios, possuem museus vinculados a suas entidades, de forma direta ou indireta, destacando o Ministério da Educação (MEC) - ao qual se vincula as universidades e seus museus-, da Defesa, do Meio Ambiente e o extinto Ministério da Cultura³⁶. Ressaltamos que 57% dos museus federais estão vinculados ao MEC, sendo que a maior parte desses museus está sob a estrutura das universidades (Museusbr, 2018). Os museus federais universitários não funcionam de forma articulada, o que pode gerar discrepâncias nas

³⁵ MinC foi fundindo a outras pastas em 2019 no “Governo Bolsonaro virando uma secretaria integrada ao Ministério da Cidadania, que absorveu também a estrutura do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento Social. Em 7 de novembro desse mesmo ano, a Secretaria Especial da Cultura foi transferida para o Ministério do Turismo”. Acesso em 23 de agosto de 2020, em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>.

³⁶ Entendidas como unidades orgânicas que possuem museus em sua estrutura, tais como, universidades federais, fundações, órgãos militares entre outras.

condições de funcionamento dependendo de sua vinculação. Desse modo, fica evidente a necessidade crescente de estratégias que fortaleçam as ações voltadas para a preservação e promoção do patrimônio museológico universitário, visando à difusão do conhecimento existente nas universidades.

Sendo assim, de quase todos os museus identificados, 79 %, estão abertos ao público, 13% não informam o status, 7%, estão fechados e 6% estão em implantação. O Gráfico 4 apresenta a distribuição dos Museus Universitários por status.

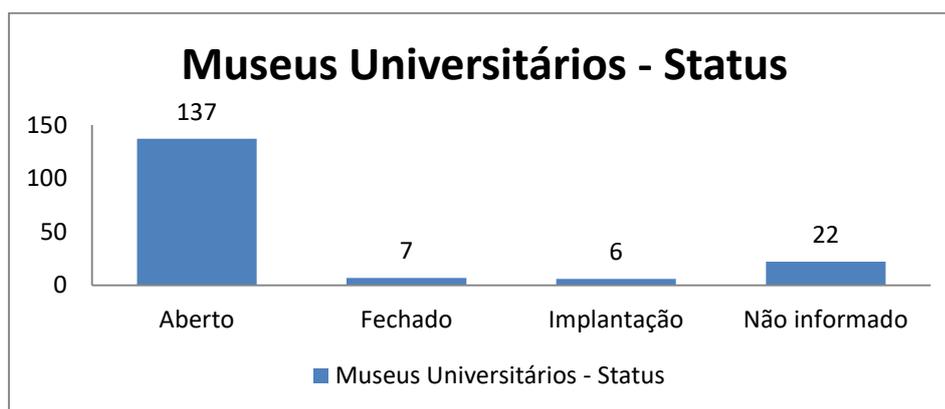


Gráfico 4- Distribuição dos museus universitários de acordo com status. Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa na plataforma *Museusbr*, 2019.

Esses museus são classificados em cinco tipos de acordo com o CNM³⁷:

- Tradicional/ clássico: modelo de museu que opera processos de musealização *ex-situ*, ou seja, o objeto musealizado é afastado da sua realidade funcional e levado à instância representacional no museu. O *Museu Tradicional Ortodoxo* é compreendido como um prédio que abriga coleções que podem ser de diferentes tipologias, artes, históricas, científicas etc.;
- Virtual: modelo de museu que opera processos de musealização no ambiente virtual;
- Museu de território/ ecomuseu: modelos de museu que operam processos de musealização *in-situ*, onde todo o ambiente/ território na

³⁷ Acesso em 21 de junho de 2019, em <https://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>.

integralidade das relações com sujeitos sociais e suas práticas são musealizados.

- Unidade de conservação da natureza: vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, estas também poderiam ser consideradas como unidades museológicas e passarem a ser incluídas no CNM.
- Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário e planetário.

Considerando essas tipologias, os museus universitários podem ser encontrados nas seguintes categorias, como demonstra o Gráfico 5.

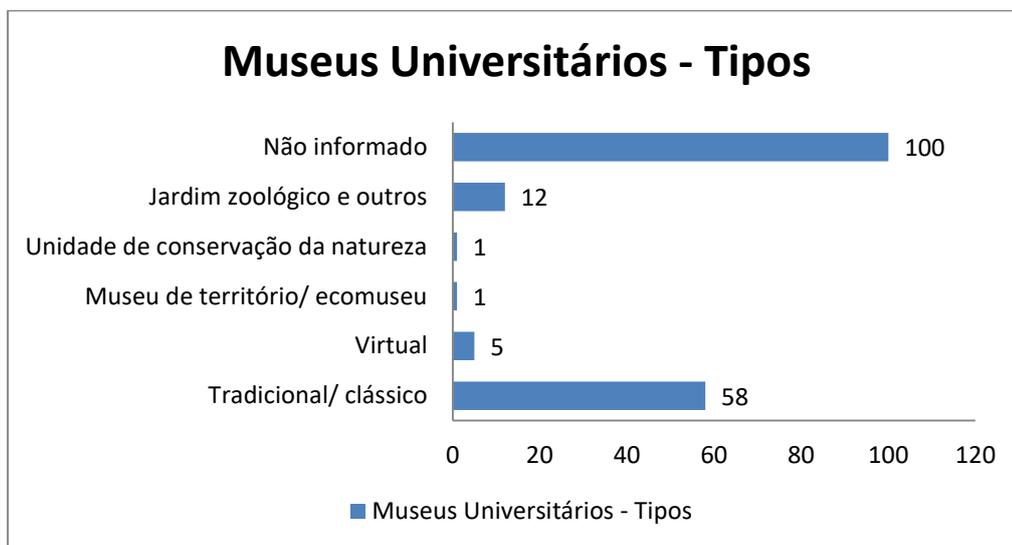


Gráfico 5 – Distribuição dos museus universitários por “tipos” de acordo com o CNM. Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa na plataforma *Museusbr*, 2019.

Nesse viés, é essencial destacar que a maioria dos museus não informou no CNM em que tipo se insere, correspondendo a 56%, demonstrando as limitações informativas advindas dos cadastros incompletos. 33% desses museus se tipificam como ‘tradicionais’. Em seguida, com 7% estão na categoria ‘Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário e planetário’. 3% são museus em espaços ‘virtuais’, 1% corresponde a ‘unidade de conservação da natureza’ e 1% ‘museu de território’. Considerando a vinculação ministerial dos museus, 57% dos museus tradicionais estão vinculados ao MEC, incluindo os museus universitários. Aqui inserimos também os Museus da UFLA, que são classificados como museus tradicionais, ou seja, integrando a tipologia que abarca a grande maioria dos museus universitários cadastrados na plataforma. Essa

classificação também nos dá pistas sobre a forma que esses museus vêm organizando o trabalho museológico nas universidades.

A tipologia do acervo/ temática desses museus é classificada pelo CNM em oito diferentes categorias, a saber: Virtual; Ciência e Tecnologia; Arqueologia; Antropologia e Etnologia; História; Artes visuais; Imagem e som; Ciências Naturais e História Natural. No entanto, a composição dos acervos não é necessariamente formada por apenas uma tipologia, sendo que 20% informaram duas ou mais tipologias associadas como pode ser observado no Gráfico 6.

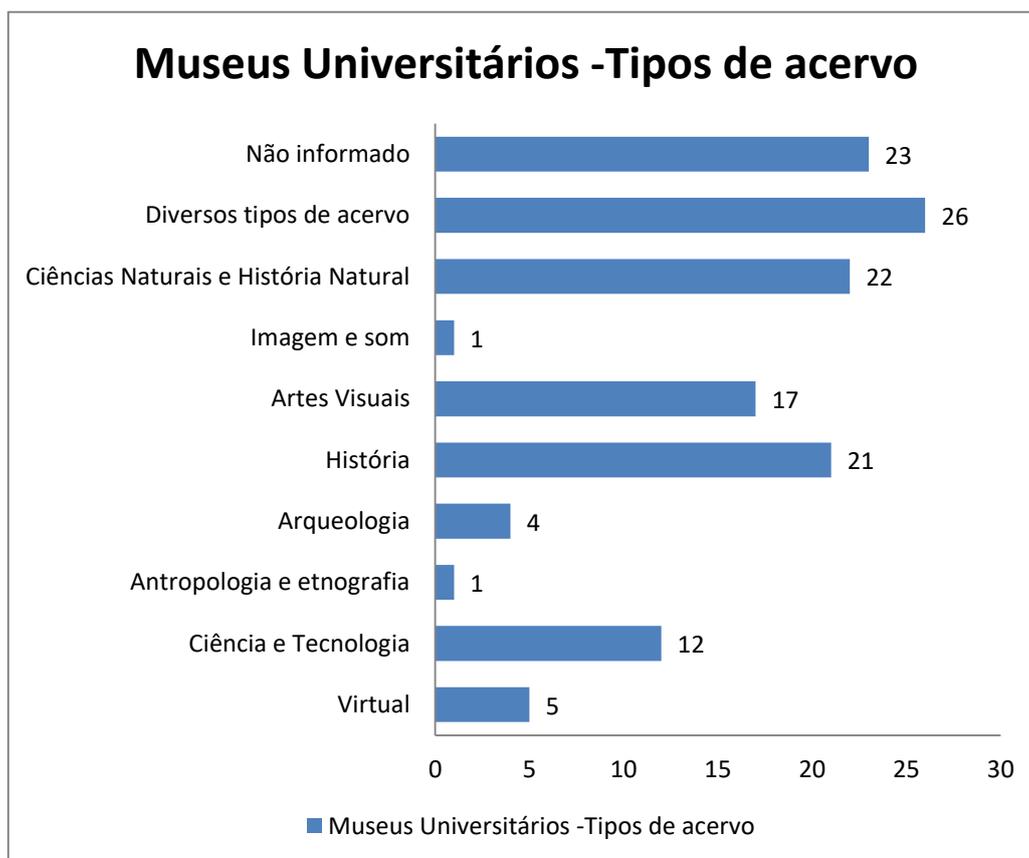


Gráfico 6. Disposição da informação por tipos de acervos nos museus universitários. Fonte: Elaborado pela autora por meio de pesquisa na plataforma *Museusbr*, 2019.

Assim, 16% são predominantemente históricos. O acervo de ciências naturais representa 15,7%. Já os de arte visual abarcam 13% do acervo. Dessa forma, observamos que o acervo de C&T corresponde a 9%. Os acervos arqueológicos representam 3%. Os de antropologia e imagem e som correspondem a 1% cada. Essas informações demonstram a heterogeneidade dos acervos museológicos tutelados pelas

universidades, que podem ainda assumir a configuração de um ‘museu’ ou de uma ‘coleção’. (Almeida, 2001; Lourenço, 2005), cada qual com distinções significativas no que tange à administração e à vinculação na instituição (Marques & Silva, 2011).

Aqui cabe uma aproximação com as discussões sobre a formação de coleções que, como verificamos, pode ocorrer de diferentes maneiras e por distintas motivações (Gonçalves, 2007; Pearce, 1993, 2005b; Pomian, 1984), inclusive se tratando do âmbito universitário. Almeida (2001) aponta algumas das possíveis situações: aquisição, doação ou compra, objetos ou coleções de particulares; transferência de um museu para a responsabilidade da universidade; coleta e pesquisa de campo; ou a combinação desses processos, como é o caso do MBM-UFLA. Essa heterogeneidade dificulta o delineamento do perfil dos museus e coleções universitárias brasileiras. Assim sendo, estudos de caso, como o proposto aqui, colaboram para a formação de um somatório de experiências museais que podem contribuir para o aprofundamento dessa temática.

1.3. Museu universitário e extensão universitária: diálogos possíveis?

As atividades de extensão vêm ocorrendo em instituições de ensino superior no Brasil desde 1911, inicialmente em São Paulo (SP), seguido do Rio de Janeiro (RJ), Viçosa e Lavras (MG) (Paula, 2013). No âmbito nacional, essas ações extensionistas estiveram alinhadas com correntes de tradição europeia, ou seja, voltadas para a educação continuada em prol das classes populares e prestação de serviços na área rural (Paula, 2013). Vale ressaltar que a Escola Agrícola de Lavras (EAL), desde o início do século XX oferecia assistência técnica aos produtores rurais da região, sendo uma das instituições de ensino pioneiras no desenvolvimento da extensão (Moreira, 2018).

Ainda no âmbito histórico, vale destacar que, no governo Vargas³⁸, iniciado na década de 1930, foi editado o Estatuto das Universidades Brasileiras³⁹, por meio do

³⁸ O período getulista iniciou em 1930, também conhecido como Revolução de 1930. Essa etapa foi marcada pela liderança política do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas de 1930 até 1945, sendo dividida em três grandes fases: Governo provisório (1930-1934), Governo constitucional (1934-1937) e Governo ditatorial (1937-1945). Durante esse período, o Brasil passou por mudanças significativas: crescimento da sociedade urbana, ampliação da indústria na economia nacional, entre outros.

³⁹ A Universidade do Rio de Janeiro foi adequada ao Estatuto e serviu de modelo para as demais universidades brasileiras, sendo em 1937, denominada Universidade do Brasil. (Fávero, 2006). Embora esse período tenha sido marcado por uma centralização e autoritarismo característico do Governo

Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, instituindo “um sistema universitário, fortemente controlado pelo poder central”. (Fagundes, 2019, p. 75). A partir desse documento, o processo de criação de universidades, através do aproveitamento da estrutura organizacional de faculdades já existentes em determinada localidade, foi estendido para todo o país, sendo base para o início do processo de federalização⁴⁰ de algumas escolas e faculdades (Vasconcelos, 2007, p.41). A extensão e o museu no âmbito das instituições de ensino superior também foram previstos nesse documento⁴¹.

Art. 42. A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico. (Brasil, 1931, grifo nosso)

Sendo assim, a extensão universitária foi pensada inicialmente no formato de cursos acessíveis ao grande público, voltada para a difusão de conhecimentos e para a solução de problemas sociais. Interessante observarmos que esse documento também coloca a criação de museu pelas instituições de ensino superior como algo ‘indispensável’.

Art. 110. Oportunamente será organizado pelo Conselho Universitario, com o indispensavel concurso dos institutos de ensino superior o "Museu Social", destinado a congregar elementos de informação, de pesquisa e de propaganda, para o estudo e o ensino dos problemas economicos, sociaes e culturaes, que mais interessam ao paiz.

Paragrapho unico. O museu organizará exposições permanentes e demonstrações illustrativas de tudo quanto interesse, direta ou

Provisório, observamos iniciativas na educação superior, destacando a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935 (Fávero, 2006).

⁴⁰ A “federalização transforma as instituições de ensino superior - seja a transformação de instituições federais em uma universidade federal, seja a transformação mista pela junção de instituições federais, estaduais e privadas ou seja pela federalização em si, de escolas ou faculdades privadas, estaduais e municipais – em órgãos da administração indireta do Estado”. (Vasconcelos, 2007, p. 44).

⁴¹ O Brasil atravessava o chamado Governo Provisório, período inicial em que Getúlio Vargas governou o Brasil. Esse governo foi iniciado em 1930, “quando Getúlio Vargas foi nomeado presidente logo após a Revolução de 1930, e estendeu-se até 1934, quando Vargas foi reeleito em eleição indireta, dando início ao Governo Constitucional”. Acesso em 10 de agosto de 2019, em acervodigital.ufpr.br.

indirectamente, ao desenvolvimento do paiz e a qualquer dos ramos da actividade nacional. (Brasil, 1931, grifo nosso)

Aqui temos uma sinalização da finalidade do museu, que na ocasião foi denominado ‘museu social’, bem como podemos perceber que esse espaço museológico assume papel de articulador de informações e pesquisas com propósitos de estudo e ensino. Chamamos a atenção para a associação entre os termos ‘museu’ e ‘social’ no âmbito de uma instituição de ensino superior, que nos desvelam algumas pistas sobre os papéis que esse espaço museológico deveria assumir enquanto *locus* para se discutir ‘problemas’ econômicos, sociais e culturais, mas atrelados ao interesse do país. Percebemos também a força comunicacional atribuída à exposição como vetor para se trabalhar diferentes temáticas, e, ao mesmo tempo, enquanto estratégia para manter o diálogo com a sociedade. Vale ressaltar que, nesse período, a preservação do patrimônio estava sendo delineada como parte da construção do Estado e de formação da nação, destacando a criação de museus históricos para difundirem essa narrativa, como o Museu Histórico Nacional (MHN) (1922) (Santos, 2006). Para Julião (2006), os museus surgidos a partir da década de 1930 e 1940, seguiram os apontamentos do MHN, trazendo:

(...) as marcas de uma museologia comprometida com a idéia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta de acervo privilegiava os segmentos da elite, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto à personalidade, veiculando conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica. Além do curso de museologia, o surgimento de novos museus do país contou, ainda, com a atuação decisiva do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. (Julião, 2006, p.22-23)

Nessa linha de raciocínio, cabe destacar que nas instituições de ensino superior, nesse período, foi delineada a possibilidade de construção de ‘museus sociais, enquanto instrumentos de estudo e ensino dos problemas do país. Assim, o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931 nos revela, por conseguinte, algumas aproximações entre a extensão e o museu, nas quais ambos foram tomados como elementos organizadores da ‘vida social universitária’.

VIDA SOCIAL UNIVERSITARIA

As universidades brasileiras, solidarias nos mesmos propositos e aspirações de cultura, devem manter activo intercambio de entendimento e de

cooperação, afim de que eficazmente contribuam para a grande obra nacional que lhes incumbe realizar.

Entre os institutos de qualquer Universidade deverá haver permanente contacto, facilitado em reuniões collectivas, nas quaes os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propicio á orientação e renovação dos ideaes universitarios. Mas, além disso, as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade, e contribuir, na espera de sua acção, para o aperfeiçoamento do meio.

Art. 99. A vida social universitaria terá como organizações fundamentaes:

- a) associações de classe, contituidas pelos corpos docente e discente dos institutos universitarios;
- b) congressos universitarios de 2 em 2 annos;
- c) extensão universitaria;
- d) museu social .(Brasil, 1931, grifo nosso)

Nessa conjuntura, a extensão (por meio de cursos) e o ‘museu social’ foram percebidos como pontos de contato que deveriam fomentar a coletividade e a renovação dos ideais universitários, assim como favorecer os vínculos com a sociedade. Nesse estudo, estamos apresentando apenas algumas proposições sobre esse ‘museu social’, para identificar o seu reflexo no processo histórico-museológico da UFLA. Considerando a diversidade dos museus universitários, faz-se necessário, em outra ocasião, aprofundar a análise sobre os desdobramentos dessa legislação na criação de museus em instituições de ensino superior no âmbito nacional.

Outros pontos dialógicos entre museu e extensão vão sendo construídos historicamente nas décadas de 1950 e 1960, quando “diversos movimentos, instituições e correntes de opinião expressaram tanto as mudanças econômicas, políticas e culturais do pós-guerra, quanto a descoberta do caráter estrutural do subdesenvolvimento”. (Paula, 2013, p. 16). Nessa conjuntura, mesmo com a incipiência institucional das universidades, foi possível que a extensão universitária “tivesse considerável papel na luta pela transformação social do Brasil no âmbito das lutas pelas reformas estruturais”. (Paula, 2013, p. 14). Nesse viés, fazendo um paralelo com as transformações no campo da Museologia, principalmente a partir da década de 1960, intensificaram-se as “críticas aos museus, em meio à crescente insatisfação política e a movimentos de democratização da cultura, realidade que atingia diferentes países do mundo” (Julião, 2006, p.24).

A esses espaços coube repensar suas funções sociais, devendo atuar como “instrumentos de extensão cultural e, desenvolverem atividades para atender a um público

diversificado (...) e, ao mesmo tempo, estenderem sua atuação para além de suas sedes, chegando às escolas, fábricas, sindicatos e periferias das cidades” (Julião, 2006, p.27). Assim, vale ressaltar que essas noções (extensão e museu) tais como a sociedade, estão em constante mudança tendo obrigatoriamente de acompanhar a transformação dos novos desafios que se colocam cotidianamente. Ou seja, novas funções foram e estão sendo propostas a todo o momento às universidades e aos museus.

Nesse contexto, destacamos a atuação de Paulo Freire, que assumiu um papel relevante no desenvolvimento da extensão universitária e também nas reflexões sobre os museus. No início da década de 1960, Freire foi diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC) e se vinculou com o Movimento de Cultura Popular⁴², criado por Miguel Arraes, que contou com a participação de estudantes, da população em geral e intelectuais pernambucanos (Brandão & Fagundes, 2016). Paulo Freire deixou clara a necessidade de uma efetiva integração da universidade com as questões sociais, estando em consonância com as lutas estudantis para uma Reforma Universitária, que ocorreu em 1968, por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro.

Nessa perspectiva, a universidade deveria, portanto, desenvolver “instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares”. (Paula, 2013, p. 17). Aqui nos cabe apontar a obra ‘Extensão ou Comunicação?’ de 1969, em que Paulo Freire apresentou uma reflexão sobre o termo extensão e sua unilateralidade, sugerindo a ampliação das discussões e propondo as bases do que chamou de ‘comunicação’ entre o saber agro técnico e os produtores do campo, tendo como cenário outro país da América Latina, o Chile. Nessa perspectiva, Freire (1983) ainda propôs que as relações invasivas fossem substituídas por práticas e culturas dialógicas, educativas e comunicacionais que promovessem as trocas de saberes de forma equitativa.

Por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da

⁴² O Movimento de Cultura Popular (MCP) “foi criado no dia 13 de maio de 1960, como uma instituição sem fins lucrativos. Foi constituído por estudantes universitários, artistas e intelectuais e teve como objetivo realizar uma ação comunitária de educação popular, a partir de uma pluralidade de perspectivas, com ênfase na cultura popular, além de formar uma consciência política e social nos trabalhadores, preparando-os para uma efetiva participação na vida política do País”. Acesso em 19 de agosto de 2020, em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723

ignorância” para “salvar”, com êste saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aquêles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (Freire, 1983, p. 65)

Para Paula (2013), essa denúncia à semântica do termo ‘extensão’ fomentou a sua profunda reconceituação, que congregou o fundamental da perspectiva de Paulo Freire. Ainda nesse período ocorreu o golpe militar em 1964, que contribuiu para fomentar um forte revés nacional, marcado por uma “sucessão quase imperial de generais no exercício da Presidência da República”. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 451). Nessa época, foi adotada uma política de estabilização rígida, caracterizada pelo “controle dos salários, redução da idade legal mínima de trabalho, fim da estabilidade no emprego através da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), repressão aos sindicatos, proibição de greves”. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 451). De acordo com Paula (2013), segmentos da universidade brasileira integraram as forças que mais resistiram ao golpe e seus desdobramentos.

Ainda nessa abordagem, destaca-se o movimento estudantil, a atuação docente – exercendo o magistério de forma crítica, apesar das restrições às liberdades – entre outros, apesar da intensificação das restrições que culminaram com a imposição do AI-5⁴³, em 1968, e do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969. Em 1968 também foi aprovada Reforma Universitária, que já não faz menção ao ‘museu social’ como um dos estruturadores da vida em comunidade nas instituições de ensino superior. O Art. 20 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 apontou que as universidades deveriam se estender à comunidade, por meio de “cursos e serviços especiais, às atividades de ensino e aos resultados da pesquisa que lhes são inerentes”.(Brasil, 1968). Já no Art.40 do mesmo instrumento normativo, foram destacadas algumas atividades que as instituições de ensino superior deveriam propiciar para a comunidade discente, mas

⁴³ “O AI-5 suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso”. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 455). Essa “ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência”. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 455).

também não foi citado o museu como um instrumento institucional relacionado à extensão.

Art. 40. As instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional. (Brasil, 1968, grifo nosso)

Dessa forma, identificamos apenas que essas instituições deveriam assegurar o acesso dos discentes a ‘programas culturais, artísticos’ de forma generalizada, diferentemente do Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que trouxe uma definição de ‘museu’ que deveria ser criado nas instituições de ensino superior. Um ano depois, o Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, foi destinado especificamente para a vida universitária. Esse ordenamento jurídico definiu “o que seriam infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados em estabelecimentos de ensino público ou particulares” (Paula, 2013, p.73). Essas ferramentas repressoras e intimidatórias, embora tenham trazido consideráveis prejuízos, não impediram a mobilização e a resistência à ditadura (Paula, 2013).

A partir dos anos 1970, intensificaram movimentos sociais urbanos e rurais, que se agregaram aos movimentos operário e sindical compondo um quadro mais robusto da luta social no Brasil (Paula, 2013). Esse momento foi caracterizado também por uma nova geração de estudantes que se alinhou às forças de oposição ao regime ditatorial, como a organização ‘Libelu’ cujos militantes “estavam espalhados pelas universidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 475). Nesse período conturbado e de resistência, verificamos uma convergência dos campos de educação e museologia para uma mesma inquietação semelhante: qual o papel social dessas instituições - universidade e museu - no mundo contemporâneo? Nesse movimento reflexivo e combativo, Paulo Freire se destacou novamente, como bem aponta Ribeiro (2013):

O mesmo Paulo Freire que debateu o papel autoritário da extensão, criticando a extensão como um momento autoritário da universidade, que desconhecendo a cultura e o saber popular, apresentava-se como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância, foi também o inspirador da Declaração de Santiago, quando esta tratou da nova forma de atuar dos museus latino-americanos. (Ribeiro, 2013, p. 99).

Nessa análise, cabe lembrar que “a Mesa-redonda de Santiago pode ser considerada a primeira reunião preocupada com a interdisciplinaridade no contexto museológico e, voltada para a discussão do papel do museu na sociedade”. (Primo, 1999, p. 19). Essa declaração emergiu “no seio de uma América Latina conturbada, onde eram crescentes as injustiças sociais, os problemas econômicos e humanos e onde não eram, de todo, respeitados os mais elementares princípios de liberdade e democracia”. (Constancia, 1993, p. 121). Os ideais sustentados pela Declaração de Santiago (1972) podem ser percebidos no fragmento abaixo:

A tomada de consciência, pelos museus, da situação atual e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Dessa maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar papel decisivo na educação da comunidade.(...) Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. (Unesco, 1972).

Dessa maneira, esse encontro, que contou com a participação de diretores de museus latino-americanos e especialistas de diversas áreas, teve muitos desdobramentos *a posteriori*. Essa Declaração passa a ser evocada principalmente na década de 1990 como referência contemporânea e de um futuro melhor para os museus (Nascimento Jr, 2012).

Assim, a extensão universitária ganhou força na década de 1980, tendo como objetivo o resgate do papel social da universidade pública perante à comunidade. De Medeiros (2017) discorre que esse período foi tangenciado por um contexto marcado pelo processo de redemocratização no Brasil, por movimentos como as ‘Diretas Já’ e o final da Ditadura Militar. Então, a sociedade passa a questionar as universidades, exigindo que essas instituições assumissem um compromisso maior com a população, principalmente com população mais vulnerável. (De Medeiros, 2017; Forproext, 2012). Diante disso, novas demandas são estabelecidas para essas instituições, dentre as quais,

“o maior diálogo com distintos setores da sociedade, a produção de conhecimentos socialmente relevantes e a formação acadêmica articulada com demandas sociais e pesquisa”. (Gonçalves, 2015, p. 1229). A extensão foi se construindo como meio para se concretizar a democratização do ensino e a popularização dos conhecimentos extramuros, ou seja, para estreitar a relação entre as necessidades da sociedade e os fazeres universitários. Atualmente, é definida sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade universitária, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Forproext, 2012).

Essa concepção é interdisciplinar e integrada ao social, dialogando proficuamente com as perspectivas de museu e do fazer museal abordadas a partir das reuniões de Santiago do Chile (1972) e Caracas (1992), no que tange à necessidade de uma aproximação real dessas instituições com a sociedade.

No advento das intensificações das discussões sobre a necessidade da extensão universitária nas décadas de 1970 e 1980, a Museologia e os museus também estavam sob as lentes questionadoras (Scheiner, 2012), nas quais as demandas sociais e democratizantes tomavam forma nas discussões. Em Caracas, na Venezuela, no ano de 1992, foram discutidas as considerações feitas em Santiago (1972), além de novas reflexões sobre o papel social do museu e a “necessidade da tomada de consciência dos poderes públicos acerca da importância da inserção de políticas museológicas no campo da cultura”. (Nascimento Junior, 2014, p. 89). Nesse momento, foi colocado em pauta as crises políticas, econômicas e culturais presentes na América Latina, principalmente entre fins dos anos 1980 e começos de 1990. Nesse contexto, também, reforçaram a ideia de que o museu não deveria ser apenas transmissor de informação ou ferramenta

de educação, mas, essencialmente, um ambiente apropriado em que a comunidade se expresse e interaja “com os processos e produtos culturais, propiciando, assim, um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar coletivo”. (Constancia, 1993, p.67).

Assim, no intuito de sintetizar a discussão:

Nesse mundo em movimento, a Mesa-redonda de Santiago continua a ser uma importante referência nas universidades e em momentos-chave de posicionamento no campo dos museus, como o da criação do Programa Ibermuseus em 2007. Também para o Minom a mesa-redonda assume um papel renovado por conta da sociomuseologia. A sociomuseologia - ou museologia social - é uma forma de enxergar e atuar no mundo baseada na crítica e no ativismo sociais por meio de iniciativas comunitárias, acadêmicas e de experimentações nos mais variados tipos de museus. O Minom integra o movimento da sociomuseologia com a convicção de que os museus podem e devem assumir um papel emancipador na sociedade. (Nascimento Junior et al., 2012, p. 9).

Destarte, museus e universidades foram ‘provocados’ a dialogarem com as demandas da sociedade, ou seja, assumirem compromissos sociais em suas práticas. Assim, ambas as noções – extensão e museu - passaram por atualizações e ajustes, sobrevivendo à possibilidade da comunidade, por meio de seus interesses e visões, assumir o devido protagonismo nas relações com as universidades e museus.

Nessa perspectiva, é de suma importância abordar que, ainda hoje, na organização das universidades, a extensão é a mais frágil, caracterizando-se pela falta de recursos financeiros e de políticas de financiamento, que afetam o desenvolvimento das atividades extensionistas e interferem diretamente nas práticas dessa área (De Medeiros, 2017; Gonçalves, 2015; Wociechoski & Maehler, 2015). Ao mesmo tempo, é justamente na extensão que vem se abrindo “um maior espaço para uma atuação mais efetiva dos museus universitários e, conseqüentemente, uma maior força institucional na disputa por recursos para a sua gestão”. (Ribeiro, 2013, p. 99). Assim, os museus universitários podem ser instrumentos para fortalecer a extensão dentro da Universidade, uma vez que, dentre outras funções, devem ser pavimentados na articulação entre esta e a pesquisa e o ensino (Bruno, 1992).

Nesse viés, para que o museu universitário acolha às necessidades da comunidade universitária e da comunidade local, como um ‘museu social’ é fundamental que as universidades definam claramente o seu propósito e finalidade e assumam plenamente a responsabilidade por sua manutenção e modernização. Esse

caminho é perpassado pela necessidade de políticas específicas para o patrimônio museológico universitário, com normatizações para garantir a manutenção e operabilidade deste na Universidade. Nessa conjuntura, os Museus da UFLA estão vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e é justamente nesse campo fértil das relações e diálogos, e também dos embates e tensões, que analisamos a formação do patrimônio museológico da UFLA e o processo de institucionalização do MBM-UFLA e do MHN-UFLA e lançamos olhares para as possibilidades do aumento da participação da comunidade universitária e geral na transformação desses espaços enquanto emancipadores das ações e demandas sociais.

1.4. Políticas públicas e os reflexos nos Museus Universitários

Nesse momento, cabe abordar que o ‘Governo Lula’, de 2003 a 2011, foi caracterizado pelo mote: ‘democratização das oportunidades de acesso’(Moraes, 2009). Destacamos para efeitos desse estudo as políticas públicas nacionais para o setor dos museus e para às universidades federais, tais como: a Política Nacional de Museus (PNM), criada no extinto Ministério da Cultura⁴⁴ (MinC); e o ‘Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais’ (Reuni), criado por meio do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 e integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério de Educação (MEC). Ambas buscaram promover a expansão do acesso (a primeira aos museus e a segunda as universidades) e a redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, devemos situar os museus universitários nessas interfaces, haja vista que esses espaços transitam tanto no domínio museológico, quanto no âmbito das universidades.

A PNM, lançada em 16 de maio de 2003, teve como objetivo a promoção da valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural brasileiro, como um dos “instrumentos de inclusão social e cidadania, através do incremento e da requalificação das instituições museológicas existentes, e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país” (Brasil, 2003b). Ou seja, buscou a democratização das

⁴⁴ O Ministério da Cultura foi extinto em 2019, no governo do Presidente Jair Bolsonaro. Criou-se a Secretaria Especial de Cultura vinculada ao Ministério da Cidadania.

oportunidades de acesso a museus, assim como a redução das desigualdades territoriais. Como verificamos, no Sudeste estão concentrados 43% dos museus universitários e 39% dos museus do país. Ao passo que as regiões com as concentrações mais baixas são a Norte (4,7% dos museus do país) e a Centro-Oeste (7,42%) (Velasco, 2015). Aqui identificamos uma forte centralização geográfica dos museus no Brasil, o que impacta diretamente na democratização do acesso, uma vez que é necessário existir o equipamento cultural para que haja a oportunidade de acessá-lo. Essa política apresentou como diferencial o fato de contemplar todo o espectro de museus brasileiros, independentemente da sua vinculação institucional, sendo eles públicos ou privados. Para (Monteiro, 2016):

A construção democrática, participativa e rizomática que se deu na construção da Política Nacional de Museus, iniciada em 2003, envolveu os gestores públicos, a participação de diversos atores sociais da área museológica do Brasil e de outros países e a sociedade. Profissionais de museus, professores, técnicos, museólogos, historiadores, antropólogos, biólogos, arquitetos, organizações sociais, entidades de classe e muitos outros profissionais e a sociedade ansiavam por uma política pública que valorizasse os museus, seus acervos, as pesquisas realizadas nessas instituições, mas, acima de tudo, que o Estado visse os museus como agentes de transformação no desenvolvimento social e econômico. (Monteiro, 2016, p. 85)

A PNM definiu sete eixos programáticos para direcionar as ações aos museus: “gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus; e aquisição e gerenciamento de acervos museológicos” (Brasil, 2003a). Essa política propiciou, portanto, outras formas de assistência financeira para o setor de museus, por meio de editais de concurso e prêmios, como o ‘Mais Museus’, voltado exclusivamente para a criação de novos museus em municípios pequenos. Também albergou a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus (2009) e do próprio Ibram (2009). Por fim, culminou na elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), que se tratou de um planejamento e

uma agenda política da área museológica durante dez anos, de 2010 a 2020⁴⁵. Essa política para o setor de museus fomentou o fortalecimento do campo museal no país e ações de democratização de acesso a espaços museais, alinhando-se com as proposições da Museologia, nas quais os museus devem assumir funções importantes na existência cultural e social, enquanto fomentadores de mudanças da sociedade e como espaços de conexão entre os mais diferentes grupos sociais.

Nesse mesmo caminho de ‘democratização do acesso’, inseriu-se também as ações nacionais para a expansão das universidades federais, como o Reuni⁴⁶, cujo principal objetivo foi a redução das desigualdades sociais com relação ao acesso e à permanência no ensino superior. No escopo desse programa, foram incentivadas inovações pedagógicas e combatida a evasão, buscando se elevar as condições de continuidade e sucesso dos discentes nesse nível de ensino (Lima & Machado, 2016). O Reuni consistiu, desse modo, em três grandes eixos: “o aprofundamento da flexibilização curricular e das inovações pedagógicas; a ampliação da oferta de vagas em cursos estabelecidos; e a criação de novos cursos de graduação” (Lima & Machado, 2016, p.385).

Na UFLA, pretendeu-se que o processo de reestruturação e expansão fomentado pelo Reuni fosse “acompanhado pela ampliação dos recursos humanos, adequação de infraestrutura, renovação de práticas pedagógicas e convergência das ações de extensão, pós-graduação, pesquisa e assistência estudantil para a consecução da proposta”. (UFLA, 2007, p. 3). Vale ressaltar que, em 2006, eram oferecidas 620 vagas nos seus 10 cursos de graduação⁴⁷ (UFLA, 2005). Já em 2011, a UFLA mais que dobrou no número de cursos de graduação, passando a oferecer 23 cursos presenciais⁴⁸ e também cinco na

⁴⁵ A primeira revisão do PNSM ocorreu em 2014 no 6º Fórum Nacional de Museus (FNM). Foi integrado ao Plano Nacional de Cultura (PNC), PNC, assim como os demais planos nacionais setoriais culturais. Considerando que o PNSM finaliza em 2020, as avaliações sobre os seus desdobramentos estão por vir.

⁴⁶ Compreendido de 2008 a 2011.

⁴⁷ “80 vagas para o curso de Agronomia, 30 para Administração e 25 vagas para os cursos de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Química (Licenciatura) e Zootecnia”. Acesso em 12 de agosto de 2019, em www.cista.ufla.br.

⁴⁸ “Administração Pública, Administração, Agronomia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Filosofia, Física, Letras, Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Química (bacharelado), Química (licenciatura), Zootecnia, Educação Física (bacharelado), Educação Física (licenciatura), Matemática, Sistemas de Informação, Engenharia Ambiental, Engenharia de Controle e Automação e Nutrição”. Acesso em 12 de agosto de 2019, em www.ufla.br

modalidade à distância⁴⁹, atendendo 5162 alunos (UFLA, 2011a). Atualmente a Universidade conta com uma comunidade universitária composta por mais de 16 mil sujeitos sociais (UFLA, 2019), deixando-nos algumas questões: os museus universitários foram tomados como instrumentos que contribuem para uma renovação pedagógica e curricular na Universidade, assim como para minimização a evasão dos alunos? O que seria ‘revitalização dos museus’ para a Universidade? Os Museus foram preparados para atender à comunidade interna em expansão, além da comunidade externa? As proposições para essas indagações advêm do delineamento do processo histórico-museológico anterior à inauguração dos museus na Universidade, ou seja, encontram-se na formação das coleções e nas configurações que esses espaços foram assumindo na UFLA.

Dessa maneira, realizar essa análise é crucial para compreendermos a construção das relações entre coleções, museus e Universidade e seus reflexos hoje, no que tange à democratização do acesso aos bens culturais universitários para as diferentes comunidades. Nesse sentido, verificamos que, no ‘Projeto Reuni da UFLA’ apresentado ao MEC, há uma única menção intitulada ‘revitalização dos museus’, que aparece como meta no item “Programa de cultura, esporte e lazer” (UFLA, 2007, p. 10). Isso tudo indica que não houve um levantamento sistemático da situação atual dos museus da UFLA naquele período e uma articulação para que os Museus da UFLA fossem inseridos como instrumentos de ensino para o movimento de democratização do acesso à universidade pretendido pelo Reuni. Sendo assim, os museus da UFLA, ao que parece, ficaram à margem desse processo de expansão universitária, embora em outros setores da Universidade os resultados tenham sido diferentes como verificado com o crescimento do número de cursos e discentes.

Ressaltamos que as universidades federais são as instituições mantenedoras⁵⁰ dos museus e coleções aos seus cuidados, sendo assim subordinadas ao MEC. Essa vinculação reflete na aplicação da PNM e do Estatuto de Museus nesses museus. Assim, estudos apontam que o MEC, até o presente momento, não possui nenhuma política e programa de incentivo que inclua os museus e coleções universitárias (Fagundes, 2019;

⁴⁹ “Administração, Administração Pública, Letras-Português, Letras-Inglês e Filosofia”. Acesso em 12 de agosto de 2019, em www.ufla.br.

⁵⁰ Entendida como a instituição responsável pela manutenção do espaço.

Meirelles, 2015). Vale salientar, inclusive, que esse órgão desconhece o quantitativo de museus universitários aos cuidados das universidades, assim como os recursos financeiros que essas instituições vêm encaminhadas para a manutenção desses espaços. Desse modo, esses museus e coleções nas universidades públicas federais podem ser considerados ‘matérias escuras’(Lourenço, 2005) para o MEC, assim como são nas próprias universidades.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Museus (PNM) e o Estatuto de Museus (2009) ainda não conseguiram avançar em direção aos museus universitários (Fagundes, 2019), cabendo às Universidades também criarem e implantarem políticas para amparar esses espaços, uma vez que os museus universitários não devem estar ‘isolados’ da universidade, pois é nela que são institucionalizados e estão vinculados. Logo, cabe à universidade lidar com esses espaços, tanto por meio de uma gestão que os insiram em seu planejamento de desenvolvimento, quanto através de ações estratégicas que os integrem efetivamente como espaços de sustentação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e interligados e aos demais processos museológicos. Para se refletir sobre o próprio fazer museológico no âmbito universitário, fica evidente a necessidade da construção coletiva de políticas que insiram os museus e as coleções universitárias no plano de gestão da universidade e que estejam em consonância com as políticas nacionais para os setores dos museus. Nas palavras de Santos (2006):

... a construção dessa política só será possível se a considerarmos como uma aventura coletiva, estendendo-a a mais pessoas, buscando torná-la mais profunda, mais abrangente, mais plural, a partir dos encontros e trocas, incorporados ao cotidiano dos nossos museus, dos nossos departamentos, das nossas salas de aula, dos segmentos responsáveis pela gestão universitária e, sobretudo, da nossa disponibilidade em nos abrir para outros segmentos da sociedade, buscando novas alternativas a partir de outros olhares e saberes. (Santos, 2006, p.6)

Nesse sentido, os museus universitários se encontram na confluência ou na ausência de políticas públicas e institucionais que os amparem e estimulem (Fagundes, 2019; Marques & Silva, 2011; Meirelles, 2013; Meirelles, 2015), cabendo ao longo desse estudo, analisarmos como a UFLA vem se posicionando em relação às políticas para o setor dos museus, haja vista que é responsável por dois espaços museais.

CAPÍTULO 2. BREVE HISTÓRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Museus e coleções universitárias não podem ser entendidos sem se entender as universidades, pela simples razão de serem planejadas, construídas, dirigidas, organizadas, expandidas, negligenciadas e desmontadas por professores, pesquisadores, estudantes, bibliotecários e ex-alunos. (Lourenço, 2005, tradução nossa).

O processo histórico da Universidade também nos revela aspectos importantes sobre a formação de coleções e museus universitários, uma vez que as trajetórias das coleções, museus e universidade se misturam e se complementam. Por meio de um breve histórico da UFLA, verificamos que sua origem está imbricada no desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil que foi tangenciando pela extensão rural, modernização da agricultura e uma política nacional do progresso (Moreira, 2018).

A UFLA atualmente se apresenta como uma referência para o município de Lavras em Minas Gerais. Essa instituição faz parte de um longo processo histórico principiado na primeira década do século XX. Sua origem está atrelada a Escola Agrícola de Lavras (EAL), criada em 1908. Essa Escola passou por diferentes transformações, tornando-se Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) em 1938. Em 1963, a Escola foi encampada pelo governo federal e se manteve até o ano de 1994, quando foi estabelecida a Universidade Federal de Lavras (UFLA). É nessa conjuntura que está situada a origem do patrimônio cultural da UFLA e os seus desdobramentos histórico-museológicos.

2.1. Origem da UFLA

Ao adentrarmos aos *lugares de memória*⁵¹ em Lavras, que guardam a lembrança da Escola e da atuação dos missionários norte-americanos na cidade, verificamos algumas edificações e objetos que remontam à origem da UFLA, o que aponta para um certo interesse ao passado, ao modo de vida trazido pelos imigrantes norte-americanos e ao ensino da agricultura no Brasil. Esses elementos da cultura material, que são vistos

⁵¹ Para Pierre Nora: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (Nora, 1984, p12).

‘espalhados’ pelo *campus*, são fontes para delinear as relações entre formação de coleções, criação de Museus e a Universidade.

Na atualidade, observamos associações feitas entre a UFLA e o Instituto Presbiteriano Gammon, localizado próximo da universidade. Nesse viés, encontramos na memória dessas instituições a relação entre Samuel Rhea Gammon⁵² e a criação da EAL. Esse sujeito social é reconhecido como o idealizador e responsável pela existência da atual UFLA e cabe-nos perceber, aqui, que ele não foi neutro nessa relação, uma vez que esteve associado aos Estados Unidos da América (EUA), e principalmente à missão da *Presbyterian Church in the United States* (PCUS). Para investigarmos a origem da UFLA e a formação do seu patrimônio museológico, faz-se necessário, primeiramente, aprofundar nas relações entre Samuel Rhea Gammon, a Igreja Presbiteriana do Sul dos EUA e a Escola, bem como compreendê-las.

Nesse ínterim, a missão presbiteriana no Brasil se iniciou oficialmente com a vinda do Rev. Ashbel Green Simonton enviado pela Junta de Missões Estrangeiras, com sede em Nova York, em 1837 (Rossi & Inacio Filho, 2009). Dentro de poucos anos, essa junta mandou missionários para a Índia, Tailândia, China, Colômbia, Japão e Brasil (Matos, 2004). Essa missão envolveu diferentes aspectos que são relevantes para se analisar o pensamento que permeou a EAL e a ESAL. De acordo com Moreira (2018), uma das estratégias utilizadas pelos protestantes ao se estabelecerem no Brasil, já no século XIX, foi a construção de ‘identidades’ conectadas às causas do progresso, civilização e modernidade, comuns naquele período. Esse discurso se difundiu entre os missionários e os órgãos de comunicação religiosa, em uma conjuntura na qual o Brasil vivia entre a desintegração e a consolidação de um Estado Nacional (Schwarcz & Starling, 2015). Nesse momento, percebemos que em um país predominantemente católico, a evangelização protestante passou por desafios, inclusive pela relação do clero com o poder político.

Desse modo, os missionários viam na educação uma forma de libertação da ignorância e também uma possibilidade para a evangelização (Rossi, 2010). Para esses religiosos, o programa educativo era fundamentalmente necessário para a obra

⁵² Samuel Rhea Gammon (1865-1928) foi pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Gammon, “pastor e professor, foi considerado o grande líder do projeto educacional e agrícola da missão presbiteriana em Lavras (MG)” (Dias, 2009, p. 30).

missionária, pois para se evangelizar era imperativo além da conversão, a alfabetização e o estímulo dos membros da sociedade nacional à leitura da bíblia (Clark, 2005). Nesse ponto, vale lembrarmos que as missões presbiterianas que originaram a EAL tiveram sua sede no Sul dos EUA, bem como abordamos que, após a Guerra de Secessão⁵³ um grande volume de imigrantes norte-americanos veio para o Brasil, devido às condições semelhantes ao modo de vida de sua terra natal (Moreira, 2018). Embora houvesse uma ideia favorável ao abolicionismo, entre os presbiterianos da igreja do norte dos EUA que se instalaram no Brasil, entre os missionários do sul (PCUS) é observado um verdadeiro silenciamento na literatura acerca de um posicionamento em relação à abolição da escravidão no país (Silva, 2011).

Dessa forma, a EAL foi criada por iniciativa dos missionários da PCUS, que já estavam no Brasil desde o século XIX e atuavam em Campinas (SP), no Colégio Internacional. Contudo, foram assolados por uma crise financeira e por um surto de febre amarela, que fez diversas vítimas, entre elas missionários e alunos. Nessa conjuntura, os missionários deixaram o estado de São Paulo e se estabeleceram em Lavras em Minas Gerais, instituindo inicialmente um colégio para o ensino primário, chamado Instituto Evangélico (Rossi, 2010). De acordo com Meira (2013), Lavras (MG) foi escolhida pelos missionários por estar em uma localização favorável e dispor de condições climáticas adequadas. Vale ressaltar que Lavras foi fundada por bandeirantes paulistas na primeira metade do século XVII, então denominada de arraial dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil, por volta de 1729 (Vilela, 2007), e, dessa forma, os primeiros habitantes desenvolveram atividades voltadas para a exploração do ouro. Como o metal logo ficou escasso na região, as atividades básicas foram direcionadas para a agricultura e pecuária.

Nessa retomada histórica, em 1831, o povoado foi passado à condição de Vila, sendo que, naquela época, esse povoado de Lavras era considerado “um importante núcleo urbano pelo número de habitantes e pela variedade das atividades ali desenvolvidas como a prestação de serviços e o movimento comercial desta zona”. (Vilela, 2007, p. 57). Vale citar, neste momento, que essa Vila era formada por 245 casas, além da Igreja da Matriz, das capelas do Rosário e das Mercês estas três últimas

⁵³ A Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana, ocorreu entre 1861 e 1865, entre o norte e o sul dos Estados Unidos.

se configurando como únicos locais públicos. Também não havia ruas calçadas e cemitério e, em 1868, com a emancipação política, a cidade recebeu o nome de Lavras. Além do clima, referido pelos missionários presbiterianos, Lavras era reconhecida pelo seu potencial econômico, e sua localização, considerada estratégica fato que, a princípio, favoreceu o acesso dos bandeirantes que rumavam para o interior das Minas Gerais em busca de ouro e, depois, pela adjacência com estradas que a ligam a regiões consideradas relevantes (Pereira, 2019; Vilela, 2007).

A fundação da Escola, contudo, ocorreu em 1908, tendo como principal idealizador, o Reverendo Samuel Rhea Gammon. De acordo com Rossi (2010), Gammon almejava que os jovens lavrenses e de outras regiões tivessem uma formação educacional que os destinassem à vida de agricultores. A implantação desse projeto de Escola contou com a atuação do jovem recém-formado Benjamin Harris Hunnicutt⁵⁴ (1886-1962), natural de Turim, Georgia, Estados Unidos. Ele foi diretor e professor da Escola, atuando na instituição durante 27 anos e também escreveu obras na área agrícola, importou animais para a escola e organizou as primeiras exposições de Minas Gerais. (Dias, 2009, p. 30).

Em meio a essa conjuntura, Gammon acreditava que o Brasil tinha vocação para a agricultura, percebida como uma área abrangente que deveria abarcar todas as ramificações das ações de um fazendeiro. (Rossi & Inacio Filho, 2009). A Escola se destinou ao ensino de plantio, cultivo e colheita para aprimorar a agricultura e envolveu, também, aspectos da pecuária e melhoramento genético do rebanho, assim como a produção de laticínios. (Brito & Von Pinho, 2008, p. 15).

No Prospecto de 1908 do Instituto Evangélico, documento anual que apresentava as projeções para a Instituição, é possível observar que:

Desde que fundamos o nosso estabelecimento de ensino secundário, em 1904, nutrimos o desejo de proporcionar aos alunos que se destinam á vida de agricultores um curso especial de estudos que os prepare para convenientemente aproveitar as riquezas naturaes da terra. Incontestavelmente, a mão da natureza prodigalizou os seus benéficos quanso passou por essa terra: o sólo é uberrino, o clima é salubre e favorável; não menos certo é, porém, que o povo não tem sabido desfrutar estas ricas davidas da generosa providencia. Nenhuma sciencia ou arte, neste ultimo meio-seculo, tem feito progresso como a arte e a sciencia da agricultura em certos paizes da Europa e America. Na Inglaterra, no Canadá

⁵⁴ Ele se formou em Ciências Agrícolas no Mississippi State College, em junho de 1905.

e nos Estados Unidos do Norte, os governos federaes e estadoaes, bem como sociedades patrióticas e indivíduos altruístas, têm gestado fabulosas somas de dinheiro para fundarem estabelecimentos de instrucção onde a mocidade, que, pressurosa, affluia ás aulas, podesse aprender os conhecimentos sempre-crescentes dessa mais moderna e mais importante – ao mesmo tempo mais antiga e mais honrada – sciencia e arte. O Brazil é essencialmente um paiz agrícola, e Minas sobretudo, tem sua principal fonte de riqueza no seu sólo fertissimo. Os interesses da numerosíssima classe de lavradores existem que seja feito aqui o que se vae fazendo em outros paizes adeantados. Está chegando o temo em que desejamos, por mio de nossa Escola Agrícola, concorrer modestamente para o desenvolvimento desta sciencia e o progresso desta arte de agricultura. Quando falamos de “Agricultura”, empregamos o termo em sentido lato, abrangendo toas as ramificações da vida do fazendeiro. O curso, portanto, que ensina a sciencia e a arte de agricultura deverá abranger, não somente o que disser respeito a plantação, cultivo e colheita dos fructos da terra, mas também os princípios que têm de ser observados na criação de todas especies de gado e na depuração a raça delas, e bem assim o essencial da industria de lacticineos e da horticultura. Uma das cousas que tem difficultado o desenvolvimento da vida agrícola é a ideia entre o povo de que o agricultor pertence a uma classe menos illustrada do que o bacharel em letras. Esta ideia é perniciosa, e para a instrucção necessária para a lavoura scentifica, lhes dê também a cultura legislativas, ou perante sociedades scientificas, sem medo de mediram suas forças com as de outra classe qualquer. Tal deverá ser o curso da Escola Agrícola. Tudo não podemos conseguir no principio. Mas, começando modestamente, procuraremos melhorar o trabalho de anno em anno, até que seja realizado completamente o nosso ideal. (Instituto Evangélico, 1908, p. 8–9, grifo nosso).

Aqui percebemos que o discurso do Instituto Evangélico estava alinhado com as discussões sobre a aproximação da agricultura e a ciência, gestadas no ainda período Imperial (Meira, 2017) e continuadas no período republicano. Para Meira (2017), a “ideia de atraso ao ser interligada a uma vocação agrícola escorada em fatores naturais tinha a função de garantir a cooperação do Estado na implementação de políticas de auxílio e ensino” (p.270). Nessa perspectiva, ao longo de sua trajetória, a EAL vai se aproximando do Estado, movimento que culmina na sua federalização no início da década de 1960. Nessa conjuntura, o desenvolvimento da agricultura no Brasil estaria atrelado então à ampliação do ensino agrícola teórico e prático, isto é, a narrativa tecida foi de que o ensino qualificado na ‘arte e a ciência’ da agronomia era uma forma de aproveitamento do potencial agrário do Brasil e de progresso por meio da agricultura. É possível observar também a necessidade da “própria elite rural criar um ensino superior agrícola que atendesse aos seus filhos - restritos basicamente até então, às faculdades de direito, engenharia e medicina”. (Meira, 2017, p. 268). Vale ressaltar que partes do texto

do Instituto Evangélico citadas acima foram monumentalizadas em placas de metal fixadas na praça localizada em frente à Biblioteca Central da UFLA, enquanto *lugar* de uma *memória* agrícola e progressista que compõe a origem da Universidade. Também encontramos no CH-UFLA os bustos do Gammon e Hunnicutt, como símbolos para perpetuar a memória da origem da Instituição, por meio de seus idealizadores. A praça localizada em frente ao portão principal da UFLA também possui o busto de John Wheelock⁵⁵, outro professor norte-americano da Escola. A Figura 1 apresenta a primeira sede da referida Escola, anterior à aquisição da Fazenda Modelo Ceres.



Figura 1. Primeira sede da Escola Agrícola de Lavras (EAL) na década de 1910. Arquivo Museu Bi Moreira.

Moreira (2018) aponta que o pensamento brasileiro para o progresso via na agricultura uma dinamizadora do desenvolvimento econômico, passando necessariamente pela aplicação da ciência a essa área. Assim, progresso, disseminação da ciência e modernização da agricultura, estiveram alinhados com a cultura presbiteriana e com as políticas, por meio de seus dirigentes e da aristocracia agrária (Moreira, 2018). Ainda nesse sentido, para Meira (2017), o aumento na confiança na

⁵⁵ “Wheelock nasceu em 1898 nos EUA, na cidade de Colfax, província de Iowa. Estudou Agronomia no Iowa State College, e posteriormente em Agricultural and Mechanical College of Texas. Mudou-se para o Brasil em 1922, e ministrou aulas na EAL. Nesse período, ocorreu a 1º Exposição Agropecuária e Industrial de Minas Gerais, o lançamento da revista “O Agricultor”, a inauguração do prédio Álvaro Botelho (sede do Museu Bi Moreira) e a organização do Grêmio Agrícola (antigo DCE). Em 1926, assumiu o cargo de segundo diretor da Escola Agrícola de Lavras, sucedendo Benjamin Hannicutt por mais de 20 anos”. Acesso em 02 de julho de 2019, em www.ufla.br.

ciência como fomentadora da produção agrícola nacional voltada para o comércio internacional esteve ligada ao incentivo para a ampliação do ensino na área de agronomia. Esse período, denominado de Primeira República, foi marcado por uma série de novidades, inclusive uma crise da economia agrário-exportadora, movimentada pelas secas e flutuação no preço do café (Schwarcz & Starling, 2015). Igualmente foi assinalado pela “entrada da população imigrante e o desenvolvimento urbano que se acelerou com o fim da Primeira Guerra Mundial e tomou força um grupo de profissionais liberais, desvinculado da grande lavoura”. (Schwarcz et al, 2015, p. 346).

Em 1910, o ensino na Escola passou por mudanças visando à adequação ao Regulamento Geral do Ensino de Agrônomo, baixado pelo Governo Federal por meio do Decreto Nº 8.319 de outubro (Brasil, 1910). Esse documento tratou de aspectos fundamentais para a disseminação da ciência e da tecnologia em meados do século XX, por meio da possibilidade de Cursos Ambulantes de Agricultura, que tinham o intuito de promover a instrução profissional dos agricultores que tivessem impedimentos para realizar os cursos regulares (Moreira, 2018). Também tratava sobre Consultas Agrícolas, nas quais os institutos de ensino deveriam atender as dúvidas recebidas dos agricultores ou profissionais da indústria rural (Moreira, 2018). Nessa legislação, há um enfoque aos serviços de disseminação de ciências sobre a agricultura, que, conquanto não estivessem constituídos como práticas de extensão, ao seu modo, visavam dar acesso a um tipo de disseminação do conhecimento que ia além dos limites das instituições de ensino agrícola (Moreira, 2018).

Já em 1917, por meio da Lei Nº 690, de 10 de setembro do Congresso Estadual (Minas Gerais, 1917), foi autorizado o registro, na Secretaria de Agricultura, dos diplomas de agrônomos conferidos pela Escola Agrícola de Lavras. (Dias, 2009; Veiga, 2012). Nesse mesmo período, o Instituto Evangélico adquiriu uma propriedade de 20 hectares próxima à sede principal, que foi intitulada Fazenda Modelo Ceres, sendo destinada para a construção do *campus* da EAL. Essa unidade foi fundamental para se intensificar a estruturação da Escola, que contaria com laboratórios, oficinas de selaria, ferraria e carpintaria; laticínio, moinho d’água e engenho de cana, além de um campo experimental.

Cabe salientar, que não encontramos documentos que evidenciassem a existência de um museu na estrutura acadêmica da EAL nesse período, como ocorreu

em outras instituições de ensino agrícola no Brasil. (Rangel, 2017). Entretanto, Rangel (2017) aponta que “modelos estéticos utilizados pelos museus da época” (p.45) foram verificados em duas exposições agropecuárias realizadas pela Escola, 1ª Exposição Nacional do Milho (1915) e 1ª Exposição Agropecuária e Industrial de Minas Gerais (1922), por meio das vitrines e suportes, que demonstram a influência das instituições museológicas na organização dos espaços educacionais agrícolas. A Figura 2 mostra uma Exposição sobre milho da Escola.



Figura 2. Exposição. Torre de milho da Escola Agrícola de Lavras, sem data. Arquivo Público Mineiro.

O *campus* da EAL, hoje o conjunto arquitetônico CH-UFLA, foi iniciado na década de 1920, com a construção de sua primeira unidade, o prédio denominado Álvaro Botelho. Esse nome foi dado em homenagem ao político lavrense, Álvaro Augusto de Andrade Botelho⁵⁶. Vale ressaltar que EAL contava ainda com auxílio

⁵⁶ Nascido em 8 de fevereiro de 1860. Realizou os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1883 concluiu o bacharelado na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi eleito deputado geral por Minas Gerais em 1885 e foi juiz municipal em Lavras entre 1886 e 1889. Em Lavras foi ainda vereador, presidente da Câmara e agente executivo, exercendo também a advocacia. “Foi defensor dos ideais republicanos e atuante na propaganda republicana na cidade. Após a proclamação da República, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1890. Sucessivamente reeleito, exerceu o mandato até 1899. Voltou à Câmara no período 1909- 1917 e aí integrou as comissões de Instrução Pública e do Código de Águas. Faleceu na cidade de Lavras em 16 de dezembro de 1917”. Acesso em 20 de agosto de

financeiro do Governo Federal e também Municipal, além da Missão dos EUA (Moreira, 2018), justificando, assim as homenagens a políticos de renome na época. Não obstante a urbanização estivesse caminhando nesse período, o Brasil na década de 1920 continuava preponderantemente agrícola, considerando que “9,1 milhões de pessoas em atividades, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%), à indústria, e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços de uma maneira geral”. (Schwarcz & Starling, 2015, p. 326). Nessa conjuntura, amparam-se os discursos sobre a necessidade de modernização da agricultura, uma vez que o setor agrário vinha tentando superar “condições históricas de crise dos preços dos produtos agrícolas devido ao aumento da concorrência no mercado internacional” (Meira, 2017, p.270). Aqui o ensino agrícola estaria formando os “homens da ciência”, cuja missão seria “à orquestração de um projeto de reformulação da agricultura nacional, garantidor da transformação e da adoção de uma agricultura científica”. (Meira, 2017, p. 270).

Nessas confluências, foi se materializando a EAL, cujo início da construção do prédio foi marcando pelo lançamento da pedra fundamental, lavrada e cravada em mármore com a inscrição “*Sciencias, A. D. 1920*”. (Paiva & Alves, 2011). Esse evento ocorreu no dia 14 de julho de 1920 e o Dr. Benjamim H. Hunnicutt, então diretor da EAL, fez um pronunciamento destacando a importância da Escola para o desenvolvimento agrícola no Brasil. Também discorreu sobre o projeto de expansão da Escola, que previa a construção de 13 pavilhões para abrigar os vários ramos dos estudos agrícolas (Instituto Evangélico de Lavras, 1922a). Fica evidente nesse pronunciamento a intenção da direção em ampliar a Escola, focando na qualificação do ensino em Agronomia de forma abrangente, considerando que este foi o único curso ofertado até 1974. A Figura 3 retrata a solenidade de lançamento da pedra fundamental do prédio Álvaro Botelho, na década de 1920.

2020 em, <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOTELHO,%20C3%81lvaro%20Augusto%20de%20Andrade.pdf>. Considerando esse breve histórico da atuação política de Álvaro Botelho, podemos conjecturar que o Instituto Evangélico buscou aproximações com sujeitos sociais pertencentes a uma elite local, assim como alinou o seu discurso com uma conjuntura nacional mais ampla e favorável ao desenvolvimento do ensino de agricultura, como apontado anteriormente.



Figura 3. Solenidade de lançamento da pedra fundamental do prédio Álvaro Botelho, década de 1920. Arquivo Museu Bi Moreira

Esse primeiro prédio foi inaugurado em 1922, abrigou as salas de aula, biblioteca, laboratórios e diretoria e ficou conhecido como o ‘Pavilhão de Ciências’. (O Agricultor, 1922b, p.4). Ali funcionaram também os gabinetes de Zoologia, Veterinária, História Natural, Agronomia e Agrologia. (Prospecto do Instituto Evangélico, 1959, p.13). Vale salientar que embora a Escola recebesse apoio dos governos e da missão cristã, era uma instituição privada que exigia o pagamento de mensalidades⁵⁷ e se direcionava às elites - que almejavam um ensino moderno para seus filhos (Moreira, 2018) Desse modo, é possível observar que principalmente os que detinham poder aquisitivo poderiam estudar na EAL, resultando em uma turma de alunos com uma considerável posição financeira (Moreira, 2018, p.61). A Figura 4 retrata uma classe de Agronomia. Já a Figura 5 retrata a inauguração do Prédio Álvaro Botelho.

⁵⁷ “De acordo com a consulta nos Prospetos do Instituto Evangélico, em 1908 a cobrança era trimestral e os valores (em mil réis) eram 200\$000 para internos do 1º ao 2º ano e 225\$000 do 3º ao 4º ano. Os externos pagavam 40\$000 referente ao 1º e ao 2º ano e 55\$000 para o 3º e 4º ano. Em 1925, os valores cobrados eram por semestre, sendo 300\$000 para externos e 750\$000 para internos, além de taxas para os laboratórios, denominadas de joias. Já para o ano de 1940, os valores também em mil-réis, eram de 1:150\$000 para externos e 2:290\$000 para internos do nível superior e 820\$000 para externos e 1:970\$000 para internos do nível médio (Moreira, 2018, p. 61).



Figura 4. Uma classe de Agronomia no laboratório do prédio Álvaro Botelho, década de 1920. Fonte: Periódico “O Agricultor”, outubro de 1925.



Figura 5. Inauguração do prédio “Álvaro Botelho”, 1922. Arquivo do Museu Bi Moreira

A EAL também tinha programas voltados para pessoas que não possuíam recursos financeiros para pagar os estudos, beneficiando os alunos de famílias evangélicas, evidenciando o caráter seletivo do programa de apoio ao ensino da Instituição (Moreira, 2018).

Cabe salientar também que nesse período estavam sendo realizados diversos eventos para a comemoração do centenário da Independência do Brasil, como a Exposição Internacional no Rio de Janeiro, a inauguração do Museu Histórico Nacional⁵⁸ (MHN), a Semana de Arte Moderna em São Paulo. O MHN foi o primeiro grande museu de história nacional e durante décadas se apresentou como o principal paradigma de museu histórico do Brasil, inclusive influenciando o idealizador do MBM-UFLA. Nessa conjuntura, segundo Santos (2006), a Exposição Internacional de 1922 representou um passo significativo para a construção de um “conceito moderno de nação e, conseqüentemente, de uma determinada visão de história, a qual, pensava, sustentaria e daria legitimação científica e até mesmo institucional e acadêmica à

⁵⁸ O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado em 1922 com o intuito de delimitar o perfil da ‘nação brasileira’, por meio de um forte cunho militarista (Santos, 2006, p. 21). O seu primeiro diretor foi o advogado e jornalista Gustavo Barroso. Passou por ressignificações ao longo do tempo, como analisa Santos (2006). Atualmente “é uma das unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e possui um acervo constituído por cerca de 300 mil peças entre manuscritos, iconografia, mobiliário, armaria, esculturas, indumentária, entre outros itens da coleção”. Acesso em 12 de janeiro de 2019, em <http://mhn.museus.gov.br/>.

‘nação’ brasileira” (Santos, 2006, p. 27), cujos contornos as autoridades procuravam definir.

A realização do futuro do país vinculava-se não só ao perfil delineado para a ‘jovem nação’; seus alicerces foram escolhidos com base em um projeto que, já naquele momento, apoiava-se num jargão desenvolvimentista. Os estandes davam destaque às indústrias e as inseriam na identidade de nação que se procurava criar. (Santos, 2006, p. 27).

Nesse contexto, marcado pela ideia de moderno e por uma busca pelo progresso, a EAL difundia uma ciência baseada nos ideais positivistas e pautadas na razão (Moreira, 2018). Promoveu técnicas específicas de seu país de origem (EUA) e rechaçou as técnicas e conhecimentos tradicionais baseadas nos saberes locais, como bem coloca Moreira (2018) ao analisar em profundidade o periódico ‘O Agricultor’, editado pela instituição entre 1922 e 1943. Segundo a autora, é possível observar que a Escola difundia “conhecimentos e técnicas oriundos da indústria, demonstrando um direcionamento do que era chamado de ciência, que não compreendia um compromisso estrito ao conhecimento, mas um compromisso com o setor industrial e o mercado”. (Moreira, 2018, p. 71).

Nessa perspectiva, a Escola enfatizava a união entre a ciência e a prática, como lema inserido inclusive em seu brasão,⁵⁹ elaborado, em 1923, pelo professor norte-americano John Wheelock. De acordo com Meira (2013) o brasão da Escola, com o lema “Ciência e Prática”, faz referência ao método intuitivo⁶⁰ emergente na área pedagógica daquele período. Igualmente se vincula às convicções religiosas presbiterianas, que explicitavam seus objetivos, na seguinte frase: “Para a Glória de Deus e o progresso do homem”. Nessa conjuntura, o trabalho realizado pelo ser humano é uma importante forma de glorificar a Deus. Esse brasão representativo teve por base o símbolo da Iowa State College of Agriculture and Mechanic Arts, instituição frequentada por Wheelock, na qual se tituló como engenheiro agrônomo no ano de 1920. Tratando-se de um símbolo, o brasão faz parte da memória e da identidade da Instituição, servindo para comunicar sua ideia de ciência atrelada à prática e à busca

⁵⁹ Um brasão pode ser compreendido como obra de um trabalho artístico voltado para a comunicação visual. Intencionalmente é utilizado para a transmissão de conhecimento socialmente relevante e determinado por regras internacionalizadas.

⁶⁰ O método intuitivo refere-se a lição a partir das coisas. Busca “resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX”.(Saviane, 2004, p.234).

pelo progresso. Essa mentalidade colonial voltada para os ideais de progresso além de gerar repercussões na configuração da Universidade, também envolveu os discursos a respeito dos espaços construídos, das coleções e posteriormente dos museus. Também faz menção ao seu curso de origem, o de Agronomia, que durante anos foi o único curso ofertado pela instituição. A Figura 6 mostra as transformações do Brasão até a criação da ‘marca’ UFLA.



Figura 6. Brasões da Instituição respectivamente: EAL(1923 a 1938); ESAL(1938 a 1994); UFLA (1994 a 1995); ‘marca’ da UFLA de 1995 até o presente. Fonte: Manual de identidade visual da UFLA, 2019.

O longo do tempo, esse símbolo passou por transformações e atualmente é utilizado na bandeira da Universidade. A partir de 1995, foi substituído por uma ‘marca’, remetendo à transformação da Escola em Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Conforme preconizado por Hunnicutt, a estrutura física para atender às demandas da Escola continuou a crescer aos moldes de um *college*⁶¹, tipicamente norte-americano (Buffa & Pinto, 2016), no qual estudantes e mestres viviam e estudavam juntos, ou seja, em uma mesma localidade estruturada para fins de ensino. Ressaltamos que, desde o período colonial, o principal traço do ensino norte-americano foi a concepção de *colleges* e *universities*, isto é, comunidades voltadas para elas mesmas, como ‘cidades microscópicas’ destinadas ao ensino (Buffa & Pinto, 2016). Nessa configuração, a estrutura arquitetônica se funde com a concepção de ensino, ou seja, as salas de aula e outros espaços acadêmicos ficam no mesmo local que os dormitórios,

⁶¹ Essa configuração de *college* da EAL também foi verificada na sua estruturação de ensino como destacou Rodrigues (2013).

refeitórios e áreas recreativas. Remanescentes dessa estruturação de ensino podem ser verificadas ao analisarmos o histórico das edificações do CH-UFLA, reforçando atualmente a ideia de uma proteção patrimonial que considere todo o conjunto arquitetônico e não somente de uma edificação.

Em torno de uma praça central⁶², ao lado do ‘Pavilhão das Ciências’, foi construído também em 1920 o prédio Carlos Prestes⁶³, destinado a abrigar um restaurante no primeiro andar e um dormitório para os alunos no segundo pavimento. Assim, configurando-se como uma ‘cidade em miniatura’, esse formato arquitetônico trazido para Lavras por meio da construção da Escola pode ser percebido como um experimento de urbanismo, que no decorrer do século XX influenciou a própria estruturação de *campus universitário* observada hoje na UFLA.

Outra característica de *college* vista na Escola é sua localização em uma espacialidade rural, arborizada e próxima a uma ribeira. De acordo com Veiga (2012), a fazenda Modelo Ceres inicialmente foi destinada ao programa de subvenção para a formação de aprendizes. Posteriormente, os projetos de incorporação de animais de raça, bolsas de estudos para alunos do curso de agronomia, apoio no envio de formandos para aperfeiçoamento dos estudos nos Estados Unidos, assim como a criação de um posto zootécnico, de acordo com outros já existentes no Estado, foram se ampliando. (Veiga, 2012). A Figura 7 mostra as edificações na Fazenda Modelo Ceres, na década de 1930.

⁶² Para maiores informações sobre a transformação nessa praça ver: Paiva, P. D. de O., & Alves, S. F. N. da S. C. (2011). História da Praça do Campus Histórico UFLA: aqui nasceu a universidade. Lavras. Editora UFLA.

⁶³ Atualmente funciona neste prédio a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (FUNDECC). “A FUNDECC tem por finalidade apoiar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão bem como os desenvolvimentos institucionais, científicos e tecnológicos da Universidade Federal de Lavras, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração dos recursos financeiros auferidos”. Acesso em 14 de maio de 2018, em www.faepecursos.ufla.br. Homenagem a Carlos Prestes, que foi militar e político brasileiro, participante do movimento que culminou com a Revolução de 1930.



Figura 7. Fazenda Modelo Ceres, década de 1930. Acervo Museu Bi Moreira.

Verificamos também que diversos equipamentos e máquinas agrícolas importadas pela Escola desde a década de 1920 se encontram expostos ainda hoje em diferentes áreas do Campus Universitário, ultrapassando as paredes dos Museus da Universidade. Esses itens se configuram como a primeira coleção da Instituição, atualmente compreendida no âmbito do patrimônio de C&T da UFLA⁶⁴. Vale citar o trator Fordson, o primeiro de Lavras e o quarto do estado de Minas Gerais (Dias, 2009), que atualmente está exposto no CH-UFLA. A Figura 8 mostra o trator Fordson na década de 1920 e a Figura 9 mostra o trator Fordson musealizado em exposição na década de 1980.

⁶⁴ Esses itens remanescentes das atividades cotidianas da Escola compõe a coleção de C&T da Universidade e foram mapeados entre os anos de 2015 e 2019, por meio do Projeto de Pesquisa com apoio da Fapemig.



Figura 8. Trator Fordson em demonstração de preparo de milho para silo na Exposição Agrícola de 1923, da EAL. Acervo Museu Bi Moreira.



Figura 9. Trator Fordson em exposição no CH-UFLA, década de 1980. Acervo Museu Bi Moreira.

Seguido a lógica organizacional de *college*, a Escola foi se expandindo na Fazenda Modelo e, em 1929, foi construído o ‘Laticínio Modelo’ da EAL, voltado para formação dos alunos também nessa área⁶⁵ (Instituto Evangélico de Lavras, 1930, p. 43). Essa construção se tornou uma propaganda da infraestrutura da Escola nos seus veículos de comunicação, sendo capa da revista “O Agricultor” em 1929 e ilustrando a 7ª Exposição Agropecuária de Lavras em 1936. (Rezende, 2017, p.115). Nas Figuras 10 e 11 podemos verificar as transformações no uso desta edificação.



Figura 11. Prédio do laticínio, ano de 1929. Fonte: O Agricultor, agosto de 1929.



Figura 10. Atual prédio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). Acervo do Museu Bi Moreira, 2016.

⁶⁵ Atualmente neste prédio funciona um escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais Emater-MG.

No ano de 1930, o curso de Engenharia Agrônoma foi oficializado e, em 1936, a Escola foi reconhecida pelo Governo Federal⁶⁶, integrando-se ao quadro das escolas de nível superior do país. Na ocasião, passou a ser chamada, em 1938, de Escola Superior de Agronomia de Lavras-ESAL. (Andrade, 2006; Rodrigues, 2013; Veiga, 2012). Ainda na década de 1930, foi construído o edifício Odilon Braga⁶⁷, cuja pedra fundamental⁶⁸ foi lançada em 31 de novembro de 1936, também contendo uma urna com lembranças, jornais locais e publicações científicas. Esse prédio abrigou um anfiteatro, uma biblioteca, sala de visita, secretaria, quatro laboratórios e salas de aula (Instituto Evangélico de Lavras, 1937b, p. 20). A inauguração ocorreu no dia 24 de agosto de 1937, no decorrer da 10ª Exposição Agropecuária Regional de Lavras e, desde então, possuiu vários usos, sendo que, no final da década de 1950, sediou a biblioteca da ESAL até a década de 1960 e, atualmente, abriga o Museu de História Natural da UFLA (MHN-UFLA). As Figuras 12 e 13 mostram a construção do prédio Odilon Braga.

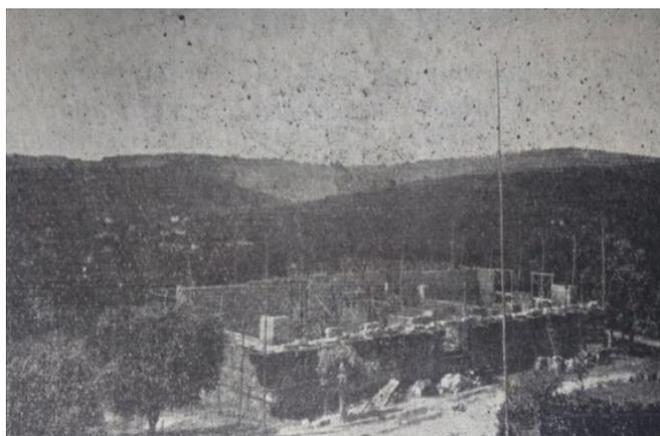


Figura 12. Edifício “Odilon Braga” em construção, 20 de dezembro de 1936 (Instituto Evangélico de Lavras, 1937a).



Figura 13. Edifício Odilon Braga, 1937. Acervo do Museu Bi Moreira.

⁶⁶Nesse mesmo período foram oficializadas a Escola Nacional da Agronomia (RJ), a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (MG) e a Escola Agrícola de Luís de Queirós (SP), por cumprirem “as condições estabelecidas pela nova organização que se imprimiu ao ensino agrônômico” (Jornal A Gazeta, Lavras 6 de Agosto de 1936).

⁶⁷Semelhante ao ocorrido com as outras edificações, na década de 1980 este prédio se tornou anexo do Museu recém criado na ESAL. Já no final da década de 1990, este espaço foi transformado em um novo museu, o denominado Museu de História Natural, inaugurado em 2001 na UFLA, como será analisado no próximo tópico.

⁶⁸ O lançamento da pedra fundamental o Edifício Odilon Braga contou com o discurso do Dr. Josué Deslandes (Instituto Evangélico de Lavras, 1937b).

Interessante que, embora tenha sido previsto no Decreto nº 19.851, de 1931, a criação de ‘museus sociais’ nas instituições de ensino superior, não há nenhuma menção de criação de museus na ESAL nesse período. As incipientes informações sobre o primeiro museu da Instituição, o de Mineralogia, datam da década de 1970, mas não conseguimos fontes suficientes para nos aprofundar em sua trajetória na ESAL/UFLA. Assim, ao que parece, esse instrumento museal ficou só no papel, não sendo colocado em prática na Escola, no decorrer da década de 1930 e das décadas subsequentes, ao passo que, conforme Rossi et al (2009), a introdução da extensão na EAL/ESAL foi um projeto que integrou várias atividades tentando uma aproximação com agricultores da região. A Escola utilizou periódicos e revistas, exposições e o “ensino ambulante, além dos cursos rápidos de um ano e cursos livres (...) para atender de uma forma imediata às carências do ramo da agricultura, ou seja, foram utilizadas estratégias de auxílios técnicos e teóricos para o atendimento a consultas solicitadas”. (Rossi & Inacio Filho, 2009, p. 10).

Nesse sentido, essa estratégia se aproxima da noção de extensão que estava desenhada naquele período. Voltando para a expansão do campus da ESAL, em 21 de agosto de 1943, foi inaugurado o Prédio de Química ‘Apolônio Sales’, destinado ao ensino das diversas químicas voltadas para a agronomia, por ocasião do cinquentenário do Instituto Gammon⁶⁹. A inauguração contou com membros da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV) e com a visita do então Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, homenageado com o seu nome para denominação do referido prédio. (O Agricultor, 1943, p.56). Esse prédio completa o círculo na área central do Campus, demonstrando também o processo de expansão da Escola. As Figuras 14 e 15 mostram o prédio Apolônio Sales em 1943 e 2016 respectivamente.

⁶⁹ Também sofrendo adaptações e ganhando outros usos ao longo do tempo, atualmente neste prédio funciona Diretoria de Educação a Distância (DIREDD) da UFLA.

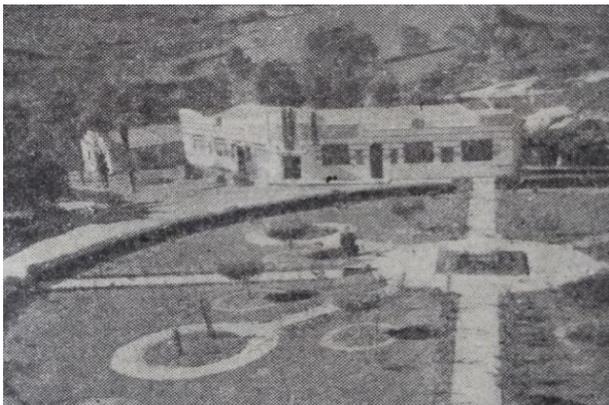


Figura 15. Prédio Apolônio Sales. O Agricultor, dezembro de 1943. Acervo Museu Bi Moreira.



Figura 14. Prédio Apolônio Sales atual DIREED, 2016. Acervo Museu Bi Moreira.

Nas proximidades do prédio ‘Álvaro Botelho’, foi inaugurada, em 12 de maio de 1945, a sede do Centro Acadêmico de Agronomia (CAA) também denominada de Casa do Estudante. Essa edificação, além de sede social, previa uma biblioteca, sala de jogos, restaurante e moradia. (Lavras-Cultura, 1996, p. 12). O CAA teve sua origem em 08 de outubro de 1921, com o Grêmio Agrícola e este foi responsável pela edição do periódico ‘O Agricultor’. Com a ampliação da Escola, em 22 de março de 1926, passou a ser denominado Centro Littero – Agrícola. Em 1936, passou a ser denominado Centro Acadêmico de Agronomia e em 1947 o órgão iniciou a edição do jornal O Agrário⁷⁰. Mais tarde, passou a ser chamado de Diretório Acadêmico de Agronomia (Lavras-Cultura, 1996). Na década de 2010, o prédio foi transferido para a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e, desde 2017, este prédio abriga o planetário do Museu de História Natural da UFLA (MHN-UFLA). A Figura 16 mostra o prédio na década de 1950.

⁷⁰ O jornal ‘O Agrário’, foi denominado como “órgão informativo das atividades esalianas”(CAA, 1947), editado pelo Centro Acadêmico de Agronomia da ESAL de 1945 a 1972.



Figura 16. Sede do Centro Acadêmico de Agronomia, década de 1950. Acervo Museu Bi Moreira.

Vale destacar, nesse momento, que outras edificações foram construídas para abrigar laboratórios e salas de aula, como pavilhão ‘Klaus Fest’, inaugurado em 1951, onde inicialmente se ministrou a disciplina de Engenharia Rural (CAA, 1951, p. 4) e hoje abriga a Rádio Universitária. Dois anos depois, foi construído o prédio de Mecânicas e Máquinas Agrícolas e um novo dormitório, intitulado de Dormitório Benjamin H. Hunnicutt⁷¹, inaugurado em 1958. (Instituto Evangélico de Lavras, 1958, p.16). Já em 1959, foi concluída a construção do Pavilhão da Tecnologia, que atualmente abriga o Arquivo Central da UFLA.

No final da década de 1950, a Escola possuía cerca de 30 construções, sendo elas: pavilhões de aulas e laboratórios, dormitórios, residências, laticínio, galpões, quadra esportiva, estábulos, aviários, serraria, engenho. Seguindo o modelo norte-americano de *college*, a Escola, embora localizada na cidade, apresentava muitas áreas verdes, dando a impressão de estar no campo, mesmo com as transformações ocorridas ao longo do tempo. Configurou-se como uma ‘pequena cidade’ ao se construir em um só local os prédios escolares, alojamento para alunos, residência para professores, laboratórios e outros, suprimindo todas as necessidades de ensino voltadas para a agricultura. Esse território extenso e fechado pareceu seguir um projeto detalhado com objetivo de oferecer formação integral ao estudante de agronomia. Essa configuração

⁷¹ Atualmente funciona a Casa de Hospedagem Alvorada.

arquitetônica atrelada ao ensino pode ser verificada na Figura 17 uma planta baixa da Escola datada de 1958.

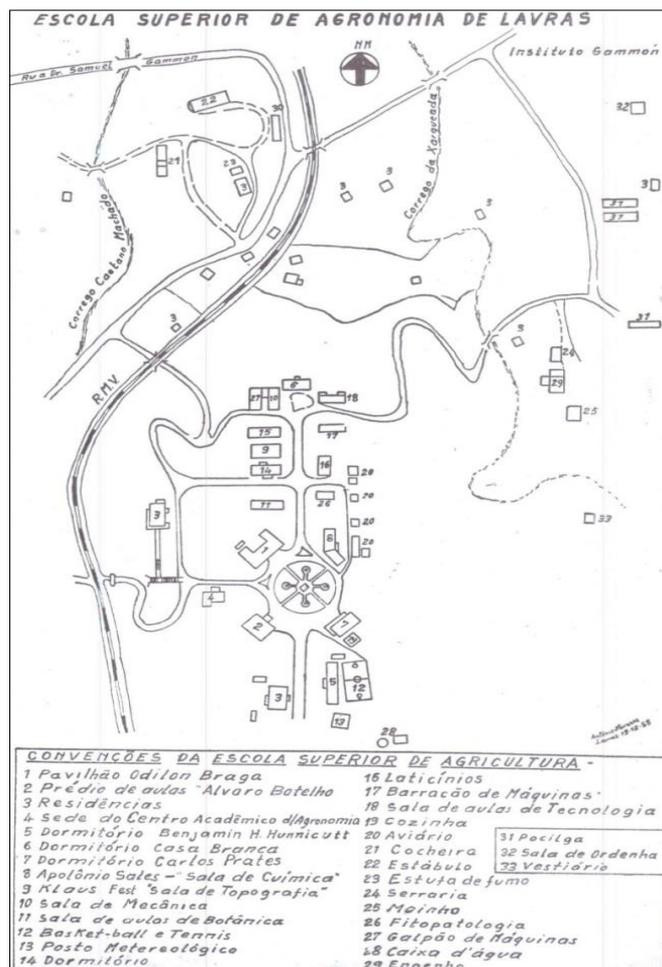


Figura 17. Planta Baixa da ESAL (1958). Acervo Museu Bi Moreira.

As transformações na configuração desse espaço físico se intensificaram, principalmente a partir do final da década de 1950, com a expansão da Escola para outras áreas, transitando gradativamente para um *modelo de campus universitário*⁷², também de influência norte-americana (Buffa & Pinto, 2016). Essas mudanças, que impactam os usos das edificações, contribuíram para a instalação dos Museus no CH-UFLA, assim como a concessão de outros prédios para as atividades museológicas nesse local. As referidas edificações, embora tenham sofrido intervenções e ganhado

⁷² Campus universitário se refere a “um conjunto homogêneo, fechado e com mais facilidade de controle e administração, rigidamente planejado, seguindo uma estrutura didática bastante diferente daquela das faculdades isoladas. Uma estrutura que pudesse favorecer os aspectos de racionalidade e de baixo custo de construção, administração e controle”. (Buffa & Pinto, 2016, p. 821).

novos usos ao longo do tempo, mantiveram muitas características originais e se configuraram como um conjunto arquitetônico de valor cultural e patrimonial, integrando o patrimônio cultural da Universidade.

Nesse período, o Brasil vinha passando por transformações políticas e econômicas significativas, voltando-se para a aceleração do processo de industrialização e privilegiando “o setor industrial de bens de consumo duráveis, alterando os hábitos e o cotidiano da população, que, deslumbrada e espantada, passou a conviver com sem-número de novidades” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 416). Já a ESAL, no final da década de 1950, vinha passando por uma profunda crise financeira, política e religiosa, sendo cogitado o seu fechamento (Rodrigues, 2013). Para Rodrigues (2013), essa crise na Escola foi reflexo de mudanças organizacionais realizadas pela Missão Evangélica norte-americana, que teria transferido o Instituto Presbiteriano Gammon⁷³ para a Igreja Presbiteriana do Brasil, por compreender que se tratava de uma instituição já consolidada e capaz de continuar seu funcionamento sem auxílio externo. Ao que tudo indica, o resultado dessa transferência foi caracterizado pelo enfrentamento de sérias dificuldades financeiras que impactaram a ESAL e culminaram em sua federalização, como uma alternativa para a sua continuidade (Rodrigues, 2013). Em outras palavras, chegando a contar com apenas quinze professores e pouco mais de cem alunos, além de estar deficitária (Dias, 2009), instigou articulações políticas favoráveis à federalização da Escola.

Vale ressaltar que as motivações para a federalização foram variadas no Brasil, “por vezes decorrentes de iniciativas dos quadros políticos e das elites locais e outras enquanto propostas oriundas do próprio poder central” (Vasconcelos, 2007, p.48). De acordo com Vasconcelos (2007), nomeadamente sobre a federalização de universidades no Brasil, existem apenas a Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950 e a Lei nº 1.523 de 26 de dezembro de 1951. A primeira lei sinalizava a vinculação de instituições de ensino superior ao poder público federal, como um meio de se conseguir ‘centros unificadores do pensamento científico brasileiro’. Já a segunda Lei, referiu-se à autorização dada ao Poder Executivo para “abrir um crédito especial para atender a

⁷³ A ESAL foi departamento do Instituto Gammon de 1908 (fundação) até 1962. Durante um período de 1963 funcionou sob a responsabilidade o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio de convênio, por um curto período até ser federalizada nesse mesmo ano.

manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior”. (Vasconcelos, 2007, p. 49). Ressaltamos esse ponto, pois no início da década de 1960 a ESAL foi encampada pelo governo por meio de um processo de federalização.

2.2. Federalização da ESAL

A federalização da ESAL pode ser considerada um marco divisor na sua trajetória, por retirar a instituição da rede confessional privada de ensino à qual esteve ligada desde a sua fundação em 1908 e coloca-la na rede de ensino superior público, iniciando outra etapa rumo à transformação em Universidade (Rodrigues, 2013). Esse processo não foi neutro e esteve permeado por uma série de tensões e articulações políticas, possibilitando inclusive se conjecturar os caminhos pelos quais foi se construindo a própria trajetória da universidade no Brasil (Rodrigues, 2013). Desse modo, a federalização da ESAL se apresentou como um reflexo do que vinha ocorrendo nas políticas nacional e educacional do final dos anos de 1950 e que se estendeu com a reforma educacional de 1968⁷⁴, trazendo implicações profundas no ensino superior brasileiro até meados dos anos de 1980 (Rodrigues, 2013).

Em agosto de 1960, os estudantes da ESAL decretaram em greve entre os dias 11 e 24 (CAA, 1960) e, nesse momento, foram acrescentados pelos alunos alguns pontos à proposta de decreto de greve que desvelam as dificuldades pela qual a Escola vinha passando.

- a) A não participação do professor, ou seja, da CONGREGAÇÃO nas VERDADEIRAS resoluções e administração da Escola.
- b) Falta de recursos financeiros para a execução de muitos trabalhos e experiências no que vem prejudicando grandemente ao desempenho da função dos Mestres.
- c) Baixos salários e processo de pagamento por aula dada (...).
E muitos outros (CAA, 1960).

⁷⁴ No início desse regime militar, foi implementada a Reforma Universitária de 1968, que visou prioritariamente uma modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais. Esta reforma veio com a finalidade de “aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, por meio do: sistema departamental, vestibular unificado, ciclo básico, sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós graduação” (Fávero, 2006, p. 34).

Podemos inferir que essa conjuntura favoreceu a federalização como um meio de garantir a continuidade da Escola. As ações dos estudantes da ESAL também foram relevantes na mobilização extramuros para a permanência da Instituição, isto é, na sensibilização da comunidade lavrense para a importância da Escola para a cidade de Lavras (Rodrigues, 2013). Em maio de 1961, os estudantes da ESAL se reuniram com a Direção do Instituto Gammon (IG) para discutirem sobre a federalização da Escola. Nessa ocasião, o Instituto assumiu o compromisso de estreitar a conversa com o Presidente da República para seguir caminho rumo à federalização, visando conseguir as melhorias no ensino e na infraestrutura da Escola reivindicadas pelos estudantes desde 1960 (CAA, 1961c). Observamos, por meio dessa matéria no periódico ‘O Agrário’⁷⁵, a participação ativa dos estudantes⁷⁶ no processo de federalização da Escola, no intuito de agregar a população local a essa causa.

FEDERALIZAÇÃO. Esta é a palavra de ordem que recebemos. Esta é nossa meta. Dela não fugiremos. Fomos incumbidos por nossos colegas da liderança do movimento e enquanto neste poste estivermos não cederemos um centímetro de defesa desta causa. Temos procurado trabalhar em todos os sentidos sem medir esforços pois nossa causa é única:- dotar Lavras de uma Escola que já não mais viva de tradição mas que continue a fazer tradição. (...) Mesmo não sendo lavrense tudo faremos pela grandeza desta terra, de povo nobre e de nobres ideias. Por duas vezes o I.G [Instituto Gammon] esteve para entregar a nossa Escola de mão beijada ao governo Federal que pretendia leva-la para Sete Lagoas. Nesta época não surgiu em Lavras nenhum movimento para que ela aqui permanecesse. Hoje lutamos para que ela não se feche mas também lutamos para que daqui, ela não saia. Somos pouco mais de cem. Amanhã federalizada seremos mais de quinhentos. Quem lucrará com isto? Respondemos: O município, o estado, a nação. Federalizada seus filhos não mais pagarão as taxa de Cr\$ 21.000,00 para o externato e Cr\$ 71.000,00 para o internato por ano. Espera-se que para o próximo ano estes números frios subam de cem por cento. Federalizada os menos favorecidos poderão ingressar na carreira agrônoma em sua própria terra sem ser preciso se locomover para outros centros para com o próprio suor sustentar-se nos estudos. É chegado, lavrense, a sua vez de tomar a sério a federalização da ESAL e de engrossar as fileiras dos que por ela lutam. Dando o seu apoio, você estará ajudando a acelerar o dia da FEDERALIZAÇÃO (CAA, 1961a, grifo nosso).

⁷⁵ Jornal informativo produzido pelo Centro Acadêmico de Agronomia (CAA) da ESAL entre 1947 e 1972. De ampla circulação com aproximadamente 3000 tiragens visava ser um informativo das atividades esalianas.

⁷⁶ Nesse período estavam à frente do CAA os estudantes: Hélio Corrêa (Diretor); Carlos Gomes dos Santos Cortês (Gerente); Custódio José de Carvalho (Redator Chefe); Saul Pereira, João Márcio de Carvalho Rios e Arnaldo Junqueira Neto (Redatores); Lúcio Gonçalves Pereira (Publicidade), João Sampaio (Departamento Fotográfico); Prof. Valdir Azevedo, Rozali Pádua de Souza e Nilza Helena (Colaboradores).

Esse fragmento textual demonstra que os estudantes da ESAL construíram uma narrativa para instigar a participação da comunidade lavrense nesse processo, focando nos benefícios coletivos propiciados pela federalização da Escola. Apontaram à parca participação da população local a ‘causa da Federalização’, bem com destacaram que a federalização tornaria a Escola acessível aos menos favorecidos, que não podiam pagar os altos valores anuais cobrados para se obter uma formação superior. Aqui podemos evidenciar alguns aspectos do perfil socioeconômico desses estudantes, qual seja, integravam uma elite pagante e ao mesmo tempo engajada na política⁷⁷ vigente.

Quanto a Lavras e, mais especialmente, quanto à ESAL sabe-se que o ex-Presidente, ainda durante a campanha que o levou ao poder, assumiu um compromisso com os alunos de federalizar a ESAL e, lamentavelmente, não o fez. Sabe-se, entretanto que, impossibilitado de cumprir a promessa formal (a federalização), pensava e pretendia mesmo por em prática um plano de ajuda substancial à nossa Escola, a qual, com essa ajuda, não só poderia atender às reivindicações dos alunos como melhorar sensivelmente as suas instalações, de para com a renovação e o aumento do quadro docente. Pelo que ouve ou se observa, parece que há uma tendência de o Gabinete seguir alguns dos planos do governo da República, qualquer eu êle seja, em relação ao problema da agricultura, dentro do qual está situada, embora modestamente, a nossa Escola com acêrvo que pode ser sensivelmente aumentado se o Govêrno, através dos órgãos competentes, distribuir equitativamente as usas verbas, deixando sobrar para a Escola de Lavras algumas verbas que não se constituam migalhas diante das suas necessidades e, especialmente diante dos direitos que ela tem a uma ajuda mais concreta e eficiente, condizente não só com a sua tradição como também com a folha de serviços que vem prestando à nação há 54 anos. (CAA, 1961^a, grifo nosso)

De acordo com Bezerra (2016), os estudantes da ESAL continuaram empenhados com movimento de federalização, por meio de greves, panfletagens e pontos de coleta para assinaturas e donativos para a campanha, inclusive com a abertura de crédito solicitada pelo prefeito de Lavras no período, Sylvio Menicucci. Destarte, entre os anos de 1961 e 1962 ocorreram idas e vindas nesse processo, além de “conquistas e frustrações por parte do movimento estudantil e um compasso de espera e

⁷⁷ Segundo Bezerra em setembro de 1960, ‘Magalhães Pinto, candidato ao Governo de Minas fez a promessa de, caso fosse eleito, empenhar todos os esforços junto ao Governo Federal para salvar a ESAL federalizando-a. Também nesse mês Jânio Quadros, candidato a Presidente da República, em solenidade na Escola Agrícola de Viçosa foi abordado por um grupo de alunos que pedia apoio a federalização. Jânio se comprometeu e os alunos pediram que ele o fizesse por escrito no que foram atendidos (...). No entanto, a renúncia em 25/08/1961 impediu o cumprimento da promessa’. (p.339).

tomada de posições por parte do Instituto”. (Rodrigues, 2013, p. 102). A Figura 18 mostra o processo de Federalização da ESAL.



Figura 18. Campanha de Federalização, década de 1960. Acervo Museu Bi Moreira

Em 23 de dezembro de 1963, por meio da Lei nº 4.307 (Brasil, 1963), Subestação Experimental, o Centro de Treinamento de tratoristas e os acervos da ESAL, avaliados em Cr\$ 236.087.380,00, foram incorporados ao governo federal (Esal, 1964). Na ocasião, a Escola ficou subordinada à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. De acordo com a Lei nº 4.307/1963, a ESAL deveria ser regida pelo Regimento da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, até a aprovação de um regimento próprio, quando passou a estar subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e não mais ao Ministério da Agricultura. Vale ressaltar que após a federalização, a Escola inicia um novo ciclo de crescimento com a criação do Departamento de Economia de Agricultura em 1965 e isso é o início da mudança para o denominado ‘Campus Novo’ em 1969. A Figura 19 mostra a vista aérea da ESAL no período de expansão.



Figura 19. Vista aérea do Campus da ESAL, década de 1970. Destaca-se em vermelho o Campus Histórico e em azul o “Campus Novo”. Acervo Museu Bi Moreira.

A ampliação física da Escola foi acompanhada pela criação de novos departamentos no decorrer da década de 1970 - Fitossanidade, Ciência do Solo, Biologia, Educação Física, Ciência dos Alimentos e Química. A Figura 19 permite observarmos que essa expansão física ocorreu em uma outra área da Escola, possibilitando que o conjunto arquitetônico destinado ao curso de agronomia, hoje denominado CH-UFLA, fosse preservado, inclusive com a instalação de um museu na primeira edificação da Escola. O Museu Bi Moreira (MBM-UFLA) foi inaugurado em 1983, mas, desde meados da década de 1970, já ocupava o prédio ‘Álvaro Botelho’. Nesse período, marcado pela ditadura militar, também foram intensificando os movimentos sociais, “com proposições de maior abertura política, mas também acadêmica, atribuindo-se à educação um papel fundamental, e às Universidades funções social e políticas, o que necessariamente envolve a Extensão”. (Gonçalves, 2015, p.1233).

Passadas duas décadas dos militares no poder, com a restrição de vários direitos, intensifica-se o processo de redemocratização. Nesse período, foram criados na ESAL novos cursos, contribuindo para a consolidação e configuração de um campus universitário, considerando que, em 1994, a Escola foi transformada em Universidade. Vale ressaltar que ao final da Ditadura Militar foi redigida a Constituição de 1988, a

qual determinou os direitos e obrigações dos cidadãos e dos entes políticos do Brasil. Considerando que o seu texto foi redigido ao final de um longo período de ditadura militar, e por ter sido resultado de um amplo debate com a população, ficou conhecida como ‘Constituição Cidadã’ e encontra-se em vigência ainda hoje.

A partir da Constituição de 1988, “as universidades passam a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e passam, também, a obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (Brasil, 1988). De acordo com Gonçalves (2015), esse princípio pode ser entendido “como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade socialmente comprometida” (p.1231), que promova interfaces mais ativas com “diversos setores da sociedade e que advogue por uma formação e produção de conhecimento em diálogo com necessidades sociais” (p.1231). A ESAL/ UFLA, enquanto espaço de ensino, pesquisa e extensão, foi se configurando como um local que tende a ser delimitado enquanto tal, e, no seu interior, fragmenta-se em uma diversidade de hábitos e funções, simbolismo, múltiplas áreas disciplinares.

2.3 . Criação da UFLA

No início dos anos 1990, a ESAL era classificada como um estabelecimento isolado de ensino superior, voltada para a área de Agrárias (Rodrigues, 2013). Para compreendermos essa transição de Escola para Universidade, Rodrigues, aponta ser necessário perceber dois momentos principais, um ligado diretamente às articulações da comunidade esaliana e outro voltado para os aspectos burocrático-administrativos que partiram da ESAL e circularam em Brasília, no Ministério da Educação – Câmara dos Deputados e Senado Federal (Rodrigues, 2013). A movimentação interna na ESAL buscou uma maior autonomia na criação de cursos com o status de Universidade. Nesse cenário, vai se tecendo um ambiente favorável à transformação institucional da ESAL em UFLA. (Rodrigues, 2013). Na gestão administrativa de Silas Costa Pereira⁷⁸, discutia-se qual concepção de Universidade se pretendia para a ESAL, pois ao assumir essa nova condição, ter-se-ia que ultrapassar a hegemonia conquistada no âmbito das

⁷⁸ Professor do Departamento de Biologia (DBI-UFLA), Diretor da ESAL de 1991 a 1994, Reitor Pró-Tempore de 1994 a 1996.

Ciências Agrárias, para se atender prerrogativas, sejam elas, a “especialização por campo do saber” ou a “universalidade de campo”⁷⁹. (Rodrigues, 2013, p.22). Já o processo burocrático da criação da Universidade, iniciou-se em 17 de outubro de 1994, quando foi encaminhado ao Congresso Nacional (CN) o Projeto de Lei nº 4772, que dispunha da transformação da ESAL em UFLA. (Brasil, 1994). Em 11 de novembro de 1994, esse documento foi para a diretoria da Câmara dos Deputados e, em seguida, para o plenário da Câmara para leitura e publicação da matéria. A votação, em turno único, ocorreu em 22 de novembro e em 9 de dezembro o projeto saiu do Senado Federal para a sanção. Assim, em 15 de dezembro de 1994, a ESAL foi transformada em universidade pela Lei nº 8.956. (Brasil, 1994).

A UFLA veio construindo sua história na área das Ciências Agrárias, “atuando em aspectos como a produção de alimentos, madeira, fibras, medicamentos e energia renovável, buscando explorar os recursos naturais, em harmonia com a preservação ambiental”. (UFLA, 2011a) e, nesse aspecto, ela apresenta papel relevante na interiorização do ensino superior no Brasil. Como universidade, em 1994, a instituição foi se inserindo nas diferentes Ciências, por meio da criação de cursos nas áreas de Engenharia, Computação, Saúde e Educação.

Como verificamos anteriormente, a partir de 2008, foi intensificado o processo de expansão da Universidade, em decorrência das metas apontadas para o Reuni. Entre 2008 e 2011, o número de alunos praticamente dobrou, assim como a quantidade de cursos oferecidos pela Universidade. Até início de 2020, esteve organizada em 27 Departamentos Didático-científicos⁸⁰, que atuavam em diferentes áreas do conhecimento, preparando mais de 16.000 estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação (UFLA, 2019a). Atualmente, a Universidade vem passando por uma reformulação em sua estrutura organizacional, com a criação de faculdades, institutos e escolas. Essa reestruturação administrativa altera a organização das unidades acadêmicas da Universidade, congregando os diferentes grupos de departamentos,

⁷⁹ Uma universidade deve abarcar todas as áreas fundamentais do conhecimento humano. (Rodrigues, 2013).

⁸⁰ São os Departamentos de: Administração e Economia, Agricultura, Biologia, Ciência da Computação, Ciência do Solo, Ciência dos Alimentos, Ciência da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Florestais, Ciências Humanas, Direito, Educação, Educação Física, Engenharia, Engenharia Agrícola, Entomologia, Estatística, Estudos da Linguagem, Física, Fitopatologia, Gestão Agroindustrial, Nutrição, Medicina Veterinária, Química, Recursos Hídricos e Saneamento, Zootecnia (UFLA, 2019b).

cursos de graduação e programas de pós-graduação. Dessa forma, é possível observar que a expansão física, ampliação de cursos ofertados e de público atendido vem caracterizando a trajetória recente da Universidade ocasionando, a necessidade de outras formas de organização institucional. Assim, esse novo modelo busca descentralizar as decisões acadêmico-administrativas e também horizontalizar a deliberação no âmbito das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Campus Universitário atualmente é formado por uma área de 600 hectares, sendo mais de 200 mil metros quadrados de área construída. Ao ser percebido como um território, podemos considerar a realidade ao mesmo tempo material e imaterial da Universidade. Tanto as partes construídas como as não construídas são consideradas frutos de relações, que envolvem os edifícios e os terrenos, sua distribuição e utilização. Nesse território, os edifícios e os espaços vazios se constituem como signos identitários e que esboçam, de maneira mais ou menos evidente, a concepção ou ideia de que as pessoas fazem parte da instituição. Cada espaço na Universidade, desde sua existência ou ausência, sua estruturação e relação com os demais, possui um sentido. A sala do Reitor, áreas de convivência dos discentes, capela, instalações esportivas, pátios e praças, laboratórios e salas de aula representam, sem suspeita, a relevância, a natureza e as características da função ou atividade correspondentes. Ao analisarmos esses aspectos, é possível evidenciar, também, “critérios de visibilidade e de controle, bem como a tendência à fragmentação e à diferenciação, ou à preferência por espaços comuns e de encontros”(Buffa & Pinto, 2016, p. 814). Aqui inserimos o patrimônio museológico da UFLA. É nesse território universitário, marcado por tensões e transformações, que duas edificações do Campus Histórico (CH-UFLA) se transformaram em Museus, o Bi Moreira e o de História Natural. Ambos caracterizados pela diversidade típica dos museus universitários, assim como por estarem imersos na intercessão entre a Universidade e a municipalidade. Esses Museus foram criados por motivações distintas em períodos e circunstâncias diferentes que serão investigadas mais a fundo. Até a presente data, somente o prédio do Museu Bi Moreira foi tombado pelo Conselho de Patrimônio Cultural do município de Lavras (MG), não sendo considerada no processo de preservação a noção de conjunto arquitetônico. A Figura 20 mostra a praça e as edificações no CH-UFLA.



Figura 20. Campus Histórico da UFLA (CH-UFLA), 2015. Acervo Museu Bi Moreira.

Em suma, buscamos traçar um breve histórico das transformações ocorridas na Instituição, considerando os múltiplos usos das edificações que hoje integram o CH-UFLA, para, em seguida, discutirmos a patrimonialização e musealização no tocante ao patrimônio museológico da Universidade.

CAPÍTULO 3. OS (DES) CAMINHOS DO MUSEU BI MOREIRA NA ESAL/ UFLA

O Museu não é um amontoado de coisas mortas, mas um repositório de fatos vívidos e vividos, que nos falam através de peças e documentos. (Bi Moreira, 1975)

Nesse capítulo, debruçamo-nos sobre as práticas colecionistas de Silvio Amaral Moreira, que refletiram na criação do Museu ‘Bi Moreira’, tutelado pela ESAL/ UFLA desde o início da década de 1980. Nesse sentido, o estudo sobre o colecionismo é aqui apreendido como uma plataforma profícua para se compreender os aspectos da reprodução das relações sociais e museológicas. Interessa-nos salientar então uma das funções presentes no fecundo e problemático biônimo coleção-museu, tendo como cenário a Universidade. Assim, referimos ao uso do Museu como modo de ultrapassar os limites da vida privada e doméstica e alcançar a vida pública.

Nessa perspectiva, o colecionismo é um tema copioso para a apreensão da função estruturante que os artefatos desempenham na criação e reprodução de categorias sociais e de mentalidades que envolvem a vida em sociedade. Estudos envolvendo colecionadores vêm apresentando como a prática de agrupar objetos de acordo com regras próprias –tipológicas, afetivas, excepcionais, temáticas e outras – acolhe a necessidades de equilíbrio emocional, conexão e segregação sociais; além de contribuir para a constituição de formas de privilégios e elevação individual, toando também como elos de afetividade ou como aplacador das transformações sociais ou de ciclos da vida (Baudrillard, 2009; Lopes, 2017; Pearce, 1993, 2005a; Pomian, 1984). Além disso, as coleções são social e historicamente construídas e, por isso, os museus, ao abrigarem artefatos de diferentes ordens, podem ser percebidos como poderosos colecionadores, produzindo sentidos em torno das coleções que, por sua vez, fomentam e modelam diferentes identidades, desde as locais e regionais até aquelas de âmbito individual e permeadas por afetividades (Lima & Carvalho, 2013).

3.1. Antecedentes: por que museu ‘Bi Moreira’?

A cidade de Lavras, desde o final do século XIX, ingressara em um período de efervescência econômica e política, intensificado após a Proclamação da República⁸¹. Nesse período, foi um importante polo regional de Minas Gerais, destacando-se por abrigar diversas instituições de ensino, como o Instituto Evangélico⁸², o Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁸³, o Grupo Escolar de Lavras⁸⁴ e a Escola Agrícola de Lavras (EAL)⁸⁵. Essa característica no âmbito educacional lhe garantiu a denominação de “terra dos ipês e das escolas”, cunhada pelo jornalista Jorge Duarte⁸⁶. Nessa cidade, nasce, no dia 15 de julho de 1912, Sílvio do Amaral Moreira, filho de José Moreira de Alvarenga e Alina Ludovina do Amaral Moreira (Vilela, 2007) e ele ficou mais conhecido como ‘Bi Moreira’, apelido que surgiu nos tempos de infância de Sílvio.

Na literatura lavrense, Sílvio do Amaral Moreira (1912-1994), doravante Bi Moreira, é reconhecido socialmente como um homem dinâmico que atuou em diferentes frentes (Diniz, 1998; Siqueira, 1994). Foi qualificado como:

(...) jornalista, escritor, poeta, folclorista, museólogo, pesquisador de fatos da sua região e do seu povo, orador, esportista, cidadão honrado, amigo de todos, sempre pronto para colocar a sua pena, o seu talento e o próprio prestígio pessoal a serviço de eventos sociais, filantrópicos, culturais e que apoiou e patrocinou durante a sua vida. (Siqueira, 1994, grifo nosso)

Essa visão múltipla de Bi Moreira é como se fosse a extensão do que era a sua vida, entrelaçada em funções públicas, ora como escritor, ora como orador, ora como filantropo, pai de família⁸⁷, cofundador e incentivador da Sociedade dos Amigos de Lavras (SAL)⁸⁸ e sócio fundador do Rotary Clube de Lavras⁸⁹ (Vilela, 2007). Sua atuação aconteceu em determinado espaço territorial, e sua vida se insere na própria missão que ele trilhou. Bi Moreira buscou o conhecimento sobre as histórias da região, fundamentado num projeto, que visou ultrapassar os limites da vida privada e doméstica

⁸¹ A Proclamação da República se tratou de um golpe de Estado político-militar, ocorrido em 15 de novembro de 1889. Foi responsável pela instauração de uma república presidencialista de governo no Brasil. Nesse período se encerrou a monarquia constitucional parlamentarista do Império o que levou, o então chefe de estado, imperador D. Pedro II, partir para o exílio na Europa (Schwarcz & Starling, 2015).

⁸² Fundado em 1893 pelos missionários presbiterianos.

⁸³ Fundado em 1900 por freiras da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade.

⁸⁴ Fundado em 1907 pelo professor Firmino Costa.

⁸⁵ Fundada em 1908.

⁸⁶ Ver: <http://pml.lavras.mg.gov.br>, Recuperado em 26/06/2020.

⁸⁷ Em 12 de setembro de 1936 Bi Moreira se casou com Maria Godinho Moreira. São seus filhos José Sílvio, Márcio, Gilson e Denise.

⁸⁸ O Rotary Club de Lavras foi fundado em maio de 1954.

⁸⁹ Foi criada em 6 de janeiro de 1949 com o propósito de dignificar o homem e engrandecer a terra de Lavras nos aspectos econômicos, culturais e sociais.

e alcançar a vida pública, por meio da criação do ‘Museu de Lavras’, nome dado por ele à sua coleção particular. Dessa forma, dentre todos esses adjetivos, nosso foco é nas considerações sobre o papel que desempenhou como colecionador e que lhe garantiu um reconhecimento social de ‘museólogo’. Assim, a natureza da coleção que se formou envolve um contexto, uma rede de relações de pessoas com princípios ideológicos e o mundo material (Pearce, 2005a).

Bi Moreira foi um *coleccionador*, responsável por reunir objetos de acordo com regras próprias e que, *a posteriori*, deram origem ao Museu Bi Moreira, tutelado pela Universidade. Ao estar associada às experiências pessoais, a coleção é influenciada pela identidade do colecionador, ou seja, reflete muito da sua personalidade no que é colecionado e no modo como se coleciona. Então, diante do exposto, cabem as seguintes reflexões: Por que Bi Moreira escolheu reunir objetos e expor sua coleção? Que princípios nortearam as seleções feitas por ele? Quais mudanças aconteceram ao longo desse processo de formação de coleção?

Nesse ponto, é válido salientar que Bi Moreira transitou por diferentes instituições de ensino em Lavras, iniciando seus estudos no Grupo Escolar de Lavras⁹⁰, que mais tarde passou a se chamar Escola Estadual Firmino Costa⁹¹, em homenagem ao seu primeiro diretor. A passagem de Bi Moreira por essa escola ficou marcada em suas lembranças e, posteriormente, foi externalizada nesse texto⁹²:

(...) além das matérias tradicionais, [os alunos] recebiam lições sobre assuntos que os habilitassem para a vida. Para os meninos havia aulas práticas de marcenaria e horticultura e, para as meninas havia aulas de costura e arte culinária, sendo que a sopa e as quitandas, preparadas na cozinha do Grupo, equivaliam à atual Merenda Escolar. Para ambos os sexos, havia aulas de modelagem. Algumas aulas se complementavam na cidade, através de excursões programadas. As aulas de educação física e de

⁹⁰ O Grupo Escolar foi criado em Lavras (MG) em 1907 e teve como seu primeiro diretor Firmino Costa. Naquele período o município de Lavras tinha uma população com cerca de 5.000 habitantes e possuía uma fábrica de tecido, 19 fábricas de manteiga, algumas com fabricação de queijo, diversas com produção de cal, várias outras de olarias, com manufatura de tijolos, manilhas, telhas, cerâmica. (Pereira, 2005).

⁹¹ Firmino da Costa Pereira nasceu em 1869 em Niterói (RJ). Ficou conhecido por suas funções públicas exercidas no município de Lavras (MG), “como secretário da Câmara Municipal, vereador, associado do ‘Club Literário e Musical’ e membro do Congresso Agrícola Industrial e Comercial do Estado de Minas Gerais. Trabalhou desde sua juventude no comércio do pai, assim como tinha uma oficina de marcenaria e um seleiro. Realizou seus estudos preparatórios em São Paulo, mas não chegou a fazer nenhum curso superior. Foi o primeiro diretor do Grupo Escolar de Lavras”. (Pereira, 2005. p.12).

⁹² Texto de entrevista, sem data, localizado no Arquivo do Museu Bi Moreira. A resposta advém do seguinte questionamento: “Quando você começou a se interessar pelos assuntos comunitários?” (Moreira, [s.d.]

Moral e Cívica realizavam-se no pátio, sendo estas últimas ao som de hinos patrióticos entoados quando se colocavam pequenas bandeiras na Coluna da Pátria por dois alunos. Havia ainda um Curso Rural, pioneiro em Minas ou, talvez, no Brasil. A parte artística se manifestava através de inesquecíveis festas no Teatro Municipal. E havia ainda o Museu. (Moreira, [s.d.], grifo nosso).

No relato de Bi Moreira, identificamos a importância do Grupo para a sua formação escolar, ao considerá-la uma ‘escola primária adiantada em algumas dezenas de anos em relação às suas congêneres mineiras’; também fica explicitada a sua admiração por Firmino Costa ao ressaltar o protagonismo desse sujeito como diretor do Grupo. De certo, essa experiência contribuiu para que Bi Moreira desenvolvesse interesses pelos ‘assuntos comunitários’ (Moreira, [s.d.]), influenciando na identidade do colecionador. Vale ressaltar, dessa forma, que as práticas colecionistas regularmente se iniciam por interações sociais estabelecidas em redes de sociabilidade e a imersão de Bi Moreira nesse ambiente escolar e no ‘Museu’ certamente marcaram suas memórias.

Esse Museu foi instalado em 1909 no Grupo Escolar, integrando o seu programa de ensino (Pereira, 2005) bem como foi idealizado por Firmino Costa (1869-1939)⁹³, que o caracterizou como o corpo do ensino, apontando os possíveis materiais didáticos que poderiam integrar esse espaço museal e contribuir para o aprendizado dos discentes (Pereira, 2005). Para Firmino Costa (1913), esse Museu deveria ser formado por:

(...) gravuras coloridas para descrições orais e escritas; relógio escolar para conhecer as horas; um mapa-mundi, um planisfério e mapa das cidades principais do Brasil e de Minas; diagramas corográficos de nosso país; quadros de história pátria e fotografias de brasileiros ilustres; máximas impressas de instrução moral e cívica; quadros contendo prescrições de higiene, etc. (Costa, 1913, p. 57)

Segundo Pereira (2005), para Firmino Costa, o museu escolar⁹⁴ deveria ser formado por um acervo o mais heterogêneo possível, partindo de materiais utilizados

⁹³ Foi professor em Lavras (MG) e em 1907 fundou o Grupo Escolar, que mais tarde foi denominado de Escola Estadual Firmino Costa, onde também editou o ‘Vida Escolar: Boletim Quinzenal do Grupo Escolar de Lavras’, entre maio de 1907 e novembro de 1908.

⁹⁴ Vale ressaltar que a denominação ‘museu escolar’ apresenta, na literatura sobre o assunto, diferentes designações podendo se tratar: estritamente das coleções de ‘quadros murais’ denominadas de museu escolar para lições das coisas; armários-museus, que se tratou de conjunto formado por móvel e coleções estocadas neste; recursos pedagógicos instalados na sala de aula; e a organização de espaço físico

por professores nas salas de aula até quadros de propagandas. Igualmente, ele compreendia todo o Grupo Escolar como ‘um museu’, em outras palavras, as paredes das salas de aula revestidas de mapas, quadros e fotografias, facilitando a aplicação do método intuitivo (Pereira, 2005). Verificamos, assim, que Firmino Costa delinea uma concepção alargada de museu escolar ao considerar todo o espaço do Grupo como um espaço museal, amparando-se na materialidade (paredes, quadros, fotografias, mapas) desse museu/escola, assim como na possibilidade em se abordar múltiplos de temas (figuras ilustres, higiene, moral e cívica) a partir desse espaço. Do final do século XIX e início do século XX, o museu escolar encontrava-se “alojado dentro das instituições educativas e deveria servir a professor e alunos para a realização de estudos pautados no concreto, isto é, agregar um conjunto de objetos para tornar a aprendizagem intuitiva”. (Petry & Silva, 2013, p. 82). De fato, essa concepção é presente na atuação de Firmino Costa no Grupo, constituindo uma das referências operadas depois por Bi Moreira no âmbito museal.

Nesse viés, Bi Moreira frequentou também o Instituto Gammon⁹⁵, onde concluiu o ginásio e o curso de contabilidade em 1929 e, nessa instituição, diplomou-se como guarda-livros pela Escola Técnica de Comércio (Németh-Torres, 2011; Siqueira, 1994). Em 6 de março de 1930, Bi Moreira, convidado pelo então diretor do Instituto Gammon, Dr. Charles Clyde Knight, começou a trabalhar na ESAL, como secretário e foi por vezes paraninfo de turmas de formandos. A partir de 1933, seu nome começou a aparecer no Prospecto do Instituto Gammon na função de Secretário do Corpo Administrativo do Instituto e, tempos depois, assumiu o cargo de tesoureiro (Rossi, 2010, p.176). A Figura 21 apresenta uma fotografia de Sílvio do Amaral Moreira em 1936.

específico “destinado a instaurar processos de ensino mais concretos, no qual o termo museu não dava nome somente aos objetos, quadros e móveis (Petry & Silva, 2013; Vidal, 2009).

⁹⁵ Em 1928 o Instituto Presbiteriano recebeu o nome de Instituto Gammon para homenagear o educador que contribuíra para a instituição por mais de 38 anos.



Figura 21. Sílvio do Amaral Moreira, o Bi Moreira, Janeiro de 1936. Acervo Museu Bi Moreira.

Nesse período, Bi Moreira ingressou na imprensa de Lavras (MG) e, em 1932, fundou, juntamente com João Batista Alvarenga, o tabloide ‘Nova Lavras’, assinando as colunas ‘Nossa Terra e Nossa Gente’, ‘Roteiro de Minha Saudade’, ‘Página Íntima’, ‘Página Quase Íntima’. (Diniz, 1998). Nessas colunas, segundo Diniz (1998), Bi Moreira falou de assuntos variados como folclore, coisas da cidade, poesias. Também colaborou no jornal ‘Tribuna de Lavras’ e, em 1975, começou a publicar a separata intitulada Acrópole⁹⁶, periódico delineado como órgão de divulgação cultural do Museu de Lavras, que circulou gratuitamente contando com 39 edições. Percebemos, portanto, a construção de um sujeito público engajado na posição de intelectual e no cotidiano lavrense, atuado fortemente à imprensa da cidade.

Voltando para a figura do colecionador, o ato de colecionar, no que tange a reunir coisas e atribuir-lhes sentidos compartilhados entre as pessoas, é “orientado por princípios e valores definidos em contexto de endoculturação” (Lopes, 2010, p. 384) e as coleções “variam individualmente nos motivos, assumindo idiossincrasias estranhas aos padrões partilhados coletivamente”. (Lopes, 2010, p. 384). Encontramos aqui uma ligação para refletir como a prática de exteriorizar sentidos de permanência dos objetos e do indivíduo adquire um sentido relacional entre o próprio e o ambiente (Lopes,

⁹⁶ Trata-se de um informativo cultural publicado em duas fases (1975-1980, 1986-1988).

2010). Com o perfil de colecionador desde jovem, Bi Moreira começou a formar sua coleção.

Baseado no que aprendera no Grupo Escolar Firmino Costa e, depois, no Instituto Gammon, iniciei, por mera intuição (pois não tinha, como ainda não tenho, conhecimentos necessários à consecução do objetivo) o trabalho de formar um acervo cultural. Desde rapazola, com base em algumas coisas guardadas por meu pai no porão do velho casarão onde nasci e vivi até os 24 anos, comecei a juntar peças e documentos, com o intuito de preservá-los, a fim de mostrá-los à minha e às gerações futuras. E o resultado dessa idéia -- simples idéia porque nunca tive tempo nem meios de planejá-la -- é esse amontoado de bugigangas que forma um acervo, senão rico, pelo menos valioso em termos de informação. Esse trabalho -- que eu nem sabia que era pesquisa -- vem durando meio século. (Moreira, 1980, grifo nosso)

Percebemos aqui os princípios intuitivos demarcados pela subjetividade que demonstram uma intencionalidade em colecionar justamente para expor. Observamos também que Bi Moreira apresenta o perfil de colecionador⁹⁷ que busca em torno da exposição de sua coleção “estabelecer interlocuções, trocas e uma série de outras relações que acabam motivando perspectivas distintas de sociabilidade”. (Lopes, 2010, p. 386). Dessa forma, motivações como a curiosidade, o fascínio, a paixão, o prazer, a ambição, a posse ou o desafio estão na origem desse colecionar em várias direções.

Nesse sentido, Bi Moreira iniciou sua coleção no ciclo de vida da juventude, não deixando clara a data precisa, nem a tipologia dos primeiros objetos coletados -- usa os termos ‘peças e documentos’. Trata-se aqui de um interesse ou identificação juvenil que se diversifica na idade adulta, “direcionando grande parte de suas energias, em virtude da diferenciação de formas assumida pelo objeto de seu interesse e das possibilidades de aquisição que tal diferenciação abre às novas redes de sociabilidade” (Lopes, 2010, p.387). Notamos, nesse momento, que as ações de Bi Moreira como colecionador envolveram os dois processos, apontados por Pearce (1993): a ‘projeção’, no qual ocorre uma substituição do contexto prático e utilitário do objeto por um conteúdo que resulta das vivências do colecionador; e a ‘interiorização’, quando o colecionador absorve as características do objeto (p. 47).

O percurso colecionista protagonizado por Bi Moreira foi iniciado de forma sistemática na década de 1930. Em seus relatos, Bi Moreira intitula sua coleção como

⁹⁷ Essa característica se contrapõe, por exemplo, aos colecionadores que mantêm suas coleções guardadas desde a infância, sem a pretensão de expô-las (Lopes, 2010).

‘Museu de Lavras’, caracterizando suas pretensões públicas, quer dizer, de expor esses objetos para o público. Então, a partir de 1949, essa coleção foi colocada em exposição, iniciando um longo caminho rumo à institucionalização por meio da criação de um Museu. Como membro fundador da Sociedade dos Amigos de Lavras (SAL), Bi Moreira levou para a biblioteca pública Azarias Ribeiro, alguns objetos que vinha colecionando desde jovem. (Moreira, 1965).

Nesse ínterim, o ‘Museu de Lavras’ mudou três vezes de lugar e como aponta seu idealizador “cada mudança representou uma série de prejuízos”. (Moreira, 1977). Saindo do prédio da SAL⁹⁸, o acervo bibliográfico do Museu foi para um depósito da Distribuidora de Bondes e depois para uma sala da União Colegial. As Figuras 22 e 23 mostram o interior do Museu no prédio do Gammon.



Figura 23. Parte do acervo do Museu Bi Moreira. Ao fundo, o Bi Moreira. Déc. 1970. Acervo DICOM/UFLA



Figura 22. Interior do prédio histórico do Instituto Gammon, que servia de sede do Museu Bi Moreira. Déc. 1970. Acervo DICOM/UFLA

Já o acervo tridimensional foi abrigado no prédio central do Instituto Gammon, onde o Museu funcionou durante alguns anos.

Há cerca de 30 anos vimos colecionando objetos, fotografias e documentos relacionados com a vida desta região. Como temos, também, uma coleção de miniaturas autênticas (especialmente de arte popular), tanto esta como a outra coleção foram aumentando por força de exposições que temos feito dos objetos do museu, que funciona numa das dependências do Instituto Gammon. Assim, o acervo veio se enriquecendo com fotografias, documentos, miniaturas típicas de costumes de certos países, levando-nos a pensar, seriamente, em transformar tanto o Museu como a Biblioteca em fontes de pesquisa ou, quando nada, em motivo de curiosidade (com

⁹⁸ A sede da SAL localizada na rua Cincinato de Pádua, deu lugar para uma agência do Banco do Brasil.

finalidade educativa) para muita gente (...) aos quais se pretende mostrar aspectos não só da civilização regional, com da civilização mineira e brasileira. No museu já contamos com muitas peças de interesse social e econômico: temos coleção quase completa de instrumentos de tortura (temos duplicatas de alguns), escritura e nota fiscal de venda de escravos, candeias, guampas, congas, silhões, estribos, caçambas, relhos, facas, ferramentas, rocas e rodas de fiar, lampiões e muitas coisas relacionadas com a vida rural, ao lado de obras e documentos outros (jornais, almanaques, revistas e anuários do século XIX) e um sem número de objetos, tudo isso objetivando a informação ou orientação das atuais gerações. Ainda a título de curiosidade: temos dois vidros lacrados, carimbados e assinados, contendo amostra do primeiro petróleo e da primeira gasolina produzida no Brasil, acompanhados de um cartão do presidente do Conselho Nacional do Petróleo ao Dr. Carlos Luz; temos - entre as dezenas de obras raras - um exemplar da Doceira Brasileira ou Nova Guia Manual para se Fazerem Tôdas as Qualidades de Doces, impresso em 1875; o Esboço de um Manual Para os Fazendeiros de Açúcar no Brasil, impresso em 1882. Aliás, no setor de publicações - especialmente em relação a Folclore (em que a coleção de peças é bastante expressiva), História e Geografia - temos algumas coleções de reconhecido interesse, além de atlas, mapas, leis, alvarás, comendas, não se falando de uns livros de rezas de 1712 e num missal, em grande formato, impresso em 1797 e de cujo dono temos os óculos e um porta-bibelô (Moreira, 1965, grifo nosso).

Esse relato nos desvela características desse colecionador e os reflexos na sua coleção e vice-versa. Com um manifesto interesse por objetos de tipologias tão distintas, com uma aparente lógica sem critérios na sua escolha e reunião, estamos também perante um perfil de colecionador que gosta de acumular⁹⁹. Aqui percebemos que Bi Moreira se encontra na intercessão entre o colecionador e o acumulador. Dentre a heterogeneidade dos objetos, um possível fio condutor parece ser a história cotidiana da localidade, isto é, itens ‘relacionados com a vida dessa região’. Ao mesmo tempo, diante de uma despreocupação na ordenação temporal e crítica a acontecimentos pretéritos por meio dos objetos, percebemos a intenção do colecionador em ultrapassar o local, mostrando também aspectos da ‘civilização mineira e brasileira’. Assim, o que conecta todos os objetos é uma linha de emoções que, a princípio, é visível e inteligível apenas para o colecionador que se afigura como o seu criador. Vale destacar que é ele quem seleciona a tipologia dos objetos que quer colecionar e, nesse sentido, ver-se associado à coleção. Ademais de sua própria história, o objeto colecionado se associa a

⁹⁹ Para Pearce (1993) o acumular este associado ao simples ato de reunir objetos, sem que haja uma preocupação com a sua organização. Existe o pretexto do utilitarismo para o acúmulo. A autora também aponta para uma linha tênue que separa um colecionador de um acumulador, em que tudo depende da ação da pessoa (Pearce, 1993).

uma rede de significados formada pelo colecionador, que está relacionada com suas experiências pessoais.

Bi Moreira apresenta também uma categorização, ao distinguir alguns itens de sua coleção, como de ‘interesse social e econômico’ e outros que seriam puramente a ‘título de curiosidade’, evidenciando também a heterogeneidade desta para além do regional. Nessa conjuntura, ele deixa pistas de sua intenção museal em abarcar em sua coleção também o nacional e esse fato se verifica ao mencionarmos que a primeira categoria se refere aos objetos relacionados ao período de escravidão¹⁰⁰ no Brasil, enfatizando ter ‘uma coleção quase completa’ de instrumentos de tortura, além de outros documentos desse período. Já a segunda demonstra uma articulação do simbólico em torno do que é antigo, raro, exótico. Ele também chama a atenção para a existência de ‘muitas coisas relacionadas com a vida rural’, cabendo considerar que, tempos depois, propôs a criação de um ‘Museu Rural’. Percebemos com esse relato, que Bi Moreira sinaliza a possibilidade desse acervo instigar pesquisas, delineando uma distinção entre Museu - formado pelo acervo tridimensional - e Biblioteca - formado pelos documentos em suporte de papel -, embora considerasse ambos como ‘fontes de pesquisa’. A segunda, diz respeito à ‘curiosidade’, mas essa ‘curiosidade’ ultrapassa a contemplação, uma vez que ele acrescenta que esta deva ter uma ‘finalidade educativa’, ampliando assim o que seria uma das funções desse acervo. Continua Bi Moreira (1965):

Sem qualquer pretensão, podemos informar que se trata de obra cultural, para a qual, infelizmente, não contamos com dois elementos essenciais: tempo e recursos financeiros. A Prefeitura local não dispõe de verbas que lhe permitam amparar a iniciativa e, por isso, temos de recorrer a outros setores ou a outras fontes. Podemos comprovar, mediante declarações oficiais, a validade de iniciativa, a fim de que nos seja lícito pleitear o apoio de repartições e entidades, que, pela sua natureza, sentem e compreendem o alcance dos museus na formação cultural do povo.(Moreira, 1965, grifo nosso)

Interessante perceber, que além da intencionalidade em expor a coleção, Bi Moreira lhe atribui outro valor, o de ‘obra cultural’. Por meio desse argumento, direciona a responsabilidade de manutenção da coleção para o poder público que, nesse relato, aparece como ‘Prefeitura’, ‘repartições e entidades’. Observamos ainda que as

¹⁰⁰ A escravidão no Brasil durou três séculos, de 1550 a 1888.

coleções formadas por Bi Moreira assumem configurações semelhantes aos acervos encontrados em museus de cidade, igualmente caracterizados pela heterogeneidade (Pimentel, 2016; Rangel, 2010). De acordo com Pimentel (2016), o museu de cidade ou local possui como “diferencial a proximidade com o público visitante e com a comunidade” (p. 76), ou seja, é um museu de caráter local, “de um território que abriga um número menor de segmentações sociais, um museu onde a primeira vista não é completamente isenta de referências prévias, porque o prédio já pode ser conhecido porque o entorno pode ser familiar porque os funcionários podem ser vizinhos ou porque já se tinha ouvido falar do museu em algum lugar da cidade” (p.76). Tratando do acervo desse tipo de museu, “quase sempre, tem alguma relação íntima, geralmente foi doado por um parente, por um amigo ou por pertencer a um local conhecido ou por fazer menção à história da comunidade e por isso são mais cotidianos, palpáveis com forte sentimento de identidade local” (Pimentel, 2016, p. 76). Assim, o ato de colecionar de Bi Moreira, que se iniciou na juventude como algo individual, vai se transformando em uma verdadeira luta pessoal para que sua coleção - e ele mesmo- ultrapassem vida privada e doméstica e alcancem a vida pública.

Na década de 1980, com quase 70 anos e em outro ciclo de vida, Bi Moreira avalia que o seu ‘amontoado de bugigangas’ se trata de um ‘acervo’ e que a sua prática colecionista se trata de ‘pesquisa’.

Durante bom tempo ele [acervo] foi feito nas minhas horas de lazer, com prejuízo para o convívio da família. E, de 12 anos para cá, essa insânia mansa – que ultrapassou os limites do bom senso – passou a se constituir em dedicação total e exclusiva, com o agravante de, há 10 anos, minha família residir em Belo Horizonte. (Moreira, 1980)

Evidenciamos aqui que a pessoa do colecionador foi sendo constituída a partir de sucessivas substituições dos itens da coleção, decorrentes da conexão recíproca do objeto e do ser, como bem analisa Baudrillard (2009). Uma vez que reconhece a heterogeneidade de expressões de seu interesse inicial, “a direção de suas motivações se desloca para fora de si, até generalizar em um registro coletivo” (Lopes, 2010, p.379). Assim, Bi Moreira demonstra sua dedicação à coleção e, sutilmente, atribui-lhe a denominação ‘Museu de Lavras’, colocando-a como bem da ‘comunidade’.

Pois bem, há uns três anos, sabendo que a municipalidade não tinha, não tem e não terá talvez tão cedo condições de instalar o Centro de Cultura de

Lavras – que abrigaria, dentro de um Parque Ecológico, o Museu de História, o de Ciência e Tecnologia (e, dentre deste, o Museu Rural), o de Mineralogia e o de História Natural – sugeri à direção da ESAL, na pessoa de Jair Vieira, que submetesse à apreciação da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC a possibilidade de o acervo do Museu de Lavras ser incorporado à ESAL, com a finalidade de se alcançar aquele objetivo e sob a condição de não sair de Lavras nenhuma peça do acervo, que, como escrevi ao diretor, não tem preço, pois pertence a comunidade, no sentido afetivo, pelo menos de minha parte em reação a Lavras. (Moreira, 1980, grifo nosso).

Dessa forma, Bi Moreira deixa clara sua intencionalidade em transferir a coleção para o poder público, aproximando-se da ESAL devido ao vínculo institucional que manteve com o Instituto desde a década de 1930. Nessa lógica, ele indica ter buscado o apoio do município para a implantação de um projeto amplo envolvendo a criação de um conjunto de museus temáticos, mas não obteve retorno. Posteriormente, ele busca articulações políticas com a direção da ESAL, na figura do professor Jair Vieira¹⁰¹, no intuito de amparar sua coleção institucionalmente. Aqui percebemos esse movimento da coleção entre o privado e o público, uma vez que o colecionador atribui um valor afetivo, simbólico e de pertencimento para essa coleção em detrimento de um valor financeiro, ao dizer que esta ‘não tem preço’ e deve permanecer em Lavras. Ao mesmo tempo, esta pode ter sido uma estratégia na qual, pela negação de um valor monetário *a priori*, aumenta-se o valor simbólico dos bens, reforçando a sua singularidade. Na experiência de colecionador, esse movimento ocorreu devido à mudança dos valores expressos na própria trajetória da coleção, que resultou na constituição de um acervo que deve ser exposto e que pertence à comunidade. Ao passo, essa afirmativa deve ser relativizada, uma vez que a ESAL encampa essa coleção por meio de compra no início da década de 1980.

A proposta de criação de um ‘Centro de Cultura’, no município de Lavras, ultrapassava a ideia de uma edificação com atividades culturais. Acerca desse tema, Bi Moreira sinalizou que o Centro deveria ocupar um território, isto é, um ‘Parque Ecológico’, que articularia museus de diferentes tipologias: histórico, de C&T, de história natural. Esse Centro abarcaria também um museu rural e um de mineralogia, que a nosso ver se relaciona com aspectos das especificidades do ensino e pesquisa

¹⁰¹ Foi aluno da ESAL do curso de Agronomia na turma de 1963 e professor na mesma, entre 1966 e 1991.

desenvolvidos na própria ESAL, que como teve como seu primeiro museu, o de Mineralogia criado na década de 1970. Assim, as tipologias de museus apresentadas estão relacionadas à própria heterogeneidade do acervo, quer dizer, foram pautadas nas categorias dos objetos colecionados. Propostas museológicas semelhantes a esta podem ser verificadas em outras municipalidades, como bem mostra Pimentel (2016), ao discorrer sobre a trajetória do Museu Municipal de Carangola (MG), assim como, ao apontar o modelo do Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora (MG). Nessa perspectiva, o museu deveria estar em um local com entorno amplo, área arborizada, com grandes árvores ou espécimes exóticos. (Pimentel, 2016).

Nesse momento, é importante abordar o fato de que Bi Moreira se aproxima do campo da museologia no intuito de legitimar a sua iniciativa, uma vez que parece haver um entendimento da Museologia como uma ciência aplicada, com um saber específico, legitimado em cursos de formação. Nessa conjuntura, ele participou de eventos e curso, tais como: 1º Seminário Nacional de Museus¹⁰², II e III Encontro de Museus Mineiros¹⁰³, Curso de Museologia¹⁰⁴; inclusive esteve em Juiz de Fora (MG) para a participação no evento. O III Encontro de Museus Mineiros, em Lavras (MG), ocorreu dentro da programação do 8º Festival de Inverno da cidade, contando com o apoio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Lavras (IEPHA). Tal evento uniu o Conselho de Extensão da UFMG, ESAL, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lavras¹⁰⁵, IPHAN, Museu de História Natural da UFMG, Museu de Lavras¹⁰⁶ e Prefeitura Municipal de Lavras; e contou também com a colaboração do Departamento de Assuntos Universitário do MEC, Conselho Federal de Cultura, Conselho Estadual de Cultura, Associação de Membros do ICOM, Associação de Museus de Arte.

Nesse evento, Bi Moreira integrou a Coordenação Local, como diretor do ‘Museu de Lavras’, sendo que o fato de ter ocorrido em Lavras (MG) demonstra a

¹⁰² Evento ocorrido em Niterói (RJ) no ano de 1973, em decorrência do IV Centenário de Niterói.

¹⁰³ II Encontro de Museus Mineiros ocorreu em Juiz de Fora (MG), no Museu Mariano Procópio, entre 2 e 5 de julho de 1973, com o tema Museu Centro de Cultura e Turismo. Já o III Encontro de Museus Mineiros ocorreu em Lavras (MG), entre 2 e 6 de julho de 1974. Neste evento, Bi Moreira participou do curso de Informação Museológica.

¹⁰⁴ Bi Moreira participou de um Curso de Museologia em Belo Horizonte (MG) realizado em 9 de junho de 1973, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Academia Bandeirante de Altos Estudos. Este curso foi ministrado pelo professor Vinício Stein Campos, chefe do Serviço de Museus Históricos da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo.

¹⁰⁵ Instituição criada em 1968, atualmente intitulada Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS).

¹⁰⁶ Como veremos, trata-se do atual Museu Bi Moreira da UFLA.

articulação política de Bi Moreira e seus esforços para incluir o ‘Museu de Lavras’ na conjuntura discursiva da museologia vigente. O evento, que contou com a palestra de abertura de Renato Soeiro, então Presidente do IPHAN, teve como finalidade continuar os trabalhos de valorização e integração dos museus mineiros, iniciado em Barbacena (1972) e Juiz de Fora (1973), apresentando os seguintes objetivos: reexaminar problemas fundamentais e comuns dos museus de todo o Estado; estudar medidas a serem tomadas em favor dos referidos museus, buscando o pleno exercício de suas funções como irradiador de cultura de sua região; aprimoramento do pessoal técnico e administrativo dos museus, por meio de curso intensivo (Alvim, 1974). Verificamos aqui a inserção do município de Lavras (MG) nessa conjuntura museológica, com a realização do Encontro de Museus Mineiros em Lavras (MG) (Alvim, 1974).

Essas reflexões evidenciam as perspectivas museais de Bi Moreira e a sua intencionalidade em transformar essa coleção, já denominada por ele de ‘Museu de Lavras’, em um espaço institucionalizado, a nosso ver, aos moldes tradicionais: alocado em um prédio, aberto ao público, cujo foco seria os objetos musealizados. Igualmente, apresenta as incursões de Bi Moreira no campo museológico, ao participar de diversos eventos e cursos na área, assim como sua movimentação política no sentido de inserir o ‘Museu de Lavras’ e o próprio município no epicentro dessas discussões, ao sediar o III Encontro de Museus Mineiros.

Nesse contexto, por meio dos documentos analisados, evidenciamos que a coleção de Bi Moreira foi se ampliando, principalmente através de doações de pessoas físicas e jurídicas, como apresenta o próprio colecionador (Moreira, 1980; 1965). Interessante levantarmos essa questão do crescimento da coleção, haja vista que, posteriormente, Bi Moreira transferiu, por meio da venda, esse acervo para a ESAL. Bi Moreira afirma que as coleções foram aumentando com as exposições, indicando a possibilidade de doações, mas não deixa clara as formas como foi adquirindo as peças para sua coleção. Nesse viés, outro elemento que merece destaque diz respeito ao jogo de escala no qual Bi Moreira submete o acervo, partindo do local, mas sem perder de vista a inserção deste no âmbito nacional, em consonância com um projeto político mais amplo.

O acervo conta com milhares de peças e dá ênfase especial à história do antigo município de Lavras, que se constituía de 10 distritos que atualmente

são cidades. Há, todavia, muitas peças e farta documentação alusiva a fatos da história de Minas e do Brasil (Moreira, [s.d.]-b, grifo nosso).

Nessa conjuntura, Bi Moreira, desde o final da década de 1940 - período no qual a coleção passou a estar exposta-, buscou caminhos para mantê-la 'visível', assim como garantir a sua manutenção e ampliação. Procurou, em diversos momentos, apoio junto à Prefeitura Municipal de Lavras, para que o 'Museu de Lavras' tivesse uma sede própria e integrasse o patrimônio do município, podendo assim se consolidar como *locus* de pesquisa e instigar a curiosidade, com finalidade educativa (Moreira, 1965; 1975; 1980). Contudo, esse apoio por parte da municipalidade não ocorreu, fazendo que Bi Moreira se aproximasse primeiro do Instituto Gammon e, depois, da ESAL.

Diante desse contexto, Bi Moreira estreitou o diálogo com a direção da ESAL, no decorrer da década de 1970, inclusive se articulando politicamente para que seu acervo fosse encampado pela instituição. Dessa maneira, em correspondência enviada ao diretor da ESAL, Alysson Paolinelli¹⁰⁷, observamos que Bi Moreira apresenta uma série argumentos, visando agregar valores ao seu acervo, para em seguida sugerir que que ele fosse encampado pela Escola:

Lembro-me que, ao ensejo da utilização das referidas salas, conversamos sobre a necessidade de se firmar um convênio até ulterior deliberação. Bati a minuta que vos apresentei, a fim de que ela fosse apreciada pelo Departamento de Ciências Econômicas e Sociais. Posteriormente, o presidente do Conselho Estadual de Cultura, que é também presidente do Instituto Histórico e Geográfico, honrou-me com uma visita, não sei se premido por comentários mais ou menos violentos de jornais de Belo Horizonte, que chamavam a atenção desses órgãos culturais de Minas Gerais para um acervo sobre o qual especialistas de São Paulo fizeram lisonjeiros comentários. Também o Diretor do Museu Histórico Nacional prometeu-se uma visita, baseado nas informações que tivera de pessoas na Guanabara que conhecem o acervo. Algum tempo depois de sua visita a Lavras, o presidente do Conselho Estadual de Cultura, convocou-me para uma reunião, em que tive a oportunidade de explanar alguma coisa sobre o trabalho já realizado e sobre o que se podia e se pode fazer no sentido de estabelecer em Lavras uma Casa de Cultura, que se constituiria um centro de pesquisa desta região. Aliás, o próprio Governo Federal, através do MEC - a que está subordinada essa Escola - tem dado muita ênfase, procurando mesmo estimular iniciativas nesse sentido. Diante do conhecimento desses fatos, os membros do CEC depois de longa explanação sobre as formas tendentes a salvaguardar um acervo que representa algumas décadas de pesquisa, foram unânimes em sugerir ao presidente do Conselho uma visita a Lavras, a fim de conservar convosco sobre o assunto. Em face de entusiasmo de minhas

¹⁰⁷ Foi ex-aluno da ESAL e diretor desta entre 1966 e 1971.

informações sobre o que se realiza na ESAL, os conselheiros acordaram em que a forma mais prática e viável de se dar uma utilidade educacional à minha iniciativa, ou melhor, ao Museu seria a sua encampação pela ESAL, já que esta, segundo se deduz, tende a transformar-se em Universidade. O ponto de vista deles é o de que, se toda Universidade luta para criar um Museu, que se constitui num recurso didático, a ESAL ou a futura Universidade tem de participar do movimento no sentido de se preservar um acervo, que está correndo o risco de desaparecer porque, conforme disse àqueles conselheiros, não tenho mais condições, físicas, psicológicas e financeiras para continuar realizando um trabalho que me tem desgastado em todos os sentidos, além de frequentemente me dar contrariedades. Eis a razão deste, através do qual, de par com aqueles agradecimentos, gostaria que o assunto fosse encaminhado ao Departamento a que estiver afeto, cabendo-se ainda lembrar que, na reunião do CEC, foi ventilada a possibilidade do convênio, aliás, de um convênio entre a ESAL, o Conselho Federal de Cultura, o Conselho Estadual de Cultura e a Prefeitura, segundo pude deduzir, a participação da ESAL seria representada pela cessão de um prédio e, possivelmente, de algum funcionário. (Moreira, 1970, grifo nosso)

Interessante analisar que Bi Moreira busca demonstrar sua articulação pessoal com figuras de órgãos culturais e instituições museológicas, como o ‘Conselho Estadual de Cultura’ e o MHN¹⁰⁸, no intuito de legitimar um valor ‘didático’ e cultural para o seu acervo, que nas palavras dele inclusive recebeu ‘lisonjeiros’ comentários de ‘especialistas’. Em seguida, ele aponta que a ESAL seria a instituição adequada para dar ‘uma utilidade educacional’ à sua iniciativa colecionista e vislumbra, na década de 1970, a transformação da Escola em Universidade. Por fim, chamamos a atenção para o apelo pessoal que Bi Moreira faz ao Diretor da ESAL, ao esclarecer que não tinha mais ‘condições, físicas, psicológicas e financeiras para continuar realizando um trabalho que me tem desgastado em todos os sentidos, além de frequentemente me dar contrariedades’.

Nessa narrativa percebemos que o ato de colecionar para Bi Moreira se tornou algo desgastante em ‘todos os sentidos’, demonstrando uma vontade pessoal em transferir, ainda em vida, suas coleções para uma instituição. Concomitantemente, em nenhum momento, ele fala em doar esse acervo para o município de Lavras (MG), ou para a Escola, embora o intitule como ‘Museu de Lavras’, indicando, assim, algumas contradições. Logo, Bi Moreira vai tecendo um discurso no qual sua coleção é imbuída de um interesse coletivo e, ao mesmo tempo, envolvida pela ‘retórica da perda’

¹⁰⁸ Vale salientar que o MHM no período citado por Bi Moreira era dirigido por Octávia Côrrea dos Santos de Oliveira (1970-1971), embora ele mencione o termo ‘diretor’ no masculino.

(Gonçalves, 1996), indicando os caminhos desse processo de patrimonialização, permeado por intencionalidade individual.

Ao que parece, esse apelo de Bi Moreira surtiu efeitos, pois, em 1972, o seu acervo foi transferido para três salas do prédio Álvaro Botelho, na ESAL e, aqui, inicia-se o caminho para a institucionalização do acervo de Bi Moreira. Como apresentado anteriormente, o campus da Escola estava passando por um processo de expansão no final da década de 1960 e, gradativamente, o prédio Álvaro Botelho foi esvaziado de suas funções administrativas e de ensino, e passou a ser ocupado com o acervo de Bi Moreira.

Nesse ponto, percebemos também a atuação de Bi Moreira junto à imprensa local, ao dedicar a primeira edição da separata da Tribuna de Minas, ‘Acrópole’, inteiramente ao seu acervo. Dessa forma, apresentaram opiniões de visitantes, matérias sobre o ‘Museu’ e um texto de sua autoria intitulado ‘A luta vem de longe’. Nesse texto, o autor narra o seu empenho junto a políticos de diferentes instâncias, para criar um museu para a cidade de Lavras, a partir de sua coleção, e que fosse amparado financeiramente pelo poder público. Também apresentou a proposta de criação de uma ‘Casa de Cultura de Lavras’, que abrigaria o seu acervo e o disponibilizaria para o público geral, com intuito educativo e de pesquisa.

(...) tenho participado de Congressos, Seminários e Encontros de Museu. Em todos eles, modéstia à parte, tenho procurado projetar o nome de Lavras e foi por causa disso que aqui se realizou o III Encontro de Museus, que se constituiu num grande acontecimento cultural, prestigiado por autoridades federais e estaduais e até por uma representante de um organismo internacional, além de incluir o Museu no Guia dos Museus do Brasil (...). Acredito que já fiz o que podia ou até o que não podia, pois como viram, tomei todas as providências para resolver o assunto antes da ida de minha família para Belo Horizonte, em agosto de 1970. Durante quarenta anos, a luta foi grande, mas nos últimos cinco, ela está demais. (Moreira, 1975b, p. 7, grifo nosso)

Esse relato apresenta pistas do esforço de Bi Moreira em articular, inclusive no campo da museologia, estabelecendo diálogo com profissionais da área, por meio da participação em eventos regionais e nacionais. Em outras palavras, por meio do campo da museologia, Bi Moreira tenta validar a sua iniciativa colecionista como um ‘museu’ da cidade. Nessa perspectiva, ele busca respaldo de profissionais de instituições museológicas de destaque nacional, no intuito de provar a relevância do seu trabalho,

legitimando-o de fora para dentro. Nesse instante, é relevante retomar, como foi abordado anteriormente, que o III Encontro de Museu, que ocorreu em Lavras (MG), deu-se, em parte, pelo seu esforço e articulação nesse meio. Nessa conjuntura, Bi Moreira também deixa clara uma forte motivação pessoal para ‘resolver o assunto’, que seria justamente as questões envolvendo a destinação de acervo, que já estava alocado na ESAL. Então, aponta novamente uma motivação pessoal, pois a sua família fora residir em Belo Horizonte (MG), em 1970, e ele estava periodicamente indo a Lavras (MG) para ‘cuidar’ do Museu.

Assim, Bi Moreira, desde o final da década de 1940, apresentou uma clara intencionalidade de criar um museu que representasse a cidade de Lavras, a partir das suas coleções e podemos sugerir um ‘paternalismo’ no objetivo de construir um Museu para toda a comunidade lavrense. Com efeito, não bastaria que todas as pessoas tivessem acesso gratuito às coleções, pressupõe-se que o acervo deva ser encampado pelo poder público, que representa a comunidade, dado que ele não abdicou da sua propriedade. O ‘Museu de Lavras’ não foi criado por meio de um apelo da comunidade lavrense, a qual esteve às margens nesse processo de formação das coleções. Esse acervo, formado por um colecionador, é caracterizado pela ausência de uma concepção clara do que pudesse ser considerado patrimônio museológico representante da cidade de Lavras. Inferimos, aqui, que o desejo de criar um museu que representasse a cidade de Lavras parece ter sido do próprio Bi Moreira - que buscou dar um destino ao seu acervo -, mas não encontrou apoio nos representantes do poder municipal. Em algumas ocasiões, Bi Moreira sugeriu que suas coleções fossem colocadas no prédio onde funcionou a Prefeitura Municipal de Lavras, um casarão¹⁰⁹ de meados do século XIX, localizado em uma parte central da cidade (Moreira, [s.d.]-b). Entretanto, o prédio não foi cedido pelo município para os fins apontados por Bi Moreira, por isso, ele se aproximou da ESAL e, ainda como proprietário do acervo, conseguiu organizá-lo no prédio Álvaro Botelho em 1972.

3.2. Transição: o Museu ‘de Lavras’ na ESAL

¹⁰⁹ O casarão construído na década de 1840 foi adquirido pelo Município em 1907. No edifício funcionou durante anos o Fórum, a Câmara e a Prefeitura. Em 1984 foi restaurado e transformado na Casa da Cultura “Bi Moreira” (“Patrimônio Histórico”, 2017).

Em seus (des)caminhos, o acervo de Bi Moreira foi levado para ESAL, principalmente devido às relações profissionais e pessoais que Bi Moreira tinha com os sujeitos sociais dessa Instituição. A princípio, os objetos foram colocados em três salas, todavia, gradativamente, passaram a ocupar todo o edifício. Também foi junto a essa Instituição, que as coleções de Bi Moreira transitaram, enfim, do privado para o público, por meio do processo de compra. Dessa forma, a ESAL adquiriu todo o acervo de Bi Moreira, que já estava abrigado em suas dependências, sendo que, à frente desse processo, encontramos os professores Fábio Cartaxo, Sílvio Nogueira de Souza, Jair Vieira e João Márcio¹¹⁰, todos da ESAL. Nesse contexto, é importante destacar que estes dois últimos participaram diretamente do processo de incorporação do acervo à ESAL, estabelecendo os contatos iniciais junto à Secretaria de Assuntos Culturais do MEC.

Então, uma vez abrigado na Escola, observamos o empenho de Bi Moreira para formar uma coleção diretamente vinculada à instituição, referente ao que, atualmente, denominamos de Patrimônio de Ciência e Tecnologia (C&T). (Granato et al., 2013; Granato et al., 2009). Nas palavras de Bi Moreira (1976), endereçadas a Jair Vieira, então diretor da ESAL:

(...) o Museu de Lavras caracteriza-se pelo ecletismo de seu acervo, o que tem levado muitos visitantes ilustres – que tem visitado museus em várias partes do país e do mundo- a declararem que nunca aprenderam tanto numa visita como naquela em que percorreram as salas do nosso museu, que, de acordo com o plano inicial, é não só histórico como pedagógico. Para alcançar essa finalidade, o acervo conta com muito material e aparelhos ligados à Tecnologia, mostrando a evolução das peças através dos anos. Nas seções respectivas, procura-se mostrar a tecnologia da imagem, do som, dos pesos e medidas, da escrita, do transporte, da habitação, da caça e pesca, da tecelagem e das ciências em geral. Sabedor do que existe, no Almoarifado dessa Escola, muito material obsoleto, uma parte do qual se destina ao setor de ferro velho e outra que vai ser leiloada, peço vênha para consultar-vos sobre a possibilidade de ser esse material transferido ao acervo do Museu, dentro daquela finalidade a que me referi. Permito-me, ainda, informar-vos de que uma boa parcela desse material tem, não só para a ESAL como a própria cidade – já que essa Escola está intimamente ligada à vida lavrense – algum valor histórico: muitos desses aparelhos foram usados por velhos professores, que ainda vivem na lembrança dos esalianos, e alguns deles forma fabricados na própria Escola (lembrem-se os aparelhos de análises de solos do Mr. Wheelock) ou em Lavras. No setor da Física, por exemplo, há inúmeros aparelhos que foram usados pelos Professores Bernd-Walther

¹¹⁰ Foram diretores da ESAL, respectivamente entre: 1971-1975, 1975, 1975-1979, 1979-1983 (Brito & Von Pinho, 2008) .

Bartels e Tautimi Libeck, sendo que este fabricou diversos deles. Na Química e na Geologia, há inúmeros aparelhos que nos lembram os nomes dos Professores Antônio Hemeto e John H. Wheelock. Na seção de Laticínios, ainda existem, no depósito, máquinas e aparelhos utilizados pelo Sr. José Firmino de Sousa e pelos Professores Tancredo Paranaguá e José Assis Ribeiro: aparelhos utilizados na pasteurização de leite há cerca de 40 anos atrás, além de máquinas que lembram a fase industrial da Fábrica de Laticínios “Agrícola Nova”, que, sob a administração do Dr. Tancredo, adquiriu uma máquina de escrever, marca Royal, e uma de somar, revolucionária para época, a tradicional maquininha Victor. Na seção de Agricultura, muitos desses aparelhos foram utilizados pelo Sr. Constantino Fernandes e pelos Drs. Benjamin Hunicutt, Tancredo Paranaguá e Jaziel Resende. (Moreira, 1976).

Aqui percebemos que Bi Moreira sinaliza a relação imbricada entre a Escola e a cidade de Lavras para justificar a entrada dos aparatos de C&T da Escola que se encontravam ‘obsoletos’ - e na iminência de serem descartados – no Museu. Bi Moreira atribuiu um ‘valor histórico’ a esses aparatos, tendo, assim, uma participação ativa no processo de preservação do Patrimônio de C&T da ESAL/ UFLA. Essa narrativa de Bi Moreira demonstra o movimento que esses aparatos de C&T normalmente protagonizam nas instituições, qual seja, uma vez que perdem o seu valor de uso, ficam à mercê do descarte, do desaparecimento. Nesse sentido, as práticas colecionista de Bi Moreira, aqui permeadas por um discurso envolto pela ‘retórica da perda’ (Gonçalves, 1996), contribuíram para salvar esses objetos do desaparecimento integrá-los, por meio de um processo de musealização, ao acervo do Museu.

Desse modo, o Museu foi importante para se garantir a salvaguarda de diversos aparatos de C&T provenientes da Escola, desde a década de 1970. Como ocorrido em outras instituições de ensino superior, a Escola acumulou e preservou diversos aparatos de C&T ao longo do tempo, formando o que denominamos *coleção histórica* (Lourenço, 2005) da Universidade. Vale ressaltar que foram identificados, no acervo do MBM-UFLA, 145 aparatos de C&T provenientes da antiga Escola, tais como: balanças, teodolitos, voltímetros, amperímetros, manômetros, ponte de Wheatstone, corrente de Agrimensor, vidraria entre outros; além de máquinas agrícolas que se encontram em exposição do Campus Universitário. Percebemos que aqui a trajetória do ‘Museu de Lavras’ começa a se entrelaçar com a trajetória da coleção da ESAL/UFLA, evidenciando uma das características que esse Museu assumirá na interface entre a Universidade e a cidade de Lavras.

Nessa conjuntura, Bi Moreira também apresentou à diretoria da ESAL uma proposta para a instalação de um Centro Cultural no ‘velho campus’¹¹¹ da Escola, que seria composto por três museus.

- 1- Museu de História Natural, abrangendo um Jardim Botânico, um mini zoológico – toda a área do velho campus, onde já existem numerosos espécimes vegetais, além de um orquidário;
- 2- Museu Histórico, já instalado no prédio “Álvaro Botelho”;
- 3- Museu de Tecnologia e Sociologia Rural, abarcando também o Museu de Mineralogia¹¹² da ESAL. (Moreira, 1977b)

Para esse projeto, ele aponta a possibilidade de parcerias com o Governo Estadual, por meio da Coordenadoria de Cultura do Conselho Estadual, assim como com o Governo Federal, através do Departamento de Assuntos Culturais do MEC e do Conselho Federal de Cultura do IPHAN (Moreira, 1977b).

Dessa maneira, a partir de 1978, percebemos que a ESAL intensificou ações para incorporar as coleções de Bi Moreira ao seu patrimônio, justificando que o “acervo do Museu de Lavras contém peças de grande valor, ligados, sobretudo a sócio economia desta região (...) destacando o setor de tecnologia rural, o qual se liga mais diretamente à história da evolução da influência da ESAL sobre a atividade agrícola e pecuária da região”. (Esal, 1981). Aqui há indícios das concepções museais e representações que permeavam esse acervo ao ser incorporado por essa instituição de ensino, qual seja, uma atenção voltada para os aspectos da tecnologia rural, que dialogassem com a vocação agrícola da Escola nesse período, dando ênfase aos objetos museais que desvelassem uma história da evolução da influência da ESAL, sobretudo no que tange à atividade agrícola e pecuária, com o foco no regional. Este seria um caminho alternativo para esse acervo, diferente - em parte- do idealizado por Bi Moreira, que ao longo da sua trajetória como colecionador, sinalizou para a criação de um ‘Museu de Lavras’ que enfatizasse as ditas figuras lavrenses ilustres, as relíquias, o curioso; assim como, o local, o regional e o nacional. Embora tenha se aventado possibilidade da elaboração de um Museu voltado para as tecnologias rurais, com a incorporação do acervo pela

¹¹¹ Até início da década de 1990, o Campus Histórico era chamado de campus ‘velho’.

¹¹² Coleção de mineralogia da ESAL, denominada de Museu de Mineralogia, criado na década de 1970 no Departamento de Solos. Com a ampliação do departamento a sala do Museu foi desmontada e parte do acervo posteriormente foi transferida para o Museu de História Natural da UFLA (ESAL, 1970).

Escola, é possível inferimos que a organização expositiva idealizada por Bi Moreira se manteve, mesmo após ele ter vendido o acervo para a instituição.

Nessa conjuntura, ao analisarmos a descrição da organização dos objetos nas salas de exposição, percebemos elementos dessa configuração museal. No hall de entrada do prédio, foram expostas fotografias sobre a história da ESAL e objetos diversos, como oratório, caixa de correio do início do século XX, tear, o lustre do extinto Teatro Municipal¹¹³ de Lavras, além de uma vitrine com ‘curiosidades da natureza’, entre as quais o ninho de três andares do joão-de-barro (Esal, 1980, p.12). Inferimos que o arranjo dos objetos nesse hall se restringiu ao pensamento de Bi Moreira, que enfatizava o que é ‘curioso’, pois esses objetos não promoviam sentidos e não estabeleciam conexões entre a história da ESAL e a trajetória da cidade. Ao mesmo tempo, examinando essa primeira sala do Museu, percebemos um esforço em incorporar, na exposição, itens relacionados à ESAL, como as fotografias. Nesse instante, começam a ser construídas as ausências e as incertezas nas relações entre as coleções da ESAL e um acervo que pretendeu contar a história da localidade, região e nação.

Nesse viés, nas salas 1 e 2, foram instaladas uma mesa-secretaria¹¹⁴ e uma Biblioteca respectivamente. A Biblioteca era formada por edições do século XIX e princípios do XX, tais como: jornais, revistas, mapas, cartões postais, folhinhas e calendários (ESAL, 1980), caracterizando a diversidade do acervo em suporte de papel do Museu que, posteriormente, passa a ser denominado ‘Arquivo do Museu’.

Nesse momento, percebemos a intenção de Bi Moreira em ultrapassar o local e o regional, por meio de seu acervo, com a montagem da sala 3 denominada Salão da Independência. Nessa sala expositiva, exclusivamente centrada nos objetos, percebemos que a miscelânea continua com o arranjo de: marcos de sesmarias, artefatos indígenas, instrumentos de tortura de escravos, papel-moeda de todo o período republicano, medalhões comemorativos dos governos da República, jornais e revistas da Revolução de 30 e 32, cartas e autógrafos de diversas autoridades, além de mapas, atlas, cartazes

¹¹³ Esse lustre se trata de um fragmento do Teatro Municipal de Lavras, inaugurado em 1862 como Teatro SANT'ANA. A edificação foi demolida em 1962 representando uma lacuna patrimonial para o município.

¹¹⁴ Apesar do Novo Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (2016) indicar o uso de secretaria, optamos por manter antiga designação de mesa-secretaria do Thesaurus para Acervos Museológicos (1987), pois em nosso entender, facilita a compreensão do leitor.

etc. (Esal, 1980). Ao que parece, o nome da sala está relacionado com um item do acervo, do qual se destaca uma tapeçaria tipo *gobelin* intitulada ‘1822 - Independência ou morte – 1922’, doada pela Prefeitura Municipal de Lavras a Bi Moreira¹¹⁵. Dessa forma, percebemos que essa miscelânea de objetos pouco tem de ordenação cronológica e racional, demonstrando uma ordenação ‘historicamente’ arbitrária. Essa concepção de Museu apresentada pelo colecionador se aproxima de um modelo no qual se “perpetua valores vinculados à preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade, não como manifestação de tudo o que é significativo no desenvolvimento humano, mas meramente como a posse de objetos” (Scheiner, 2012, p.20). Bi Moreira promoveu uma ‘sacralização dos objetos’ incapaz de fomentar um retorno à experiência do passado e, quando muito, instigar uma lembrança evocada do passado do qual fizeram parte um dia.

Ainda no térreo, a sala 4 foi dedicada à história de Lavras e à sala 5 a história da ESAL. Nessa linha de descrição, a sala 4 buscou apresentar “um documentário vivo do passado recente da cidade, tanto em seus aspectos institucionais, quanto no que diz respeito à evolução de hábitos e costumes de seus habitantes” (Esal, 1980). Nessa área expositiva, foi feito um arranjo com fotografias antigas de prédios da cidade que já não existiam mais, maquetes, objetos que pertenceram ao extinto Teatro Municipal¹¹⁶, lâmpadas e outros itens de iluminação da cidade, utilizados em diferentes épocas, mobiliários diversos que pertenceram à Câmara e ao antigo Tribunal do Júri, além de diversos objetos ligados à vida cotidiana. Já na sala 5, foram colocados os quadros comemorativos da fundação da ESAL, em 1908, e dos formados da Escola, a partir de 1922, assim como, uma documentação evidenciando “a evolução da ESAL” (Esal, 1980). Percebemos aqui a ausência de uma narrativa que situe a ESAL como integrante da cidade de Lavras. As ideias colecionistas de Bi Moreira são reiteradas nas áreas expositivas do Museu, por meio de salas estanques, organizadas sem articulações e sem considerar a relação entre público e objeto no contexto expositivo. Essas concepções refletem, ainda hoje no Museu, que por vezes parece estar deslocado tanto da cidade,

¹¹⁵ Informações da primeira documentação museológica do Museu. Ressalta que ao longo de sua trajetória foram realizados 3 arrolamentos do acervo em épocas distintas.

¹¹⁶ O Teatro foi construído em 1862 e demolido em 1962.

como da Universidade. As Figuras 24 e 25 mostram as salas de exposições do MBM-UFLA na década de 1980.



Figura 24. Vitrine de utensílios de cozinha, Museu no prédio Álvaro Botelho. Déc. 1980. Acervo DICOM/ UFLA.



Figura 25. Sala da Independência, Museu no prédio Álvaro Botelho. Déc. 1980. Acervo DICOM/ UFLA

Nesse momento, é válido abordar que Bi Moreira montou, ainda, a Sala do Expedicionário, que abrigou recortes de jornais, vestimentas além de diversos outros objetos, dedicados à memória dos pracinhas brasileiros que participaram na 2ª Guerra

Mundial. Ainda nessa sala, foram colocadas em exposição diferentes armas de fogo adquiridas por meio de doações, mas sem procedência documentada. A Figura 26 mostra a Sala dos Expedicionários na década de 1980.



Figura 26. Foto da vitrine das armas. Exposição sobre os combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira), Déc. 1980. Acervo DICOM/ UFLA.

Nesse contexto, também foi montada uma sala específica para expor objetos de diferentes procedências das áreas da medicina, farmácia, odontologia e veterinária. Na sala 7, também foram colocados os gabinetes dentários de fins do século XIX e princípios do século XX, instrumentos cirúrgicos e médicos e teses de médicos locais, prensas, aparelhos antigo de meteorologia e fotografias, entre outros. A Figura 27 mostra a sala dedicada a Saúde.



Figura 27. Foto da sala relacionada com a saúde, Museu no prédio Álvaro Botelho. Déc. 1980. Acervo Dicom/ UFLA.

A organização do acervo de Bi Moreira continuou na sala 8, que foi dedicada às ‘tecnologias, comunicações e habitação’, abrigando duas centrais telefônicas, aparelhos telefônicos, rádios, telégrafos. Além de projetores, fonógrafos, gramofones, vitrolas, eletrolas e toca-discos e instrumentos musicais. Ainda nessa sala, foram colocadas reconstruções parciais de interiores de casas antigas de fins do século XIX, como catres e camas, cadeiras de balanço e de vime, bacias, escarradeiras, cantoneiras, lampiões, utensílios de porcelana e cristal e outros (Esal, 1980).

Na sala 9, foi exposto um arranjo de objetos coletados em Lavras e região sobre os transportes em períodos diversos da história brasileira. Dentre eles, encontram tipos de montaria e seus complementos, peças de carro-de-boi, documentação relativa à navegação no Rio Grande em fins do século XIX, linhas de bonde inauguradas em Lavras em 1911 e, ainda, peças de automóvel, réplicas de foguetes e aviões.

Por fim, nas salas 10 e 11, foram colocados objetos utilitários dos mais variados tipos e funções, tais como: utensílios de cozinha, ferros de passar e pesos e medidas, reconstituição de sapataria e tecelagem, máquina de sapateiro, rocas, dobadeiras¹¹⁷, teares, rendas de bilros, máquinas de costura, além de coleções de armas e ferramentas

¹¹⁷ Aparelho que serve para dobar, tirar a seda dos casulos.

ligadas aos diversos ofícios, fechaduras, engarrafadores, objetos de artesanato e folclore (Esal, 1980).

Nesse arranjo museal, colecionador e coleções se misturam. Fotografias, documentos, miniaturas, instrumentos de tortura, escritura e nota fiscal de venda de escravos, candeias, guampos, congas, silhões, estribos, caçambas, relhos, facas, ferramentas, rocas e rodas de fiar, lampiões e muitas coisas relacionadas com a vida rural vão se misturando a aparelhos, equipamentos, máquinas provenientes das atividades de ensino e pesquisa da ESAL. Temos aqui o início de um Museu que vai se configurando ausências, tensões e persistências; envolto no simbolismo de que os objetos deveriam falar por si mesmos e cujo arranjo só faz sentido transvestido pelas lentes do colecionador.

Assim sendo, as áreas expositivas do Museu foram organizadas seguindo a lógica do colecionador que, por fim, conseguiu um local para abrigar o seu acervo. Em consequência dessa aproximação com a ESAL, o Museu idealizado por Bi Moreira passou a abrigar também as coleções de C&T formadas no cotidiano das atividades da Escola. Nessa conjuntura, praticamente todos os objetos ficaram em exposição, lotando basicamente todas as salas do prédio, não havendo reserva técnica ou peças não expostas. A heterogeneidade do acervo, formado por Bi Moreira, e a sua configuração na ESAL foi percebida na organização expositiva adotada para o Museu, por meio das salas temáticas - Independência, Expedicionários, Lavras, ESAL, Saúde. Observamos, portanto, que o acervo, nesse momento, não se configura nem como museu, nem como antiquário, mas algo com características próprias, que misturou perspectivas variadas e até excludentes, tendo como cenário uma instituição de ensino: a ESAL.

Ainda nesse viés, Bi Moreira afigura-se como um colecionador de perfil ambíguo. Se, por um lado, manifestou o gosto e a necessidade por colecionar e compartilhar os itens com o público – chegando a afirmar que ‘nenhuma peça do acervo (...) tem preço, pois pertence à comunidade’ –, por outro, manifestou uma disposição em vender esse acervo.

Aposentado há 12 anos, levando a família para a Capital – na ilusão de que, dentro de no máximo um ano, resolveria o assunto do qual já tinham conhecimento alguns órgãos culturais, que visitei, assim como outros do Rio, ainda como Capital Federal, e de Brasília, onde, inclusive, consegui, graças aos bons ofícios do Deputado Geraldo Freire, uma audiência com o então Ministro da Educação, Senador Jarbas Passarinho – dei-me ao luxo de manter dois domicílios, a fim de me dedicar à

realização de um sonho, já que, durante todo esse tempo, não recebi nenhum convite para permanecer em Lavras, que, modéstia à parte, venho promovendo, quer através do Museu, quer através da “Tribuna de Lavras” (e, antes que esta surgisse, através de “A Gazeta, “O Agrário” e “O Instituto”) e da separata “Acrópole”, que através de contatos permanentes com estações de rádio e TV e órgãos culturais daquelas capitais, do Rio, de Brasília, de Goiânia e de outros pontos do país. (...) Com a mudança da administração da ESAL para o novo campus, já na gestão do Fábio Cartaxo, o Museu passou a ocupar todo o prédio onde se encontrava. Essa circunstância levou e continua levando muita gente a supor que o Museu era da ESAL e que eu era um funcionário remunerado. De outro lado – porque o nome da instituição é Museu de Lavras – outros pensavam que eu era funcionário da Prefeitura. Tais suposições levaram os lavrenses e esalianos à ignorância de que, só nos últimos 12 anos, eu tenha descapitalizado, direta e indiretamente, apreciável soma, que o meu orçamento não comportava, obrigando-me a dispor de imóveis para, através de pesquisas prestações mensais resultantes da venda, complementar os recursos necessários à manutenção da família em B. Horizonte e anteder às despesas de viagens quinzenais e, muitas vezes, semanais, a fim de dar assistência a uma casa de cultura, que interessa menos a mim do que a outrem. (Moreira, 1980, grifo nosso).

Bi Moreira constrói uma narrativa atribuindo a esse acervo um sentido de coletividade, caracterizando-o como ‘obra cultural’ para a cidade de Lavras, embora essas coleções tenham sido frutos de sua curiosidade, vontade e paixão como colecionador. Nesse âmbito, ele busca demonstrar suas influências pessoais e políticas para legitimar o seu acervo perante o município de Lavras e a ESAL. Ao que parece, esse acervo se tornou um ‘entrave’ para Bi Moreira, principalmente depois que sua família se mudou para Belo Horizonte (MG); mas, ainda assim, ele não abdicou de sua propriedade até conseguir vendê-lo para ESAL.

Em tempos burocráticos, em 1979, foi aberto um processo¹¹⁸ junto ao MEC para que o acervo de Bi Moreira fosse normatizado na ESAL. Nesse momento, foi elaborado por parte da Escola, um relatório¹¹⁹ detalhado, descrevendo a importância desse acervo para a instituição e para a cidade de Lavras. Ademais, foi colocada a necessidade de reformar o prédio Álvaro Botelho para abrigar o Museu.

Em 1981, o Diretor da Escola, João Márcio de Carvalho Rios, instituiu uma comissão¹²⁰ para realizar uma avaliação do acervo de Bi Moreira que estava na Escola, visando dar continuidade ao processo junto ao MEC. Essa equipe apresentou que as

¹¹⁸ Processo MEC/ FNDE nº 391/79 sobre a incorporação do acervo do Museu de Lavras na ESAL.

¹¹⁹ Relatório das atividades desenvolvidas na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) referente à criação do Museu Bi Moreira, submetido pela ESAL. Na ocasião foi solicitado sete milhões de cruzeiros para a compra do acervo e a reforma do prédio Álvaro Botelho.

¹²⁰ Essa comissão foi composta pelos professores Evandro Menicucci e Luis Carlos Ferreira e o técnico Alberto Francelino de Barros.

principais dificuldades encontradas, para institucionalização do Museu na ESAL, foram a necessidade de uma realização uma reforma na edificação histórica Álvaro Botelho para abrigar o Museu e a necessidade urgente de pessoal especializado para conservar, catalogar e organizar a exposição desse acervo para a estruturação do Museu (Esal, 1981). Ao mesmo tempo, destacaram os benefícios de sua incorporação à Escola:

O maior benefício deste projeto, resume-se na preservação de uma memória didática, histórica e sociológica, da qual uma boa parcela registrada a evolução da tecnologia rural no Sul de Minas que, por sua vez, reflete a influência da ESAL nessa região. Outro benefício é a garantia de continuação do trabalho de um cidadão que durante toda sua vida – pela sua ligação com a região e com suas instituições e pelo seu sentido de cultura – a melhora do acervo que foi incorporado à ESAL. Ainda outro benefício, é o valor didático que esse acervo encerra e que o projeto (como mais ajuda adicional indispensável) coloca à disposição de uma comunidade. (Esal, 1981, grifo nosso)

Então, em meio a essa diversidade de objetos e possibilidades de narrativas, verificamos que os agentes sociais da ESAL envolvidos no processo de institucionalização do Museu atribuíram a esse acervo a capacidade de preservação de uma memória relacionada à influência da Escola nas transformações ocorridas na tecnologia rural da região do Sul de Minas, justificando, desse modo, a sua aquisição pela instituição.

Nessa conjectura, apesar do acervo ser formado, em parte, por doações feitas a Bi Moreira na figura do ‘Museu de Lavras’, é interessante observar que a transferência deste para a ESAL ocorreu por meio de uma cessão remunerada. Sendo assim, Bi Moreira recebeu, em 15 de janeiro de 1982, da ESAL/ Auxílio do Fundo-Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de Cruzeiros) referente à cessão do acervo do ‘Museu de Lavras’ para a Escola (Anexo I). Para termos uma ideia do poder de compra da quantia recebida por Bi Moreira, vale considerar que o salário mínimo naquele período, de acordo com o Decreto nº 86.514, de 29 de Outubro de 1981, era de Cr\$ 11.928,00. Bi Moreira recebeu pelo acervo aproximadamente 83 (oitenta e três) salários mínimos daquele período pela cessão do acervo à ESAL¹²¹. Vale ressaltar nesse momento que, embora no documento de cessão

¹²¹ Atualmente o valor do salário-mínimo é de R\$ 1.045,00 de acordo com a Lei nº 14.013, de 10 de Junho de 2020. Oitenta e três salários-mínimos equivalem hoje a um valor de R\$ 86.735. Esse aspecto evidencia que Bi Moreira atribuiu um valor monetário a sua coleção, tornando-a um ativo financeiro.

mencione a existência de uma relação dos itens do ‘Museu’ para a incorporação ao Patrimônio da ESAL, esse arrolamento não foi localizado nos arquivos da Universidade junto ao dossiê com o recibo de venda, caracterizando uma vulnerabilidade da gestão documental nessa instituição e prejuízos para esta pesquisa, pois não foi possível identificarmos, com precisão, os objetos que fizeram parte dessa coleção.

Percebemos aqui a transição de um ciclo no ato de colecionar de Bi Moreira, que desde o final da década de 1940, quando expôs sua coleção, veio incansavelmente buscando amparo no poder público para concretizar o seu sonho de criar o ‘Museu de Lavras’. Ao mesmo tempo, um dos elementos que singularizam esse acervo foi de ser constituído, ao que parece, com um propósito museológico segundo as narrativas do colecionador.

Ainda em dezembro de 1982, foi celebrado um convênio, por tempo indeterminado, entre a ESAL, FAEPE¹²² e Prefeitura Municipal de Lavras, com o objetivo de formar uma “associação administrativa para gerir o funcionamento do Museu de Lavras de propriedade da ESAL, mediante participação das três entidades convenientes”. (Esal, 1982, p. 2). Nesse convênio, foram constituídas as obrigações das partes envolvidas.

I- Da ESAL:

- (a) Fornecer as instalações físicas necessárias ao seu funcionamento no prédio Álvaro Botelho;
- (b) Fornecer mobiliário de escritório para as referidas instalações;
- (c) Fornecer água e energia elétrica para os locais de funcionamento do Museu.

II- Da FAEPE:

- a) A incorporação do Museu às suas atividades culturais;
- b) Fornecer os trabalhos de limpeza e conservação dos locais onde viera a funcionar o Museu, bem como os materiais necessários a esses trabalhos;
- c) Fornecer um funcionário para administrar o Museu em consonância com as diretrizes da Direção da ESAL;
- d) Fornecer todo o material de consumo necessário ao bom empenho das atividades do Museu no que se refere a correspondências, arquivos e catalogação do acervo;
- e) Fornecer as vitrines para exposição do acervo;
- f) Proceder à recuperação do acervo existente por ocasião do tombamento.

III- Da Prefeitura:

- a) Incluir o Museu nos calendários de programações culturais do Município, do Estado e do País;

¹²² “Com a missão de promover o apoio institucional à UFLA, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE, instituição de direito privado sem fins lucrativos, foi criada em 1976 e desde então desempenha atividades efetivas de apoio de Ensino, Pesquisa, Cultura, Extensão e Administração”. Acesso em 21 de maio de 2018, em www.faepecursos.ufla.br.

- b) Fornecer às suas expensas e pelo tempo de duração deste Convênio, 02 (duas) recepcionistas para trabalharem em período integral no Museu;
- c) Divulgar, através de seu Departamento de Educação e Cultura, as atividades do Museu incentivando os alunos de escolas de rede municipal a frequentá-lo;
- d) Dotar, anualmente, verba destinada ao Museu, de acordo com sua disponibilidade orçamentária. (Esal, 1982,p.3)

Esse convênio evidencia uma iniciativa da ESAL em gerir o Museu de forma colaborativa, através da divisão clara de responsabilidades entre as entidades envolvidas. Conquanto, a ESAL deixou explícito ser a proprietária do Museu, ainda intitulado Museu de Lavras. Desse modo, com o apoio do MEC, por meio de recursos do FNDE, o agora Museu Bi Moreira (MBM-UFLA) estava institucionalizado na ESAL.

Dessa forma, a inauguração oficial do Museu, na ESAL, ocorreu aproximadamente um ano depois de ser assinado o referido convênio, mais especificamente em 9 de setembro de 1983, na comemoração do 75º Aniversário da Escola. Nesse ato, o Museu recebeu o nome do seu idealizador, ou seja, Museu Bi Moreira. O evento contou com a presença do então diretor da ESAL, prof. João Márcio de Carvalho Rios, um representante da Ministra da Educação, Sílvio do Amaral Moreira (Bi Moreira), o então prefeito de Lavras, Célio de Oliveira, como pode ser visto na Figura 28.



Figura 28. João Márcio de Carvalho Rios (diretor da ESAL), representante da Ministra da Educação, Sílvio do Amaral Moreira, não identificado e Célio de Oliveira (prefeito de Lavras) da esquerda para a direita. Acervo DICOM/ UFLA.

A ocasião de inauguração do Museu foi noticiada em jornais locais, como se pode ver nessa matéria do jornal Tribuna de Lavras¹²³. O fragmento jornalístico (Figura 29), menciona algumas características de Bi Moreira, como um indivíduo que fez do ato de colecionar um *hobby* e da busca por montar um museu a partir da sua coleção um ‘sonho de visionário’, concretizado com a institucionalização na ESAL.



Figura 29. Notícia da inauguração do MBM-UFLA, Tribuna de Lavras, 10/09/1983. Acervo Museu Bi Moreira.

¹²³ De 10 de setembro de 1983.

Em suma, percebemos que o processo de transição desse acervo privado para uma instituição de ensino superior pública foi envolvido por presenças e ausências, tensões e articulações. A institucionalização do Museu ocorreu mediante os esforços pessoais e articulações políticas de um colecionador caracterizado por ambiguidades. Aqui, colecionador e coleções começam a trilhar caminhos marcados por novas tensões, pois, embora Bi Moreira tenha vendido o acervo para ESAL, continuou exercendo sua influência no Museu, agora intitulado de ‘Museu Bi Moreira’ em sua homenagem.

3.3. Consolidação em processo: o Museu Bi Moreira na ESAL

Ao delinear os aspectos sobre o patrimônio museológico da UFLA e, mais especificamente aqui, sobre a trajetória do Museu Bi Moreira, de forma não linear, mas sim, por meio das idas e vindas¹²⁴ no tempo e no espaço, verificamos três momentos principais que marcam essa instituição: a sua origem atrelada a uma coleção particular; a intenção do colecionador em transformar sua coleção em um museu para a cidade de Lavras; e a institucionalização desse acervo no interior de uma instituição de ensino superior, por meio da criação do Museu Bi Moreira (MBM).

Nessa concepção, o museu universitário é caracterizado pela diversidade no que tange às funções e às formas (Bruno, 1992; Kozark, 2007; Lourenço, 2005; Santos, 2006). O MBM se insere nessa conjuntura, uma vez que foi criado a partir de um acervo particular que pretendeu contar a história da cidade de Lavras e foi encampado pela ESAL/ UFLA, assumindo configurações próprias. Na ESAL, o arranjo desse acervo incorporou as coleções (Lourenço, 2005) da instituição, evidenciando as especificidades desse Museu. Nesse sentido, o Museu se configura como um espaço híbrido que salvaguarda um acervo heterogêneo que, ambigualmente, o aproxima e distancia da cidade e da Universidade.

No processo de incorporação do acervo de Bi Moreira na ESAL, além dos benefícios citados anteriormente pela comissão de avaliação, foram identificadas dificuldades para a implantação do Museu, em dois níveis: 1- referente às obras de

¹²⁴ Apontamos que não tivemos a intenção de traçar uma trajetória cronológica linear do MBM, pois partimos da origem Universidade na EAL, passamos pelas experiências museológicas atuais na UFLA, para voltarmos à formação de uma coleção particular acampada posteriormente por um Escola, que se transformou em Universidade.

adaptação no prédio ‘Álvaro Botelho’, implicando a ESAL “alocar recursos do seu parco orçamento, para complementá-las” (Esal, 1981); 2- quanto ao acervo, onde “as dificuldades apareceram agora com a incorporação, pois a ESAL não dispõe de pessoal capacitado (nem recursos para contratá-lo) que possa recuperar, classificar e catalogar as peças, para colocá-las em condições de exposição”. (Esal, 1981). Aqui ficam evidenciados os desafios que caracterizam a gestão do Museu, desde sua criação, um de ordem estrutural, uma vez que o prédio ‘Álvaro Botelho’ não foi devidamente adaptado para abrigar um museu; outro de natureza museológica, referente à necessidade de ações de preservação do acervo museal da instituição e a ausência de profissionais capacitados para a realização dessas atividades.

Mesmo institucionalizado em uma escola superior que, anos depois transformara em Universidade, no MBM, persistem características de um ‘gabinete de curiosidade’¹²⁵. Esse espaço, configurou-se em um modelo conceitual de museu tradicional¹²⁶ que, no mundo atual, o tem, dentre várias funções, a de salvaguardar aquilo que está submetido aos movimentos destrutivos da modernização (Gonçalves, 1996). Dessa maneira, o Museu vem atuando como ponte que permite uma negociação e uma articulação entre o passado e o presente. Em termos expositivos, não é possível verificar, no arranjo dos objetos, uma articulação lógica mais geral que os una à história de Lavras e da ESAL em forma de narrativa. Assim, o visitante que busque uma experiência cultural no percurso desse Museu se depara com uma narrativa ‘cacofônica’, envolta por um ‘amontoado de objetos’.

Ao se instalar no prédio Álvaro Botelho, um lugar de memória no contexto da ESAL e de Lavras, o MBM reforça sua característica de museu tradicional. Vale ressaltar que essa edificação é de estilo eclético e possui dois pavimentos, como poucos

¹²⁵ “Os gabinetes de curiosidades europeus dos séculos XVI e XVII traduziam uma preocupação com a memória, revelando um caráter enciclopedista, ‘uma tentativa de se ter ao alcance dos olhos, pelo menos tudo que existe em lugares distantes e desconhecidos, não incorrendo em uma preocupação nítida com a classificação e nomeação. (...) Antes de qualquer coisa, trata-se de juntar, de colecionar objetos que dão a ideia da existência de ‘outros’. O ato de colecionar transfigura-se em compreensão de tudo o que há no mundo”. (Possas, 2013, p. 159).

¹²⁶ “O museu tradicional é originado do gabinete de curiosidades em que se guardavam objetos aleatoriamente que não apresentavam relação aparente entre si. Este modelo se desenvolveu na Europa até servir de base para a organização dos grandes museus. Esta forma de museu foi se desenvolvendo principalmente ao longo do século XVIII até se concretizar como a instituição museu no início do século XIX. Durante este século o processo de institucionalização do museu tradicional resultou no modelo hoje mais conhecido no Ocidente”. (Soares & Scheiner, 2013, p.34).

edifícios do CH-UFLA, tendo a visibilidade preservada pelos afastamentos entre as edificações. A fachada principal apresenta simetria, contendo, ao centro escadaria, rampa lateral e corpo destacado em pórtico com vão em arco abatido que sustenta uma sacada no segundo pavimento. A sacada possui guarda-corpo de alvenaria fechada arremata por cimalha. (Lavras, 2006, p. 34). O interior da edificação é constituído por amplas salas que foram interligadas para abrigar o Museu, possuindo uma escada em madeira para o acesso ao segundo pavimento. O piso é de madeira assoalhada e o teto é de laje rebocada e apresenta vigas de concreto aparente (Lavras, 2006b). Por meio do Decreto Nº 6.671, de Março de 2005 (Lavras, 2005), esse prédio foi tombado, por seu destacado valor arquitetônico e simbólico, conforme a deliberação em Ata de Reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras (Lavras, 2006).



Figura 30. Fachada do prédio ‘Álvaro Botelho’, que abriga o Museu Bi Moreira da UFLA. Projeto Arquitetônico 31-Museu Bi Moreira, 2015.

Percebemos, contudo, que esse prédio não foi construído e devidamente adaptado para abrigar um Museu. Ainda hoje, o prédio não possui instalações sanitárias para os visitantes, elevador para o segundo piso, sistema de monitoramento de temperatura e umidade, iluminação adequada, entre outros, tão necessários para o ambiente museal; evidenciando a necessidade de adequações.

Em relação ao acervo originado por Bi Moreira, não pudemos tecer uma análise aprofundada sobre os artefatos pois, como apontamos anteriormente, não localizamos nos arquivos da UFLA a lista do arrolamento realizado pela comissão, em 1981, no âmbito da aquisição, ou seja, um problema que impacta diretamente a gestão museológica do acervo, prejudicando também na documentação museológica. Contudo, por meio das primeiras fichas catalográficas do Museu¹²⁷, realizadas entre 1983 e 1990, apresentamos algumas considerações. Foram identificados 570 objetos cadastrados¹²⁸. Nas categorias *Proprietário*¹²⁹ e *Doador*¹³⁰ identificamos 93 objetos atribuídos aos nomes *Bi Moreira* e *Coleção Bi Moreira* conforme lista elaborada (Apêndice I). Esse levantamento inicial permite identificarmos alguns aspectos da heterogeneidade dessa coleção formada por: quadros, pratos, medalhas, moedas, espada, taça, capacete, cadinho¹³¹, pegador de gelo, cofre entre outros. São objetos de diferentes épocas, entre o século XVIII e XX. Como esse processo de registro e catalogação ocorreu de forma não continuada e sem a presença de um profissional qualificado para esse fim, acreditamos que itens advindos do acervo do Bi Moreira foram atribuídos a outros ‘proprietários’, pois há na categoria *Data de Aquisição* 267 itens que foram doados entre 1950 e início da década de 1980, período em que o acervo pertencia a Bi Moreira no ‘Museu de Lavras’. Dessa forma, acreditamos que os artefatos adquiridos nesse período¹³², possivelmente, sejam do acervo do Bi Moreira, advindo de doações de outras pessoas feitas a ele, conforme relatado anteriormente.

Referente a objetos doados por órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Lavras e a Câmara Municipal de Lavras, encontramos 18 registros conforme lista elaborada (Apêndice II). Chamamos a atenção para os artefatos provenientes da demolição do Teatro Municipal de Lavras, tais como, partes da fachada da edificação, ventilador, placas, luminária. O antigo “Teatro Sant’Ana” foi construído em 1862 e

¹²⁷ A primeira ficha catalográfica apresenta os seguintes itens: Nº, Categoria, Sub Categoria, Objeto, Proprietário, Autoria, Procedência, Origem, Época, Doador, Modo de Aquisição, Data aquisição, Material, Técnica, Marcas/Assinaturas, Estado Conservação, Localização, Dimensões, Observações. Ao longo da trajetória do MBM foram realizados três arrolamentos do acervo do Museu.

¹²⁸ Não há um arrolamento do acervo de papel e bibliográfico proveniente do acervo de Bi Moreira.

¹²⁹ Essa seria a categoria ‘Doador’.

¹³⁰ Interessante observar que Bi Moreira aparece na documentação museológica do MBM como ‘Doador’ e os itens atribuídos a ele foram catalogados no ‘Modo de aquisição’ como ‘Doação’. Embora ele tenha vendido esse acervo para a ESAL.

¹³¹ Utilizado para o aquecimento de sólidos a temperaturas elevadas.

¹³² Da década de 1950 ao início da década de 1980.

transferido a Prefeitura Municipal de Lavras em 1888, quando passou a ser denominado ‘Teatro Municipal de Lavras’ (Vilela, 2007, p. 337). De acordo com Vilela (2007), o “Teatro Municipal, símbolo da dramaturgia lavrense, foi demolido, entre junho e setembro de 1962, após cem anos de sua construção” (p. 353). A partir daí, envoltos pela ideia da ausência e da perda (Gonçalves, 1996), fragmentos do Teatro foram transferidos para o MBM, que passou a ser o ‘depositário’ do que restou dessa edificação, aproximando-se do modelo de museu de cidade (Pimentel, 2016).

Ainda na análise da catalogação do acervo da década de 1980, identificamos 146 objetos provenientes da ESAL e do Instituto Gammon, em outras palavras, artefatos das ‘coleções de memória e bibliográfica’ (Lourenço, 2005) da ESAL/ UFLA. Esse segmento do acervo era composto por quadros de formatura, álbuns de fotografia, troféus, placas entre outros (Apêndice III). Interessante salientarmos que, nessa primeira catalogação, não foram identificados aparatos de C&T provenientes das atividades de ensino na ESAL. Isso sugere que essa catalogação ainda não havia abarcado todos os itens do acervo do MBM, haja vista que Bi Moreira já havia sinalizado o interesse de coletar esses itens já na década de 1970. Observamos, portanto, um panorama do acervo do MBM na primeira década de sua institucionalização na ESAL, que evidencia os aspectos heterogêneos que permeiam as coleções desse Museu. Igualmente, percebemos as interfaces que esse Museu começa a delinear, a partir do seu acervo, entre a Escola e a comunidade lavrense.

Na ESAL, o MBM passou a ser dirigido por Ângelo Alberto de Moura Delphim¹³³, embora Bi Moreira tenha continuado a exercer influência em aspectos da organização das áreas expositivas desse espaço museológico, recorrentemente entrando em contato com novo dirigente e com o diretor da ESAL. Em 05 de julho de 1984, Bi Moreira escreve para Ângelo.

(...) Outro constrangimento meu – e que já lhe manifestei diversas vezes – está ligado ao ar de abandono em que ficaram as peças no Pavilhão Odilon Braga, mesmo na parte de cima, já que no porão, você é testemunha do que aconteceu diante da presença, durante longo tempo, de peças e livros em

¹³³ Formado em Letras e atuando no Museu desde o final da década de 1970, passando a ser diretor em 1979. Em 1984, Ângelo ingressou ao que consta no cargo de museólogo na ESAL/UFLA e permaneceu na instituição até 2006, embora não haja registro desse profissional (provisionado) no Conselho Regional de Museologia, segundo informações obtidas no 2RCOREM. Ele esteve à frente do Museu Bi Moreira por mais de 20 anos e foi Coordenador de Cultura da UFLA nas duas gestões do Reitor Prof. Fabiano Ribeiro do Vale, entre 1997 e 2004.

cômodos faltos de luz e de ar. E ali, ainda se encontra, atrás de uma estante de livros, algum material relacionado com a pesca. Entre outras peças, preocupa-me o teodolito que foi usado durante mais de meio século pelo esaliano Otoniel J. Ribeiro, o qual deveria estar montado sobre o tripé numa das vitrines do prédio Álvaro Botelho (...). E para o mesmo prédio Álvaro Botelho (...) devem ir todas as peças históricas. (...). Essa providência, além de recolocar as peças nos seus lugares, evita a sua deterioração, como se deu com o diploma do D. Augusto Silva, que também deveria figurar, obrigatoriamente, no prédio destinado a história. (...) Falando no prédio Álvaro Botelho, lembro-me, mais uma vez, da necessidade de se vistoriar os quadros de formatura, a fim de que vocês não sofram o constrangimento de mostrar a ex-alunos os quadros de formatura em que os nomes de alguns dele não correspondem à fotografia (Moreira, 1984).

É interessante perceber que, embora Bi Moreira tenha cedido em vida as suas coleções para a ESAL, o vínculo afetivo e protetor criado com esse acervo perdurou após a institucionalização do Museu na ESAL, gerando tensões com a nova direção, tornando a questão entre as distinções entre público e o privado ainda mais nebulosa, uma vez que essa problemática vem acompanhando a formação desse acervo. Fica evidente que Bi Moreira continuou mantendo contato com os gestores do Museu e da Escola, inclusive apontando exatamente como os objetos deveriam ser arranjados nas áreas expositivas. Essas tensões foram recorrentes durante toda a década de 1980, como demonstra a documentação analisada¹³⁴, marcando a conformação desse Museu que também é feita por sujeitos sociais atuantes, em meio a ausências e presenças. Fazendo uma ressalva, mesmo após a venda do acervo para a ESAL, quando já residia em Belo Horizonte –MG, continuou a direcionar suas impressões sobre o Museu e atuar na imprensa lavrense até o seu falecimento em 1994.

Nesse viés, Ângelo Delphim, participou no processo de montagem das áreas expositivas na ocasião da incorporação do acervo de Bi Moreira à ESAL a partir de 1979. Com o passar do tempo, percebemos que o novo dirigente também passou a imprimir suas características ao Museu, intensificadas a partir de 1984, quando ingressou no quadro de servidores da ESAL. Longínqua também foi a sua atuação como dirigente do MBM, uma vez que esse sujeito social esteve à frente do Museu por mais de 20 anos. Em 1987, um importante passo para legitimar a institucionalização do MBM foi à aprovação do Regimento Interno, inserindo-o como “órgão suplementar

¹³⁴ Bi Moreira enviou cartas para Ângelo Delphim em 1984, 1985, 1988 para dar-lhe orientações sobre os arranjos de objetos no Museu e demonstrar suas preocupações com a preservação do acervo.

diretamente subordinado à Diretoria da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL)”. (Esal, 1987, p.1). De acordo com o documento, o Museu assumiu o objetivo de “preservar o patrimônio cultural da instituição, do município e da região, através da coleção representada por peças, objetos, materiais especiais, material bibliográfico e outros, de importância histórica e artística”. (Esal, 1987, p.1). Interessante observar que, inicialmente, o Museu¹³⁵ esteve diretamente ligado à Direção da Escola, assim como a Biblioteca - ambos como órgãos suplementares, isto é, destinados a atender as necessidades específicas da Instituição, oferecendo suporte ao desenvolvimento das inúmeras atividades institucionais imprescindíveis ao cumprimento de sua missão. Todavia, ao longo do tempo, a vinculação do Museu foi se diluindo no organograma institucional, como se esse espaço, paulatinamente, deixasse de ser compreendido como um setor integrante da Instituição “à disposição de uma comunidade”. (Esal, 1981).

Aqui percebemos alguns aspectos que caracterizaram o MBM ao longo de sua trajetória e que podem elucidar a realidade atual desse espaço, marcada por um desamparo institucional e um distanciamento da comunidade universitária e geral. A proposta da ESAL de ressignificar o acervo de Bi Moreira, para narrar as transformações do setor de tecnologia rural - o qual se ligava mais diretamente à história da atuação da Escola sobre a atividade agrícola e pecuária da região - não ocorreu como sinalizado em 1981 pela Comissão (Esal, 1981). Uma vez institucionalizado na ESAL, não identificamos que a Direção da Escola tenha aportado recursos suficientes para modernizar o Museu e construir uma narrativa que relacionasse a história da Instituição com a história da cidade, a partir de um rearranjo do acervo.

Vale abordar, nesse momento, que poucas foram feitas nas áreas expositivas do MBM, que basicamente tiveram inseridos novos objetos aos arranjos definidos por Bi Moreira na ocasião de sua inauguração. Assim, a trajetória do MBM foi marcada por uma ausência de critérios museológicos e pela manutenção de uma expografia estática, que pode ter contribuído para o distanciamento tanto da comunidade interna, quanto da comunidade externa frente ao Museu. Isso ocorreu, em parte, pelos gestores da ESAL desconhecerem o que deveria ser um Museu em uma instituição de ensino e quais as

¹³⁵ Posteriormente a vinculação do Museu no organograma institucional foi se modificado, como analisado no Capítulo 2 (Organograma 1), trazendo implicações inclusive de ordem orçamentária, uma vez que atualmente o museu encontra-se amparado pela PROEC, por meio da CMPH e não dispõe de matriz orçamentária própria e condizente com as demandas cotidianas.

funções esse espaço deveria assumir frente à missão da Instituição. Embora estivesse previsto no convênio (ESAL, 1982), a divisão de obrigações entre as partes envolvidas - ESAL, FAEPE e Prefeitura Municipal - para a manutenção do Museu, estas não foram devidamente cumpridas ao longo do tempo. Assim, o MBM, que deveria ser 'lugar' das relações entre a ESAL e a cidade de Lavras, foi sendo paulatinamente acometido pelo isolamento e redução do seu espaço de atuação (Santos, 1999) dentro da própria instituição e na cidade.

Percebemos, dessa maneira, que esse espaço museal permaneceu basicamente como o 'museu' de uma pessoa só, agora na figura do Ângelo Delphim, que sem formação na área de museologia, a nosso ver, consolidou no ambiente institucionalizado, práticas de formação de acervo semelhantes aos atos colecionistas de seu antecessor, culminando em espaços expositivos análogos aos dos 'gabinetes de curiosidades'. Embora tenham sido alocados outros servidores para atuarem no Museu, estes também não possuíam as formações profissionais necessárias para o desenvolvimento das atividades museais fundamentais e para o desenvolvimento de suas funções museológicas (Bruno, 1984). Nessa conjectura, não foram realizadas contratações de servidores visando criar um corpo técnico condizente com as demandas do Museu na Instituição, o que trouxe profundos impactos para esse espaço museológico ao longo do tempo, no que tange à conservação, à comunicação e à pesquisa. Essa constatação pode ser verificada no Gráfico 7, o qual indica a distribuição de pessoal no MBM, entre 1996 e 2011, de acordo com os Relatórios Anuais de Atividades do MBM.

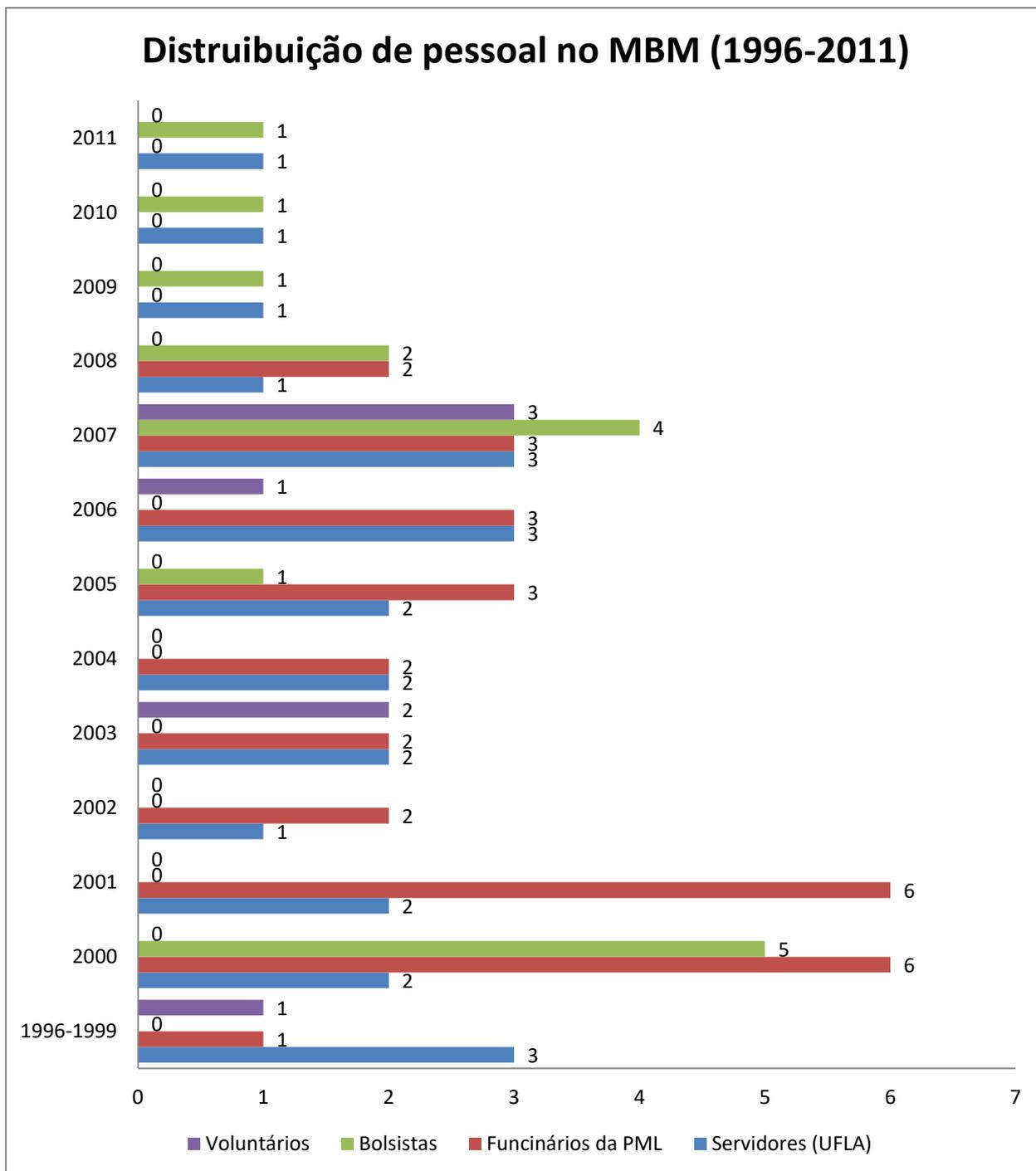


Gráfico 7. Distribuição do quadro de pessoal no MBM-UFLA entre 1996 e 2011. Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Fica evidente, no Gráfico 07, que o quantitativo de pessoal para atuar no Museu, que já não era suficiente na década de 1990, vai sendo reduzido, gradativamente, demonstrando também o distanciamento da Prefeitura Municipal e da Fundação nas

obrigações acordadas no convênio (ESAL, 1982). Nesse sentido, a ausência de uma equipe qualificada, a nosso ver, impactou todas as atividades museológicas e museais do MBM, sendo um dos principais motivos para que este ainda hoje não desenvolva das funções científica, educativa e social pretendidas para um museu universitário.

Esse quadro de pessoal reduzido e centrado por 22 anos na figura do dirigente trouxe reflexos significativos nas configurações museais do MBM. Assim sendo, para além do Regimento Interno em 1987, não identificamos, nesse período, outros documentos institucionais que direcionassem as atividades museológicas no Museu, tais como, uma política de preservação de acervo que normatizasse a aquisição e descarte; provavelmente, em decorrência da falta de um profissional da área de museologia para esse fim. Tudo indica que a seleção do acervo ocorreu por meio de critérios e motivações do dirigente do Museu, figura responsável por consolidar o MBM na ESAL/UFLA. Durante esse período, a análise dos Relatórios Anuais de Atividades do MBM, demonstra-nos que foram incorporados ao acervo do MBM-UFLA, sem critérios claros, vários tipos de objetos de diferentes procedências.

Sendo assim, esses objetos foram adquiridos, principalmente, por doações de pessoas da comunidade e instituições lavrenses¹³⁶ e, em muitos casos, as doações tinham a intenção de perpetuar a história de uma família tradicional, marcar de alguma maneira, por meio do objeto no Museu, a presença e referência de famílias na história da cidade. Em outras situações, doavam objetos que consideravam importantes para a história do município ou que pudessem fazer referência a algum fato ocorrido na cidade, à Escola, à região ou à determinada pessoa. Além dessas formas de doação, ressalta-se a existência daqueles doadores, que querendo desocupar seus quartos e depósitos, levavam os objetos para o Museu. O Gráfico 8 nos indica que, entre 1980 e 1991, ocorreu um significativo aumento do acervo do MBM-UFLA, sendo constatado a entrada de mais de 3.000 objetos, além de outros documentos.

¹³⁶ Informações dos Relatórios Anuais de Atividades do MBM.

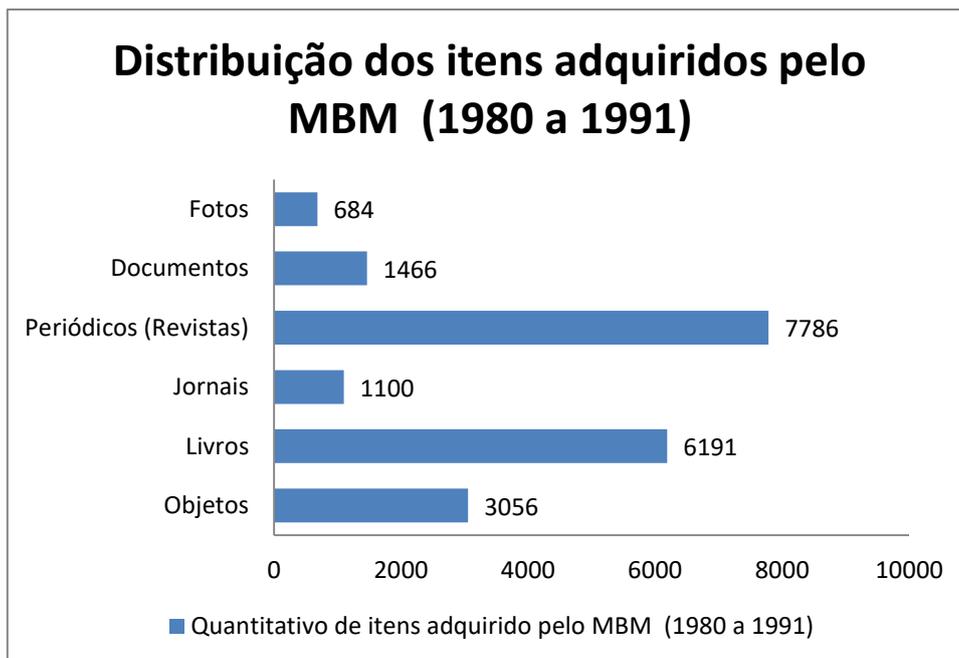


Gráfico 8. Distribuição dos itens adquiridos para o acervo do MBM-UFLA, entre 1980 e 1991. Fonte: Elaborado pela autora (2019), a partir dos Relatórios Anuais de Atividades do Museu.

A incorporação de itens no acervo diminuiu no decorrer da década de 2000, período no qual o museu adquiriu 1.597 itens, por meio de doações como podemos observar no Gráfico 9.

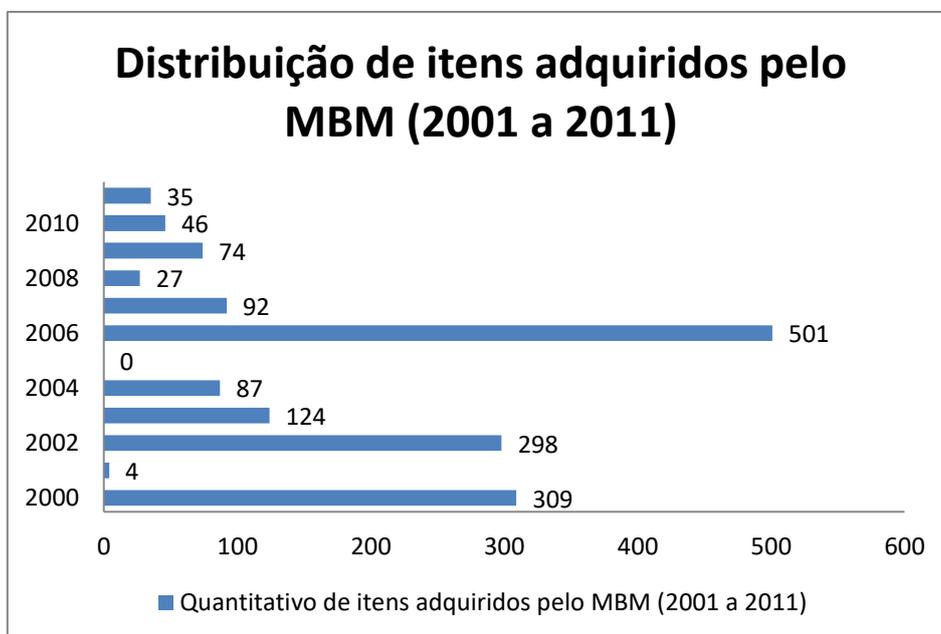


Gráfico 9. Distribuição de itens adquiridos pelo MBM-UFLA entre 2001 e 2011. Fonte: Relatórios anuais de atividades entre 2001 e 2011. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Percebemos, aqui, uma redução de 92% do número de itens adquiridos pelo Museu em comparação ao período entre 1980 e 1991¹³⁷. Ângelo Delphim se aposentou em 2006, ano que o MBM ainda adquiriu mais de 500 objetos. Posteriormente, verificamos uma queda na aquisição de acervo, bem como o MBM continuou a ser chefiado por servidores da UFLA sem uma formação na área de Museologia, dando continuidade a uma gestão caracterizada por ausências das teorias e práticas museológicas¹³⁸. Podemos inferir ainda que essa redução na aquisição de acervo tenha sido decorrente das limitações físicas das áreas expositivas e demais repartições do prédio ‘Álvaro Botelho’, o qual passou a não comportar tantos itens de acervo. Assim, basicamente todos os objetos foram colocados nas áreas de exposição, com exceção dos que não couberam lá e foram depositados no porão do Museu.

É perceptível que a estrutura física do Museu não acompanhou o aumento do acervo, impactando na organização interna do Museu, principalmente nas suas áreas expositivas. Ao se focar nas questões referentes às práticas expositivas, no MBM, cabe a nós iniciarmos a discussão, ressaltando que há a possibilidade de se encontrar, na literatura, os termos museografia e expografia empregados como sinônimos (Cury, 1999; 2005), mas, no caso desta investigação, entendemos que a museografia está associada a um leque mais amplo de atividades desenvolvidas nos museus. Portanto, optamos pelo emprego do termo expografia enquanto ação de materialização das exposições. Nas palavras de Franco (2008), a expografia se ocupa da definição da linguagem e do design da exposição museológica, “englobando a criação de circuitos, suportes expositivos, recursos multimeios e projeto gráfico, incluindo programação visual, diagramação de textos explicativos, imagens, legendas, além de outros recursos comunicacionais”. (Franco, 2008, p.61).

¹³⁷ Salientamos que há uma lacuna nas informações entre 1992 e 1995, período em que não foram encontradas documentações institucionais do Museu em seu arquivo corrente e nos demais arquivos da Universidade. Os Relatórios Anuais de Atividades do MBM, a partir de 1996, não discriminam os objetos adquiridos por tipologias de acervo - objetos, revistas, jornais- focando somente no aspecto quantitativo.

¹³⁸ Nesse período o MBM estava vinculado a Coordenadoria de Cultura, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Culturais e Comunitárias (Praecc). Em 2006 Maria Terezinha da Silva Moreira (cargo: Assistente em Administração) foi designada como a nova chefe do MBM permanecendo no cargo até 2007, quando foi substituída por Ângelo Constâncio Rodrigues (Professor do Departamento de Educação –DED/UFLA.). Este permaneceu no cargo até 2007. Entre 2008 e 2012 a chefia do MBM-UFLA foi exercida por Gilvan Cássio Cardoso (Cargo: Secretário Executivo). Em 2012 o MBM foi transferido para a PROEC, quando foi criada a Coordenadoria de Museus e Patrimônio Histórico – C MPH/ UFLA).

Dessa forma, a narrativa expográfica do MBM é centrada em uma exposição permanente, sendo que o arranjo do acervo, a partir da institucionalização, reforçou a organização de salas temáticas, tais quais, as idealizadas por Bi Moreira, salvo poucas alterações advindas dos novos objetos que foram sendo incorporados ao Museu.

Temos assim as seguintes salas: Comunicação – imagem e som, Ciências Biomédicas, ESAL, Lar, Antropologia. As Figuras 31, 32, 33, 34 apresentam as salas de exposição do MBM.



Figura 31. Sala do Lar, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.



Figura 32. Sala das Armas, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.



Figura 33. Sala de Ciências Biomédicas, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.



Figura 34. Sala de Antropologia, 2009. Arquivo do Museu Bi Moreira.

Nessa perspectiva, praticamente todos os objetos estão expostos sem identificação, em vitrines e expositores inadequados nos aspectos da comunicação museológica e da conservação preventiva. Ao que parece, as salas temáticas permaneceram como alternativa para apresentar ao público um acervo tão heterogêneo, sinalizando para as singularidades dos objetos em detrimento de uma narrativa museológica que desse conta de mediar, por meio dos artefatos, a história da cidade atrelada à universidade. As Figuras 35 e 36 mostram as salas de exposição do MBM.



Figura 36. Sala Imagem e Som, 2009. Acervo Museu Bi Moreira.



Figura 35. Sala UFLA, 2009. Acervo Museu Bi Moreira.

Nesse momento, cabe ressaltar que até ‘culto ao passado’ do município e da Escola, antes pretendidos como função para o MBM, parece ter caído no *isolamento*, uma vez que o referido espaço não se transformou para atender as demandas contemporâneas, nas quais às exposições museológicas devem apresentar como característica à relação lógica entre o valor cultural e a clareza expositiva dos objetos (Cury, 2007). Cabe salientarmos, que uma exposição museológica deve buscar comunicar algo ao observador, sob a perspectiva de que ele se insira num contexto que explique a origem, o fabrico, a utilidade dos artefatos, num processo que ao espectador diga respeito. Assim, embora o acervo do MBM encerre potencialidades inquestionáveis, a expografia que se colocou é elementar e, assim, restringe as possibilidades comunicativas, educativas e de prazer estético da exposição para o público. Ao passo, essa diversidade de objetos também possibilita uma multiplicidade de narrativas contidas, que podem ser rearticuladas, inclusive com a possibilidade de

envolver a comunidade universitária e geral no movimento de se repensar esse Museu e suas funções museológicas.

Nesse sentido, o MBM, durante muitos anos foi o único museu no município de Lavras e adjacências¹³⁹, fato que pode ter contribuído para o referido espaço ser visitado, mesmo não estando em condições adequadas para o funcionamento de um Museu, levando-se em consideração as questões de preservação e segurança de acervo, bem como a de uma museografia necessária para o desenvolvimento de suas funções educativas, científico e social (Bruno, 1984). O Gráfico 10 indica que o MBM recebeu entre 1980 e 2011 mais de 120.200 visitantes.

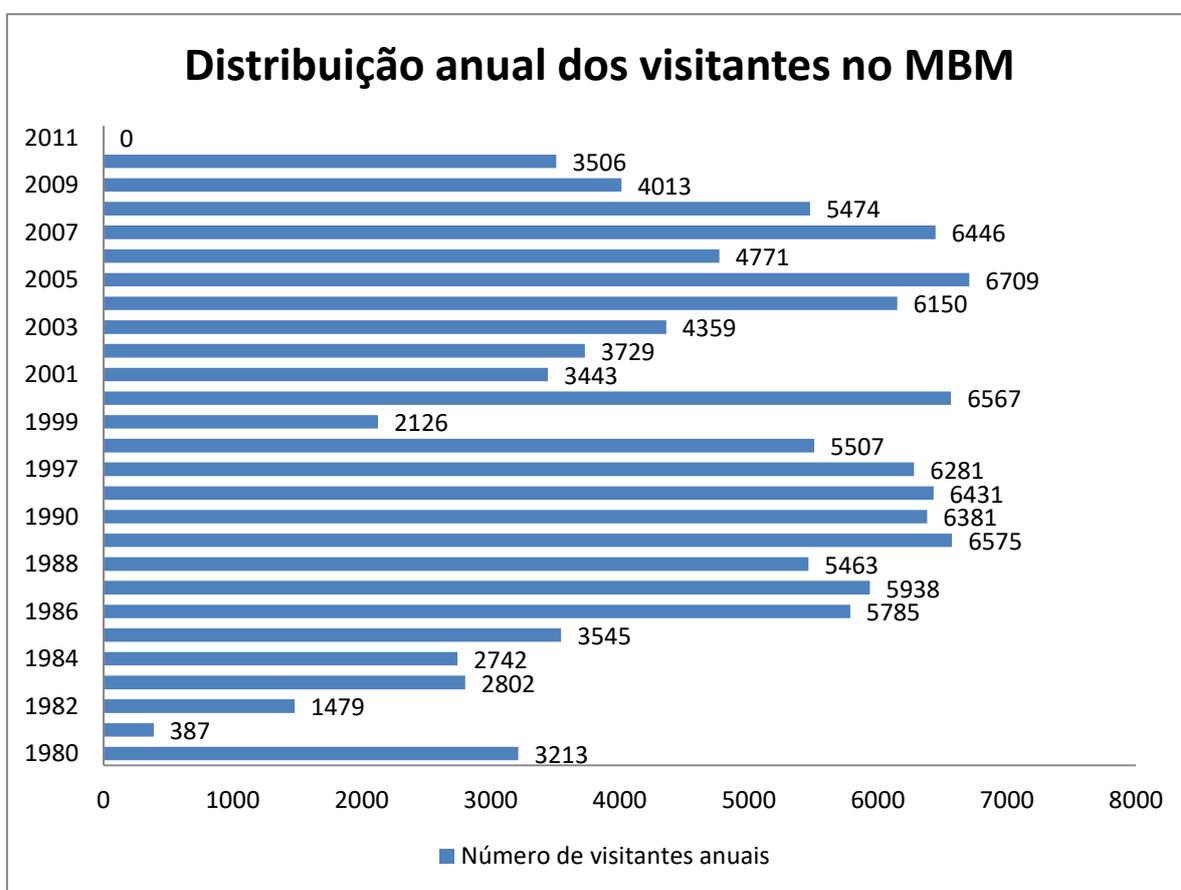


Gráfico 10. Distribuição anual dos visitantes do Museu Bi Moreira de 1980 a 2011. Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

¹³⁹ Em 2001 foi inaugurado da UFLA o Museu de História Natural. Desde então estes são os dois únicos espaços museais na cidade de Lavras e adjacências.

Desde a sua inauguração na ESAL, o principal público do MBM é o escolar. Esse fato fica demonstrado ao analisarmos o item ‘Instituições Visitantes’ nos Relatórios de Atividades Anuais do MBM, como demonstra o Gráfico 11.

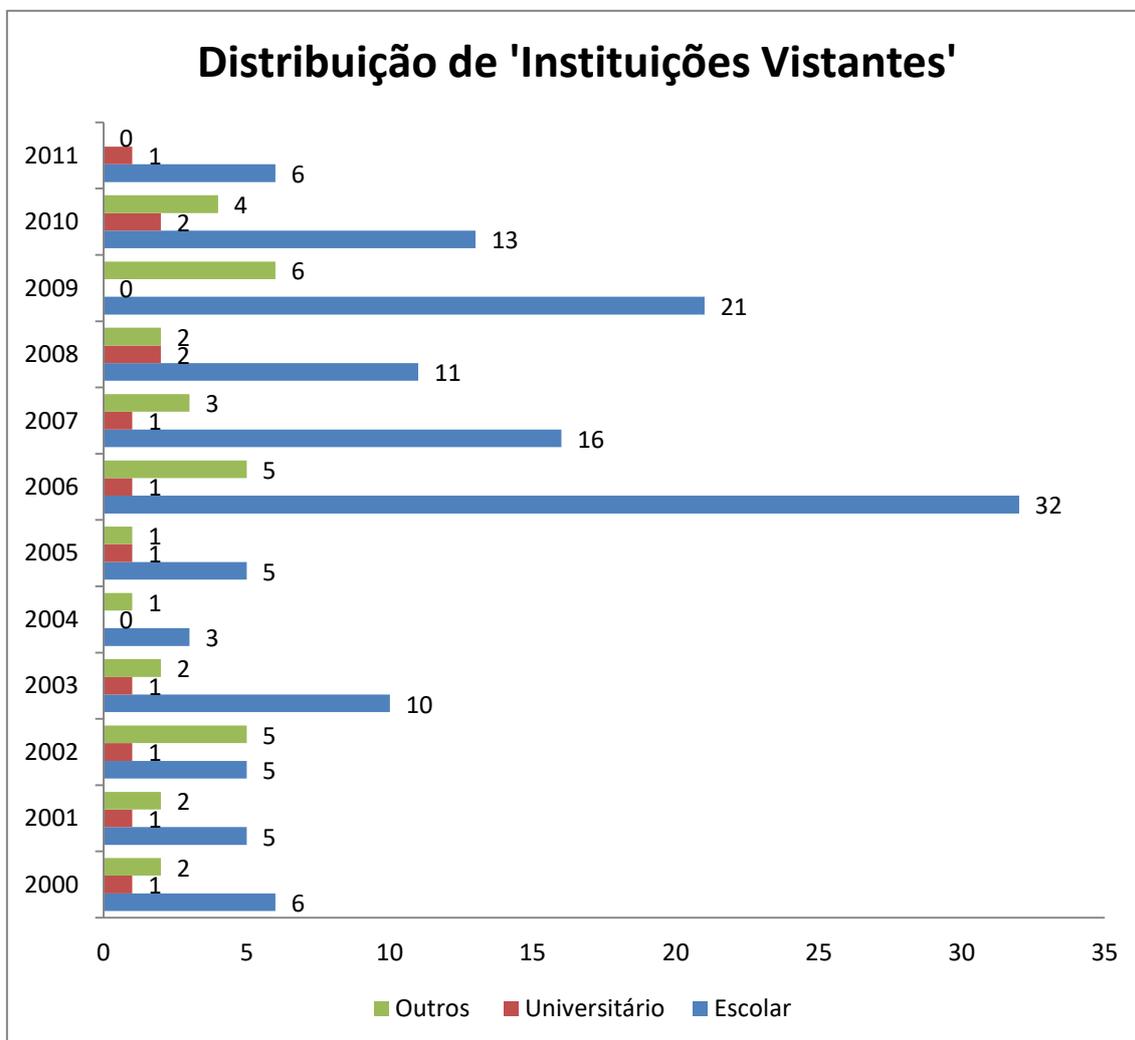


Gráfico 11. Distribuição de ‘Instituições Visitantes’ no MBM de 2000 a 2011. Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Desde a sua institucionalização dentro de uma Escola Superior, hoje Universidade, percebemos que o público interno - discentes, servidores e funcionários - não se apropriou devidamente do Museu enquanto instrumento educativo, social e científico (Bruno, 1984); fato que, a nosso ver, pode estar relacionado com o *isolamento* do Museu dentro da própria Instituição, que teria a responsabilidade de promover sua manutenção, desenvolvimento e integração ao tripé do ensino, pesquisa e extensão.

A conjuntura acima analisada, caracterizada pela falta de clareza da ESAL/UFLA sobre o papel que o MBM deveria desempenhar na Instituição, a necessidade de recursos financeiros para a manutenção e modernização, atrelados a um crescimento desordenado do acervo e a uma museográfica carente de museologia permearam a trajetória desse espaço museal. Embora a direção da ESAL, inicialmente, tenha buscado institucionalizar um acervo que já estava sendo exposto em suas dependências, criando, assim, um lugar de memória (Nora, 1993); não deu conta de garantir que o Museu acompanhasse suas transformações, assim como desenvolvesse suas funções no âmbito da museologia. Dessa maneira, verificamos que a transformação da Escola em Universidade em 1994 - e toda ampliação ocorrida na Instituição nos últimos anos -, não acarretou maiores investimentos para o Museu, como: contratação de novos servidores para a estruturação de um quadro de pessoal qualificado para o desenvolvimento das atividades museais; adequações no prédio para atender aos quesitos de conservação preventiva, acessibilidade e segurança; elaboração e implantação de políticas culturais e museológicas; inserção do Museu nas atividades universitárias de pesquisa, ensino e extensão.

**CAPÍTULO 4. AS EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS E PATRIMONIAIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA): PERMANÊNCIAS E
AUSÊNCIAS**

Os museus estão em movimento. Pressionados pelas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas os museus estão em mudança. Alguns realizam mudanças internas, outros agitam-se como loucos, outros movimentam-se sem sair do lugar, lembrando as bicicletas e as esteiras das pós-modernas academias de ginástica. Não há um modelo a seguir. As tendências museológicas são múltiplas. (Chagas, 2000)

Compreendendo o sujeito social como produtor de suas referências culturais, o foco das tendências museológicas atuais amplia as relações para além do objeto, cenário e indivíduo, envolvendo também as questões sociais de uma forma integral (Primo, 2014). Desse modo, dentre os processos museológicos que envolvem a preservação, a pesquisa e a comunicação, os sujeitos sociais são colocados no centro, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural (Chagas et al., 2018) e, dialogando com essas perspectivas, os museus universitários também vêm se aproximando dessas concepções museológicas (Ribeiro, 2013). Não obstante, a diversidade de formas, conteúdos e estruturas organizacionais que caracterizam os museus universitários, liga-se ao compromisso com a pesquisa, o ensino e a extensão, sendo que, permeados pelo desafio de articular esse tripé, os museus universitários são tão importantes quanto a própria Universidade, uma vez que apresentam potencialidades para desenvolver, com igual competência, as três funções mencionadas (Bruno, 1997). Destarte, as universidades devem olhar atentamente para os seus Museus, garantindo-lhes que desenvolvam suas funções sociais, uma vez que estes podem ser os únicos espaços dessa natureza de um município ou região, como é o caso da UFLA, que tutela os dois únicos museus de Lavras¹⁴⁰ (MG), o Museu Bi Moreira (MBM-UFLA), inaugurado em 1983; e o Museu de História Natural (MHM-UFLA), inaugurado em 2001.

¹⁴⁰ Nas adjacências de Lavras, verificamos o Museu Municipal do município de Perdões (Oeste de Minas-MG) e o Museu Regional do Sul de Minas no município de Campanha (Microrregião Varginha-MG). (IBGE, 2018).

Vale ressaltar que Lavras (MG) é a segunda maior cidade da Mesorregião do Campo das Vertentes¹⁴¹ e conta com uma população de 102.728 habitantes, sendo que 15.421 destes estão matriculados no ensino fundamental e médio (IBGE, 2018). Em um raio inferior a 100 km de distância da UFLA, encontram-se mais de trinta municípios, com uma população total estimada superior a um milhão de pessoas. A Figura 37 apresenta Lavras no mapa de Minas Gerais (MG).

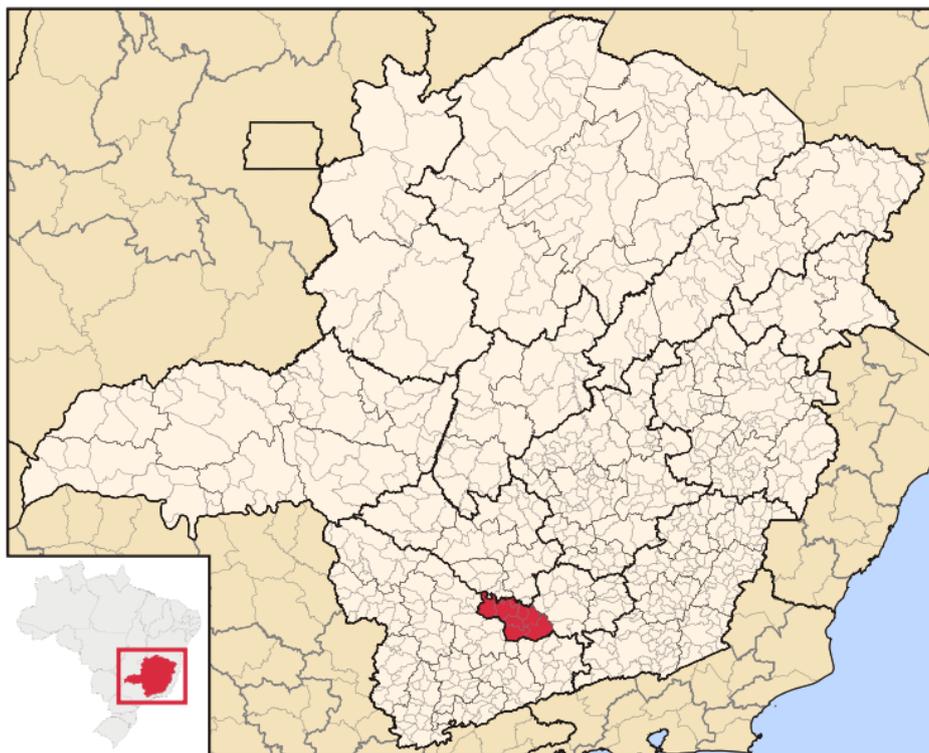


Figura 37. Município de Lavras no mapa de Minas Gerais. Fonte: https://pt.Ficheiro:MinasGerais_Micro_Lavras.svg

Nesse capítulo, abordamos as experiências museológicas e patrimoniais da UFLA, por meio da análise dos processos museológicos desenvolvidos no MBM-UFLA e no MHN-UFLA. Dessa forma, embora ambos os Museus estejam aos cuidados da mesma Instituição, apresentam distinções que devem ser apresentadas. O recorte dos espaços selecionados para a análise teve como base o tema do acervo/exposição, e, como verificamos, anteriormente, o MBM pretendeu, ao olhar de seu idealizador, ser

¹⁴¹ É constituída de nove municípios, sendo Lavras o polo. Os outros são: Carrancas, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nepomuceno, Ribeirão Vermelho.

um museu de cidade, salvaguardando uma cultura material diversificada e de distintas épocas. Já o Museu de História Natural, gestado na própria Universidade, insere-se na perspectiva instrumento de divulgação científica, idealizado para atender o público escolar e ser *locus* para a formação de professores no âmbito das licenciaturas da UFLA. Reiteramos que os Museus da UFLA são as principais opções culturais do município de Lavras, evidenciando a responsabilidade para cumprirem suas funções museais e museológicas, através de distintos processos de extroversão (Bruno, 1999).

4.1. Museu Bi Moreira (MBM-UFLA)

A pesquisa histórico-museológica realizada demonstrou que vários aspectos museais no MBM-UFLA necessitam ser amplamente discutidos no âmbito da gestão da Universidade e aperfeiçoados. Atualmente, o Museu salvaguarda um acervo composto por aproximadamente 5.000 objetos de diferentes tipologias e procedências e um seguimento arquivístico ainda não quantificado, ambos associados, em grande parte, à história e à cultura local. Nesse sentido, podemos citar objetos de uso doméstico, mobiliário, objetos comemorativos e de comunicação, artefatos arqueológicos e etnográficos, objetos de trabalho urbano e rural, equipamentos de ciência e tecnologia (C&T). Nesse momento, é importante ressaltar que a ausência de critérios claros para a formação da coleção criou uma série de características que impactam as práticas museológicas atuais do Museu, inclusive a expografia do MBM, que nas suas primeiras décadas, funcionou quase como um gabinete de curiosidades, sofrendo poucas alterações com o passar do tempo.

Além disso, o Museu foi moldado por profissionais, cujos perfis se distanciavam da Museologia, incidindo na forma como foi realizado o registro e a catalogação desse acervo. Atualmente, existem 4.559 objetos catalogados em fichas em suporte de papel, sendo que a maioria das fichas está incompleta caracterizando, uma grande lacuna informacional no que tange à trajetória e ao contexto do objeto até a sua entrada no Museu. Ressaltamos que a documentação museológica é responsável pela produção de um conjunto de informações sobre cada um dos objetos que compõem os acervos de museus, tendo como função a promoção da segurança e o controle do acervo, além de criar condições para recuperar e preservar informações sobre o bem cultural.

Nesse viés, o MBM-UFLA salvaguarda também um acervo arquivístico composto por jornais/periódicos, documentação iconográfica, documentos textuais e documentação sonora – discos de vinil. A coleção de jornais¹⁴² é formada, principalmente, por exemplares publicados em Lavras e são os únicos restantes, não havendo outros preservados na cidade, nem em bibliotecas, nem pelos próprios Jornais¹⁴³. Já a coleção iconográfica é composta por cerca de 7.000 fotografias coloridas e em preto e branco, retratando vistas aéreas de Lavras, personalidades, eventos e órgãos/empresas de valor significativo para a cidade. Estão organizadas e identificadas por assunto: formando/turma, vistas aéreas, ballet, etc., ressaltando, nesse ponto, que não há descrição completa das fotos (fotógrafo, título, local, data). Existe também uma coleção de documentos textuais¹⁴⁴, produzidos pela ESAL/ UFLA, com informações sobre os departamentos, cursos de graduação e pós-graduação, grêmios, prédios e professores. Dessa forma, foi possível observar que este acervo foi acumulado por meio de critérios não clarificados, sem a devida gestão arquivística, sendo possível notar, também, que esse acervo gravitou em torno de um tema comum - a cidade de Lavras e sua relação com a ESAL/ UFLA – e foi organizado por assunto, isto é, em dissonância com Princípio Arquivístico da Proveniência¹⁴⁵. Por conseguinte, os documentos originários de instituições e de pessoas incorporados ao Museu não mantiveram a respectiva individualidade dentro de seu contexto orgânico de produção e foram mesclados a outros de origem distinta. Conseqüentemente, essa situação dificulta a identificação do contexto de produção e acumulação desses documentos, bem como uma futura organização externa e interna do Arquivo do MBM-UFLA em fundos¹⁴⁶.

¹⁴² São eles: O Município; Tribuna de Lavras; Folha Rio Grande; Fonte de Consciência; Folha de Lavras; Lavras News; Cine Jornal; Letras e Artes (RJ); O Caráter; O Guarani; A Renascença; O Governante; XX de Julho; Minas do Sul; Sul Repórter; A Comarca; A União; Vida Escolar (1907); A Gazeta; O Debate; O Incentivo (1904); O Republicano (1898); Liberal Mineiro (1882) e exemplares do francês Le Fígaro (1888), entre outros. O Periódico “O Agricultor”, publicado pela Escola de Agricultura de Lavras (ESAL), desde 1932 foi transferido para a Biblioteca Universitária.

¹⁴³ Não há em Lavras um Centro de Documentação municipal.

¹⁴⁴ Composto por livros de ata originais, planos de curso e folders.

¹⁴⁵ De acordo com Bellotto (2008), o Princípio da Proveniência “consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada” (p. 130).

¹⁴⁶ O termo ‘fundo’ se refere a “um conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções” (Mambro, 2008, p.120).

Prosseguindo com a análise da trajetória do MBM-UFLA, verificamos que, entre 2011 e 2014, o Museu esteve fechado para o público em geral, deixando de atender cerca de 3.000 visitantes anuais. Reflexo do distanciamento das transformações e modernizações protagonizadas em outros setores da UFLA, o MBM-UFLA foi acometido por um esgotamento, sendo que o seu fechamento, a nosso ver, pode ser percebido como um somatório de fatores: a falta de Museologia na concepção e institucionalização Museu, a carência de recursos para a sua modernização e a ausência de uma equipe de profissionais qualificados para o desenvolvimento das atividades museológicas, entre outros. Podemos inferir, que mesmo com o advento de políticas públicas para o setor dos museus no cenário nacional, principalmente a partir da década de 2000, com a PNM (2003), os impactos na UFLA, instituição mantenedora do MBM, foram tímidos e não conseguiram reverter uma situação marcada por anos de isolamento.

Ressaltamos que próximo ao esgotamento anunciado, em 2009, o MBM foi visitado por uma equipe da Superintendência de Museus (MG), para assessorar possíveis ações de requalificação museológica nos Museus da UFLA (Soares, 2013). Essa visita, provavelmente reflexo do Estatuto de Museus (2009) na Universidade, criado a partir da Lei Nº 11. 904 de 14 de Janeiro de 2009, culminou na elaboração do projeto intitulado ‘Revitalização do Museu Bi Moreira e Preservação do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Lavras’ submetido ao PROEXT¹⁴⁷ (Proext, 2010). Dessa maneira, com os recursos obtidos por meio desse edital, foi contratado um serviço especializado para a elaboração do plano museológico e museográfico para o MBM-UFLA. A contratação desse serviço pode ser percebida com reflexo claro da carência de profissionais qualificados lotados no Museu para o desenvolvimento das atividades museais.

¹⁴⁷ “O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social”. Acesso em 23 de março de 2019, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext-apresentacao.

Nessa perspectiva, o Plano Museológico foi elaborado a partir de discussões entre os consultores¹⁴⁸ da ‘Espaço e Cultura Ltda. – ME’ e os responsáveis pelo Museu¹⁴⁹. Para fundamentar as ações prioritárias, foi realizado o diagnóstico da situação atual do Museu, sendo elencados os seus pontos fortes e fracos, ressaltando, assim, as principais dificuldades enfrentadas pela equipe¹⁵⁰ no que tange à gestão e a práticas no Museu. Nessa ocasião, algumas medidas também foram apresentadas, em forma de programas e indicadores, a serem tomadas para tornar o Museu mais eficiente e integrado em torno de sua missão e na própria Universidade. Os documentos foram concluídos em 2012, mas, até hoje, não foram implementados em sua totalidade. Ressaltamos que o plano museológico, no Brasil, é dever de todos os museus, incluindo os museus universitários e trata-se de uma “ferramenta de planejamento estratégico que deve ordenar e priorizar as ações a serem desenvolvidas pelo museu para o cumprimento da sua função social e constituir-se como um documento museológico que baliza a trajetória do museu”. (Ibram, 2019, p. 7).

Nessa conjuntura, a missão do MBM foi definida: “Comunicar, difundir, pesquisar e preservar a história e o patrimônio cultural da Universidade Federal de Lavras, vinculada à memória da cidade e da região, tendo como base o acervo colecionado por Bi Moreira e depois ampliado pela UFLA”. (Cesari et al. 2012, p.5). Percebemos aqui a proximidade da missão do Museu com os aspectos que marcaram a formação de seu acervo, ainda centrado na figura do idealizador e nas relações com a ESAL/ UFLA. Ao analisarmos a ‘visão’ definida para o Museu, observamos que este deve se consolidar como um ‘espaço de educação’ e ‘produção de conhecimento e pesquisas’, centrado na exposição do acervo, para “evidenciar o patrimônio cultural da UFLA e do município de Lavras e região, a fim de garantir a universalidade do acesso a informação e a valorização à diversidade cultural”. (Cesari et al., 2012). Aqui percebemos que o há o desejo do Museu de se tornar um instrumento de informação e promoção da identidade e da diversidade cultural, aproximando-se das discussões contemporâneas sobre as funções sociais dos museus na área da Museologia. A nosso

¹⁴⁸ Caroline Cesari (Graduada em História e Mestre em Antropologia Social), Liliane Corrêa (Graduada em Arquitetura) e Sérgio Mitre (Graduado em História e Jornalismo).

¹⁴⁹ Silvério José Coelho (Docente do Departamento de Agricultura, UFLA), Ângela Maria Soares (Docente do Departamento de Biologia, UFLA), Gilvan Cássio Cardoso (Secretário Executivo, UFLA).

¹⁵⁰ Naquele período a ‘equipe’ era formada pelo coordenador e um técnico administrativo.

ver, esses dois elementos do Planejamento podem ser revistos para que haja, a partir deles, uma real integração entre o Museu e a Universidade.

Nesse momento, cabe abordar que a Análise SWOT¹⁵¹, realizada nesse Plano Museológico, elencou os principais pontos fortes e fracos do Museu, que devem ser elucidados aqui para efeito de uma análise mais aprofundada sobre as possibilidades do MBM-UFLA e desafios que devem ser enfrentados no âmbito da Universidade. Os pontos fortes assinalados formam:

- Prédio com condições razoavelmente satisfatórias ao desenvolvimento das ações necessárias à organização de uma instituição museológica, eficiente e com localização privilegiada no campus histórico da UFLA;
- Acervo histórico e técnico diversificado e significativo e em condições de conservação satisfatória, salvo algumas exceções;
- Realização de exposições de curta e média duração que integram o acervo do museu à comunidade universitária da UFLA. (Cesari et al., 2012, p.7)

De fato, o MBM-UFLA foi organizado em uma edificação relevante do ponto de vista histórico e estético, sendo considerada patrimônio cultural da cidade de Lavras. Essa edificação é marcada pelo simbolismo de ter sido o primeiro prédio da instituição, reforçando o sentido atribuído ao Museu como um lugar de memória (Nora, 1993). A localização do Museu é favorável para o acesso tanto do público externo quanto da comunidade universitária, entendida como público interno, no entanto, é notório que essa edificação deve ser devidamente restaurada e adaptada para abrigar o Museu, conforme foi exposto já no início da década de 1980 pela própria comissão da ESAL. Sobre o acervo - segundo ponto -, é evidente a sua heterogeneidade e as múltiplas possibilidades narrativas que o encerra, mas esse ponto deve ser mais bem discutido enquanto um 'ponto fraco', uma vez que a entrada desordenada de itens ao acervo do MBM trouxe consequências sérias referentes à conservação, informação e comunicação museal. Somado a um quadro de pessoal insuficiente, desde a sua inauguração, não são desenvolvidas ações contundentes de conservação nos itens do acervo - acarretando danos permanentes à parte significativa desses bens. Muitos itens abrigados no Museu, de forma desordenada como analisado, parecem não dialogar com a missão e visão

¹⁵¹ É uma “ferramenta usada para a realização de análise de ambiente e serve de base para planejamentos estratégicos e de gestão de uma organização. Trata-se de relacionar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno da organização. As quatro zonas servem como indicadores da situação da organização”.(Silva et al., 2011, p. 5)

definidas para o Museu, sendo necessário um processo institucional que assuma a necessidade de descarte de itens desse acervo, de forma criteriosa e dialógica, claro. Sobre o terceiro ponto, embora seja uma possibilidade, essa integração do Museu com a comunidade universitária não acontece de fato, como foi possível observar. As ações para essa integração, a nosso ver, ultrapassam a ‘realização de exposições de curta e média duração’, devendo abrigar as atividades de pesquisa, ensino e extensão que são desenvolvidas na Universidade, promovendo os diálogos entre Museu/ Universidade e as comunidades acadêmica e geral. Assim, um ponto forte seria a real possibilidade de o Museu assumir uma vocação extensionista dentro da Universidade.

Sobre os *pontos fracos* elencados temos:

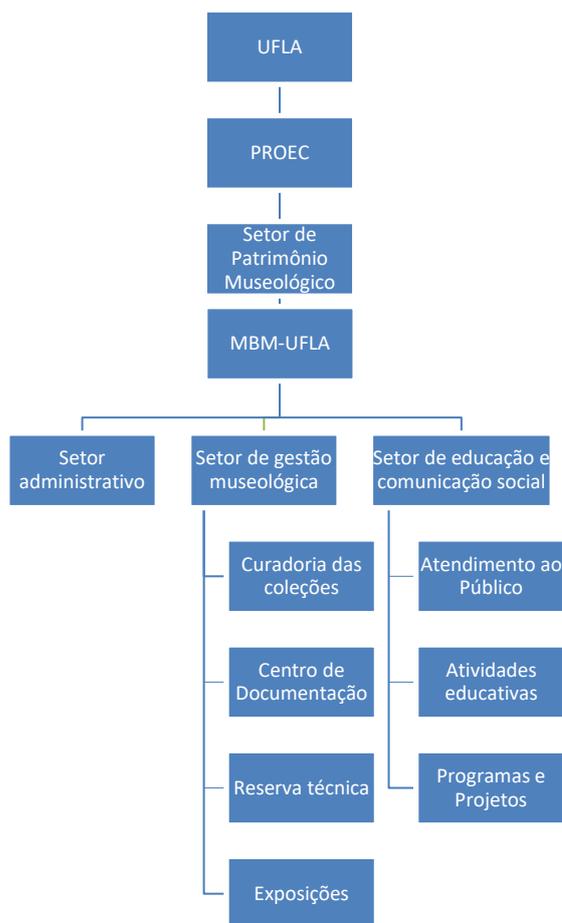
- Falta organização da legislação interna;
- Inexistência de programa de segurança, prevenção de incêndios e pânico, contra roubos, depredações, calamidades naturais e influências ambientais (calor, umidade, vento, iluminação natural, etc.);
- Catalogação do acervo não sistematizada e incompleta.
- Faltam informações no inventário das peças;
- Inexistência de programa de conservação e restauro e inadequação dos processos de acondicionamento do acervo (reserva técnica) e conservação preventiva;
- Inexistência de funcionários específicos e capacitados para exercer as funções demandadas pelo museu;
- Inexistência de projetos de pesquisa, publicações institucionais e sobre o acervo, avaliação de desempenho do museu e sistematização das ações desenvolvidas;
- Ausência de informatização dos processos administrativos, de bancos de dados sobre o acervo e de material de apoio às atividades educativas e culturais (como estrutura própria para exposições de vídeos, palestras, e recursos multimídia);
- Inexistência de local adequado para reserva técnica;
- Mobiliário inadequado, pesado, com grandes vidros, que criam problemas quanto à visibilidade e limpeza das peças e segurança dos visitantes. (Cesari et al., 2012, p. 7-8)

Aqui verificamos os principais desafios que a administração da Universidade deve encarar com a devida sensibilidade e cabida competência, para que o MBM-UFLA seja reingressado no âmago da Instituição como instrumento capaz de articular o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão de forma ressignificada, uma vez que se trata de um espaço museológico universitário. Desse modo, esse diagnóstico sinaliza alguns elementos que podem ser agrupadas em: infraestrutura e estrutura de apoio; gestão museológica e administração.

No item ‘infraestrutura física’, deve ser trabalhado a criação da reserva técnica¹⁵² e a adequações no prédio do Museu para atender a segurança - prevenção de incêndios e pânico, contra roubos, depredações, calamidades naturais - e influências ambientais - calor, umidade, vento, iluminação natural. Ainda nesse sentido, as ‘estruturas de apoio’, como o mobiliário, devem ser modificadas para atender os quesitos de conservação preventiva, acessibilidade e comunicação. A maioria dos pontos levantados deve ser trabalhada na ‘gestão museológica’, entendida como logística, mediação e coordenação de processos de salvaguarda, pesquisa e comunicação que visam à transformação do patrimônio em herança comum.

Nesse âmbito, devem ser trabalhados os aspectos de segurança do acervo, documentação do acervo, políticas e normativas para o Museu entre outras. Ademais, a ‘administração’, na figura do coordenador, deve estar em diálogo direto com o órgão no qual o Museu se vincula a Universidade e também com a Reitoria, além de incluir a secretaria do Museu. Existe, portanto, a necessidade de se estruturar a gestão do Museu, aspecto que perpassa necessariamente pela criação de um quadro de profissionais qualificados condizentes com as demandas museais e pela criação de uma infraestrutura adequada para o funcionamento do Museu. Essa estrutura de gestão deve abarcar ao menos três elementos: administração (coordenação e secretaria), gestão museológica (documentação, conservação e pesquisa) e as operações (educativo e comunicação) -, como apresentada no modelo aconselhado elaborado abaixo.

¹⁵² Em 2018 foi cedido um prédio para montar a reserva técnica para os Museus da UFLA.



Organograma 1. Modelo aconselhado para a estrutura organizacional do MBM. Elaborado pela autora, 2020.

Nesse ponto, é válido abordar que o Museu é um espaço complexo que demanda da realização de etapas encadeadas de salvaguarda, pesquisa e comunicação para cumprir suas funções patrimoniais, educacionais, culturais e sociais. Assim sendo, deve ser dotado de recursos – financeiros, humanos e materiais – de acordo com a sua demanda, assim como, deve traçar metas e objetivos que promovam o desenvolvimento institucional. Portanto, possuir um plano museológico é apenas um passo e aplicá-lo consiste em um desafio e uma necessidade dentro da administração da Universidade, enquanto entidade mantenedora. Considerando que o plano museológico não é um produto acabado, mas sim uma ferramenta que deve ser incorporada a uma política institucional de valorização e preservação do patrimônio museológico da UFLA, conjectura-se a necessidade de sua constante revisão, atualizações e a sua efetiva implantação como ação estratégica de gestão da Universidade.

Em consonância com o Plano Museológico e com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-UFLA (2011-2015), foi contratada, por meio de concurso público, uma profissional para o cargo de Museólogo em 2013 para atuar na UFLA¹⁵³. Este foi um importante passo para o desenvolvimento das atividades museais e museológicas na Universidade, mas não o suficiente para as atuais demandas do Museu. Ressaltamos que, atualmente, existem apenas dois servidores lotados no Museu, responsáveis por toda a cadeia operatória museológica do espaço. Em 2012 o MBM-UFLA foi integrado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC-UFLA), na recém-criada Coordenadoria de Museus e Patrimônio Histórico¹⁵⁴. Essa vinculação, a nosso ver, significa que a Universidade passa a reconhecer o Museu como um instrumento da extensão universitária, devendo dotá-lo de meios para que possa ser um elo entre Universidade e sociedade.

Outro passo importante para a modernização do Museu, foi à elaboração do projeto arquitetônico¹⁵⁵ de restauro para o MBM-UFLA, iniciado em 2014 e finalizado em 2015. Esse contém as adaptações internas para o uso do espaço como museu, respeitando o fato do prédio ser tombado, além do mais, as alterações previstas atendem aspectos fundamentais de acessibilidade em museus, tais como banheiros adaptados, elevador para o segundo pavimento, bebedouros e outros; preservação, com iluminação e ventilação condizentes com as definições da conservação preventiva; comunicação, por meio de salas de exposição adequadas; entre outros. Contudo, embora o referido projeto tenha sido finalizado em 2015, ainda não foi implantado, necessitando recursos para tal.

Diante da conjuntura apresentada, marcada pelo fechamento do MBM-UFLA para o público em 2011, houve um esforço para a abertura parcial desse espaço motivada pela 12ª Semana Nacional de Museus¹⁵⁶ em 2014. Foram organizadas duas salas no primeiro pavimento do prédio do MBM-UFLA para a montagem de exposições temporárias e itinerantes. Essa estratégia de gestão museológica buscou assinalar, no

¹⁵³ Por meio de concurso público a museóloga Patricia Muniz Mendes, autora desta tese, assumiu o cargo na UFLA.

¹⁵⁴ A primeira coordenadora foi a docente Ângela Maria Soares do DBI, que ocupou a função de 2012 a 2015, ano que se aposentou.

¹⁵⁵ Elaborado em 2015 pela AS BUILT PROJETOS, por meio de licitação.

¹⁵⁶ A Semana de Museus “trata-se de uma temporada cultural coordenada pelo Ibram que acontece todo ano em comemoração ao Dia Internacional dos Museus (18 de maio)”. Acesso em 31 de julho de 2018, em <https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/semana-nacional-de-museus/>,

âmbito da Universidade, uma resistência ao fechamento do Museu e uma retomada às atividades de atendimento ao público. O tema ‘Museus: coleções criam conexões’ estimulou a montagem de uma exposição temporária intitulada ‘Museu Bi Moreira: que coleções?’, a qual trouxe à tona uma reflexão sobre a heterogeneidade do acervo e a necessidade do Museu estar em pleno funcionamento para promover conexões. Inicia, assim, uma nova fase para resistir ao ‘isolamento’ e para cumprir, mesmo que timidamente, as funções pretendidas para um museu universitário. A partir daí, outras exposições temporárias foram realizadas no MBM-UFLA.

Entre setembro e novembro de 2014, ocorreu no MBM-UFLA a exposição temporária ‘Prédio Álvaro Botelho: histórias e memórias’, uma ressignificação do imaginário e as representações do prédio Álvaro Botelho, nos seus diferentes usos e nas múltiplas temporalidades. Nessa ocasião, a comunidade universitária e comunidade externa foram instigadas a enviar imagens antigas e atuais aos arredores do referido prédio, que foram incorporadas em painéis que compuseram a exposição. O público também participou, desenhando representações do prédio em retalhos, que foram costurados em uma grande colcha que integrou a área expositiva. A Figura 38 mostra a exposição Prédio Álvaro Botelho: histórias e memórias.



Figura 38. Exposição Temporária, Prédio Álvaro Botelho: histórias e memórias, 2014. Acervo Museu Bi Moreira.

No início de dezembro de 2014, o MBM-UFLA abrigou a exposição itinerante ‘Leonardo da Vinci: Maravilhas Mecânicas’ do Museu de Astronomia e Ciências Afins

(MAST-RJ). Essa exposição teve como objetivo exemplificar, através de alguns dos projetos de Leonardo da Vinci, como a sua visão foi revolucionária e, simultaneamente, oferecer uma avaliação moderna das inovações artísticas e científicas desse homem do Renascimento italiano. Ela foi dividida em quatro áreas, simbolizadas pelos elementos da natureza (ar, água, fogo e terra) e, essas áreas, apresentam maquetes, textos e imagens que justificam multiplicidade de talentos de Leonardo. As visitas foram mediadas por alunos bolsistas da UFLA, inseridos nos projetos de extensão Museu e, nessa oportunidade, também foram elaboradas ações educativas, como a leitura e dramatização de fábulas e alegorias escritas por Leonardo da Vinci com base no livro *Fábulas e suas alegorias* (Vinci, 2009). Nesse sentido, essa exposição ficou no MBM-UFLA até junho de 2015 e recebeu mais de dois mil visitantes, conseguindo atrair o público escolar de Lavras e região, universitário e público espontâneo¹⁵⁷. A Figura 39 apresenta uma ação de mediação no MBM-UFLA.



Figura 39. Exposição Itinerante, Leonardo da Vinci: Maravilhas Mecânicas, 2015. Acervo Museu Bi Moreira

Outra exposição itinerante abrigada pelo MBM-UFLA, entre 27 de novembro e 18 de dezembro de 2015, foi a intitulada ‘A Agricultura Familiar’. Em termos gerais, a exposição buscou explicar de que forma a agricultura familiar pode lidar com os desafios do emprego e da luta contra a pobreza, da segurança alimentar, da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais bem como do aquecimento climático. Vale

¹⁵⁷ Informações obtidas nos cadernos de visita do MBM-UFLA.

ressaltar aqui que essa exposição foi uma realização do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD), Ministério Francês dos Assuntos Estrangeiros, Instituto Francês, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), e Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD).

Ainda em 2015, foi trazida ao MBM-UFLA a exposição itinerante ‘Solos de Minas: a Riqueza da Terra Mineira’¹⁵⁸, a qual apresentou perfis de solos pertencentes ao acervo do Banco de Solos do Estado de Minas Gerais. Nela, foram exibidos 20 monólitos de perfis de solos representativos do Estado. Essa exposição foi uma realização da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Nesse momento, vale destacar, ainda, que as peças da Exposição Solos de Minas são um dos produtos desenvolvidos pelo Banco de Solos do Estado de Minas Gerais, criado por meio de parceria entre a FEAM e a Universidade Federal de Viçosa, iniciada em 2008 com a instituição do Programa Solos de Minas. A Figura 34 mostra uma ação de mediação no MBM-UFLA.



Figura 40. Exposição Itinerante, Solos de Minas: a Riqueza da Terra Mineira, 2016. Acervo Museu Bi Moreira

¹⁵⁸ Exposição é uma realização da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Além da UFV, este Programa contou também com a parceria da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), além da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETET) e do Centro de Desenvolvimento de tecnologia Nuclear (CDTN).

As peças da exposição foram produzidas de forma artesanal, evidenciando as cores dos solos mineiros e permitindo ao público diferenciar e entender como são formados. Esse evento permaneceu no Museu até abril de 2016, recebendo cerca de 800 visitantes.

A partir da coleção de C&T da UFLA, entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017, foi montada no MBM-UFLA a exposição temporária ‘O Patrimônio de C&T da UFLA: histórias e memórias’, que se tratou de uma mostra do patrimônio científico e tecnológico da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Dessa forma, evidenciamos que o Brasil possui um patrimônio científico e técnico muito relevante e que necessita de preservação, quer como fonte para a história da ciência, quer para a divulgação da ciência para o grande público (Granato et al., 2013; Lourenço, 2009; Mendes, 2013). A Figura 41 mostra a exposição ‘O Patrimônio de C&T da UFLA: histórias e memórias’.



Figura 41. Exposição temporária, O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da UFLA: histórias e memórias, 2017. Acervo Museu Bi Moreira.

Atualmente, o que se conhece sobre o patrimônio cultural da Ciência e da Tecnologia (C&T), no Brasil, é restrito e, em especial, a instrumentos e equipamentos antigos, que já podem ter sido descartados ou modernizados, na maioria das vezes, em prol de uma busca por algo mais moderno. Ao longo dos 108 anos, a UFLA acumulou e preservou diversos artefatos utilizados, inicialmente, nos laboratórios de ensino e pesquisa e aulas práticas e essa ação de “preservação do Patrimônio de C&T pode ser

percebida pela conservação da coleção proveniente da antiga ESAL, que foi incorporada ao acervo do Museu Bi Moreira (MBM-UFLA); além de outros aparatos e máquinas agrícolas em exposição em diferentes áreas do campus universitário”(Mendes et al., 2016, p. 71). Essa exposição foi decorrente do projeto ‘A importância do Patrimônio de C&T da Universidade Federal de Lavras (UFLA): mapeamento, política de preservação e musealização’¹⁵⁹, que buscou identificar e pesquisar o patrimônio C&T da UFLA não musealizado, por meio de práticas museológicas e promover um conjunto de ações preservacionistas consolidando esses testemunhos materiais de C&T, como fontes primárias para pesquisas interdisciplinares, através de uma perspectiva biográfica que abarca o estudo das trajetórias dos objetos¹⁶⁰. Durante seu período de funcionamento, a exposição recebeu cerca de 450 visitantes.

No decorrer de 2017, foram organizadas três exposições temporárias. A exposição realizada por meio de uma curadoria compartilhada, ‘A arte de ser mulher: o que te movimentou?’¹⁶¹, como extensão do evento “Nem tudo são flores 2.0: O que mexe com seu corpo?”, em menção ao Dia Internacional da Mulher, que teve como intuito divulgar os trabalhos das mulheres artistas lavrenses. A exposição contou com trabalhos das artistas Ana Luiza C. Correia, Eliane Oliveira Moreira, Josiane Oliveira Pinto Ribeiro, Juliana R. G. Zeni, Sara Souza Bastos, e Tamyres Serra¹⁶². De acordo com Leitzke (2012), curadoria compartilhada é “aquela onde os atores envolvidos dialogam, estabelecem o fio condutor da exposição, participam de encontros onde o diálogo é constante, fazendo com que sejam definidos os textos, os materiais a serem expostos”. (p. 65). A realização de exposições por meio da curadoria compartilhada se apresenta como um caminho profícuo para a aproximação da Universidade com a sociedade por meio do Museu, pois se trata de um processo conjunto, desde a concepção, realização até a avaliação da exposição realizada. Desse modo, a concepção e montagem da exposição contaram com o compartilhamento da curadoria entre as artistas e a equipe do museu, bem como reuniu cerca de 40 obras, entre pinturas, desenhos, artesanato, poemas. Essa exposição esteve no MBM-UFLA entre fevereiro e maio de 2017,

¹⁵⁹ Projeto de pesquisa financiado pela FAPEMIG, Edital: Demanda Universal, Processo: APQ-01877-15, FAPEMIG.

¹⁶⁰ Acesso em 12 de agosto de 2019, em www.proec.ufla.br.

¹⁶¹ Exposição organizada pelo Coletivo Mulheres da UFLA em conjunto com a equipe do MBM.

¹⁶² Acesso em 12 de agosto de 2019, em www.proec.ufla.br.

recebendo cerca de 250 visitantes. A Figura 42 mostra a exposição colaborativa ‘A arte de ser mulher: o que te movimenta?’.



Figura 42. Exposição temporária, A arte de ser mulher: o que te movimenta? 2017. Acervo Museu Bi Moreira.

Seguindo a perspectiva de colaboração na montagem de exposições temporárias, o MBM-UFLA abrigou a exposição ‘Brincando com Frida Kahlo’. Esse evento decorreu do projeto ‘Gênero e Sexualidade’, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), desenvolvido em uma escola municipal de Lavras. Ressalta-se que, no referido projeto, docentes e graduandas do curso de Pedagogia da UFLA buscaram mostrar a interpretação das crianças sobre diferentes obras de Frida Kahlo, referência da arte moderna no século XX.

Assim, entendendo que as brincadeiras levam a reflexões sobre as realidades e sentimentos das crianças, parte do material exposto no Museu Bi Moreira foi produzido pelos estudantes e, dessa forma, a exposição ficou no Museu de novembro de 2017 até fevereiro de 2018, recebendo cerca de 430 visitantes. Parte do material exposto no Museu Bi Moreira foi produzido pelos estudantes. A Figura 43 mostra uma visita mediada nessa exposição.



Figura 43. Exposição temporária, Brincando com Frida Kahlo, 2018. Fonte: <http://www.ufla.br/dcom/tag/pibid/>

O funcionamento parcial do Museu, a partir das exposições temporárias e itinerantes, representou uma retomada da parte visível desse espaço, haja vista que a exposição é a área de maior visibilidade do público em geral e acaba refletindo os principais papéis atribuídos ao museu. Nessa perspectiva, possibilitou o diálogo com outras instituições, como o MAST e a FEAM, por meio de exposições que inclusive atraíram o público acadêmico. Já as exposições realizadas a partir do acervo do Museu¹⁶³, foram fundamentais para demonstrar a potencialidade informacional dos objetos em suas múltiplas significações e funções, ou seja, trabalhar com a função documental do objeto salvaguardado no Museu, garantindo a democratização da experiência.

Esses procedimentos promovem a educação no Museu, tendo o acervo como centro de suas atividades, sem perder de vista a participação e a reflexão crítica. Por fim, as exposições realizadas a partir da curadoria compartilhada se mostraram profícuas tanto para aproximar o Museu da comunidade externa, quanto da comunidade universitária. Nessa análise, destacamos que a exposição colaborativa ‘A arte de ser mulher: o que te movimenta?’ propiciou que as próprias artistas, mulheres lavrenses e

¹⁶³ Museu Bi Moreira: que coleções?; Prédio Álvaro Botelho: histórias e memórias; O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da UFLA.

de outras regiões fossem as protagonistas também na montagem da exposição, atraindo além do público geral, familiares que foram prestigiá-las. Já a exposição colaborativa ‘Brincando com Frida Kahlo’,¹⁶⁴ demonstrou que o Museu é um espaço profícuo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas que buscam aproximar a Universidade da sociedade, nesse caso o público de uma escola municipal de Lavras. Todo o material exposto no MBM-UFLA foi produzido pelos alunos que participaram do Projeto, exprimindo protagonismo das crianças nessa iniciativa. Essa ação conseguiu articular a comunidade universitária e a comunidade externa, tendo o Museu como um cenário ativo na construção dessas relações.

Nesse viés, essas exposições representam novas possibilidades para uma ação museológica de caráter social, direcionada para uma intervenção com a sociedade que busca a transformação do meio (Bruno, 2006). O desenvolvimento de atividades como estas fazem com que o Museu universitário seja um veículo de comunicação, educação e cultura, mas também um local de referência para sociedade a qual está inserido, em outras palavras, um instrumento de intervenção social. O Gráfico 12 apresenta os dados de público do MBM-UFLA entre 2012 e 2018. Aqui é possível verificarmos o resultado dessa ação, qual seja, a abertura parcial do MBM-UFLA. Se compararmos as informações no Gráfico 10 e 12, observamos que houve uma redução de 50% do público visitante, sem contar o período em que o Museu esteve fechado. Destacamos, também, que em decorrência da exposição itinerante Maravilhas Mecânicas, o MBM-UFLA recebeu mais de 2.500 visitantes no ano de 2015, sendo um caso esporádico, desde a sua abertura parcial.

¹⁶⁴ Coordenam esse projeto as professoras do Departamento de Educação: Cláudia Maria Ribeiro, Ellen Gonzaga Lima Souza e Katia Batista Martins. Como idealizadoras, o projeto teve a professora Laís Nogueira (bolsista e professora da rede municipal de ensino de Lavras) e a bolsista Marcela Leal.

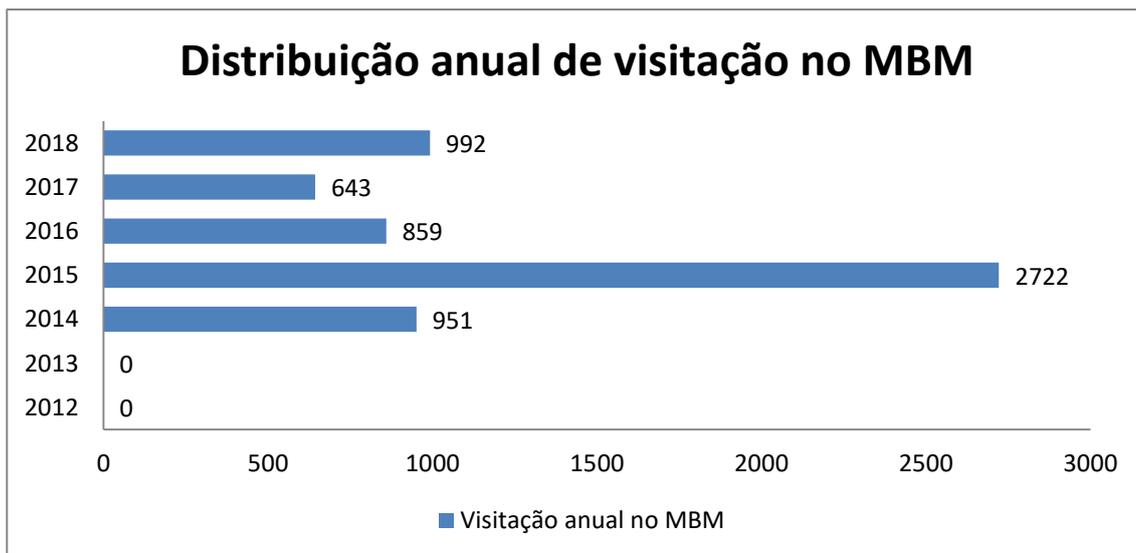


Gráfico 12. Distribuição anual de visitação do MBM-UFLA, 2012 a 2018. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Portanto, o pleno funcionamento do Museu é condicionante para o aumento do público atendido, justificando a necessidade de medidas de requalificação para a abertura total do MBM-UFLA. Nesse ponto, é válido ressaltar que, em paralelo com a organização das exposições temporárias, estão sendo realizadas outras atividades de gestão museológica, visando à organização da práxis do MBM-UFLA, operando com atividades meio e fim, na qual a administração é atividade meio que dá suporte ao processo curatorial, entendido como ações fim em torno do objeto museológico (Cury, 2009). Ademais, está sendo realizada a revisão da catalogação do acervo, processamento técnico do acervo, elaboração de regimentos e da política de aquisição e descarte de acervo entre outras. Nessa conjuntura, encontramos um dos principais desafios da administração da Universidade no que tange à gestão do MBM-UFLA, pois embora a faceta mais conhecida do museu seja a exposição, ela é apenas a parte visível de uma cadeia operatória mais complexa que deve ser considerada em sua plenitude para o bom funcionamento do Museu. No MBM-UFLA, instituição fundamentada no acervo e suas relações, o processo curatorial se apresenta como uma cadeia operacional em torno do objeto, envolvendo “a formação de acervo, pesquisa, salvaguarda - conservação e documentação museológica – e a comunicação - exposição e educação” (Cury, 2009, p. 32). Esse processo é cíclico, “visto a interdependência de todos os

fatores entre si e a sinergia que os agrega e que agrega valor dinâmico à curadoria”. (Cury, 2009, p. 32).

Considerando a complexidade das atividades museais, que devem abarcar a gestão museológica e a cadeia de operação museal, verificamos que a situação atual do MBM-UFLA é caracterizada pela necessidade urgente em se discutir, no âmbito da administração da Universidade e com participação da comunidade lavrense, o que se pretende com esse Museu, direcionando-lhe os recursos necessários, para que de fato ocorram mudanças estruturais e museológicas que lhe garantam o cumprimento de vocação como museu da Cidade e da Universidade.

4.2. Museu de História Natural (MHN-UFLA)

A concepção museal e a materialização da ideia que culminaram na criação do Museu de História Natural da UFLA, doravante MHN-UFLA, foram frutos da iniciativa de Léa Rosa Mourgués Schurter, Professora Doutora do Departamento de Biologia da UFLA (DBI-UFLA), a qual atuou na Instituição de 1985 a 2011, ministrando as disciplinas de zoologia, biologia do desenvolvimento, etologia e sistemática.

Diferentemente do MBM-UFLA, o MHN-UFLA foi gestado e criado no âmbito da Universidade, a partir da musealização de coleções de ensino (Lourenço, 2005), formadas a partir dos exemplares coletados nas aulas práticas da disciplina de Zoologia ministradas pela Prof^a Léa. O Museu foi fundamentado através da coleta das referências patrimoniais do meio natural, da sua conservação e da sua ordenação lógica e sistêmica para a transmissão de informações por meio de exposições. Nesse espaço, as coleções passam a ser compreendidas como componentes da cultura material, haja vista que através desse processo de musealização foram transformadas em uma parte do mundo dos valores humanos, na qual o público das exposições do MHN-UFLA pode incorporá-los ao seu sistema pessoal de valor.

Uma vez definido o local de instalação para do MHN-UFLA, o prédio Odilon Braga¹⁶⁵ localizado no CH-UFLA, iniciou a montagem desse espaço, que contou com a

¹⁶⁵ Anteriormente este prédio era um anexo do MBM-UFLA.

participação ativa da Prof^a Léa em todos os processos, da idealização à implementação. A Figura 44 mostra a fachada do prédio Odilon Braga.



Figura 44. Imagem da fachada do prédio Odilon Braga, atual MHN-UFLA. Arquivo do MHN-UFLA.

A proposta de criação do Museu girou em torno dos “objetivos de preservar o patrimônio cultural da instituição, do município e da região, através da coleção representada por peças, objetos, materiais especiais, biológicos ou não, de importância no ambiente natural”. (DBI-UFLA, 2000). Aqui percebemos o protagonismo dado às coleções de ensino (Lourenço, 2005), entendidas como referências culturais e ambientais que relacionam a Universidade e a comunidade externa. Embora a proposta do Museu tenha sido iniciada no DBI-UFLA, desde o início apresentou um aspecto extensionista, haja vista que a expografia do espaço foi orientada para os estudantes de 1º e 2º graus, ou seja, o público escolar conforme relado pela Prof^a Léa na Reunião do Departamento (DBI-UFLA, 2000).

Dessa forma, a montagem da exposição durou aproximadamente três anos e foi permeada por alguns percalços descritos nas atas de reunião do DBI-UFLA¹⁶⁶, tais como: necessidade de reforma do prédio e de adaptações para garantir a conservação do acervo, necessidade de contratação de um funcionário fixo para atuar no Museu, assim como a possibilidade de se ter bolsistas para atuarem nas atividades de mediação e pesquisa do acervo. A Figura 45 mostra a montagem do MHN-UFLA.

¹⁶⁶ Por meio de um levantamento das atas de reuniões do Departamento de Biologia foi possível identificar que se mencionou o MHN em quatro reuniões, Atas n° 387 de 25/04/2000, n° 397 de 10/04/2001, n° 397 de 15/05/2001 e n°443 de 11/07/2007.



Figura 45. Montagem do MHN- UFLA, 01/05/2001. Acervo pessoal de Léa Rosa Mourgués Schurter cedido para essa pesquisa.

Apesar das dificuldades para sua implantação e embora não tenha sido localizado nos arquivos da UFLA uma portaria de criação, o MHN-UFLA foi inaugurado em 8 de maio de 2001 na Universidade, como demonstram as Figuras 46 e 47. A ausência de documentos comprobatórios referentes à criação dos Museus da UFLA é sintomática de um vínculo tênue entre esses espaços museais e a Universidade, podendo ter contribuído para invisibilizá-los dentro da própria instituição.



Figura 46. Inauguração do MHN- UFLA, 8 de maio de 2001. Acervo pessoal de Léa Rosa Mourgués Schurter cedido para essa pesquisa.



Figura 47. Inauguração do MHN-UFLA, 8 de maio de 2001. Acervo pessoal de Léa Rosa Mourgués Schurter cedido para essa pesquisa.

Nessa conjuntura, o prédio histórico Odilon Braga, embora tenha passado por pequenas reformas, não foi devidamente adaptado para o funcionamento do Museu no que tange à segurança, conservação preventiva, acessibilidade, entre outros; semelhante ao ocorrido no MBM-UFLA, demonstrando a permanência de uma prática institucional caracterizada por minimizar as demandas necessárias para a montagem e permanência de um museu. O hall de entrada do prédio, entre duas salas, foi minimamente adaptado para comportar uma recepção e secretaria¹⁶⁷.

Nas duas salas maiores da edificação, uma com 115, 16m² e a outra com 114,70m², foi montada a exposição permanente do MHN-UFLA. A concepção expográfica foi definida pela Prof^a Léa, tanto na forma quanto no conteúdo, sendo que a primeira diz respeito à informação científica e à concepção de comunicação como interação (Cury, 2005); já o segundo se refere ao modo como são organizados o tema, a seleção e a articulação dos objetos, a elaboração do desenho e outras estratégias (Cury, 2005). Ressaltamos que também não foi localizado no arquivo da Universidade o projeto de implantação do MHN-UFLA, reforçando a conjectura de que este foi envolvido por uma concepção museológica baseada nas experiências e determinações de sua idealizadora, ou seja, não contou com o apoio de profissionais, como um museólogo¹⁶⁸.

Inicialmente, a expografia foi composta por peças expositivas, painéis explicativos contando o passado da vida no planeta, animais taxidermizados, rochas e minerais e itens relacionados à Paleontologia, Botânica, Entomologia, Mineralogia e Zoologia. Nessa linha de raciocínio, os exemplares e demais itens formam organizados em 42 vitrines verticais e oito dioramas, além de três terrários, dois aquários e um aquaterrário com animais vivos da fauna local. Na Sala I, foram colocadas 272 amostras distribuídas em 16 vitrines a partir dos seguintes temas: Rochas e Minerais; Moléculas da Vida; Reino Monera e Filo Bactérias; Divisão Cyanophyta / Reino Protista; Reino Fungi; Reino Plantae; Líquens; Madeiras do Brasil; Raízes / Caules. Já os dioramas abordaram os seguintes temas: Céu de Agosto - Hemisfério Sul; Formações

¹⁶⁷ Possui uma mesa com computador/cadeira/ telefone, que é utilizada por quem está na recepção, uma bancada que funciona como espaço aberto para armazenamento de material dos visitantes e sobre a bancada encontra-se o caderno de registro dos visitantes.

¹⁶⁸ A lei n.7287 de 18 de dezembro de 1984 (BRASIL, 1984) dispõe acerca da profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Museologia. Acesso em 28 de janeiro de 2019, em www.corem.org.br.

Calcárias e Fósseis; Ambiente de Mata Ciliar. (Relatório, 2007). Nessa sala, foi apresentada a matéria inerte que compõe o planeta Terra, por meio da exposição de amostras de rochas e minerais: magmáticas, metamórficas e sedimentares. Logo depois, para demonstrar do que são compostos os organismos, foram representadas as “moléculas da vida”. Por fim, foram expostos os materiais sobre o Reino Monera, Reino Fungi, algas *cyanophytas* e outros.

Já na Sala II, foram colocadas 568 amostras distribuídas em 16 vitrines, representando os animais: Filo Platyhelminthes; Pseudocelomados; Filo Spongiaria; Filo Chordata; Filo Echnoderma; Classe Osteichthyes (Água Doce); Filo Chordata / Classe Osteichthyes (Marinhos); Classe Reptilia; Classe Amphibia; Classe Mammalia; Classe Aves; Esqueleto dos Vertebrados; Mollusca; Filo Annelida; Filo Arthropoda (Classe Arachnida); Filo Arthropoda (Classe Crustacea); Filo Arthropoda (Classe Chilopoda / Classe Diplopoda / Classe Insecta: Larvas e Ninfas); Filo Celenterado; Exposição de insetos fixados (Classe Insecta); Engenharia Natural. Os dioramas apresentavam os seguintes conteúdos: Camadas Geológicas Bioestratificadas em Idade; Ambiente de Caverna com Formação Calcária; Ambiente de Cerrado e Exemplos de Fauna; Ambiente Rochoso e Corais de Fundo Marinho (Soares et al., 2009).

Dessa forma, de acordo com o supra descrito, a concepção da exposição do MHN-UFLA apresentou uma estrutura temática, formada por exemplares selecionados e expostos de acordo com temas, por meio de uma abordagem classificatória (Cury, 2005). As informações complementares foram básicas, como nome/ espécie, local, data, isto é, os itens foram colocados nas vitrines acompanhados apenas por legendas de identificação. A Figura 49 mostra uma vitrine do MHN-UFLA.



Figura 48. Exposição permanente do MHN-UFLA, 2008. Arquivo do MHN-UFLA.

Essa expografia, preponderantemente presente no MHN-UFLA, é permeada pela incursão de elementos tradicionais na exposição, característicos dos museus de ciência da primeira geração, tais como a apresentação dos temas de forma linear, sem antecedentes, fora do contexto cultural e fragmentado (McManus, 1992), apresentando uma dificuldade de transposição museográfica, em outros termos, de se comunicar o conhecimento científico atual em uma perspectiva compreensiva para um público diversificado, para além da academia (Simonneaux & Jacobi, 1997). Nessa perspectiva, os modelos consensuais da ciência se transformam em modelos pedagógicos, que ainda não conseguem dar conta dos modelos mentais dos visitantes, onde se considera também as concepções prévias destes, para que estas não sejam reforçadas contrariamente aos conhecimentos científicos (Cazelli et al., 1999). Nesse diapasão, ressaltamos que há uma tendência atual dos museus em buscarem oferecer oportunidades de conhecimento e interesse que levam a formas mais amplas de interpretação (Cazelli, 2005; Gruzman & Siqueira, 2007), sendo este um caminho a ser percorrido institucionalmente na UFLA para que o MHN-UFLA acompanhe as transformações museológicas vigentes. A Figura 50 mostra um dioramas do MHN-UFLA.



Figura 49. Diorama, MHN-UFLA, 2008. Arquivo do MHN-UFLA.

Em meio a essa descrição da organização da exposição do MHN-UFLA, ressaltamos que, desde sua inauguração até início de 2006, esse espaço foi dirigido pela professora Léa (DBI-UFLA). Tudo indica que a idealização e criação do Museu não foram amparadas por uma ampla discussão envolvendo outros núcleos e departamentos da UFLA, a comunidade universitária e membros da sociedade em geral. Essa característica pode elucidar a fragilidade vinculativa que este assume dentro da própria Instituição, ao se aproximar de uma iniciativa pessoal ‘na Universidade’ e não como uma ação ‘da Universidade’ (Meneses, 2002). Então, ao longo do tempo, essa situação gerou um distanciamento entre administração universitária e Museu, no qual este último ficou ‘esquecido’ como um instrumento de divulgação científica e formação de professores da Universidade como um todo.

Nessa conjuntura, entre 2007 e 2008, o MHN-UFLA passou a ser dirigido pela servidora Vania Natal de Oliveira¹⁶⁹, já estando vinculada à Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Culturais e Comunitárias (PRAECC-UFLA)¹⁷⁰. Desse modo, a partir de 2008, começaram a ser realizadas algumas atividades no MHN-UFLA, integrantes dos projetos ‘UFLACiência’ e ‘Museu para todos’, ambos financiados pela FAPEMIG e coordenados pelos professores, Bruno Andrade Pinto

¹⁶⁹ Servidora na UFLA, no cargo de Bibliotecária.

¹⁷⁰ Nesse período o coordenador era José Mauricio Resende, Servidor na UFLA desde 1982 no cargo de produtor cultural.

Monteiro¹⁷¹ (DQI) e Walclée de Carvalho Melo¹⁷² (DQI), respectivamente, sendo que ambos os projetos foram elaborados em razão da existência desse Museu na UFLA. Desse modo, algumas atividades foram planejadas tendo a exposição permanente do Museu como elemento integrador, no intuito de se chegar a um público alvo constituído, principalmente, de estudantes da rede pública de ensino do município de Lavras (Soares et al., 2009). Nesse momento, vale destacar que, no projeto UFLACiência, foi adquirido um planetário móvel, que integrou as atividades do Museu, sendo ainda hoje uma das principais ações de divulgação científica desse espaço museal (Soares et al., 2009).

Ademais, importante mencionar também que o ‘Museu para Todos’ possibilitou a consolidação do subprojeto ‘Cinema Com Vida’, mostra de cinema ainda hoje coordenada por Márcio Norberto Farias¹⁷³ e Luciana Azevedo Rodrigues¹⁷⁴, e também o Ciclo de Palestras no Museu, coordenado pela professora Luciana de Matos Alves Pinto¹⁷⁵. (Césari, Salgarello, Corrêa, & Mitre, 2012). Esses projetos representaram, de acordo com Soares et al., (2009), o início de uma série de ações diferenciadas no MHN-UFLA, com o envolvimento de professores e discentes, particularmente dos cursos de licenciatura. Aqui fica evidente o papel integrador que o Museu pode assumir dentro de uma Universidade, ao articular atividades de diferentes áreas do conhecimento em torno de uma ação em comum: a formação discente. Outro ponto interessante é a função extensionista que esse espaço volta a assumir ao abarcar como público alvo escolares de Lavras e região. Segundo Césari (2012), nesse mesmo período, o projeto ‘Magia da Física e do Universo’, coordenado por José Alberto Casto Nogales Vera¹⁷⁶, também começou a utilizar o espaço do MHN-UFLA como um local educativo-pedagógico para o ensino de ciências, consolidando um dos objetivos de aproveitamento do espaço museológico. A Figura 51 mostra a manutenção do acervo do MHN-UFLA.

¹⁷¹ Foi professor no Departamento de Química (DQI-UFLA) entre 2006 e 2015.

¹⁷² Professor no Departamento de Química da UFLA (DQI), desde 1997.

¹⁷³ Professor no Departamento de Educação Física da UFLA (DFI), desde 2006.

¹⁷⁴ Professora no Departamento de Educação da UFLA (DED), desde 2006.

¹⁷⁵ Professora no Departamento de Química da UFLA (DQI), desde 2006.

¹⁷⁶ Professor no Departamento de Ciências Exatas da UFLA (DEX), desde 2009.



Figura 50. Manutenção do MHN-UFLA, 2007. Arquivo do MHN-UFLA.

Diante do potencial do Museu para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares de divulgação científica e formação discente e a situação de *isolamento* em que se encontrava o espaço, foi instituída, no âmbito do DBI-UFLA, a ‘Comissão Museu de História Natural’¹⁷⁷ para a realização de um diagnóstico da situação atual do Museu, sob a coordenação da prof^a Ângela Maria Soares¹⁷⁸ (DBI-UFLA), visando à compreensão de quais ações seriam necessárias para tornar o Museu mais dinâmico aos estudantes e, também, à comunidade em geral. O relatório (DBI-UFLA, 2009) constatou:

(...) a carência de um profissional qualificado que possa orientar os visitantes e, principalmente, manter a estrutura de exposição organizada e atual é a maior deficiência do Museu de História Natural, na estrutura atual de funcionamento. A falta deste profissional afeta diretamente a qualidade do acervo exposto, pois não há manutenção contínua deste. Deve-se ressaltar que esse profissional deve estar sob a orientação de profissionais que tem conhecimento técnico sobre o acervo do museu. Além disso, seria desejável que tal profissional fosse habilitado para propor atividades dinâmicas, elaborar exposições com temáticas especiais para eventos nacionais como Semana de museus, Primavera dos museus (Soares et al., 2009).

¹⁷⁷ Portaria Nº 61 03/10/2008. Foi formada por: Ângela Maria Soares (Presidente, Professora do DBI-UFLA), Marcelo Passamani (Professor do DBI-UFLA), Rodrigo Lopes Ferreira (Professor do DBI-UFLA), Marcus Paulo Alves de Oliveira (Professora do DBI-UFLA).

¹⁷⁸ Professora do Departamento de Biologia da UFLA (DBI-UFLA), entre 1992 e 2016. Atuou como Coordenadora de Museus e Patrimônio Histórico, PROEC, de 2012 a 2016.

Nesse sentido, embora o relatório não tenha explicitado quanto à necessidade da contratação de um museólogo, sinaliza a necessidade de um ‘profissional qualificado’ para atuar nas diversas funções que um museu deve desempenhar. De acordo com esse documento, o profissional deveria se encarregar da mediação, estruturação da exposição, conservação de acervo entre outras. Evidenciamos aqui que, para o cumprimento das demandas apontadas implicitamente para o Museu, seria necessária uma equipe qualificada dada a multiplicidade das atividades museais que devem ser desempenhadas em um museu. Ressaltamos que essa comissão não contou a participação de um museólogo para a realização do diagnóstico do Museu, mas foi uma iniciativa relevante para orientar a administração da Universidade sobre a necessidade de contratação de um museólogo para o seu corpo técnico, o que ocorreu anos depois.

Vale ressaltar que, até 2010, a única atividade que o MHN oferecia para a comunidade em geral eram visitas guiadas em seu acervo (Melo et al., 2012). Também foi possível identificar que o Museu inicialmente esteve vinculado ao DBI-UFLA, posteriormente foi transferido para a Coordenadoria de Cultura, que até 2008 encontrava-se vinculada a PRAECC. Nesse mesmo ano, a Coordenadora de Cultura foi transferida para a PROEC, assim como Núcleo de Museus¹⁷⁹. Essa transferência da pasta Cultura para a Extensão sinaliza, a nosso ver, um reconhecimento de que os Museus são instrumentos profícuos para aproximar a Universidade da sociedade em geral, enquanto locais de promoção de saberes e identidades.

Aqui começamos a perceber a intensificação das relações entre o Museu e a extensão universitária, sinalizada pela constituição, em 2010, de uma comissão na PROEC, responsável por discutir a reestruturação desse equipamento museológico para desempenhar diversas atividades de divulgação científica e formação de professores (Césari et al., 2012). Essa comissão, além de sistematizar propostas de modernização para o Museu no âmbito administrativo, conjuntamente com o grupo UFLACiência, começou a promover atividades integradas com o MBM-UFLA, tais como a

¹⁷⁹ Este núcleo deu origem a uma coordenadoria específica para os Museus e Patrimônio Histórico da UFLA, criada em 2012.

organização das agendas em torno da Semana de Museus e Primavera de Museus¹⁸⁰ (Césari et al., 2012). Essas ações envolveram professores, técnicos e discentes de diferentes áreas do conhecimento, buscando explorar o potencial dos Museus da UFLA para o atendimento à comunidade universitária e geral. Nesse mesmo ano, foi aprovado, com financiamento da FAPEMIG, o projeto ‘Novos olhares para o Museu de História Natural da UFLA: recuperando a sua função científica, patrimonial e formativa’, que promoveu a diversificação das ações oferecidas pelo Museu à comunidade, por meio de palestras, minicursos, mostras de filmes, visitas mediadas – envolvendo ativamente os discentes das licenciaturas da UFLA em atividades extracurriculares (Melo et al., 2012).

Nesse ponto, é de suma importância mencionar que, em um relato das experiências desse projeto, os autores destacam a importância do MHN-UFLA para Universidade, como instrumento de divulgação científica e formação de professores, tendo como públicos a comunidade universitária e geral. Concluem, ainda nesse relato, que as conquistas obtidas por esse projeto “foram desde a realização de diversas atividades que propiciaram a difusão e popularização de conhecimentos de diversas áreas junto à comunidade local, passando pela revitalização e o *fortalecimento institucional do Museu perante a Universidade*” (Melo et al., 2012, p. 275, grifo nosso). Essa citação demonstra a fragilidade do Museu perante a própria Universidade, que passa a reconhecê-lo à medida que atividades museais pontuais geram alguma visibilidade.

Observamos que esse Museu passou a diversificar suas atividades a partir de projetos pontuais financiados por órgãos de fomentos como a FAPEMIG. Nesse sentido, embora projetos como esses sejam fundamentalmente importantes, não podem ser o principal meio de recurso para a dinamização desse Museu universitário, pois são insuficientes para garantir o seu pleno funcionamento. Assim, o fortalecimento do Museu como “da Universidade” (Meneses, 2002. p.36) perpassa, a nosso ver, pela garantia de recursos financeiros, materiais e de pessoal próprios para o desenvolvimento de ações museais diversificadas e contínuas.

¹⁸⁰ “A Primavera de Museus é uma temporada cultural coordenada pelo IBRAM que acontece todo ano no início da estação homônima”. Acesso em 16 de abril de 2018, em <https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/>.

É notório que o MHN-UFLA, mesmo com as dificuldades apresentadas, desempenha um relevante papel na divulgação científica e extensão universitária. Esse espaço museal vem buscado assumir uma função de democratização científica por meio do compromisso em cultivar a articulação entre diferentes áreas do conhecimento com o objetivo da “popularização da ciência e da cultura, promovendo o debate de temas sociais pertinentes” (Melo et al, 2012, p.276). Ainda no âmbito do referido projeto, foram destinados recursos para a elaboração do Plano Museológico e Museográfico do MHN-UFLA, pela empresa ‘Espaço e Cultura Ltda. – ME’, como reflexo das exigências previstas no Estatuto de Museus (2009). Interessante observarmos que nesse diagnóstico e projeto museográfico, o Museu passa a ser denominado Espaço UFLACiência, cuja a proposta seria ressignificá-lo como modelo de um centro de ciências. Essa proposta gerou tensões com outros sujeitos sociais envolvidos no processo, que defendem a manutenção da concepção do Museu como de história natural, a que prevalece ainda hoje. O Plano Museológico apresenta de forma clara os pontos fortes e fracos do MHN-UFLA em sua matriz SOWT (Silva et al., 2011).

Os ‘pontos fortes’ elencados para o Museu foram:

- O Pavilhão Odilon Braga, com localização privilegiada no campus histórico da UFLA, possui condições físicas razoáveis ao desenvolvimento das ações necessárias à organização de um equipamento museológico eficiente;
- Entorno do prédio com boas condições espaciais e de circulação para realizar as atividades interativas do museu;
- Realização de atividades de curta duração, itinerantes ou que integram o museu à comunidade acadêmica da UFLA e constroem conhecimento em prol da popularização das ciências;
- A criação do museu, com sua primeira exposição de longa duração voltada à história natural, e sua importância histórica e simbólica para a UFLA, Lavras e região (Césari et al., 2012, p.9);

Nessa perspectiva, a instalação do MHN-UFLA, no Campus Histórico da Universidade, é fundamental, a nosso ver, por dois motivos principais: 1- garante a proteção das características estilísticas e históricas dessa edificação que ainda não é tombada; 2- localização privilegiada para atrair tanto o público interno, quanto externo. A parte externa do CH-UFLA pode ser integrada às atividades do Museu, ultrapassando os limites do prédio. Desse modo, além da possibilidade de realizar diversos tipos de exposição, um dos principais pontos fortes desse Museu, a nosso ver, é sua capacidade de articular diferentes disciplinas e cursos presentes na Universidade em prol do ensino

em espaços não-formais, como ficou demonstrado com os projetos que encontraram abrigo ali. Esse papel dialógico que o Museu vem assumindo deve ser reforçado, pois demonstra a possibilidade real da interação entre espaço museológico, Universidade e comunidades – universitária e geral em torno da divulgação científica.

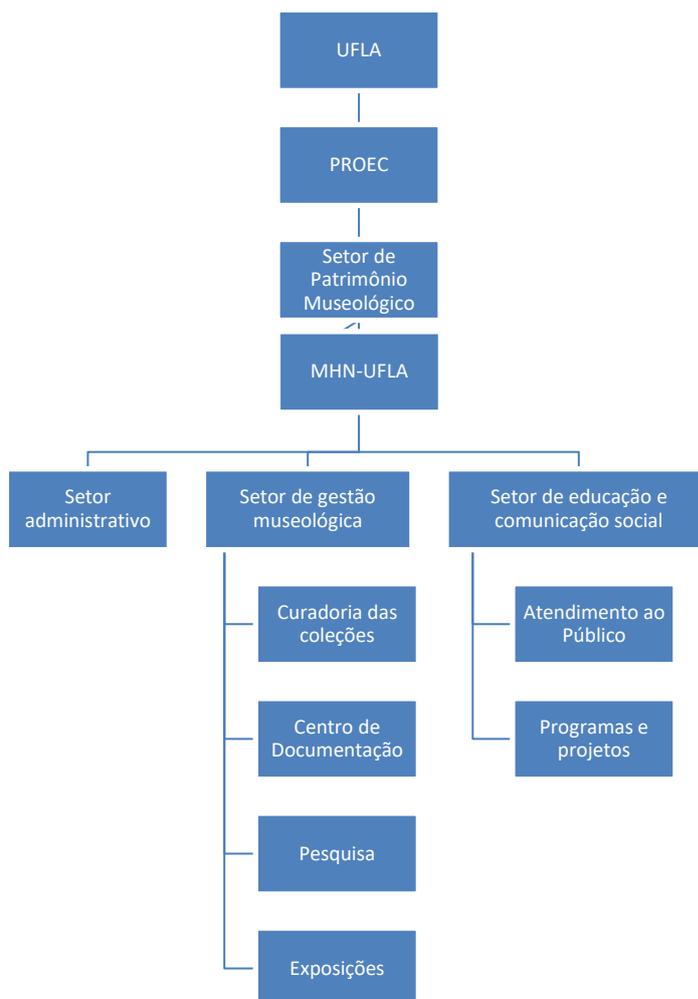
Cabe apresentarmos também os ‘pontos fracos’ levantados para o MHN-UFLA, que são decorrentes de um processo histórico-museológico marcado por lutas individuais e o não reconhecimento institucional cabido a um museu universitário.

- Inexistência de política institucional para gestão do museu;
- Não há organização da legislação interna;
- Inexistência de coordenação e estrutura de cargos da UFLA para a atuação de professores no museu e para a direção técnico-admirativa do equipamento museológico;
- Não há orçamento específico para o museu;
- Inexistência de programa de segurança, prevenção de incêndios e pânico e contra roubos, depredações, calamidades naturais e influências ambientais (calor, umidade, vento, iluminação natural, etc.);
- Há descaracterização na atual abordagem expográfica;
- Realiza de forma insatisfatória funções específicas a uma instituição museológica quais sejam: comunicar, pesquisar e salvaguardar o acervo;
- Catalogação do acervo não sistematizada e incompleta;
- Inexistência de política de acervo que contemple a aquisição, conservação, restauração e descarte do acervo;
- Há inadequação dos processos de acondicionamento e conservação preventiva do acervo;
- Inexistência de funcionários capacitados especificamente em museologia para exercer as funções demandadas pelo museu;
- Inexistência de projetos de pesquisa específicos do museu, publicações institucionais, avaliação eficaz de desempenho do equipamento museológico e sistematização das ações desenvolvidas;
- Ausência de informatização dos processos administrativos e de bancos de dados sobre o acervo;
- Inexistência de local adequado para reserva técnica e administração do museu;
- Uso de espaço do museu para armazenagem do arquivo: acervo documental do Museu Bi Moreira;
- A exposição atual não se adéqua ao conhecimento científico produzido na UFLA. (Césari et al., 2012, p. 10–11)

Aqui percebemos as semelhanças entre os pontos fracos em ambos os Museus da UFLA. Todos esses pontos fracos elencados refletem um gradual ‘isolamento’ do Museu na própria Universidade, que detém sua tutela. Essa análise demonstra que, conquanto, o Museu tenha sido gestado e criado na Universidade, esta não assumiu um

verdadeiro compromisso de garantir os recursos necessários para sua manutenção e modernização ao longo do tempo. Interessante observar que o MHN-UFLA, nesse sentido, apresenta uma configuração diferente do MBM-UFLA.

O MHN-UFLA foi inaugurado 18 anos depois do MBM-UFLA, quando a Instituição já gozava do status de Universidade e vinha passando por processo de ampliação, com a criação dos cursos de licenciatura. Mesmo nessa conjuntura favorável, o MHN-UFLA permaneceu durante anos como um museu de uma pessoa só, aqui se aproximando da configuração do MBM-UFLA. Como consequência dessa configuração museal, marcada pelo desconhecimento da administração da Universidade do que deveria ser um museu universitário e das suas necessidades, verificamos hoje um legado de resistência ao isolamento protagonizado por uns poucos sujeitos sociais que continuam atuando no Museu para além das ações de visitas mediadas nas áreas de exposição. A estruturação da organização do Museu é fundamental para compreendermos as demandas desse espaço e, como apontado anteriormente, deve abarcar três elementos essenciais: administração, gestão museológica e as operações educativas e comunicacionais-, como o modelo elaborado abaixo.



Organograma 2. Modelo aconselhado para a estrutura organizacional do MHN-UFLA. Elaborado pela autora, 2020.

Esse modelo de estrutura organizacional demonstra a necessidade de recursos humanos para atuar no Museu, haja vista que, no período analisado, somente um servidor técnico administrativo está diretamente lotado no MHN-UFLA. Dessa forma, a falta de uma equipe de profissionais qualificados para o desenvolvimento das diversas atividades museais cabidas ao Museu é, sem dúvidas, sua maior ausência. Esse cenário demonstra que as políticas públicas nacionais para o setor dos museus, embora tenham refletido em ações pontuais na UFLA no que diz respeito a requalificação do MHN-UFLA, não foram suficientes para estimular as transformações necessárias para que esse espaço museal desenvolva suas funções educativa, científica e social (Bruno, 1984) de forma

plena, condizente com a força institucional que a UFLA representa no município de Lavras e no Brasil como Universidade Federal.

A requalificação do MHN-UFLA perpassa pela elaboração de um projeto de restauro e dos projetos complementares, a fim de que o edifício se torne adequado para o funcionamento de um museu, melhorando as condições de atendimento ao público em geral, além de poder oferecer novas atividades e abarcar novos públicos. Portanto, esse processo de modernização do Museu deve ser tomado como parte do PDI da Universidade e envolver a PROEC, demais setores da UFLA, além da comunidade universitária e externa. Em outras palavras, o MHN-UFLA deve ter atividades diversificadas próprias, que vão além das ações pontuais fomentadas no âmbito de projetos e dependentes de financiamento externo, como ficou evidenciado. Diante disso, os direcionamentos apresentados pelo Plano Museológico estão sendo paulatinamente aplicados ao MHN-UFLA, embora muito ainda tenha que ser feito no âmbito institucional para o funcionamento adequado do espaço.

Nessa conjuntura, até o presente momento, prevalece a concepção museal inicial do MHN-UFLA, salvo modificações em uma das salas expositivas iniciadas com uma proposta de ação intitulada ‘A UFLA tem um Museu de História Natural: por que o Solo não está lá?’¹⁸¹, coordenado pela Prof^a Fátima Maria de Souza Moreira do Departamento de Ciência do Solo (DCS-UFLA). Apresentada à coordenação¹⁸² do MHN-UFLA essa proposta teve como principal ação a reestruturação do acervo de mineralogia do MHN-UFLA (Moreira, 2014, p. 5). Em 2015, essa proposta ganhou um novo fôlego ao ser inserida no projeto de ‘Extensão em Ciência do Solo: atendendo alunos, professores e comunidade do município de Lavras, MG’ (APQ-03482/14), coordenado pela mesma docente e beneficiado com o apoio financeiro da Fapemig. Então, a partir desse projeto, foram iniciados os trabalhos de Educação em Solos no MHN-UFLA, tendo como desdobramento a montagem da exposição ‘O Valor da Terra’, aberta ao público em 2019 (Toma, 2019).

¹⁸¹ Equipe do PEDS: Diego Tassinari, Maíra Akemi Toma, Michele Duarte de Menezes.

¹⁸² Nesse período o Museu era coordenado pela professora Ângela Maria Soares (DBI-UFLA).

Nesse instante, é pertinente evidenciar que essa exposição foi fruto do estreitamento das relações entre as equipes¹⁸³ do Programa de Educação em Solos (PEDS) e do MHN-UFLA que decidiram atuar através da perspectiva de curadoria compartilhada (Leitzke, 2012) para ressignificar a sala de exposição em que se encontravam estantes as coleções de mineralogia e petrologia, botânica, xiloteca e microbiologia; além de quatro dioramas que traziam representações de astronomia, fósseis, animais empalhados e mata ciliar. Segundo Toma (2019), essa exposição visou trazer “à tona os diversos significados de ‘valor’ e ‘terra’ e suas múltiplas combinações” (p. 117) proporcionando uma visão integral da relação ‘ser humano-natureza’ no intuito de sensibilizar o público para temas que envolvam o meio ambiente, preservação, diversidade cultural e identidade. Nesse viés, a forma como a ressignificação dessa área expositiva foi realizada no MHN-UFLA se apresentou enquanto uma oportunidade de experimentação de novos caminhos do fazer museológico no cenário universitário, demonstrando, na prática, o potencial desse Museu em articular sujeitos sociais de diferentes áreas de conhecimento em prol de um objetivo único, requalificar esse espaço para que melhor sirva às comunidades.

Frente a esse cenário marcado por ausências e permanências, mas também por múltiplas possibilidades, defendemos que a Universidade, instituição mantenedora do Museu, tome para si o papel protagonista de disponibilizar os meios necessários para a requalificação do MHN-UFLA, visando que esse realize a sua missão de “ser um espaço interativo, didático e lúdico, concebido para preservar, pesquisar e comunicar conhecimentos, objetos e coleções referentes às ciências, ao meio ambiente e à tecnologia e, dessa forma, traduzir em uma nova linguagem o patrimônio científico”. (Césari et al., 2012, p. 7). Para isso, é fundamental o diálogo permanente entre administração da Universidade, sujeitos envolvidos nas atividades cotidianas do Museu e as comunidades, sempre no plural, pois estamos falando da universitária, escolar, espontânea e outras. Esse parece um caminho profícuo para se superar os desafios e

¹⁸³ Maíra Akemi Toma (Doutoranda PPGCS/membro PEDS); Franciele Rocha Vieira (Graduanda em Engenharia Ambiental/membro PEDS); Diego Tassinari (Doutorando PPGCS/membro PEDS); Dirce de Cássia Corrêa Macedo (Técnica Administrativa DCS/membro PEDS); José Melo (Técnico do MHN); Patrícia Mendes (Coordenadora dos Museus); Fatima Maria de Souza Moreira (Coordenadora PEDS/Orientadora).

buscar soluções que, de fato, atendam às especificidades do Museu enquanto núcleo ‘da Universidade’.

4.3. Considerações sobre o patrimônio museológico da UFLA

Como foi apresentado inicialmente, museus e bens patrimoniais, como conhecemos atualmente, passaram e passam por processos de institucionalização. Desse modo, a musealização e patrimonialização representam ações de institucionalização de referências culturais¹⁸⁴, com o intuito de seleção, valorização e formação de discurso sobre objetos, memórias, grupos (Gonçalves, 1996, 2007; Lima, 2012) sendo processos semelhantes e afins, mas não se tratam da mesma coisa. Nesse movimento de musealização e patrimonialização, no qual as referências culturais ganham novos *status*, estas podem receber apoios de diversos tipos, através de políticas públicas de fomento e proteção por meio de sua manutenção. Ao mesmo tempo, “preservar traços de sua cultura é também, hoje, sabemos, uma demonstração de poder” (Fonseca, 2000, p. 14–15), uma vez que nem toda referência é patrimonializada ou musealizada, tratando de um processo seletivo, político e simbólico, desenvolvido sob discursos construídos.

Nessa perspectiva, a tipologia patrimônio vem se ampliando substancialmente, envolvendo inclusive a atuação dos saberes, o que impacta os processos de institucionalização dos bens culturais. Dessa forma, é um campo em formação, que vem aglutinando uma diversidade de profissionais que atuam em atividades referentes ao patrimônio. Assim, por estar dentro dos processos sociais, a noção de patrimônio ultrapassa a concepção de ser apenas uma coleção estática de objetos e edificações por estar dentro dos processos sociais, “como dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno”. (Kersten, 2000, p. 15). Nesse sentido, embora a patrimonialização e a musealização envolvam aspectos emocionais, são principalmente ações político-jurídico-administrativas e, aqui, situamos as análises sobre as ações de preservação do patrimônio cultural no âmbito universitário, tendo a UFLA como *locus* de estudo. Ao mesmo tempo, buscamos

¹⁸⁴ Entendemos por referência cultural, “as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade, (...) são sentidos atribuídos a suportes tangíveis ou não”. (Arantes, 2001, p. 130–131).

compreender os motivos que levaram o tombamento na instância municipal de uma única edificação no Campus Histórico da UFLA (CH-UFLA), o prédio “Álvaro Botelho”; apesar dos indícios apontarem para a ideia de um tombamento que contemplasse todo o conjunto arquitetônico¹⁸⁵.

Nesse ínterim, partimos da constatação de que o CH-UFLA deve ser pensado como conjunto arquitetônico no âmbito das proposições preservacionistas, do mesmo modo, apreendido como patrimônio museológico da Universidade, pois ao ser analisado em escala micro, delinea práticas de recepção, apropriação e interpretação deste por seus usuários, assim como permite inferências sobre as ações de preservação desprendidas no âmbito da gestão universitária. Para dar seguimento a essa análise, vale ressaltar que de acordo com Fonseca (2009), embora seja evidente a ampliação da conceituação de patrimônio, os instrumentos de preservação praticamente ficaram inalterados, ou seja, não foram criadas alternativas ao “tradicional instituto do tombamento”. (p. 179). Nesse sentido, o tombamento tem sido apropriado de diferentes maneiras, tais como, positivamente, uma vez que um bem tombado pode “significar, para grupos econômicos e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político” (Fonseca, 2009, p. 180). Por outro lado, considerando as restrições que o tombamento impõe ao bem, “esse instrumento costuma ter consequências consideradas indesejáveis para extratos das classes média e alta, como proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil”. (Fonseca, 2009, p. 180).

Em função, portanto, da natureza conflitante dos interesses em jogo no caso da proteção aos bens imóveis, e do peso dos monumentos no patrimônio histórico e artístico nacional, os processos de tombamento constituem espaços de expressão desses confrontos, onde se podem captar as várias vozes envolvidas na questão da preservação e sua influência na condução dos processos. (Fonseca, 2009, p. 181)

Nesse sentido, inserindo o patrimônio cultural universitário nessa discussão, destacamos que, em 1998, a UFLA foi notificada¹⁸⁶ pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras (CMPCL), “versando sobre o tombamento do Prédio Álvaro Botelho, que se encontra o Museu ‘Bi Moreira’, bem como todo o seu acervo”.

¹⁸⁵ Considerar a preservação das relações das edificações entre si, com o meio, as pessoas; assim como considerar a proteção do entorno dos bens tombados. (Fonseca, 2009, p. 181).

¹⁸⁶ Notificação 001 direcionada a UFLA em 09 de setembro de 1998. (UFLA, 1998).

(UFLA, 1998). Em resposta, a Universidade apresentou as seguintes razões para impugnar a solicitação de tombamento: a questão da competência legal por se tratar de uma edificação de tutela federal não caberia o tombamento municipal; e sobre o acervo, a Universidade alegou que o manuseio para fazer o tombamento poderia causar “danos inimagináveis a integridade física dos objetos” (UFLA, 1998). Ressaltamos que a edificação e o acervo do MBM-UFLA, embora sob tutela federal, apresentam-se como importantes representantes do patrimônio cultural local, sendo considerados de utilidade pública¹⁸⁷, desde 1989 (Lavras, 1989). Nesse período, a UFLA estava sendo dirigida por Fabiano Ribeiro do Vale (1996-2000/ 2000-2004) e o tombamento da edificação e do acervo do MBM-UFLA não foi realizada. Vale destacar, que embora não haja consenso na doutrina e na jurisprudência, prevalece o entendimento de que o município tem competência para legislar sobre proteção ao patrimônio cultural local, suplementando, no que couber, à legislação federal e estadual (Matos, 2011; Miranda, 2006). Desse modo, o município pode proceder ao tombamento de bens públicos municipais, estaduais e federais. Outro ponto é a carência de sustentação sobre o argumento “daqueles que tentam mitigar a competência dos municípios para a tutela do patrimônio cultural local, por meio da aplicação analógica do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 3.365/1941(Brasil, 1941), que disciplina as desapropriações ao instituto do tombamento”. (Matos, 2011, p.56).

Assim, ainda dentro dessa temática, a questão do tombamento do MBM-UFLA só voltou à tona em 2006, quando a Universidade estava sendo dirigida por Antônio Nazareno Guimarães Mendes (2004-2008/ 2008-2012). Ao se analisar¹⁸⁸ o Dossiê de Tombamento do Prédio do Museu Bi Moreira (Lavras, 2006b), verificamos que, no dia 17 de março de 2006, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras (CMPC) “decidiu por unanimidade o tombamento do Prédio do Museu Bi Moreira, localizado no

¹⁸⁷ É um dos casos ou motivos que ensejam a desapropriação, que estão elencados no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, com as alterações de leis posteriores. A declaração de utilidade pública ou de interesse social pode atingir qualquer bem necessário ou conveniente ao serviço público ou à coletividade; pode recair sobre patrimônio material ou imaterial; pode abranger direito e ações; pode incidir sobre a propriedade particular ou pública, com a só exigência de que, neste último caso, o poder expropriante seja de nível superior ao da Administração expropriada e esteja munido de prévia autorização legislativa para expedir o ato expropriatório. (Dicionário Jurídico, 2011).

¹⁸⁸ Na análise deste processo buscamos levantar os seguintes dados, tendo como direção as proposições de Fonseca (2009): “solicitante, data do pedido, justificativa da solicitação, avaliação técnica e jurídica, resolução do pedido” (p.182).

Campus Histórico da UFLA”. (Lavras, 2006b, Ata nº 43, p.48). No dia 24 de março de 2006, saiu o Edital de Tombamento, estabelecendo a proteção provisória do referido bem, assim como a Notificação de Tombamento Nº 006/2006, direciona ao então Reitor, Antônio Nazareno Guimarães Mendes¹⁸⁹. (Lavras, 2006b, pp. 50–51).

De acordo com o Parecer Técnico para o Tombamento, “pelo seu valor histórico, arquitetônico, a edificação constitui assim um bem imóvel de fundamental importância cultural para o município, justificando assim seu tombamento”. (Lavras, 2006b p.45). Já o Parecer Técnico do Conselho destaca que “pela sua rica história, sua localização, por abrigar o mais importante Museu da cidade, onde estão abrigadas 03 estátuas já tombadas pelo Patrimônio e pela sua construção o Prédio Álvaro Botelho foi escolhido para ser tombado”. (Lavras, 2006b, p. 46). Dessa forma, como apontado anteriormente, a referida edificação é do início do século XX e caracteriza-se pelo estilo eclético. Conforme trata Fonseca (2009, p. 194), até a década de 1970, ocorreu uma preponderância de tombamentos que tiveram o valor artístico como critério prioritário.

Nesse contexto, consideravam que o estilo eclético dissociava o funcional e o decorativo e, juntamente com o estilo neocolonial, eram tratados como “não-arquitetura”.(Fonseca, 2009, p. 194). Ao mesmo tempo, o valor histórico reproduzia a seleção dos bens, aos critérios excludentes da história factual. Posteriormente, as concepções da nova historiografia passaram a ser incorporadas, tornando os tombamentos mais abrangentes, ao considerarem o valor de monumentos enquanto documentos, aspectos da evolução das cidades, diferentes grupos étnicos, elementos da história da ciência e da tecnologia no Brasil, dentre outros. (Fonseca, 2009, p. 195). A preponderância da atribuição do valor histórico, em seu sentido mais amplo, ao prédio ‘Álvaro Botelho’, como uma das principais justificativas para o tombamento, assim como o fato de abrigar o Museu Bi Moreira, constantemente mencionado no processo.

Nessa segunda tentativa, a resolução do pedido culminou no tombamento do denominado “Prédio do Museu Bi Moreira”, em 23 de março de 2006, pelo Decreto nº 6.671(Lavras, 2006a), que também incorporou a Praça Dr. Augusto Silva, Praça Leonardo Venerando Pereira, Prédio da Escola Municipal ‘Álvaro Botelho’. (Lavras, 2006b, pp. 54–55). Observamos que não foi mencionado, neste processo, o tombamento

¹⁸⁹ Reitor entre 2004-2008/ 2008-2012.

do acervo do MBM-UFLA. Embora o tombamento tenha abarcado apenas um edifício do CH-UFLA, considerou no perímetro a área do prédio de 432,47 m², incluindo os passeios imediatos existente, além do perímetro de entorno, estabelecido em função de conferir ao entorno do bem tombado a proteção, “preservando assim suas características e assegurar que nenhuma intervenção, dentro deste perímetro, seja feita sem a orientação e autorização pelos órgãos competentes de forma a não ferir mais a visibilidade e nem afetar as suas estruturas e características”. (Lavras, 2006b, p. 17).

Observamos então que o processo de proteção do prédio “Álvaro Botelho” foi lento e caracterizado por tensões entre a Universidade e o Município. Foi iniciado em 1998, pelo CMPCL¹⁹⁰ e logo impugnado pela UFLA, cujo entendimento foi de que o município não teria competência para executar o tombamento. Essa solicitação foi retomada oito anos depois, diferenciando-se da primeira, por focar somente no prédio, sem abarcar o acervo do MBM-UFLA. O resultado foi o tombamento do prédio ‘Álvaro Botelho e seu entorno’, configurando uma modificação principalmente no entendimento da legislação vigente, ao reconhecer que “o município tem competência para legislar sobre proteção ao patrimônio cultural local, suplementando, no que incumbir à legislação federal e estadual” (Matos, 2011, p.57). Igualmente, esse processo demonstra a natureza política conflitante que pode permear a proteção aos bens culturais, sejam móveis ou imóveis.

Quando acercamos sobre o tema da preservação no cenário urbano, mais especificamente, em uma Universidade, devemos pensar não no seu ‘congelamento’, mas sim na preservação de seus símbolos e no fortalecimento das relações com o município, nos quais os significados provêm à identidade de seus habitantes e usuários, tornando a convivência no ambiente urbano mais aprazível e, sobretudo, democrática. É possível verificarmos que a noção de preservação do patrimônio cultural foi sendo ressignificada, desde a sua concepção até o presente, deixando de ser uma mera ação de tombamento de prédios ou de monumentos, para se tornar uma ação mais abrangente de preservação de todo o tipo ou conjunto de bens culturais e ambientais. (Choay, 2001; Fonseca, 1997; Gonçalves, 1996, 2007; Meneses, 1992).

¹⁹⁰ O Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras foi estabelecido em 11 de abril de 1997, por meio da Lei N° 2.317(Lavras, 1997), visando estabelecer a proteção do patrimônio cultural do município de Lavras, atendendo ao disposto 216 da Constituição Federal de 1988.

Nessa conjuntura, a noção ampliada do patrimônio cultural e da preservação de conjuntos arquitetônicos - como garantidor da ambiência pela definição do entorno e proteção de bens que são representativos de determinado estilo ou época -, possibilita compreendermos o CH-UFLA como objeto museológico, isto é, passível de musealização e patrimonialização enquanto conjunto. Ressaltamos que o patrimônio cultural edificado da UFLA é formado por diferentes prédios, construídos em diversos momentos e circunstâncias da história desta universidade. Assim, os prédios do CH-UFLA mudaram suas funções iniciais, deixando de ser residência, laboratórios, sala de aula; para abrigarem outras, igualmente voltadas para o ensino e setores administrativos, além de sedes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF). A dinâmica da Universidade, seus cursos e modos de atuar estão em transformação, e provavelmente essa configuração poderá ser modificada de maneira a contemplar, no futuro, novos perfis universitários.

Dessa forma, ao longo das gestões na Universidade, observamos ações voltadas para a preservação do CH-UFLA, tais como a montagem de museus em prédios históricos, instalação elétrica subterrânea, reforma da praça para “adquirir aspectos e funcionalidades semelhantes às que possuía na década de 1940”. (Paiva & Alves, 2011, p. 29). Porém, algumas edificações históricas sofreram intervenções de ‘modernização’ - ampliações, substituição de telhados, janelas, portas, mudanças em algumas fachadas, acréscimos de rampas, entre outros - que devem ser melhor analisadas na própria Universidade, para minimizar a descaracterização do CH-UFLA. A Figura 52 apresenta a planta baixa do CH-UFLA.

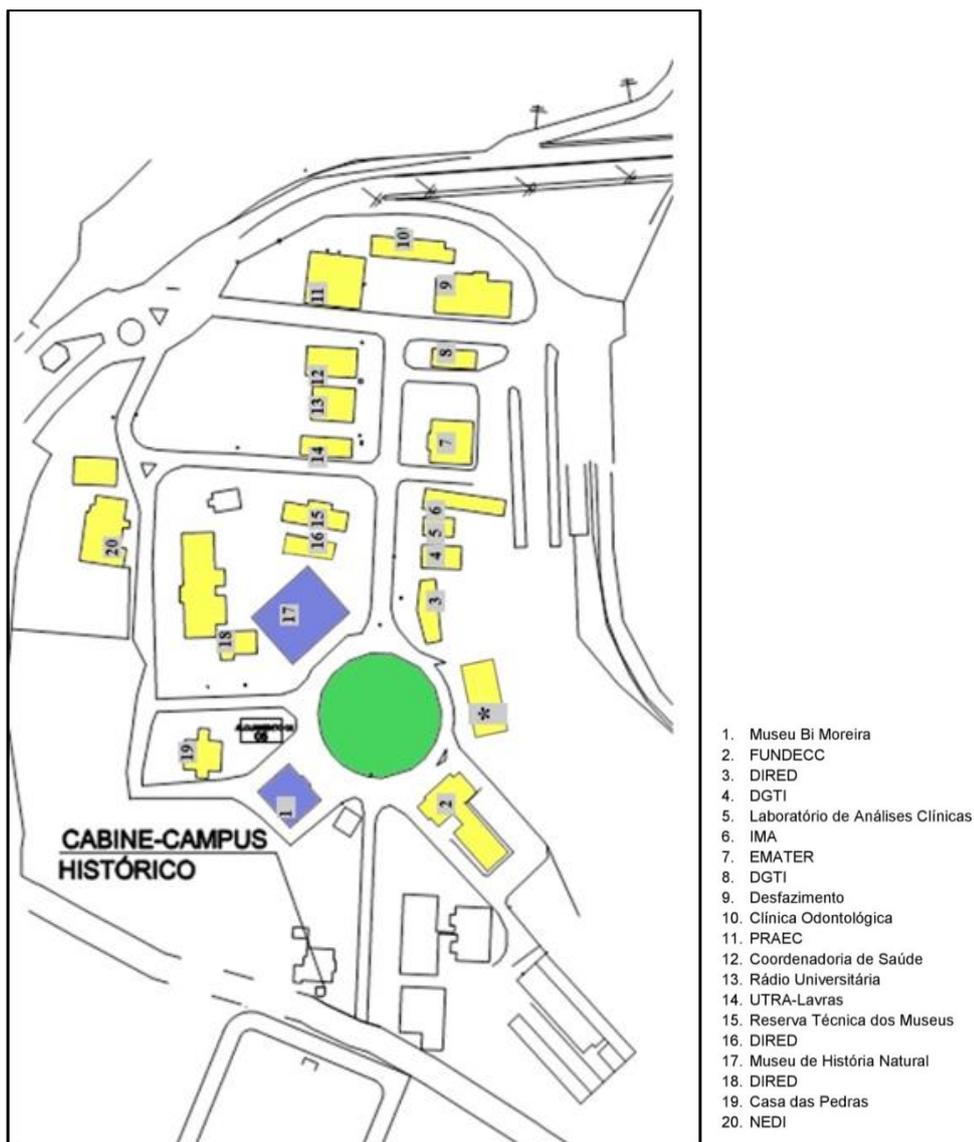


Figura 51. Planta baixa do CH-UFLA, 2014. Arquivo da Prefeitura do Campus, 2016.

O tombamento é um importante instrumento de proteção e, no caso da UFLA, embora seja clara a existência de um conjunto arquitetônico de valor histórico, há apenas um único prédio tombado no CH-UFLA, o ‘Álvaro Botelho’, demonstrando uma resistência da Universidade ao tombamento de edificações sob sua tutela, impactando na preservação desses bens culturais. Esse ponto incide nas intervenções contemporâneas em cenários históricos, em outras palavras, nas justaposições e no contraste entre estilos arquitetônicos, que no caso da UFLA, fica evidente com a construção, na última década,

de dois novos prédios no CH-UFLA, o Centro de Cultura¹⁹¹ e o Alojamento Universitário II¹⁹². Essas edificações não condizem com o movimento de preservação das características históricas do Campus. Construções desordenadas nesse território podem acarretar na descaracterização desse conjunto arquitetônico, inclusive influenciando na destruição de prédios em detrimento da construção de novos edifícios. (Bonduki, 2010). As Figuras 52 e 53 indicam essas intervenções recentes no CH-UFLA.



Figura 52. Alojamento Estudantil II ao fundo do MBM, 2018. Acervo Museu Bi Moreira



Figura 53. Centro de Cultura, 2018. Acervo do Museu Bi Moreira.

Uma ação imediata consiste na elaboração de um *manual de obras*¹⁹³ para os imóveis preservados do CH-UFLA, entendido como guia de orientação, com a finalidade de contribuir para o planejamento do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da Universidade, por meio da criação de diretrizes para a proteção daquilo a que a comunidade interna e externa atribuem valores significativos de seu interesse histórico. Esse instrumento normatizaria a manutenção de modificações promovidas por meio de reformas, as quais deveriam obedecer a critérios quanto a sua integração na composição estética e espacial dos edifícios, haja vista que intervenções sem critérios

¹⁹¹ A construção do Centro de Cultura iniciou em 2013, visando alocar um teatro, além de fornecer espaço para atividades artísticas, musicais e culturais. A parte interna no teatro não foi concluída, mas desde 2016 o prédio vem sendo utilizado para atividades musicais e de dança.

¹⁹² A construção do Alojamento Universitário II iniciou em 2014, em uma área que fora uma quadra esportiva, ao fundo do MBM, a uma distância de 15 metros da edificação histórica.

¹⁹³ A necessidade da elaboração do Manual de Obras para o CH-UFLA foi apresentada no âmbito da PROEC, desde 2015, mas não foi elaborada até o presente momento.

afetam negativamente o imóvel, tornando-o desproporcional ou desintegrado de sua unidade estilística ou temporal.

Nos projetos de modificação de uso, por exemplo, novos elementos como instalações para ar-condicionado, iluminação de fachada, sistema contra incêndio e de segurança, pintura e reformas internas ou de cobertura deveriam ser harmônicas na composição da edificação e de sua e da sua vizinha, ao passo que o mesmo instrumento trataria de normativas para a inserção de novas edificações no CH-UFLA. Dessa maneira, a elaboração desse guia deve contar com participação de profissionais, membros da comunidade universitária e externa, e, igualmente, deve estar em sintonia com Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras, uma vez que, no Brasil, a preservação patrimonial é regulamentada por legislações federal, estadual e municipal.

Assim, a implantação de museus e outros espaços culturais, em núcleos históricos, é uma estratégia que possibilita uma preservação sustentável desses bens, constituindo numa alternativa de grande impacto e uma forma criativa de atrair recursos de outras esferas de governo, garantindo estabilidade para bens (Bonduki, 2010, p.234). Esse é um caminho possível para a preservação do patrimônio cultural universitário e, assim, edificações que não foram construídas inicialmente para comunicar informações, ao serem patrimonializadas, são transformadas em objeto de questionamento, em documento (Le Goff, 1990; Meneses, 2002). É nessa conjuntura analítica da Museologia e suas interfaces, que se situam as discussões sobre a preservação do CH-UFLA como forma de reconhecimento do seu valor cultural e patrimonial para a sociedade.

Nessas aproximações, estão incluídos também os Museus da UFLA como espaços de negociação das diferenças, articuladores do cognitivo e afetivo. Ao estarem vinculados à PROEC, os Museus são percebidos na instituição como órgãos de extensão e cultura, devendo promover a interface entre a Universidade e a sociedade. Desse modo, principalmente o público escolar¹⁹⁴ de Lavras (MG) e região, contudo, embora sejam importantes instrumentos da articulação entre pesquisa, ensino e extensão, esses espaços museológicos vêm passando por dificuldades: carência de financiamento; falta

¹⁹⁴ Informações referentes à análise dos cadernos de visitas dos Museus da UFLA.

de autonomia; relação distante com demais órgãos da Universidade; abandono das coleções; falta de espaço para armazenamento e para a exposição; falta de profissionais especializados em atividades museológicas, entre outros. Essa situação não é uma particularidade dos Museus da UFLA, mas de uma devastadora realidade nacional que envolve muitos museus e coleções universitárias. Realidade esta caracterizada pelo isolamento e, por vezes, pelo total esquecimento desses espaços dentro das próprias instituições que têm como responsabilidade social garantir-lhes a devida proteção, manutenção e continuidade (Bruno, 2000; Marques & Silva, 2011; Marques, 2007; Meirelles, 2015; Oliveira, 2015).

Frente a esse cenário, verificamos que as Universidades estão diante de um verdadeiro desafio: compreender o que é um museu ‘da universidade’ e como esse espaço deve se constituir como um “Serviço Público - e, portanto, dirigir-se permanentemente ao público e não a si mesmos”. (Scheiner, 1992, p. 18). Aqui cabe lembrarmos a perda irreparável do acervo do Museu Nacional tutelado pela UFRJ, em 2018, e, mais recentemente, a perda de parte do acervo do Museu de História Natural¹⁹⁵ tutelado pela UFMG, ambos devastados por incêndio, ambos os museus universitários. Nessa perspectiva, a visibilidade dos museus universitários não pode ser apenas quando são acometidos por um sinistro. Nesse sentido, existe um consenso na literatura sobre o tema de que o caminho para a preservação desses museus e coleções perpassa pela criação de políticas específicas de proteção ao patrimônio museológico universitário (Bruno, 1992; Meirelles, 2015; Ribeiro, 2013; Ribeiro, 2007; Santos, 2000) e elaboração de normativas que orientem as Universidades a direcionarem parte de sua matriz para a conservação e desenvolvimento desses espaços, uma vez que são museus públicos e passíveis a legislação vigente, como o Estatuto de Museus (2009, 2013).

Para analisarmos os reflexos dos marcos regulatórios para o seguimento museal no Brasil - PNM (2003), IBRAM, Estatuto de Museus (Brasil, 2009, 2013) – no âmbito da UFLA, observamos a inserção do MBM-UFLA e MHN-UFLA nos Planos de Desenvolvimento Institucionais da Universidade (PDIs- UFLA), compreendendo os

¹⁹⁵ Um dos prédios do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pegou fogo no dia 15/06/2020. Acesso em 18 de junho de 2020, em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/15/predio-do-museu-de-historia-natural-da-ufmg-pega-fogo-em-bh.ghtml>.

seguintes períodos: PDI de 2005-2010; PDI de 2011-2015; e PDI de 2016 a 2020; e também nos Regimentos internos da PRAEC e PROEC, devido às vinculações institucionais dos Museus na Universidade.

Em termos gerais, do que se trata o Plano de Desenvolvimento Institucional, mais conhecido como PDI, nas universidades¹⁹⁶? Nesse documento, é definida a missão da instituição de ensino superior, a política pedagógica institucional e as estratégias para sejam atingidas suas metas e objetivos. É compreendido num período de cinco anos, revelando a identidade das universidades e expressando as metas e ações visando à qualidade de ensino. Esse documento busca estabelecer um horizonte que sirva de guia para um determinado período, “refletindo a política de estado da universidade e orientando gestore(a)s, atuais e futuros, na construção de um plano de gestão anual, voltado para o alcance de metas e objetivos estabelecidos no PDI” (Magro & Rausch, 2012, p. 429). É, em suma, um importante instrumento de informação sobre as universidades brasileiras.

Dito isso, no PDI-UFLA de 2005 a 2010, compreendido na gestão do prof. Antônio Nazareno Guimarães Mendes¹⁹⁷ (2004 a 2012), verificamos que os Museus da UFLA foram apenas citados como elementos das políticas voltadas para ‘A Assistência Comunitária e Cultural’, no programa denominado ‘Atividade Cultural’ composto também pelo Centro de Integração Universitária – CIUNI e Coral Vozes do Campus (UFLA, 2005). Nesse Plano, os museus foram incorporados de forma generalizada no item ‘Extensão e Inserção Social’, ou seja, não foram devidamente inseridos como locais estratégicos para ações de assistência estudantil, extensão e cultura. Igualmente, nenhuma ação específica para a requalificação desses espaços foi sinalizada, demonstrando, a nosso ver, uma incompreensão administrativa da Universidade sobre os potenciais dos museus universitários para o fomento da extensão e cultura, assim como, a manutenção de um negligenciamento do processo de precarização e sucateamento nos quais viam enfrentando esses espaços museais, como mencionada anteriormente. Em outras palavras, nesse período não foi possível observar a efetiva inserção desses Museus no PDI da UFLA, permanecendo esses espaços museais à

¹⁹⁶ O MEC, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, disponibilizou um modelo para elaboração do PDI para orientar as IFES no seu planejamento e gestão.

¹⁹⁷ Empossado como reitor em dois quadriênios, cuja gestão compreendeu-se de 2004 a 2012.

margem dos “caminhos a serem seguidos pela Instituição nos próximos cinco anos, dentro dos princípios estratégicos levantados, aproveitando suas potencialidades e oportunidades de ambiente acadêmico, tecnológico e científico”(UFLA, 2005, p. 2).

Nessa conjuntura, ao final dessa gestão, foi verificado que Museus da UFLA transitaram da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) para a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), mais especificamente em 2008¹⁹⁸. Vale ressaltar que a interação dialógica dos conceitos e práticas da extensão universitária com a Museologia contribui para uma atuação mais efetiva dos museus universitários e, por conseguinte, para o fortalecimento destes no que concerne auxiliar a diminuição de diferenças, exercitar práticas de inclusão social e aprendizado da cidadania. Assim, constatando que na UFLA essa proximidade já foi iniciada, cabe agora propiciar os meios para que os seus Museus se consolidem como veículos privilegiados de comunicação entre a universidade e a sociedade. Embora estivessem vinculados à ‘assistência estudantil’, esses Museus foram desenvolvendo suas atividades, principalmente voltadas para os públicos escolares - extra muro – caracterizando-se inclusive por se distanciarem da comunidade universitária. Essa mudança dos Museus para a PROEC, órgão da Universidade responsável pela extensão, faz parte de um cenário recorrente no que tange aos museus universitários brasileiros (Ribeiro, 2013).

Já no PDI-UFLA de 2011 a 2015¹⁹⁹, os Museus foram inseridos nas metas da ‘Extensão e Cultura’ da Universidade. Nesse documento, a necessidade ‘Revitalizar os Museus Bi-Moreira e de História Natural (MHN-UFLA)’ foi tomada como pauta em três grandes eixos definidos: 1- Ciência e Tecnologia; 2- História da Cidade/Usos e Costumes/ Antropologia; e 3 - Ciências Agrárias (UFLA, 2011a, p. 99). Os grupos temáticos elencados demonstram uma tentativa da administração da Universidade em aproximar esses Museus da extensão rural-universitária²⁰⁰, característica ainda predominante na UFLA, desde a sua origem na EAL. Ainda sobre esse documento, foram definidas cinco ações para essa ‘revitalização’ dos Museus, de forma

¹⁹⁸ O seguimento ‘Cultura’ migrou da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários para a Pró-Reitoria de Extensão.

¹⁹⁹ Esse PDI perpassou pela gestão do prof. Nazareno Mendes, adentrando na gestão do prof. José R. S. Scoforo iniciada em 2012.

²⁰⁰ A extensão rural-universitária abarca um entendimento educativo, que deve incluir a “valorização e o empoderamento dos atores sociais do meio rural através da educação, para que os mesmos colaborem na identificação dos problemas e na escolha da melhor metodologia para sua resolução” (Wociechoski & Maehler, 2015).

generalizada, isto é, sem o devido delineamento das especificidades de cada Museu, como pode ser visto a seguir:

- a) elaborar planos museológicos e museográficos;
- b) buscar recursos para a implantação dos referido planos;
- c) solicitar a contratação e capacitação de técnicos administrativos específicos para os Museus da UFLA;
- d) ampliar e melhorar o atendimento às visitas monitoradas das escolas das redes pública e privada, bem como com o público em geral. (UFLA, 2011, p. 99)

A primeira ação do PDI-UFLA (2011-2015) é justamente atender a uma demanda do Estatuto de Museus (Brasil, 2009), referente à elaboração dos planos museológicos para o MBM-UFLA e MHN-UFLA, confluindo como um importante reflexo das políticas nacionais para o setor dos museus na Universidade. Nesse período, os Museus, ainda se configuravam como núcleo da Coordenadoria de Cultura, que também abarcava os núcleos de: Música; Artes Cênicas, Circenses, Visuais e Exposições; Folclore e Cultura Popular; e Caça-Talento (UFLA, 2011). Em 2012, foi criada, na UFLA, a Coordenadoria de Museus e Patrimônio Histórico (CMPH) (UFLA, 2012), vinculada à PROEC, que passou a abarcar os Museus e o CH-UFLA. A criação dessa coordenadoria foi um importante passo rumo à preservação do patrimônio museológico da Universidade, ressaltando que, em 2012, os planos museológicos foram concluídos.

Seguindo essa análise, no PDI-UFLA²⁰¹ (2016-2020), os Museus foram incorporados à ‘Política de extensão e cultura’ da Universidade (UFLA, 2016a, p. 207). Essa política institucional, conforme consta, está em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproext, 2012) e “concebe as atividades extensionista como de enorme importância para a promoção de mudanças profundas na universidade pública, de modo a direcioná-la, efetivamente, ao cumprimento de sua missão” (UFLA, 2016a, p. 207). Diferentemente dos PDIs anteriores, nesse documento, ficou evidenciado uma maior inserção dos Museus nas pautas de planejamento institucional, além disso, sinalizou o compromisso da administração superior para que os espaços museológicos da UFLA “estejam em conformidade com a legislação nacional de museus e cumpram todos os requisitos necessários para que sejam

²⁰¹ Nesse período foi a segunda gestão do prof. Scoforo.

considerados museus em pleno direito” (UFLA, 2016a, p. 214). No item ‘Planejamento do desenvolvimento da área de extensão e cultura’, foi apontada a necessidade de se efetuar reformas de modernização nos Museus, assim como, a demanda em criar um espaço para a guarda da coleção em suporte de papel e o acesso a ela (UFLA, 2016a, p. 54).

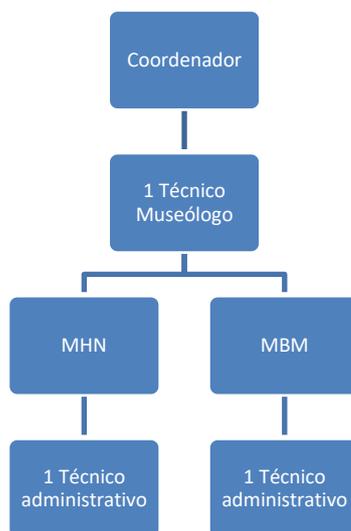
Em 2019, ambos os museus da UFLA foram registrados²⁰² no IBRAM, conforme Anexos II e III, o que implicou na emissão da Portaria nº 907 de 20 de agosto de 2019, Anexo IV, na qual a UFLA reconhece a criação dos museus Bi Moreira e de História Natural no âmbito da Universidade.

Deve-se ressaltar que, anteriormente, não foram encontrados documentos que formalizassem a criação desses espaços na Universidade, deixando clara a fragilidade administrativa dessas instituições. Esse foi mais um passo no sentido de legitimação dos Museus na Universidade, gerando, a nosso ver, implicações positivas na ressignificação e requalificação desses espaços. Cabe uma ressalva, pois estar inserido no PDI-UFLA é parte de um processo maior, que perpassa pela sua devida implantação e avaliação do cumprimento das metas e ações previstas. Nesse viés, foram feitas também algumas intervenções de manutenção predial e revisão na parte elétrica dos prédios dos Museus como reflexo do ocorrido do Museu Nacional. Entretanto, até o momento, não foi sinalizada, por parte da administração da Universidade, a adaptação de uma edificação para salvaguardar o acervo em suporte de papel do MBM-UFLA, conforme indicado no PDI (2016-2020).

Por conseguinte, as políticas públicas estando afinadas ao desenvolvimento de processos museológicos, com ênfase na função social dos museus e na participação social, tiveram reflexos na gestão administrativa da UFLA, implicando um movimento, mesmo que tímido, de ressignificação e requalificação de seus espaços museais. Contudo, essas ações pontuais não estão sendo suficientes, a nosso ver, para gerar as transformações necessárias nesses Museus para que desenvolvam satisfatoriamente as funções que lhes concernem.

²⁰² O Registro de Museus trata-se de instrumento da Política Nacional, previsto pelo Estatuto de Museus (Brasil, 2009) e regulamentado pela Resolução normativa nº 1/2016 (Brasil, 2016), que tem como “objetivo criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros, no intuito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais”. Acesso em 03 de janeiro de 2020, em <https://renim.museus.gov.br/registro-de-museus/>.

Ao verificarmos o quadro de pessoal da CMPH, para atuarem nos dois Museus da Universidade, fica demonstrada a necessidade de estruturação de uma equipe de profissionais qualificados para o real desenvolvimento das atividades nesses espaços. Atualmente, estão lotados nos dois museus apenas três servidores²⁰³, como demonstra o Organograma 3 abaixo.



Organograma 3. Quadro de pessoal da Coordenadoria de Museus e Patrimônio Histórico responsável pelos dois museus da UFLA. Fonte: Elaborado pela autora (Janeiro, 2019).

Esse corpo técnico é insuficiente para o desenvolvimento dos processos museológicos exigidos nos museus universitários, que devem desempenhar um duplo papel social, isto é, articular as funções do tripé universitário (ensino, pesquisa, extensão) com as funções museológicas basilares de serviço público cultural, selecionar, coletar, conservar, pesquisa, comunicar e educar. Desse modo, a elaboração e implantação de uma política institucional na UFLA, para valorização e preservação de seu patrimônio museológico, poderá, sim, ser um caminho rumo ao devido reconhecimento desse segmento cultural no âmbito da Universidade, contribuindo para a continuidade das ações museais e museológico apesar das sucessivas gestões. Em outras palavras, essa política deverá ter como pressuposto, além de guiar a atuação e a tomada de decisão, minimizar os efeitos da descontinuidade administrativa que vem acometendo os museus e o Campus Histórico da UFLA. É relevante, ainda, que a

²⁰³ Um técnico-administrativo em museologia, dois assistentes-administrativos.

Universidade crie comissões para o acompanhamento do desenvolvimento das atividades desses espaços museais, assim como, para a elaboração de normatizações garantindo melhorias dos espaços e um maior controle da Universidade sobre as informações que são conectadas a ela.

Ao consideramos, sobretudo, a conjuntura brasileira atual, verificamos que a função extensionista do museu universitário deve ser intensificada, uma vez que as estratégias de Estado para o enfrentamento de uma crise econômica e social - que vem acometendo o Brasil nos últimos anos-, está sendo baseada em um programa de implementação de propostas constituídas na exasperação do ajuste fiscal, contrarreformas trabalhista e previdenciária e intensificação das privatizações. Sobretudo, a partir de 2019, a essas estratégias vem se atrelando a ações conservadoras e reacionárias. Nesse cenário, o ataque às universidades, em geral, e ao aparato do Estado, alvitando aos direitos sociais, tem sido constante, incidindo na precarização, ainda maior, do sistema público de políticas sociais. Aspectos como a regressão social, cultural e política, com o aumento do obscurantismo sobre as ciências, do autoritarismo sobre a democracia conjecturam a situação dos tempos atuais. Como resistência a essa situação, os museus universitários, enquanto instrumentos de extensão, devem intensificar sua função social, promovendo a inclusão social e um diálogo mais amplo dos saberes, sem que o elitismo acadêmico continue marcando o espaço universitário e obliterando a troca de conhecimentos, pois é através da extensão universitária que a Universidade percebe que ela não está sozinha em um espaço e que, obrigatoriamente, ela precisa abrir-se para novas possibilidades, que desses museus advirão.

CAPÍTULO 5. A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA E OS MUSEUS DA UFLA

A produção de informações sobre as formas de apropriação dos museus pela sociedade é um requisito essencial para a avaliação e subsequente reflexão sobre o processo de atuação e planejamento de ações em instituições comprometidas com a divulgação da ciência e tecnologia e com a criação de interesse e de uma cultura de apropriação deste conhecimento pelo público (Köptcke, 2013).

A caracterização histórico-museológica do patrimônio museológico da Universidade nos permitiu observar que os Museus da UFLA vêm passando por um processo interno de desigualdade e isolamento, que reflete, inclusive, em como os públicos se apropriam e representam as suas relações com esses espaços museais. Por meio dessa análise, foi possível perceber que os Museus da UFLA vêm assumindo uma função extensionista, ao atender, preponderantemente, o público externo, principalmente o escolar. Ao mesmo tempo, permitiu-nos verificar que poucas ações museais estão sendo direcionadas à comunidade universitária, impactando no modo em como esta vem usando e se apropriando dos Museus da UFLA. Diante disso, colocamos em pauta, nesse capítulo, uma análise sobre as relações entre a comunidade universitária e os Museus da UFLA, haja vista que os estudos dessa natureza nos remetem à dimensão política da Instituição, possibilitando observar as relações de tensão que são produzidas em seu interior e entorno, no que tange às orientações que permeiam os processos de musealização e as narrativas museais contidas nas exposições (Köptcke, 2005). Nesse sentido, o nosso ponto de partida é um estudo exploratório envolvendo a comunidade universitária da UFLA, no intuito de analisar, nesse momento, os seguintes pontos: 1- as concepções de museus e hábitos de visitar Museus em geral; 2- a compreensão que fazem das funções dos Museus da UFLA e como estes são reconhecidos e valorizados; 3- apreensão das características gerais do respondente.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a comunidade universitária foi escolhida para esse estudo piloto, por frequentar cotidianamente o Campus Universitário e, ao mesmo tempo, pouco frequentar os Museus da UFLA, como constatado, parcialmente, por meio da análise dos livros de visitas do MBM-UFLA e do MHN-UFLA. Em outras palavras, por meio dessa pesquisa piloto, buscamos: 1- compreender as relações entre os

processos museológicos analisados anteriormente e o porquê de a comunidade universitária não estar acessando plenamente os Museus UFLA; 2- gerar subsídios para o aprimoramento dos serviços museais oferecidos à comunidade universitária, e também à população em geral, haja vista que os dados levantados propiciam o conhecimento de seus interesses e de suas demandas sociais, suscitando fontes de informações para o planejamento e atuações museológicas futuras (Almeida, 2002; Cury, 2005; Koptcke, 2008, 2015).

5.1. Caracterização

Para verificarmos como a comunidade universitária²⁰⁴ se apropria dos Museus da UFLA e representa suas relações com eles, em termos procedimentais, adotamos o método quantitativo por meio da aplicação da pesquisa **survey exploratória**. A categoria *survey*, em termos gerais, pode ser descrita como “a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário” (Freitas et al., 2000, p. 105). Nesse sentido, aqui, assume o propósito *exploratório*, ou seja, “tem como objetivo familiarizar-se com o tópico ou identificar os conceitos iniciais sobre um tópico, dar ênfase na determinação de quais conceitos devem ser medidos e como devem ser medidos, buscar descobrir novas possibilidades e dimensões da população de interesse” (Freitas et al., 2000, p. 106). Nessa análise, colocamos em perspectiva a importância do levantamento e apreciação de dados sobre os respondentes no campo dos Museus da UFLA. Para tal, o **instrumento de pesquisa** utilizado para a coleta de dados foi o **questionário estruturado** auto aplicado (Marconi & Lakatos, 2003). Vale ressaltar que esse instrumento pode ser aplicado de muitas maneiras, além de ser versátil e de fácil aplicação (Prado & Carrara, 2005, p. 397). Para efeitos desse estudo, o questionário, foi impresso e distribuído *in situ* aos respondentes.

Dentro dessa dinâmica, inicialmente, foi realizada uma investigação bibliográfica para identificar estudos de público realizados em museus, visando a elaboração das

²⁰⁴ Abarcou as pessoas com vínculo direto com a UFLA, ou seja, servidores (docentes e técnico-administrativos), discentes e funcionários terceirizados.

questões desse instrumento de pesquisa (Almeida, 2002; Brahm, Ribeiro, & Tavares, 2019; Costa & Brigola, 2014; Eidelman, Roustan, & Goldstein, 2014; Koptcke, 2008; Pimentel, 2016). Igualmente, consideramos a especificidade do museu universitário, qual seja, a articulação das funções do tripé da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) com os processos museológicos básicos (pesquisa, preservação e comunicação) para o desenvolvimento de seu papel social. Desse modo, o questionário elaborado foi utilizado no intuito de investigar a opinião de uma **população**, a comunidade universitária, sobre um determinado **assunto**, Museus da UFLA, auxiliando na elaboração de fontes de informação que poderão contribuir no processo de organização dos serviços e experiências culturais oferecidos pela Universidade por meios de seus espaços museais.

Nesse momento, o questionário estruturado auto aplicado foi composto por 17 questões divididas em dois blocos de perguntas, tendo, como opções de respostas, questões de múltipla escolha, opções de sim ou não e questões abertas. O primeiro bloco foi formado por 13 questões: duas direcionadas ao respondente, visando obter informações gerais sobre suas concepções de museus e hábitos de visitar esses espaços; e 11 com objetivo de verificar a opinião do respondente sobre a existência, a função, o reconhecimento e a valorização dos museus no âmbito da Universidade. No segundo bloco, foram priorizados os dados gerais do respondente: sexo, faixa etária, vínculo com a UFLA, escolaridade e data. Vale ressaltar que o questionário, antes de ser aplicado, foi avaliado por um **painel de especialistas**, no intuito de propiciar, nessa etapa inicial, a ‘calibração do questionário’ (Pinheiro et al, 2013), isto é, por meio da participação de profissionais e pesquisadores, priorizar e classificar as questões mais relevantes para o modelo de questionário utilizado, garantindo-lhe maior fidedignidade na representação do fenômeno investigado. Nesse sentido, o especialista representou uma perspectiva “específica sobre o assunto, a ser integrada com outras visões sobre o tema, e não implicando em palavra final ou definitiva a respeito dele” (Pinheiro et al., 2013, p.34). O questionário completo se encontra no Apêndice I.

Desse modo, o painel de especialistas foi composto por seis participantes, convocados por possuírem conhecimento sobre o assunto específico e afim dessa pesquisa: um mestre e um doutor em Administração Pública; três museólogas que

atuam em museus universitários; um doutor em Educação²⁰⁵. A seleção desse painel incluiu especialistas envolvidos com o meio acadêmico e que tivessem experiências no campo da museologia, educação e gestão universitária. A aproximação com esses especialistas foi realizada por meio de conversas e apresentação do objetivo desta pesquisa, através de reuniões e comunicação pela *Internet*, destacando, aqui, que todos os convidados se mostraram inclinados em participar do painel de especialistas. Esses profissionais selecionados fazem parte de diferentes grupos de pesquisa e instituições e contribuíram para a formação de um painel com características heterogêneas e multidisciplinares, a respeito do tema de pesquisa aqui apresentado.

No documento disponibilizado para os especialistas, cada questão do questionário foi ponderada a partir de uma ficha de avaliação com dois itens. No primeiro item de avaliação, orientou-se para analisar a adequação da questão ao construto teórico. Assim, utilizamos a escala Likert²⁰⁶ de 3 pontos: 0 para inadequado, 1 para parcialmente adequado e 3 para adequado (Vieira & Dalmoro, 2008). O segundo item de avaliação foi composto de um campo descritivo em que especialista pôde informar sua opinião em relação à questão elaborada. A versão final do instrumento de coleta de dados foi ajustada conforme as ponderações feitas pelos especialistas, apresentando 17 questões, conforme descrito.

O questionário também foi averiguado por um **pré-teste**, que consistiu em avaliar esse instrumento da pesquisa em uma pequena parte da amostra, antes de ser aplicado definitivamente, a fim de evitar que a pesquisa chegasse a um resultado falso (Marconi & Lakatos, 2002, p. 32). Essa avaliação permitiu verificar se o questionário oferecia três elementos fundamentais: “**Fidedignidade**, onde qualquer pessoa que o

²⁰⁵ Foi garantido o total anonimato dos participantes que compuseram este painel de especialista. Desse modo, detalharemos aqui apenas a formação acadêmica e a área de atuação destes. Na área da Administração Pública: o primeiro participante possui graduação em Sistema de Informação e Mestrado em Administração Pública, atuando como analista de sistema e professor em instituição de ensino superior; e o segundo possui graduação, mestrado e doutorado em Administração, atuando como professor universitários na área de Ensino em Administração Pública, Pesquisa em Tecnologias de Gestão e Políticas Públicas e Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade. Na área de Museologia, duas participantes possuem graduação e mestrado em Museologia, atuando em um museu universitário federal. Já a outra participante possui graduação em História e Doutorado em Museologia, atuando em um museu vinculado a uma universidade federal. O participante da área de Educação possui graduação em Pedagogia e mestrado e doutorado em Educação, atuando como professor em uma universidade federal.

²⁰⁶ Entendemos que escala de Likert se refere a um tipo de escala composta por um nível de concordância com uma afirmação e seu uso é recomendado para respostas psicométricas usadas em questionários estruturados de pesquisas de opinião (Likert, 1932).

aplique obterá sempre os mesmos resultados; **Validade**, na qual se verifica se os dados recolhidos são necessários à pesquisa; **Operatividade** verifica se vocabulário é acessível e de significado claro”. (Marconi & Lakatos, 2002, p. 100). O pré-teste realizado teve uma mensuração de aproximadamente 5% do tamanho da amostra, correspondendo à distribuição prévia de 20 questionários²⁰⁷ ao público alvo elencados para a pesquisa.

O **público alvo** selecionado para esta pesquisa piloto na Universidade foi a comunidade universitária²⁰⁸, formada por sujeitos sociais que possuem vínculo direto com a UFLA - discentes, servidores (docentes e técnico-administrativos) e funcionários terceirizados - uma vez que integram o patrimônio cultural universitário (União Europeia, 2005). Por meio da análise histórico-museológica, identificamos que os Museus da UFLA estão distanciados de seu público ‘mais próximo’, aquele que, cotidianamente, desenvolve atividades no Campus da Universidade, ou seja, os sujeitos sociais que integram a comunidade universitária.

Desse modo, partimos da constatação de que a relação com espaços e práticas culturais, como os Museus, é fruto de dinâmicas de socialização e não um ato natural. Sendo resultado de processos de constituição cultural, estar na Universidade não implica necessariamente que os Museus serão amplamente apropriados pelos sujeitos que integram o cotidiano da Instituição. Desse modo, diferentes variáveis como escolarização, sexo, idade, entre outros, representam aspectos importantes para compreendermos as formas distintas de uso e apropriação dos espaços e práticas museais. Nesse sentido, buscamos gerar informações para compreender a carência da demanda imediata de ir aos museus, por parte da comunidade universitária, fator que pode impactar na integração dos Museus na própria Universidade (Almeida, 2002).

Nesse viés, ao considerarmos a diversidade de públicos de museus proposta por Köptcke (2015), salientamos a necessidade do desenvolvimento de trabalhos futuros que abarquem as relações entre os Museus da UFLA e outras comunidades da cidade, complementando, assim, essas reflexões. Nesse momento, vale salientar que o público alvo tomado para esta investigação integra uma **população** formada por 16.619 pessoas,

²⁰⁷ Os questionários respondidos no pré-teste foram incorporados à amostragem definida para o estudo.

²⁰⁸ Compreendida com público que frequenta ou poderia frequentar a os Museus da UFLA; as pessoas que possuem vínculo direto com a UFLA e são servidas pelos Museus. Usuários reais e potenciais.

que corresponde o total de indivíduos que possuem vínculo direto com a UFLA como mostra a Tabela 1. Nesse viés, a UFLA é nosso **universo** de pesquisa.

Comunidade universitária da UFLA (com vínculo direto)						
Quantidade	Discentes		Servidores		Funcionários	Total
	Graduação	Pós-Graduação	Técnicos Administrativos	Docentes	Terceirizados	
	11.613	3.011	580	771	644	

Tabela 1. Quadro do quantitativo de pessoas com vínculo direto com a UFLA. Fonte: Sistema de acesso à informação (e-SIC), 24/06/2019.

Considerando a heterogeneidade do público alvo e visando ter a compreensão de todos os elementos dessa população, isso é, abarcar proporcionalmente os subgrupos²⁰⁹ formados pelos indivíduos com vínculo direto com a Universidade, adotou-se a **amostragem não probabilística**, na qual se pode formar uma amostra de indivíduos que representam uma população e que sejam escolhidos de acordo com suas características ou qualidades. (Marconi & Lakatos, 2003). Embora esse tipo de amostragem apresente algumas limitações, como a não-aplicabilidade de fórmulas estatísticas para correção de possíveis desvios; para esta pesquisa se mostrou mais adequado, pois oferece resultados extremamente úteis a um custo baixo e, com a variáveis escolhidas de forma correta, os resultados são totalmente confiáveis. Essa amostragem pressupõe três etapas:

- (1) classificação da população em termos de propriedades que se presume (ou se sabe) serem relevantes para a característica a estudar;
- (2) construção de um quadro da população a ser pesquisada, com a determinação relativa à amostra total, da proporção da população que deve ser colocada em cada

²⁰⁹ Os subgrupos são: Discentes, Servidores e Terceirizados.

classe ou; (3) a escolha pessoal do pesquisador, inteiramente livre (dentro dos parâmetros-quotas fixados), substituindo o sorteio aleatório (nominal ou personalizado) da técnica probabilista. (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223).

De tal modo, para a população da comunidade universitária da UFLA (total de pessoas: 16.619), o **tamanho da amostra**, entendida como o número de respondentes necessários para que os resultados sejam precisos e confiáveis (Freitas, 2000), foi de 376 respondentes, cuja distribuição do instrumento de pesquisa seguiu as proporções de acordo com os subgrupos, como pode ser observado na tabela 2. O tamanho dessa amostra foi definido para observamos um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5% (“Calcular e Converter”, 2019). Ressaltamos que foram incluídos os discentes de graduação e pós-graduação, servidores e os funcionários terceirizados, todos com mais de 16 anos de idade, de diferentes faixas etárias, sexo e níveis de escolaridade nas proporções apresentadas na Tabela 2.

Amostra: comunidade da UFLA (com vínculo direto)						
	Discentes		Servidores		Funcionários	Total
	Graduação	Pós-Graduação	Técnicos-Administrativos	Docentes	Terceirizados	
Quantidade	11.613	3.011	580	771	644	16.619
Subgrupos	70% (263 respondentes)	18% (66 respondentes)	3,6% (14 respondentes)	4,6% (18 respondentes)	3,8% (15 respondentes)	100%
Tamanho da amostra	376 respondentes					

Tabela 2. Plano de amostragem. Fonte: Elaborado pela autora, setembro de 2019.

Nessa conjuntura, foram distribuídos 400 questionários impressos no Campus Universitário da UFLA, considerando a proporcionalidade dos subgrupos. A distribuição dos questionários foi **aleatória simples**, isso é, qualquer membro da população alvo teve a mesma probabilidade de ser incluído na amostra. Uma vez preenchido, os questionários foram recolhidos, assim, 378 questionários foram considerados válidos e 22 inválidos. Dessa forma, consideramos como parâmetro para invalidação do questionário: não seguir as instruções de preenchimento presentes no questionário e não preencher as questões obrigatórias.

Nesse viés, para a análise dos dados, utilizamos técnicas multivariadas por meio de programas de computador e análises de interpretação histórica e museológica. Mais especificamente, realizamos a tabulação²¹⁰ dos dados coletados, por meio de um instrumento desenvolvido ao longo do estudo, para investigar a opinião de pessoas em relação aos espaços museológicos. Além disso, os dados coletados e sumarizados foram analisados em relação à conformidade das respostas dos entrevistados com a proposta do estudo. Por fim, os dados válidos para o estudo foram analisados no intuito de coletar informações visando compor um quadro inicial de público (Köptcke, 2012) para esses Museus, que pode ser mais bem aprofundado em pesquisas futuras. Ressaltamos que a aplicação do questionário foi realizada em 2019, do dia 04 de novembro a 20 de dezembro.

5.2. Resultados

Para delinear um perfil inicial desse público alvo, iniciamos a apresentação dos resultados dessa pesquisa com as dados dos respondentes, que corresponderam as questões 14, 15, 16 e 17 do questionário: sexo, faixa etária, tipo de vínculo com a UFLA e nível de escolaridade, para melhor situar as características do público alvo da pesquisa. Assim, de todas as respostas consideradas, 53% dos respondentes eram do sexo feminino, 46% do sexo masculino e 1% não quis indicar no sexo como pode ser visto na Tabela 3.

Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não informado	5	1
Masculino	173	46
Feminino	200	53
Total	378	100

Tabela 3. Distribuição dos participantes por sexo. Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

²¹⁰ “Entendida como um tipo de programa de computador que utiliza tabelas para realização de cálculos ou apresentação de dados. Cada tabela é formada por uma grade composta de linhas e colunas. O nome eletrônica se deve à sua implementação por meio de programas de computador.” Acesso em 23 de março de 2020, em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10500/10500_9.PDF.

Nesse instante, importante destacar que, como a variação percentual entre a frequência masculina e feminina é pequena, concluímos que não há diferenciação entre os sexos em relação à visita aos Museus e também à não visita. Vale ressaltar, aqui, uma lacuna do questionário, que se pautou em divisão binária de sexo, implicando a omissão de outras manifestações/transgressões de gênero, devendo ser aprimorado em estudos de público futuros.

Então, dos 378 respondentes, nenhum tinha idade inferior a 16 e maior que 61 anos, como pode ser observado no Gráfico 13. Os respondentes com faixa etária de 21 aos 40 foram os mais frequentes, correspondendo a 63% das respostas válidas. Os respondentes que se enquadraram na faixa etária de 16 a 20 anos representaram 31%. A participação de respondentes com idade superior a 61 anos foi nula.

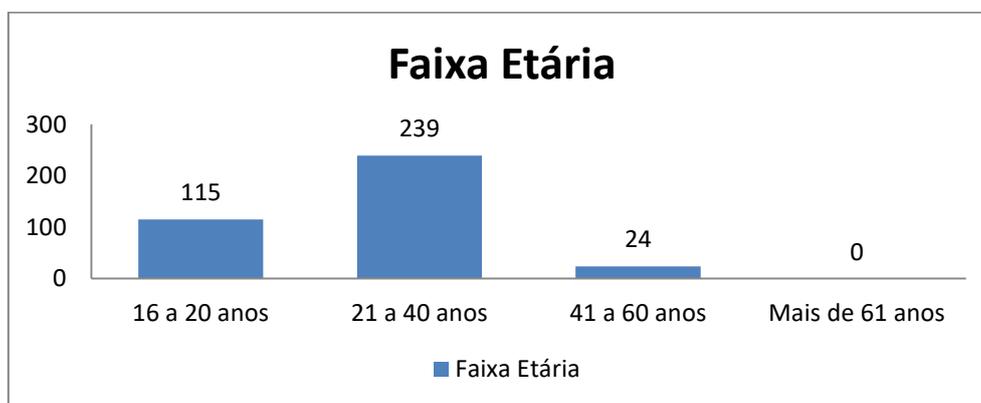


Gráfico 13. Faixa etária dos respondentes. Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Diante dessa conjuntura, a análise da amostragem seguiu a proporção de acordo com os subgrupos. Verificamos que 87% dos participantes são discentes de graduação e pós-graduação, 9% servidores - técnico-administrativos e docentes - e 4% são funcionários terceirizados como mostra o Gráfico 14. Essa proporção foi definida para que a amostragem fornecesse uma visão geral da opinião da comunidade universitária, podendo, em outras ocasiões, contribuir para o cruzamento de dados, de acordo com uma amostragem por quota, por exemplo, aprofundando a análise de acordo com cada subgrupo.

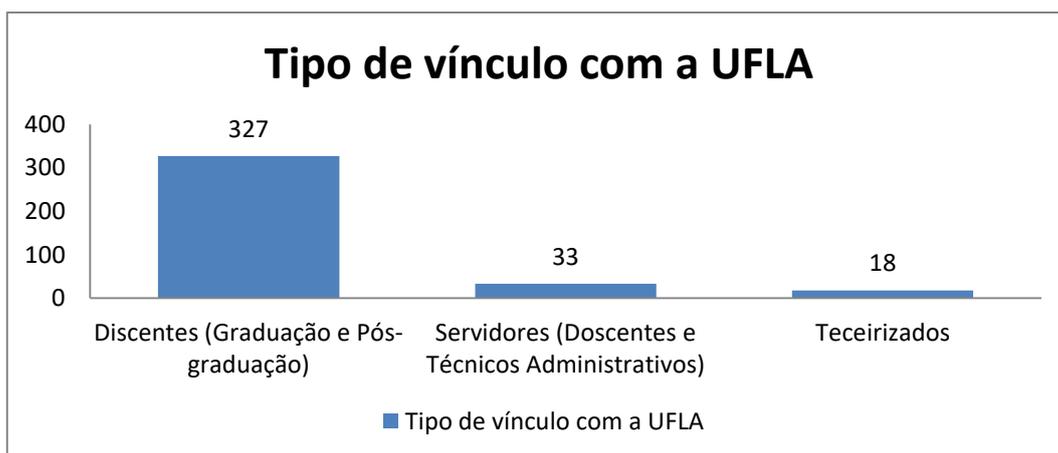


Gráfico 14. Tipo de vínculo dos respondentes com a UFLA. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Por fim, sobre a distribuição dos respondentes, de acordo com a escolaridade conforme, a Tabela 4, a maioria está cursando a graduação, possuindo ensino superior incompleto, correspondendo a 70% dos respondentes. Os participantes que estão cursando ou possuem pós-graduação correspondem a 19% - 14% mestrado e 5% doutorado. Cerca de 9% possuem o ensino superior completo. Além disso, 2% possuem ensino médio completo, 0,5% possui ensino médio incompleto e 0,5% possui o ensino fundamental completo. Não houve ocorrência referente aos itens ensino fundamental incompleto e não teve acesso à escolaridade, como verifica-se na Tabela 4.

Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não teve acesso a Escolaridade	0	0
Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto	0	0
Ensino Fundamental (1º grau) completo	1	0,5
Ensino Médio (2º grau) incompleto	1	0,5
Ensino Médio (2º grau) completo	7	2
Superior incompleto	263	70
Superior completo	34	9
Mestrado	54	14
Doutorado	18	5

Total	378	100
-------	-----	-----

Tabela 4. Distribuição dos participantes de acordo com a escolaridade. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Vale ressaltar que nesse estudo priorizamos uma caracterização geral do público, mas que em estudos futuros verifica-se a necessidade de se ampliar a variável de pesquisa, incluindo, por exemplo, Faixa de Renda e Cor/ Raça, para um delineamento mais completo do público alvo.

O questionário foi composto por 11 questões fechadas e duas abertas. Nesse bloco, adotamos como resultado e principais variáveis conclusivas as seguintes questões e objetivos: avaliar a opinião da comunidade quanto à sua concepção de Museu; se a comunidade sabe da existência e se já visitou os museus da UFLA; se os museus da UFLA são importantes para as atividades universitárias e se são valorizados pela comunidade e pela administração; e o que a comunidade universitária entende por função do museu. Cada questão será representada por um termo alfanumérico, no qual a letra **Q** é fixa, acrescida de um número correspondente à ordem do questionário. A título de exemplo, a primeira questão do instrumento é representada por Q1, a segunda por Q2 e assim sucessivamente.

Na questão ‘**Q1-O que é um museu para você?**’, o respondente pôde marcar até três (3) alternativas que considerasse mais importantes dentre dez opções de acordo com o Gráfico 15. As afirmativas ‘Espaço de cultura e arte’ e ‘Espaço de história e memória’ foram predominantes, correspondendo a 60%. Observamos que a maioria dos participantes associa a instituição museu à noção de cultura, arte, história e memória. A opção ‘Espaço de educação, comunicação e interação’ veio em seguida com 15%. A afirmativa ‘Espaço de coisas antigas’ abarcou 8% das respostas. Já as afirmativas ‘Espaço de divulgação científica’ e ‘Espaço de turismo e de valor econômico’ somaram 10% (5% cada). Somente 3% dos respondentes associaram o museu à afirmativa ‘Espaço de pesquisa, ensino e extensão’, sendo essa uma característica que deveria estar presente como função do museu universitário. As afirmativas ‘Espaço intimidador’ e ‘Espaço Sagrado’ corresponderam a 2% cada. Apenas 0,7% dos respondentes marcaram a afirmativa ‘Espaço sem importância e de pouca utilidade’.

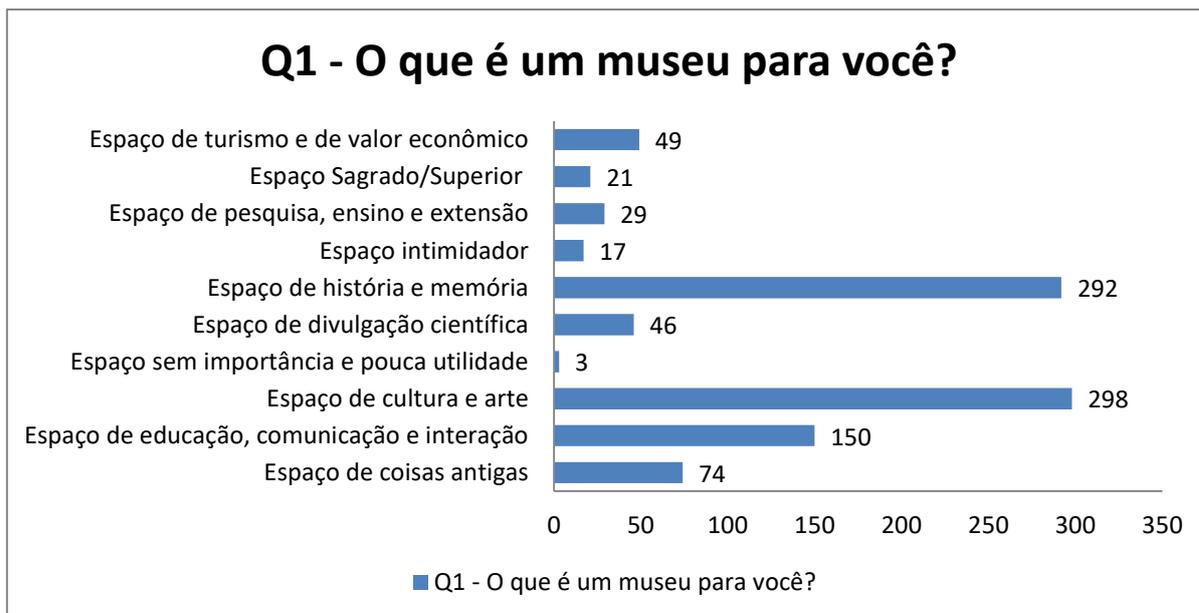


Gráfico 15. Distribuições das respostas da questão Q1 – O que é um museu para você?
 Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Dentre as opções apresentadas no questionário, é interessante sinalizarmos que a maioria da comunidade universitária possui uma percepção tradicional da instituição museu como espaço de ‘história e memória’ e de ‘cultura e arte’, voltado para o passado, um lugar de memória (Nora, 1993). Na Universidade, essa percepção do que seria um Museu pode elucidar como os próprios Museus da UFLA estão configurados na Instituição e como estão sendo reconhecidos pelo público universitário. Em outras palavras, esses espaços estão ‘provocando’ a comunidade acadêmica a pensar os Museus de forma abrangente, como articuladores das funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão? Ou estão reforçando a ideia de que museu se restringe ao edifício, às coleções, à história, à arte e à memória? Podemos inferir que a segunda questão ainda prevalece, no imaginário da comunidade universitária da UFLA, sendo um indicativo de que a Universidade, por meio de seus Museus, ainda não conseguiu gerar subsídios para se romper com esse ‘senso comum’ e situar esses espaços museais enquanto instrumentos de transformação social, articulados com a própria missão da Instituição. Ao mesmo tempo, percebemos que a comunidade universitária reconhece que os Museus são locais importantes dentro da Universidade, sinalizando que podem se constituir como espaços culturais úteis, apesar de ainda ser pouco ‘utilizados’ pela comunidade acadêmica. Vale ressaltar, ainda, que em pesquisas futuras, seria

interessante incluir nessa questão um item ‘outro’, seguido de ‘especifique’, dando, assim, ao respondente, uma maior opção de expressar sua opinião sobre o que ele entende sobre ‘museu’.

Na questão ‘**Q2 - Você já visitou algum museu fora de Lavras?**’ o respondente pôde marcar uma das alternativas, ‘Sim’ e ‘Não’. Em seguida, se ‘Sim’, foi pedido ao respondente informar um museu e onde estava localizado. Se ‘Não’, informar um museu que gostaria de visitar. O Gráfico 16 indica a distribuição de respostas. A maioria dos respondentes, 61%, afirmaram ter visitado algum museu, principalmente nos Estados: de Minas Gerais, com 21% dos respondentes, seguido de São Paulo, com 18% e Rio de Janeiro, com 6%. O percentual de 2,5% dos respondentes visitaram museus em outros países, como França, Inglaterra, Holanda, Argentina. Interessante observar que 39% dos respondentes da comunidade universitária afirmaram não ter visitado nenhum museu fora do município de Lavras (MG).

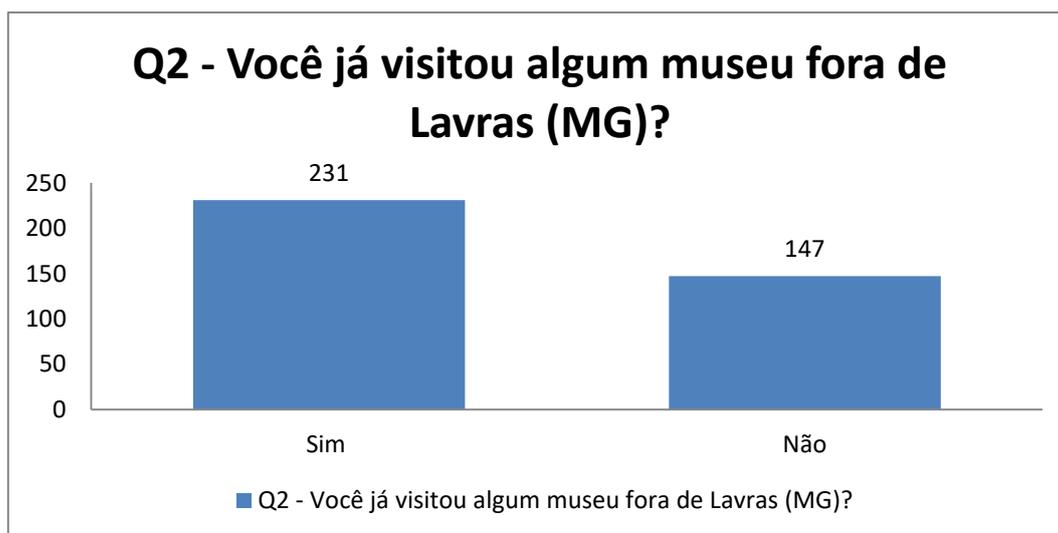


Gráfico 16. Distribuições das respostas da questão Q2 – Você já visitou algum museu fora de Lavras (MG)? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Por meio dessa informação, inferimos que os Museus da UFLA representam, em alguns casos, o primeiro contato que os membros da comunidade universitária têm com espaços museológicos. Esse resultado demonstra a relevância que esses espaços assumem frente à Universidade e à comunidade lavrense, como os principais

equipamentos culturais da região, embora, atualmente, venham passando por dificuldades operacionais como verificado por meio da análise histórico-museológica.

As questões três (3), quatro (4), cinco (5) e seis (6), do instrumento de pesquisa, buscaram compreender como público alvo se apropria dos Museus da UFLA atualmente. Desse modo, chamamos a comunidade universitária para opinar sobre esses espaços museais no intuito de compreendermos porque há esse distanciamento entre os museus da UFLA e esse público.

Na questão ‘**Q3 – Já visitou os Museus da UFLA?**’ o respondente pôde marcar uma das duas opções, ‘Sim’ ou ‘Não’. Também foi distinguido o MBM-UFLA e o MHN-UFLA, uma vez que o indivíduo poderia: ter visitado os dois Museus; visitado apenas um dos Museus; não ter visitado ambos os Museus. Como demonstra o Gráfico 17, a maioria dos respondentes ‘Não’ visitou os museus da Universidade, correspondendo a 59% no MBM-UFLA e 58% no MHN-UFLA. O MHN-UFLA foi o mais visitado, com 42%, seguido do MBM-UFLA, com 40%.

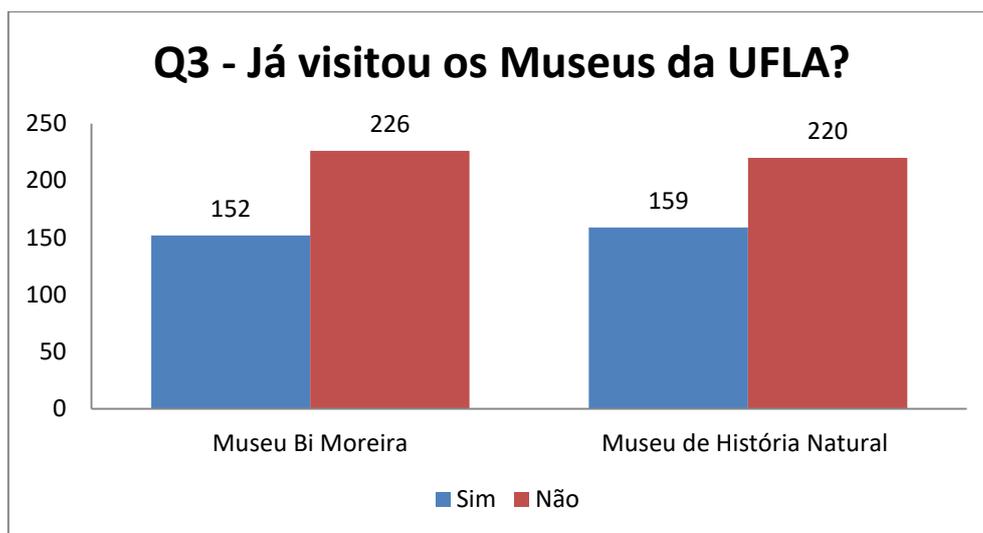


Gráfico 17. Distribuições das respostas da questão Q3 – Você já visitou os Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Assim, o fato dos Museus estarem em uma localização favorável e de valor patrimonial, como o CH-UFLA, parece não ser suficiente para atrair a atenção da comunidade universitária, no intuito de visitarem e se apropriarem dos Museus. Aqui ficam os seguintes questionamentos: Esses Museus não são atrativos para essa comunidade? As programações desenvolvidas nesses espaços estimulam esse público a

se apropriarem dos Museus também como usuários? Como analisado anteriormente, não fica claro que públicos os museus da UFLA pretendem atingir, com o desenvolvimento de ações pontuais - dada a situação atual em que se encontram-, principalmente voltadas para a visitação nas exposições permanentes – direcionadas, prioritariamente, ao público escolar e não universitário-, e a atividades relacionadas a projetos de extensão universitária. Isso demonstra a necessidade de elaboração de programações que produzam outros conhecimentos e estimulem a comunidade universitária a irem aos Museus da UFLA, não só como visitantes, mas como usuários, assim como vão à Biblioteca Universitária, para pesquisar, estudar, discutir. Aqui voltamos a uma questão fulcral e que permeia toda essa discussão, qual seja, a necessidade de investimentos na modernização desses Museus e ampliação do quadro pessoal, para que se consiga desenvolver, no âmbito da Universidade, todos os processos museológicos pretendidos para um museu universitário (Bruno, 1999; Mendonça, 2017; Santos, 1999). Esse é um caminho para que esses espaços ultrapassem a característica de ‘estáticos’ e consigam atingir sua função social como produtores dialógicos de conhecimento.

Na ‘**Q4 – Como soube da existência dos museus na UFLA?**’ o respondente pôde marcar até três (3) opções de seis (6), a saber: na escola; na universidade; pela família; por amigos; por meio da imprensa/ internet; não sabia da existência; outros - sendo necessário nessa opção preencher o campo com a descrição. A maioria dos respondentes soube da existência dos Museus na própria Universidade, correspondendo a 62%. Em seguida, ‘por amigos’, com 27%. A opção ‘na escola’ correspondeu a 24%. Já a opção ‘por meio da imprensa/ internet’, abarcou 15% dos respondentes. Observamos que 11% dos respondentes não sabiam da existência dos Museus, mesmo frequentando diariamente a UFLA, seja como discentes, servidor ou terceirizado. Em seguida, temos a afirmativa ‘pela família’, correspondendo 8%. Na opção ‘outros’, que correspondeu a 5% dos respondentes, as descrições foram variadas: através da Semana de Calouros²¹¹, do CONEX²¹², de visita ao Campus Histórico da UFLA, por fazer aula

²¹¹ Evento anual organizado pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG-UFLA), que busca integrar os novos estudantes e apresentar as estruturas dos cursos e da Universidade.

²¹² O evento anual organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC-UFLA), que tem por finalidade trazer ao conhecimento e à apreciação da comunidade universitária os resultados dos variados projetos de extensão da UFLA.

perto - evidenciando as diferentes formas de disseminar informações sobre os Museus. Essas informações podem ser vistas no Gráfico 18.

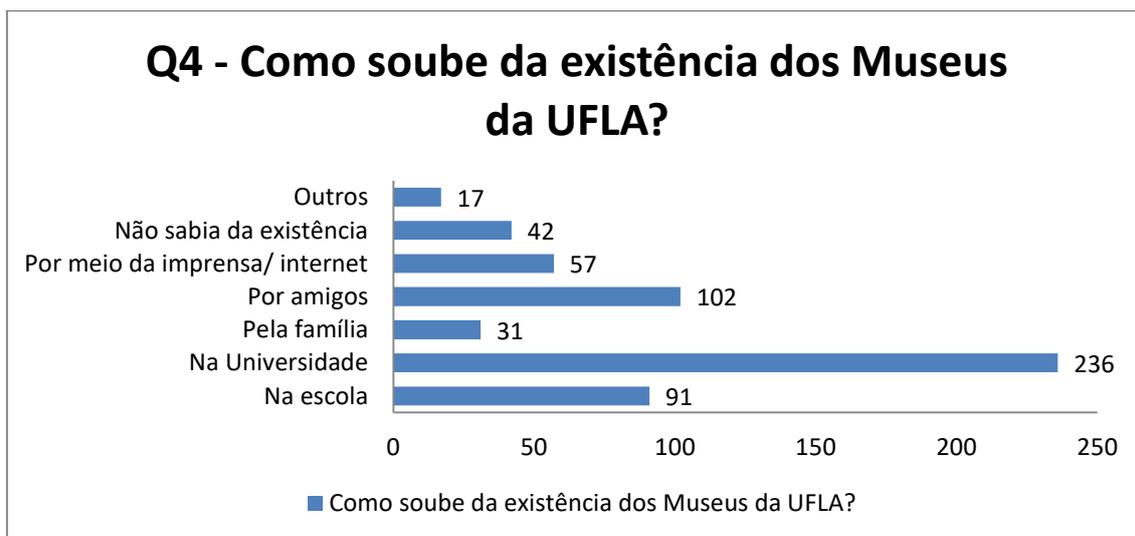


Gráfico 18. Distribuição das respostas da questão Q4 – Como soube da existência dos Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Essas informações nos permite verificar que saber da existência de Museus, na Universidade, não necessariamente incorre em que esses espaços sejam visitados, ou seja, a maioria dos respondentes sabe que há Museus na Universidade e essa maioria nunca visitou esses espaços. Vale reforçar que, nesse caso, o nosso público alvo é justamente composto por sujeitos sociais que possuem vínculo direto com a Universidade, estando cotidianamente no Campus Universitário. Desse modo, o porquê de não frequentarem esses Museus pode estar atrelado ao processo de isolamento pelo qual esses espaços vêm passando dentro da própria Universidade, e mais, pode ser decorrente da situação atual em que se encontram os museus, Bi Moreira e de História Natural, caracterizada pela necessidade urgente de requalificação e de formação de um quadro de profissionais condizente com as especificidades e demandas desses espaços. Nesse sentido, fica demonstrado que publicizar os Museus não é suficiente, sendo necessário que a Universidade crie os laços afetivos e incorpore, de fato, esses Museus em sua estrutura organizacional como atividade fim.

Para os respondentes que visitaram os Museus, buscamos aprofundar a análise para identificar a frequência com que vão aos Museus e os motivos que os levam a visitarem esses espaços. Essas informações poderão auxiliar no desenvolvimento de

ações que estimulem a comunidade não apenas a visitar os Museus, mas a tornar frequentadora desses espaços, usuária²¹³ do patrimônio museológico da Universidade.

Como observado no Gráfico 19, os resultados da questão ‘**Q5- Quantas vezes visitou os Museus da UFLA?**’ demonstram que a maioria dos respondentes –visitantes – foi aos Museus ‘apenas uma vez’, correspondendo a 51% no MBM-UFLA e 46% no MHN-UFLA. Os visitantes que foram ‘De 1 a 5 vezes’, corresponderam a 34% no MBM-UFLA e 37% no MHN-UFLA. Por fim a opção ‘Mais de 5 vezes’, correspondeu a 13% no MBM-UFLA e 14% no MHN-UFLA.

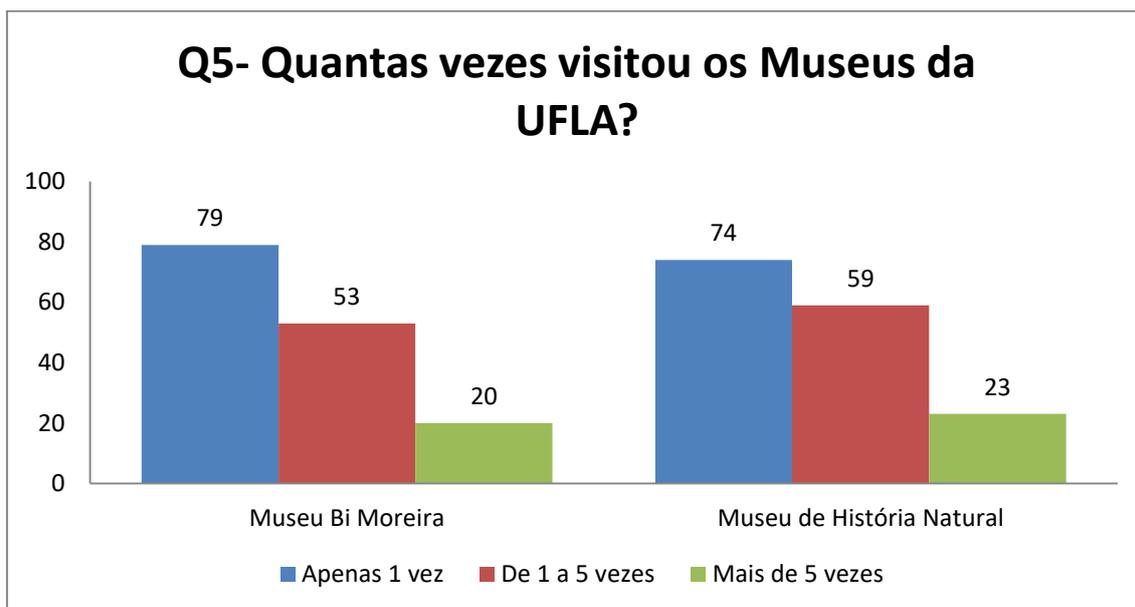


Gráfico 19. Distribuição das respostas da questão Q5 – Quantas vezes visitou os Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Essas informações sinalizam que pode estar havendo pouco estímulo para o visitante voltar aos Museus, muito provavelmente devido à ‘continuidade’ das exposições e à carência de uma programação diversificada e frequente, para além dos eventos nacionais como a Semana de Museus e a Primavera dos Museus. A elaboração de exposições temporárias também é uma estratégia interessante para estimular que o visitante se torne um frequentador do museu, além de atrair novos públicos. Foi possível perceber no MBM-UFLA a relevância que esse tipo de ação assumiu como forma de resistência ao fechamento total do Museu. Inclusive as curadorias colaborativas

²¹³ Entendemos o termo ‘usuário’ como aquele que ‘usa o serviço’, ou seja, que se apropria do espaço de forma dialógica.

realizadas fomentaram o estreitamento das relações entre Museu, Universidade e comunidades – tanto a universitária como a geral.

Na questão ‘Q6 – O que te levou a visitar os Museus da UFLA?’, o respondente teve a possibilidade de marcar até duas das cinco opções de respostas: Atividade acadêmica; Curiosidade; Exposição/ evento/ atividade; Passeio/ Lazer; Outros. Caso o respondente tenha marcado a opção ‘outros’, foi necessário preencher o campo com a descrição. No MBM-UFLA 36% dos respondentes visitaram esse espaço museal por ‘curiosidade’ e 35% foram ao Museu por ‘lazer/ passeio’. Já 34 % foram ao espaço por motivação ‘acadêmica’ e 33% visitaram o Museu em função de ações como ‘exposições/ eventos/e atividades’. Por fim, 4% dos respondentes marcaram a opção ‘outros’, apresentando as seguintes descrições: “estava passando por ali”; “tinha aula ali perto”. No MHN-UFLA, 40% dos respondentes visitaram o espaço por motivação ‘acadêmica’ e 35% por ‘curiosidade’. Os respondentes que foram ao Museu por motivo de lazer/ passeio corresponderam a 29%. Já 25% dos respondentes visitaram o Museu devido a ações como ‘exposição/ eventos/ atividades’. Por fim, 2% estiveram no espaço por ‘outros’ motivos: SIC “tava fazendo aula ali perto e passei no museu”; “fui na PRAEC e passei lá”. No Gráfico 20 observamos as informações sobre a Q6.

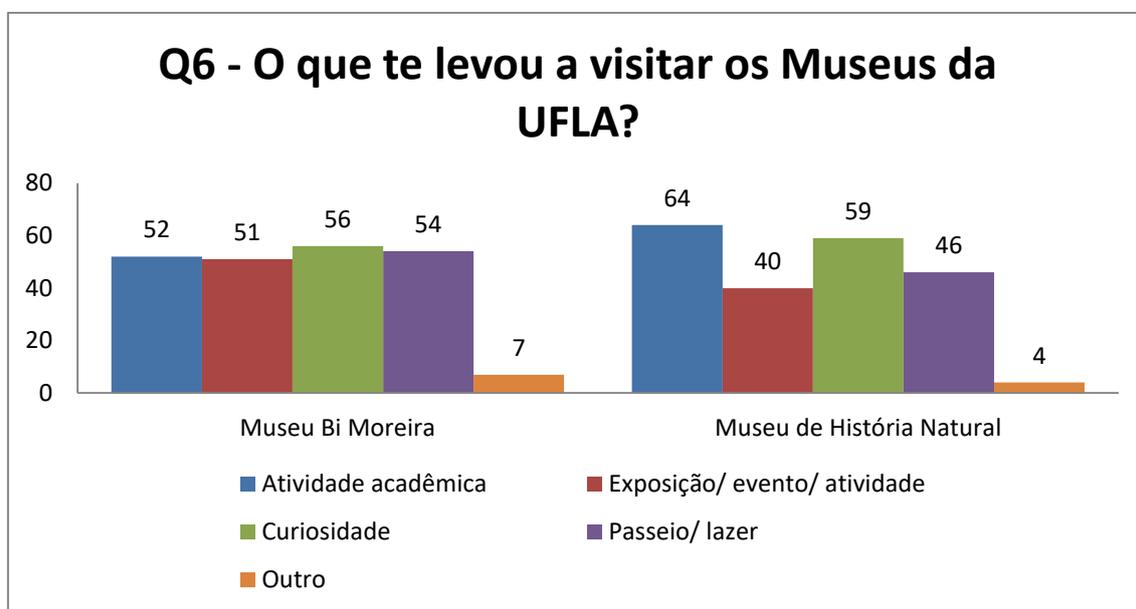


Gráfico 20. Distribuição das respostas da questão Q6- O que te levou a visitar os Museus da UFLA? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nesse sentido, como os Museus da UFLA apresentam tipologias diferentes, instigam motivações distintas. Analisando as respostas, podemos perceber que a frequência aos Museus foi motivada no MBM-UFLA pela ‘curiosidade’, ‘passeio/ lazer’ e ‘acadêmica’ se destacam como principais motivações. Se ponderarmos que as idas motivadas por curiosidade também envolvem o uso do tempo livre, também podemos aproximá-las a uma atividade de lazer e passeio. Por conseguinte, a frequência ao Museu pelas pessoas pesquisadas está associada com o uso do tempo livre para lazer e diversão. No MHN-UFLA, percebemos que a principal motivação para a visita foi a ‘acadêmica’, que também pode estar relacionada com o papel que esse espaço museal vem desempenhado como articulador de atividades acadêmicas que ora são desenvolvidas ‘com’ o Museu e ora ‘no’ Museu, como foi possível verificarmos com a análise de seu processo histórico-museológico.

Ainda no bojo dessa pesquisa, buscamos identificar elementos que forneçam um panorama sobre os motivos para a comunidade universitária não visitar os Museus da UFLA. Desse modo, aos respondentes que marcaram nas questões anteriores a opção ‘Nunca visitei’ foi perguntado: **‘Q7- Qual o motivo de não ter visitado os Museus da UFLA?’**. Por se tratar de um instrumento de pesquisa semiestruturado, o respondente teve a possibilidade de marcar uma entre seis opções: falta de tempo; horário de funcionamento dos museus; falta de oportunidade; por achar que era pago; não tive interesse; e outros. A maioria marcou a opção ‘Falta de oportunidade’, correspondendo a 35%. Em seguida, com 24%, aparece à opção ‘Falta de tempo’. Com 18% cada, aparecem às opções: ‘Horário de funcionamento’ e ‘Não tive interesse’. A opção ‘Outros’ correspondeu a 4%, apresentando como justificativa “não sabia da existência”. Ainda nessa questão, 1% marcou a opção ‘Por achar que era pago’. As informações referentes à Q7 estão apresentadas no Gráfico 21.

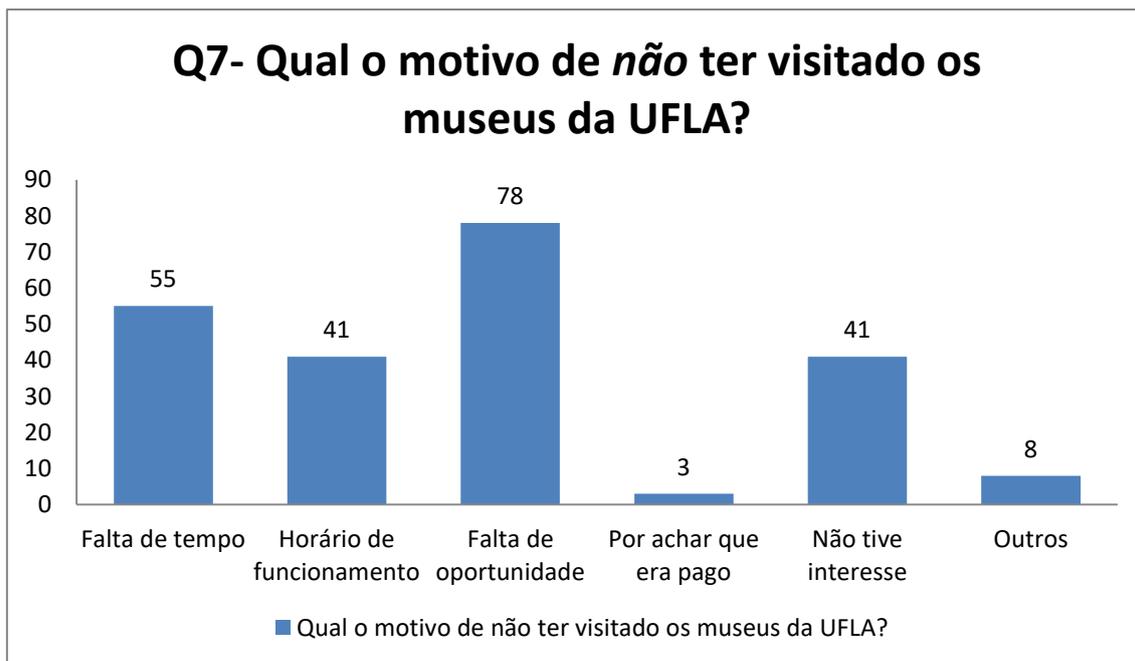


Gráfico 21. Distribuição das respostas da questão Q7- “Qual o motivo de não ter visitado os museus da UFLA?”. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No caso das respostas para a não frequência, encontramos a ‘falta de oportunidade’ como uma justificativa principal. Como pode ser interpretada essa ‘falta de oportunidade’? Estariam as pessoas dedicando o tempo livre a outras atividades culturais, acadêmicas e de lazer? Ou ainda, essa resposta é apenas um pretexto neutro ou amigável dirigido ao entrevistador, diante da incapacidade, de encontrar uma resposta para uma pergunta que o respondente nunca se fez? A situação é complexa e somente uma pesquisa qualitativa poderia contribuir para aprofundar essas questões. Aqui fica o indicativo de que um dos grandes desafios é criar oportunidades para que o público se faça presente e atuante nos espaços museais da Universidade. Por tratarmos aqui da comunidade universitária, uma possibilidade real é estreitar as ações dos Museus com as atividades acadêmicas, por meio de projetos de pesquisa e extensão que se construam no diálogo entre o ensino formal e o ensino não-formal. Assim, considerando a diversidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade e a natureza dinâmica dos Museus, existe um caminho de aproximação onde as atividades acadêmicas podem ser pensadas em diálogo com o lazer, considerando todos os potenciais criativos e recreativos dos Museus. Nesse viés, é necessário que a Universidade, a partir dos Museus, crie, de fato, mecanismos e estratégias, para que

esses espaços museológicos articulem em suas atividades, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ainda a análise da Q7, verificamos que a resposta “não tive interesse” ocupa o terceiro lugar das justificativas para a não ida aos Museus, juntamente com o ‘horário de funcionamento’. Esse ‘não se interessar’ pode envolver dois pontos principais: 1- uma dificuldade em acessar e desfrutar dos bens culturais museológicos gerados por uma carência de meios necessários para decodificar os semióforos presentes no patrimônio musealizado (Köptcke, 2005; Pomian, 1984); Ou mesmo, 2- um desinteresse aos Museus mesmo que consciente sobre todo o processo de decodificação das informações, ou seja, o mais simples desinteresse. Assim, a primeira situação, permeada por distanciamento simbólico, pode ser mediada por meio da modificação dos modos de musealização tradicionais, assim como oferecendo instrumentos e conhecimento sobre o processo de formação das coleções e musealização do acervo. Na segunda situação, o de verdadeiro desinteresse, não requer o aprofundamento da pesquisa por um viés qualitativo, que além de compreender a motivação da ‘falta de interesse’, construa com esses indivíduos ações museais que ‘provoquem’ o interesse. Ressaltamos que os dados coletados por esta pesquisa não permitem mensurar os dois casos apontados.

Para a questão **‘Q8 - Em sua opinião, quais são as funções dos museus da UFLA?’** foram apresentadas as seguintes opções para as funções: Preservação da memória institucional e local; Divulgação científica; Contribuição com o ensino, pesquisa e extensão; Lazer, entretenimento e cultura; Representação da Comunidade universitária; Espaços de conhecimento, desenvolvimento social, cidadania, debates e interação; Pouca ou nenhuma função para a Universidade; Outra. O respondente pôde marcar até três opções, sendo necessário preencher o campo com a descrição no item ‘outra’. A maioria dos participantes escolheu a opção ‘Preservação da memória institucional e local’, correspondente a 29%. A opção ‘contribuição com o ensino, pesquisa e extensão’ foi a segunda mais escolhida, representando 21%. A terceira opção mais escolhida, ‘Espaço de conhecimento, desenvolvimento social, cidadania, debates e interação’, correspondeu a 18% das respostas válidas. Já a opção ‘Lazer, entretenimento e cultura’ apresentou uma taxa de 17% das respostas válidas. Ao passo que 10% dos respondentes sinalizaram a opção ‘Divulgação científica’. Apenas 4% marcou a opção ‘Representação da comunidade universitária’. Na opção ‘Outra’, com

1% das respostas válidas, os respondentes assinalaram ‘lugares de saberes’, ‘de conhecimento’, ‘despertam curiosidades’, ‘guarda coisas antigas’. Por fim 0,5% apontou a opção ‘Pouca ou nenhuma função para a Universidade’. O Gráfico 22 mostra os dados sobre a opinião da comunidade sobre as funções dos museus tutelados pela UFLA.

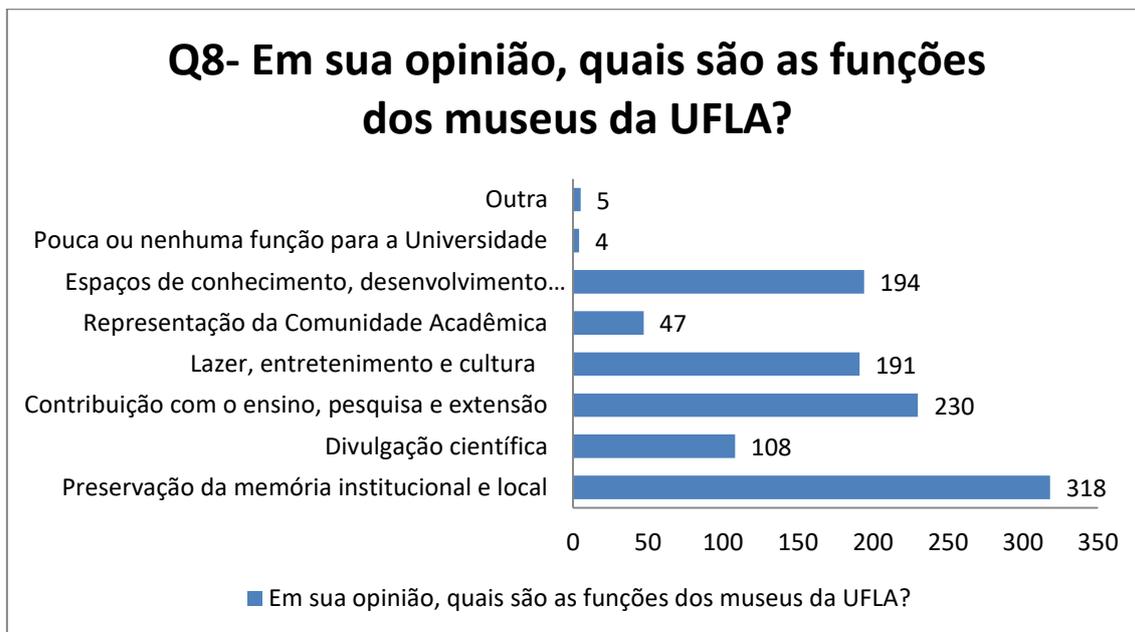


Gráfico 22. Distribuição das respostas da questão Q8 – Em sua opinião, quais são as funções dos museus da UFLA? Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

É interessante observar que, ao cruzarmos as informações, entre a Q1 e Q8, percebemos que a comunidade universitária na Q1, preponderantemente, assinalou que o Museu se trata de um lugar de ‘memória, história, cultura e arte’. Somente 3% assinalou na Q1 que o Museu é espaço de ‘ensino, pesquisa e extensão’. Conquanto, 29% da comunidade universitária, ao ser questionada na Q8 sobre as funções dos Museus na UFLA, afirma que esses locais devem desenvolver o ‘ensino, pesquisa e extensão’. Aqui observamos que a comunidade universitária sinaliza que o museu, vinculado a uma universidade, nesse caso a UFLA, apresenta funções específicas que o difere dos ‘outros museus’, qual seja: articular aos processos museológicos o ensino, a pesquisa e a extensão - que devem ser indissociáveis na universidade pública. Logo, o museu universitário deve refletir a missão da própria Universidade, como instrumento

articulador do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e produtor de conhecimentos a serviço de todas as comunidades, assumindo, assim, suas responsabilidades sociais (Bruno, 1997).

Na questão ‘**Q9 – Você acredita que os museus da UFLA exercem as seguintes funções**’, analisamos qual a opinião da comunidade universitária sobre a frequência das funções dos museus da UFLA, seguindo as opções apresentadas na questão anterior, acrescidas dos seguintes itens: Sim; Não; Parcialmente; Não sei opinar. O respondente pôde marcar somente uma opção de cada subitem. Essas funções apresentadas consideraram a definição de Museu presente no Estatuto de Museus (2009), as discussões no campo da Museologia sobre os papéis dos museus nas sociedades e as especificidades dos museus universitários como articuladores do ensino, pesquisa e extensão, conforme demonstrado no Gráfico 23.

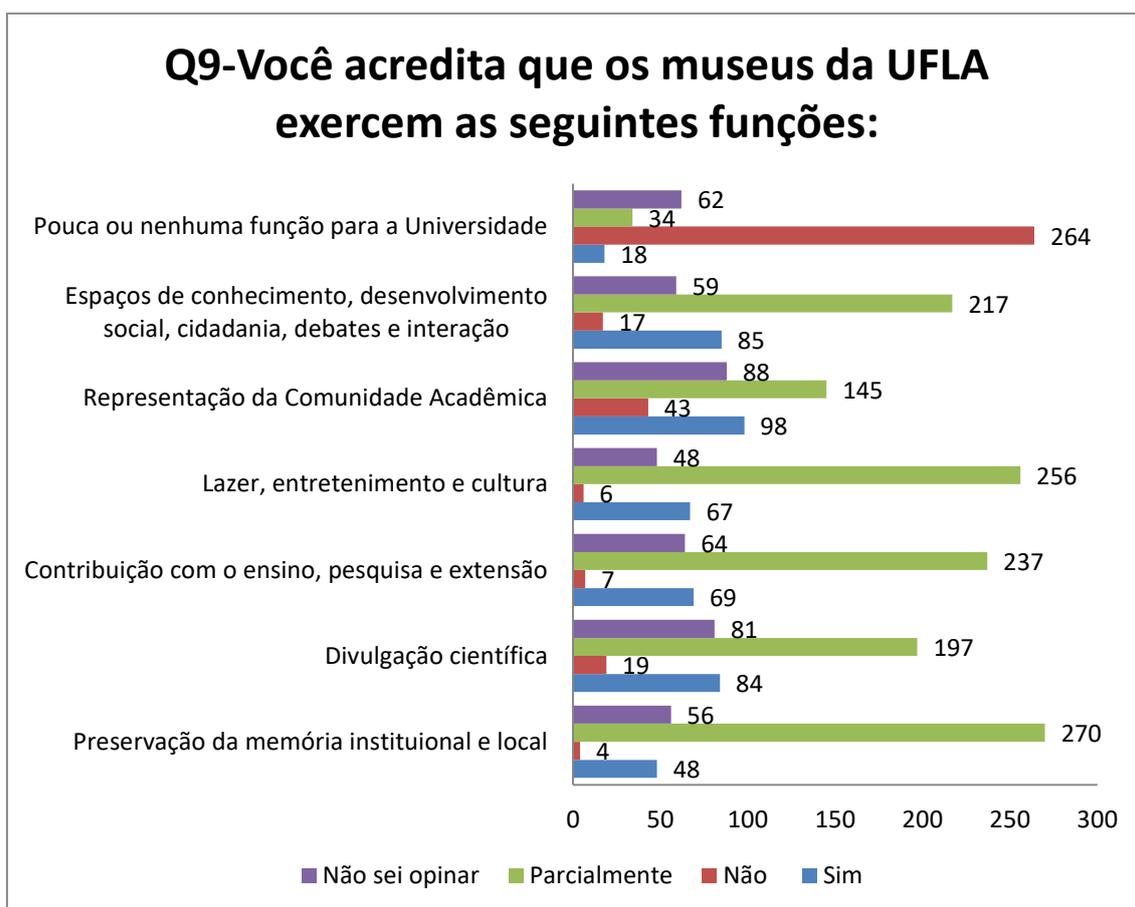


Gráfico 23. Distribuição das respostas da ‘Q9 Você acredita que os museus da UFLA exercem as seguintes funções’. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As afirmativas da Q9 apresentaram as seguintes frequências relativas (%):

- Preservação da memória institucional e local: ‘parcialmente’, 71%; ‘não sei opinar’, 14,8%; ‘sim’, 12,6%; ‘não exercem’, 1%.
- Divulgação científica: ‘parcialmente’, 52%; ‘não sei opinar’, 21%; ‘sim’, 21%; ‘não’, 5%.
- Contribuição para o ensino, pesquisa e extensão: ‘parcialmente’, 63%; ‘sim’, 18%; ‘não sei opinar’, 17%; ‘não’, 2%.
- Lazer, entretenimento e cultura: ‘parcialmente’, 68%; ‘sim’, 18%; ‘não sei opinar’, 18%; ‘não’, 1%.
- Representação da comunidade universitária: ‘parcialmente’, 39%; ‘sim’, 26%; ‘não sei opinar’, 24%; ‘não’, 11%.
- Espaço de conhecimento, desenvolvimento social, cidadania, debates e interação: ‘parcialmente’, 57%; ‘sim’, 22%; ‘não sei opinar’, 16%; ‘não’, 5%.
- Pouca ou nenhuma função para a Universidade: ‘os museus **não** são locais de pouca ou nenhuma função’, 70%; ‘não sei opinar’, 16%; ‘parcialmente’, 9%; ‘os museus são locais de pouca ou nenhuma função para a Universidade’, 5%.

Embora a maioria dos respondentes **não tenha** visitado os Museus da UFLA, como ficou evidenciado com o resultado da Q3, cerca de 60% da comunidade universitária foi consenso que os Museus da UFLA vêm exercendo, **parcialmente**, as funções assinadas na Q9, correspondendo a uma média de aproximadamente 70% dos respondentes. Esse resultado indica, a nosso ver, que a comunidade universitária reconhece que os Museus da UFLA não estão desenvolvendo plenamente suas funções, podendo ser compreendidos como “experiências de segunda categoria” (Bruno, 1997, p. 49). Dessa forma, o desafio da administração da Universidade é reverter essa percepção que a comunidade universitária faz dos Museus, o que perpassa, necessariamente, pela incorporação desses Museus na estrutura organizacional da UFLA, como instrumentos de produção do conhecimento.

Na ‘**Q10 – Você considera que esses museus universitários podem fomentar atividades de pesquisa, ensino e extensão?**’, a maioria considera que os Museus podem fomentar atividades de pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para se pensar

as funções da universidade hoje, correspondendo a 78%. A opção “parcialmente” correspondeu a 11%. A opção ‘não sei opinar’, correspondeu a 8% das respostas válidas. Apenas 3% acreditam que os Museus ‘não’ fomentam atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. O Gráfico 244 apresenta as informações referentes à Q10.

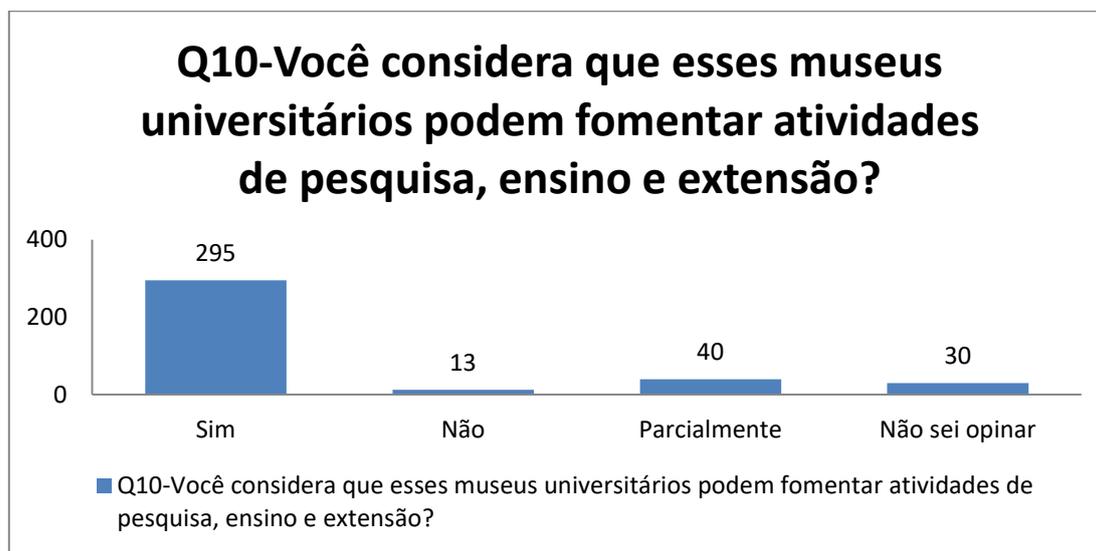


Gráfico 24. Disposição das respostas da questão Q10 – Você considera que esses museus universitários podem fomentar atividades de pesquisa, ensino e extensão? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Analisamos, também, a opinião da comunidade universitária sobre o reconhecimento e a valorização dos museus da UFLA como locais articuladores do ensino, pesquisa e extensão, por meio da questão ‘**Q11- Existe o reconhecimento e valorização dos museus da UFLA como locais importantes para o ensino, pesquisa e extensão?**’. De acordo com o Gráfico 25, a maioria marcou opção ‘Parcialmente’, correspondendo a 38% as respostas válidas. Em seguida, com 22% veio à opção ‘Não’. Os que não souberam opinar corresponderam a 21%. E, por fim, 19% dos respondentes escolheram a opção ‘Sim’.

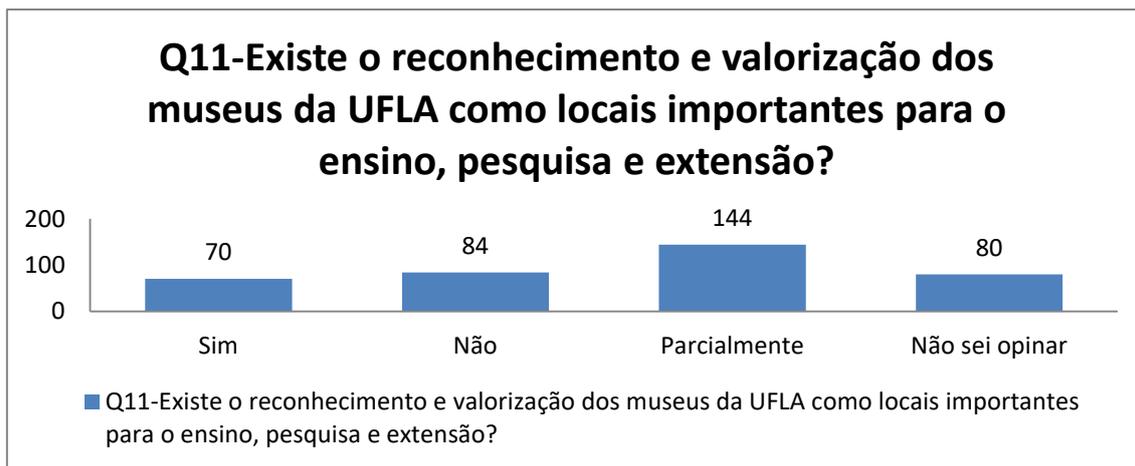


Gráfico 25. Disposição das respostas da questão Q11 – Existe o reconhecimento e valorização dos museus da UFLA como locais importantes para o ensino, pesquisa e extensão? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Percemos que o desafio institucional permanece, haja vista que, para a maioria dos respondentes, o reconhecimento da importância dos Museus da UFLA para o tripé universitário ocorre parcialmente dentro da Universidade. Nesse sentido, medidas emergenciais têm que ser tomadas para que os Museus da UFLA saiam dessa zona de isolamento e sejam apropriados institucionalmente como instrumentos de produção de conhecimentos.

O instrumento de pesquisa apresentou também duas questões abertas cujas respostas foram opcionais. Sobre a questão ‘**Q12 - O que falta e/ ou poderia mudar nos museus da UFLA?**’, a maioria dos respondentes não opinou, correspondendo a 38%. Seguindo de 20%, que sugeriram ‘maior divulgação’ dos Museus. Já 14%, sugeriram ‘ampliar do horário de funcionamento dos museus’ (incluindo os finais de semana). As sugestões sobre ‘ampliar eventos e exposições’ corresponderam a 13%. 12% apontaram para o ‘maior investimento’ nos Museus. 7% ‘aproximar os Museus das comunidades universitária e externa’. Por fim, 3% apontaram para a necessidade da ‘reabertura do Museu Bi Moreira’²¹⁴. O Gráfico 26 apresenta seis itens que estiveram presentes na filtragem das respostas abertas.

²¹⁴ Como analisado anteriormente, o MBM-UFLA encontra-se parcialmente aberto desde 2014.

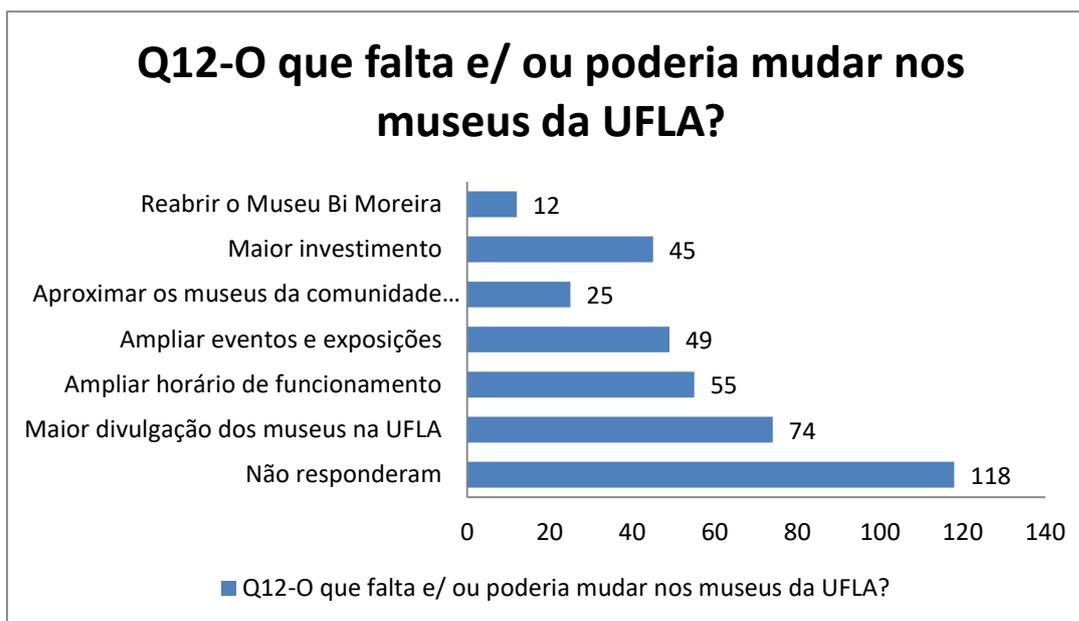


Gráfico 26. Disposição das informações da questão Q12 – O que falta e/ ou poderia mudar nos museus da UFLA? Fonte: Elabora pela autora, 2020.

Interessante observar que a maioria da comunidade universitária que opinou na Q12 apontou para a necessidade de ‘maior divulgação dos Museus’ como aspecto que ‘falta’ e poderia ser ‘mudado’. Embora 62% dos respondentes tenham afirmado que souberam da existência dos Museus na própria Universidade, como ficou evidenciado nos resultados da Q4. Inferimos que essa ‘maior divulgação’ possa estar atrelada a uma ‘maior programação’ de atividades com opções culturais que incluam tanto o público externo como o público acadêmico. Igualmente chamamos a atenção para o fato de parte significativa de a comunidade universitária ter apontado para a necessidade de maiores investimentos nos Museus da UFLA, que, claro, reverbera diretamente na modernização desses espaços e no desenvolvimento de atividades condizentes com as expectativas desse grupo. Nesse viés, a administração da Universidade deve tomar para si o papel de protagonista em superar os desafios que acometem os seus Museus. E, para isso, o diálogo direto com as comunidades universitária e externa é fundamental para que as transformações sejam inclusivas e estruturais.

Por fim, na questão ‘**Q13 – Você recomendaria os museus da UFLA para outras pessoas? Motivo?**’, a maioria dos respondentes não opinou, correspondendo a 52%. 38% opinaram que ‘sim, claro, recomendaria’, mas não apontaram os motivos.

7% disseram que “não recomendaria os museus”. 2%, disseram que “sim, dependendo da exposição”. Por fim, 1% apontou “não sei opinar”. As informações foram sintetizadas no Gráfico 27.

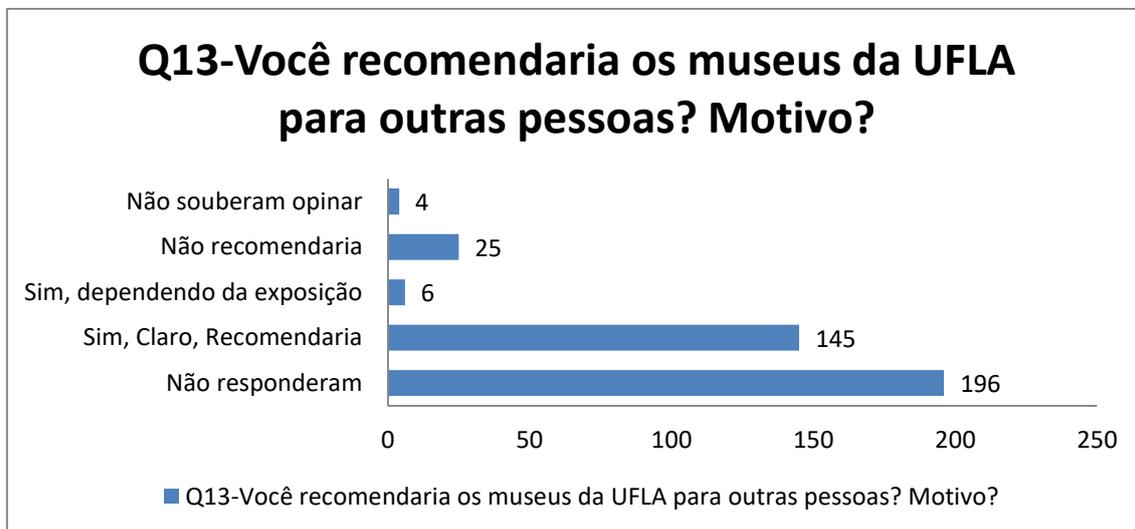


Gráfico 27. Disposições das informações da questão Q13 – Você recomendaria os museus da UFLA para outras pessoas? Motivo? Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Essa pesquisa de público veio confirmar, mediante a opinião da comunidade universitária, que esses Museus não vêm cumprindo suas funções museológicas de forma satisfatória, apesar de possuírem um grande potencial como instrumentos para reflexões pautadas em princípios democráticos e transformadores, permeadas por novos paradigmas que, possibilitem olhares ampliados, assim como, o diálogo entre os diferentes saberes disciplinares e populares. Assim, em meio às adversidades elencadas, cabe, a nosso ver, à Universidade (re)inserir esses Museus em sua estrutura, de forma sistemática, para que possam cumprir suas funções e responsabilidades sociais.

5.3. Discussões

Ao colocarmos a opinião do público no centro da discussão, percebemos que os processos histórico-museológicos protagonizados pelos Museus da UFLA e a situação atual em que se encontram esses espaços impactam diretamente na forma como a comunidade universitária se apropria e representa sua relação com o MBM-UFLA e o MHN-UFLA.

Nessa perspectiva, partindo da análise dos perfis característicos encontrados na pesquisa de opinião, o público entre 21 e 40 anos foi predominante, sendo uma pequena maioria feminina. Sobre o nível de escolaridade, seguindo a proporção da amostragem, a maioria declarou estar cursando a graduação (superior incompleto) e, entre os terceirizados, a maioria declarou ter o Ensino Médio completo. Essas informações são relevantes e devem ser consideradas em análises futuras, visando criar atividades museais que consigam abarcar os diferentes públicos que existem na própria Universidade.

Nesse momento, vale elucidar que, ainda que essa análise tenha considerado a comunidade universitária como um todo, ou seja, como a população analisada, apresentando distinções entre os subgrupos apenas para definir a porcentagem da amostra no intuito de oferecer resultados confiáveis, ao cruzarmos os dados entre Q3 e Q16, obtemos informações sobre o público e o não público (Köptcke, 2012) dos Museus conforme o vínculo com a UFLA de acordo com o Gráfico 28.

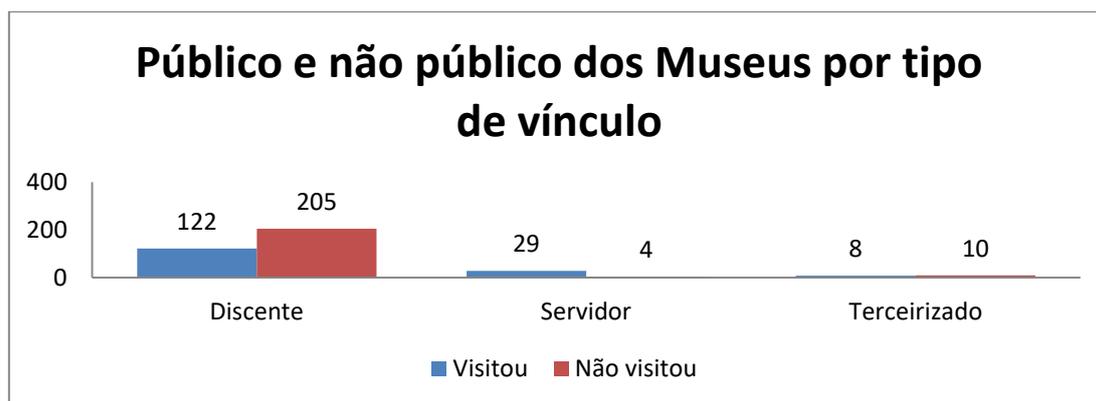


Gráfico 28. Distribuição das informações da proporção do público e não público por tipo de vínculo. Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Assim, a proporções dos respondentes que visitaram os museus foram: ‘servidores’, 66%, ‘funcionários terceirizados’, 44%; ‘discentes’, 37%. Desse modo, percebemos que o subgrupo ‘discentes’ foi o que menos visitou os Museus da UFLA. Essa informação nos dá pistas de que os Museus devem ser refletidos a partir de uma conjuntura mais ampla, que envolve a Universidade como um todo, e como essa instituição vem gerindo os seus espaços, dentre eles, os espaços museais. Nesse sentido,

cabe-nos salientar que a situação de precarização na qual se encontram esses Museus na Universidade interfere no modo como o ‘público’ e o ‘não público’ se relacionam com esses espaços, caracterizado, em partes, por um distanciamento.

Observamos, portanto, que os Museus ficaram – e ainda estão - à margem das transformações da Universidade, assim como das renovações do próprio campo da Museologia. Nesse viés, vale ressaltar, que a situação descrita também nos desvela potencialidades, uma vez que os Museus poderiam integrar, por exemplo, projetos de pesquisa e extensão de praticamente todos os cursos oferecidos pela Universidade, sendo essa uma forma possível de integrar a comunidade universitária aos Museus e vice-versa. Todavia, estudos futuros poderão esmiuçar as características desses subgrupos, e mais, ampliar a pesquisa para outros públicos, no intuito de subsidiar a criação de programas de atividades museais que contribuam para a ressignificação desses espaços tanto no interior da Universidade, quanto para a sociedade como um todo.

Sobre as análises direcionadas aos Museus da UFLA, observamos que no MBM-UFLA persiste certo ‘isolamento’ em relação à comunidade universitária, conjuntura esta construída historicamente, como foi possível observar nos capítulos anteriores. Os processos museológicos desenvolvidos nesse espaço, ao longo do tempo, não foram suficientes para promover uma real aproximação entre esse Museu e seu público mais próximo, qual seja, o universitário. Dizemos isso, pois percebemos que a maioria da comunidade universitária, cerca de 60%, nunca visitou o MBM-UFLA, conforme o Gráfico 16. Ao passo que 89% dos respondentes sabiam da existência do Museu na Universidade, de acordo com o Gráfico 17. Nesse sentido, constatamos que a comunidade universitária saber da existência do Museu não implica necessariamente que este seja visitado por ela.

Nesse viés, a mesma situação pôde ser constatada no MHN-UFLA, com uma pequena margem de diferença, uma vez que 58% da comunidade não havia visitado esse espaço no período da pesquisa. Apesar de apresentar uma configuração voltada para a divulgação científica e articular projetos de diferentes áreas disciplinares da UFLA, percebemos que a maioria da comunidade universitária também não vem se apropriando desse Museu. Essa conjuntura demonstra um real desafio institucional, que ultrapassa - e muito - a ‘divulgação’ desses Museus na Universidade. Estamos falando de ações

estruturais direcionadas aos processos museológicos de ambos os Museus da UFLA, que devem “contemplar o planejamento programático, o gerenciamento da informação e a comunicação museológica” (Bruno, 1997, p.49). O desenvolvimento desses processos necessariamente perpassa, a nosso ver, pela modernização desses Museus e a consolidação de um quadro de profissionais qualificados para atuarem na Universidade, no que tange à preservação e a comunicação de seu patrimônio cultural. Em suma, esses resultados podem contribuir para que a Instituição atue no cerne dessas questões e possa agir na redução desses ‘isolamentos’ que ainda assolam os Museus na Universidade.

Verificamos também a frequência com que o público vai aos Museus da UFLA, para buscamos compreender as relações que são estabelecidas entre a comunidade universitária e os Museus. Nesse sentido, constatamos que a maioria dos respondes foi ‘apena uma vez’ no Museu, correspondendo a 51% no MBM-UFLA e 46% no MHN-UFLA, conforme o Gráfico 18. Muitas podem ser as explicações para esse resultado, mas todas, a nosso ver, perpassam pela situação atual em que se encontram os Museus da UFLA, caracterizada por dificuldades estruturais e conceituais, desveladas pela análise histórico-museológica desses espaços. Embora muitos sejam os desafios que permeiam os Museus da UFLA, reafirmados pela própria opinião da comunidade universitária, percebemos que as ações de ‘resistência’ a esse isolamento podem ser ampliadas, como as exposições temporárias por meio de curadoria colaborativa, aproximação com projetos de extensão, uso desses Museus para formação inicial de professores, entre outras. Essas atividades vêm se mostrando profícuas para promover aproximações entre Museus e comunidade universitária, podendo contribuir para o fortalecimento dessas relações dialógicas e para o aumento qualificado da frequência do público nos Museus.

Ainda nessa perspectiva, os resultados sistematizados, no Gráfico 19, demonstram que a maior motivação da comunidade universitária para visitar o MBM-UFLA foi a ‘Curiosidade’, abarcando 36% do público. Ao que parece, essa percepção do público motivada pela curiosidade pode estar conectada ao próprio arranjo do acervo e à configuração das coleções nesse Museu idealizadas pelo colecionador Bi Moreira, nas quais os objetos que as compõem se transformaram em mediadores entre o observador no mundo visível e o mundo invisível (Pomian, 1984). Identificamos, também, que esse espaço é apropriado por 35% dos respondentes como espaço de ‘lazer

e passeio’, demonstrando que deve ser reforçada essa dupla função do museu universitário como tratou Bruno (1997), qual seja: ser articulador do ensino, pesquisa e extensão, sem perder de vista sua função lúdica, criativa, provocativa. Nesse sentido, é fundamental que os Museus da UFLA possuam um horário de funcionamento diferenciado, para anteder os cursos noturnos da Universidade, assim como os visitantes que só podem passear nos Museus nos fins de semana.

Podemos inferir, também, sobre algumas distinções entre os Museus da UFLA, pois no MHN-UFLA a principal motivação para a realização da visita ao espaço foi a ‘acadêmica’, correspondendo a 40%. Esse resultado é um indicativo da própria configuração que esse Museu vem assumindo na Universidade como articulador e integrador de projetos de pesquisa e extensão de diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, 35% dos visitantes afirmaram ter ido ao MHN-UFLA motivados pela ‘curiosidade’. Aqui percebemos a importância desse espaço para o desenvolvimento de ações de divulgação científica provocativa e comprometida também com o lúdico.

Nesse viés, percebemos que os Museus da UFLA são espaços profícuos para o desenvolvimento de competências como a curiosidade, autonomia cognitiva, interacionamento de conteúdos, independente das tipologias. Ao mesmo tempo, como tratado pela bibliografia sobre o tema, existe uma dificuldade em se delinear um perfil para os museus universitários, pois em uma mesma Universidade - como o caso desvelado nesta pesquisa - esses espaços podem ser caracterizados em diferentes formas e conteúdos, estando em distintos níveis, inclusive para o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares (Bruno, 1997; Ribeiro, 2007 e outros).

Além disso, trouxemos à tona informações sobre o não público (Köptcke, 2012) dos Museus da UFLA, considerando que a comunidade universitária foi apreendida ao longo dessa pesquisa como público potencial (Köptcke, 2012). Tivemos como objetivo buscar pistas do ‘porquê’ a maioria da comunidade universitária não estar frequentando os Museus da UFLA. Como demonstrado no Gráfico 20, 35% dos respondentes assinalaram não ter tido ‘oportunidade’ de ir aos Museus. Em seguida, 24% afirmaram não terem tido ‘tempo’. Interessante observar que os Museus estão localizados no Campus Universitário, próximos à portaria principal Universidade e, embora a localização privilegiada possa ser compreendida como um facilitador, notamos que não é de fato um motivador para a visitação, indicando a complexidade em

se pensar estratégias institucionais para fomentar uma aproximação ‘afetiva e provocativa’ entre comunidade e Museus.

Nesse viés, ao tomarmos a comunidade universitária como alvo de análise, uma medida que pode contribuir para estimular uma aproximação aos Museus é a construção de atividades museais que envolvam ações acadêmicas e de formação profissional considerando, as especificidades de cada subgrupo que integra a Universidade. E mais, essas atividades devem ser elaboradas em conjunto, podendo contribuir para fomentar o movimento de se repensar as funções desses Museus dentro da Universidade. Em outras palavras, motivar a participação ativa desses sujeitos no que se refere à requalificação dos Museus da Universidade, pode ser uma possibilidade para sensibilizar a própria administração da Universidade, que deve reconhecer e legitimar esses espaços intra e extra muros. Nesse âmbito, os Museus podem ser amplamente utilizados pelos docentes como instrumentos para melhorar a qualidade da educação superior, a efetividade acadêmica e social e, fundamentalmente, o cumprimento dos compromissos e responsabilidade social dessa Instituição, como apresentado em seu PDI (2011).

Nesse momento, é relevante abordar que, apesar de no decorrer dessa pesquisa termos averiguado que os vínculos entre esses Museus e a comunidade universitária – e vice-versa - sejam tênues, e, que as condições atuais desses espaços estejam permeadas por precariedades – característica comum entre os museus universitários brasileiros -, os dados ressaltam as potencialidades desse público em se envolver com os espaços museais da Universidade, enquanto agentes ativos no processo de repensá-los e inseri-los de fato nas pautas da Instituição. Desse modo, na opinião da comunidade universitária, os Museus da UFLA devem desempenhar preponderantemente três funções: a ‘Preservação da memória institucional e local’, com 29%; a ‘Contribuição com o ensino, pesquisa e extensão’, com 21%; e ‘Espaço de conhecimento, desenvolvimento social, cidadania, debates e interação’ com 18% das respostas válidas.

A maioria dos respondentes não deixaram suas apreciações nas questões abertas, como verificamos nos Gráficos 25 e 26. Dentre as respostas mais frequentes, podemos inferir que há uma demanda por maior divulgação das atividades que acontecem nos Museus e pela abertura desses espaços aos fins de semana. As adequações a essas demandas poderão impactar inclusive a ampliação da visitação desses Museus por

outros públicos, como o familiar²¹⁵. Apenas 3% apontaram para a necessidade da ‘reabertura do Museu Bi Moreira’. Por que esse Museu ‘parcialmente aberto’ não causa maior mobilização na comunidade? Aqui o ‘isolamento’ no qual se encontra o MBM-UFLA fica explicitado e, mesmo naturalizado, não causa um estranhamento o principal Museu da Universidade e da cidade estar funcionando esporadicamente. Como analisando anteriormente, o MBM-UFLA salvaguarda um importante acervo que, ressignificado, pode subsidiar a construção de narrativas sobre a história da Universidade na cidade e vice-versa, por meio da materialidade musealizada, tornando-se um importante instrumento de diálogo com as comunidades, já que em sua origem pretendeu ser da Cidade.

Diante do que foi apurado, constatamos que os Museus da UFLA, de fato, não estão sendo devidamente apropriados pela comunidade universitária, que pouco está visitando esses espaços. Vale salientar, que essa comunidade não foi efetivamente envolvida na construção desses Museus na Instituição e, como consequência, atualmente não se reconhece nesses espaços a ponto de apoiá-los e ressignificá-los. Ressaltamos que as relações entre os sujeitos sociais e os espaços museais é consequência de dinâmicas de socialização, ou seja, não se constituem em um ato natural, mas sim, como o resultado de um processo ativo de constituição cultural. Desse modo, o estar na universidade e na proximidade desses Museus não promove integralmente a apropriação desses espaços e, para isso, cabe uma série de ações e estratégias museais para estreitar esses contatos, como assinalado no decorrer dessa análise.

Observamos, também, que esse distanciamento é agravado se considerarmos a situação atual dos Museus, tangenciada pela necessidade de ações de modernização na infraestrutura, em dois planos principais: o arquitetônico (adequar os prédios para atenderem as especificidades de um museu); e o expográfico (trabalhar museologicamente as coleções considerando as especificidades dos acervos de cada Museu, os processos museais e a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois estamos tratando de museus universitários). Cabe mencionar nesse momento que museus silenciosos e vazios não resistem ao ‘esquecimento’ e, aqui, estamos falando de

²¹⁵Uma família que visita o Museu no fim de semana “geralmente está buscando, ao mesmo tempo, uma atividade de lazer e uma atividade educativa”.(Martins et al., 2013, p. 25).

um esquecimento que também é institucional, ou seja, esses Museus estão isolados do público e da Universidade. Chegamos então, com o auxílio fundamental dos olhares que essa comunidade direciona para os Museus, a um elemento-chave nessa discussão, qual seja: a UFLA vem reproduzindo uma situação comum no que corresponde aos museus universitários brasileiros, em outros termos, a carência de recursos financeiros para a manutenção desses espaços, a demanda por se constituir uma equipe qualificada para desenvolver as atividades museológicas, a necessidade de modernização e adaptação dos prédios que salvaguardam acervos, a requalificação das áreas de exposição, entre outros (Bruno, 1984, 1992, 2000; Meirelles, 2015; Ribeiro, 2013; Ribeiro, 2007; Santos, 2006).

Nesse viés, identificamos que a Universidade representada pelos Museus estudados tem à frente uma grande demanda reprimida de público e seus espaços museais enfrentam a escassez de recursos para explorarem suas potencialidades. Portanto, esses Museus precisam ser profundamente ressignificados pela própria Universidade, para contribuírem, efetivamente, com a missão dessa Instituição, que é a de “manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática”. (UFLA, 2016a). Nesse sentido, simplesmente aumentar a divulgação não é suficiente para desmontar esses mecanismos sociais operantes no âmbito universitário, uma vez que os Museus carecem de profundas reestruturações de infraestrutura e de formação de quadro de pessoal qualificado. Nesse âmbito, a elaboração de políticas institucionais museais que, aproximem os diferentes seguimentos sociais da Universidade, deve ser concomitante com ações em nível microssocial, tais como, programas de integração entre as diferentes comunidades e museus, para poderem ter o efeito de fornecer os recursos necessários para a fruição dos bens culturais musealizados.

5.4. Limitações do estudo e trabalhos futuros

Essa pesquisa apresentou algumas lacunas, compreensíveis, por se tratar de um estudo piloto, mas que podem ser solucionados com complementos ou com a continuidade da própria. Nesse sentido, cabe salientarmos que, nesse momento, foi direcionada exclusivamente à comunidade universitária, pois tivemos o intuito de compreender os vínculos que os Museus da UFLA possuem na Universidade (Almeida, 2002), a partir das relações que assumem frente aos sujeitos sociais que cotidianamente frequentam o Campus Universitário, mas pouco visitam os Museus da Universidade. Dessa forma, uma possibilidade de complemento seria a utilização de entrevistas semiestruturadas e uma abordagem mais abrangente, buscando investigar os respondentes sobre suas práticas culturais de forma ampla, haja vista o leque mais amplo de atividades culturais, como ir ao cinema, teatro, clubes, parques, entre outros. Assim, tendo o perfil dessa comunidade universitária, seria possível a realização de entrevistas em profundidade para conhecer as práticas culturais e lazer dos indivíduos que não frequentam museus.

Outra possibilidade é ampliar a pesquisa, com as devidas adequações, para outros públicos, por meio da seleção de outras ‘comunidades’ como público alvo de investigação. Vale ressaltar, que o MBM-UFLA e o MHN-UFLA recebem preponderantemente o público escolar, desempenhado, assim, uma função extensionista na UFLA, ou seja, provém a interface entre Universidade e sociedade. Em suma, esse público deve ser incorporado em pesquisas futuras, uma vez que os Museus da UFLA são os únicos equipamentos culturais dessa tipologia no município de Lavras.

Desse modo, os dados obtidos poderão contribuir para elaboração de políticas institucionais mais democráticas e inclusivas, como vem sendo discutido contemporaneamente no campo da Museologia (Bruno, 2006; Chagas et al., 2018; Primo, 1999). Igualmente, ao considerarmos que esses Museus estão passando por um processo, mesmo que lento, de reestruturação, a inclusão dialógica das opiniões de distintos públicos podem auxiliar na construção colaborativa de espaços museológicos que comuniquem efetivamente o patrimônio museológico da Universidade, que como, observamos, vem sendo formado desde a origem da Instituição ainda como Escola.

Nesse viés, para a elaboração de estratégias voltadas para qualificar a visita aos Museus da UFLA e aproximar esses espaços das comunidades, é fundamental ampliarmos a pesquisa de público nos museus, visando, assim, compreender os

mecanismos sociais que dificultam a frequência a esses espaços, considerando outras populações em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação transformadora dos museus começa pela reflexão nova que eles fazem sobre si mesmos (Rússia, 1989).

Procuramos mostrar, ao longo desta tese, como ocorreu a formação e a comunicação de coleções museológicas no âmbito universitário, conferindo ênfase nas práticas museais construídas na Universidade Federal de Lavras (UFLA). O foco de análise recaiu na formação e institucionalização dos museus Bi Moreira (MBM-UFLA) e de História Natural (MHN-UFLA), bem como nas funções que eles desempenham na cidade e, principalmente, na Universidade. Para tanto, sintetizamos, primeiramente, a situação atual dos museus universitários no Brasil e, em seguida, situamos nosso estudo de caso nessa discussão, por meio da análise da trajetória do patrimônio museológico da UFLA e de como este vem sendo apropriado pela comunidade universitária.

De modo geral, as similaridades entre os museus universitários brasileiros vêm sendo apontadas pela bibliografia nos últimos anos, principalmente no que tange aos desafios de se gerir museus nas universidades e as funções desses espaços como articuladores entre o ensino, pesquisa e extensão (Bruno, 1984, 1992; Fagundes, 2019; Meirelles, 2015; Mendes, 2013; Oliveira, 2015; Ribeiro, 2007; Santos, 2006 e outros). Permeado por essa lógica, a referida apreciação se pautou no patrimônio museológico da UFLA, que, quando atrelada às referências museológicas disponíveis, alimentaram as problemáticas iniciais de que a formação de coleções e criação dos museus na UFLA estiveram atreladas a iniciativas pontuais de determinados sujeitos sociais, gerando *a posteriori* diversas situações no âmbito universitário, incluindo o (des)conhecimento das funções que esses museus devem desempenhar na própria Universidade, sem perder de vista as suas interfaces com a sociedade.

Nesse viés, analisamos a trajetória do patrimônio museológico da UFLA, por meio de duas perspectivas que se complementaram, a diacrônica e sincrônica. Dessa forma, a análise do processo histórico-museológico buscou compreender, a partir de uma perspectiva histórica, como o patrimônio cultural da UFLA foi formado, culminando, assim, na criação de espaços museais – MBM e MHN-UFLA - e de espaços de memória, como o Campus Histórico (CH-UFLA). Nesse sentido, foi possível desvelar aspectos das dinâmicas sociais que estiveram presentes nesses processos de musealização e patrimonialização, bem como compreender os caminhos museais percorridos por esses espaços, o que nos permitiu constatar que foram envolvidos por concepções tradicionais de museus, fundamentadas nos objetos e nas edificações.

Desse modo, verificamos que a trajetória do MBM-UFLA se iniciou muito antes de sua inauguração em 1983, na antiga ESAL, sendo originado por meio de uma ação colecionista. Nesse sentido, os caminhos desse museu estiveram diretamente ligados ao seu idealizador, o colecionador Bi Moreira, sujeito social que iniciou essa coleção no final da década de 1940, trabalhou arduamente para que ela fosse institucionalizada, inclusive atribuindo-lhe a responsabilidade de abarcar a história da cidade de Lavras, de Minas Gerais e do Brasil. Apesar de Bi Moreira ter se adjetivado como ‘um leigo’ e ‘um sonhador’, ele foi capaz de se articular política e institucionalmente, no intuito de tornar sua coleção um bem público para o município de Lavras, vendendo-a para ESAL, com um propósito claro de transformá-la em um museu.

Nesta ocasião, foi possível verificar como o idealizador, o Bi Moreira, e o consolidador, Ângelo Delphim, imprimiram suas características no MBM-UFLA. Embora ambos não tivessem a formação como museólogo, foram os principais responsáveis por encaminharem esse processo de musealização, que culminou na institucionalização do Museu na ESAL/ UFLA. Nesse momento, observamos que o Museu reflete, ainda hoje, o seu ‘desassossegado’ processo histórico-museológico, marcado pela heterogeneidade de seu acervo e por uma expografia ‘cacofônica’, fortemente vinculada ao imaginário de seu idealizador e do seu consolidador.

Ainda nesse sentido, esses (des)caminhos elencados, ao longo da pesquisa, demonstraram que o Museu esteve à margem das transformações na Universidade, assim como das práticas e conceitos fomentados no campo da Museologia, principalmente a partir da década de 1950. Desse modo, permeado por direções centralizadoras e personalistas, o MBM-UFLA foi se distanciando da Universidade, e sem o devido amparo institucional, ficou totalmente fechado para o público visitante durante um ínterim.

A partir de 2014, verificamos ações pontuais que buscaram articular o MBM-UFLA com a comunidade universitária e com a comunidade em geral, tais como, curadorias colaborativas para realização de exposições temporárias, realização de cursos, palestras, saraus musicais e outras. Esses movimentos de inovação, provocação e estreitamento de relações, embora pontuais, indicam as potencialidades que esse Museu apresenta, como instrumento de articulação entre pesquisa, ensino e extensão, podendo, assim, se aproximar das reflexões contemporâneas da Museologia, nas quais os objetivos museológicos se voltam cada vez mais para o acolhimento comunitário, em que os próprios ‘nativos’ das distintas comunidades são considerados como agentes críticos e ativos na preservação de seus bens culturais.

Seguindo um caminho próprio, mas imerso na mesma conjuntura universitária da UFLA, o MHN-UFLA, inaugurado em 2001, foi criado com uma missão e público alvo bem definidos,

qual seja, a divulgação científica para o público escolar, abarcando o ensino fundamental e o ensino médio. Esse Museu também foi idealizado ao modelo tradicional, focado preponderantemente, nas coleções e no espaço físico bem delimitado. Verificamos, além disso, que o MHN-UFLA alcançou um maior êxito na articulação entre pesquisa, ensino e extensão, em comparação com o MBM-UFLA, em parte, por se relacionar a áreas disciplinares fortemente presentes na Universidade, como a Biologia, Química e Física. Vale destacar que, atualmente, o MHN-UFLA alberga projetos de pesquisa e extensão universitária, coordenados por professores da UFLA dessas áreas do conhecimento.

Em meio a essa análise, por conseguinte, ao estarem vinculados a uma universidade, salvo as atribuições comuns a todos os museus, observamos que esses espaços devem também assumir a realização e o fomento de pesquisas acadêmicas, serem espaços de ensino de disciplinas e cursos, operar em diferentes projetos de extensão e de pesquisa, desenvolverem programas e projetos educativos alargados voltados tanto para o público acadêmico quanto para o público externo (Bruno, 1992; Fagundes, 2019; Oliveira, 2015 e outros). Assim, evidenciamos que ambos os Museus tutelados pela UFLA, embora apresentem um grande potencial enquanto articuladores da pesquisa, ensino e extensão, no sentido de atenderem às demandas científicas e culturais tanto da comunidade universitária, como da comunidade em geral – como instrumentos de extensão universitária-, ainda não estão sendo devidamente reconhecidos e valorizados dentro da própria Universidade, uma vez que constatamos não possuírem uma matriz orçamentária própria, necessitarem de uma equipe interdisciplinar para atuar cotidianamente nas atividades museais e de divulgação científica, carecerem de ações de requalificação tanto conceituais – expografia -, quanto de, entre outros. Essa conjuntura vem dificultando que esses Museus desenvolvam plenamente as funções educativa, científica e social elencadas para eles e se torem de fato fomentadores de conhecimento e articuladores da diversidade social e cultural.

Nesse viés, essa situação evidenciada pela análise histórico-museológica, caracterizada, inclusive, pelo distanciamento entre gestão universitária e os Museus tutelados pela Universidade, instigou-nos a aprofundarmos o estudo sobre os reflexos desse processo de formação e apropriação do patrimônio museológico na Universidade, na atualidade. Para tanto, por meio de um viés sincrônico, realizamos uma pesquisa de opinião piloto, tendo como público alvo a comunidade universitária, escolhida por estar cotidianamente frequentando o Campus Universitário e, ao mesmo tempo, pouco frequentar os Museus da UFLA. Em termos gerais, o resultado obtido por meio dessa pesquisa de público nos confirmou que a comunidade universitária pouco vem frequentando os Museus da UFLA, não por desconhecimento da

existência desses espaços, mas por esses não oferecerem adequadamente a ela, por exemplo, exposições permanentes que dialogue com os diferentes públicos – incluindo o universitário –, assim como programações diversificadas e constantes, que estimule esse público (Köptcke, 2012) e se tornar usuário dos Museus.

Desse modo, embora os museus da UFLA tenham se aproximado da extensão universitária e atendam preponderantemente o público escolar e não universitário, constatamos uma lacuna no que toca a real integração entre Museus e as diferentes comunidades, dentre elas, a que espacialmente se encontra mais próxima desses espaços, qual seja, a universitária. Vale salientar, portanto, que a experiência adquirida por meio desse estudo piloto gerou subsídios para a realização de novas pesquisas de público, no intuito de envolver outras comunidades enquanto público-alvo para análise, suscitando, assim, um arcabouço dialógico que sirva como auxílio para a construção de políticas públicas museológicas melhores e mais eficazes no diz respeito à integração do patrimônio cultural universitário aos demais seguimentos patrimoniais. Desse modo, esse patrimônio museológico pode contribuir para a redução da exclusão cultural e ampliação do usufruto do direito à memória, história e ciência. Os desdobramentos dessa pesquisa poderão colaborar, ainda, para a construção de um quadro dos públicos dos museus universitários brasileiros, cooperando para a elaboração das políticas públicas culturais para esse setor e para as reflexões mais amplas no campo da Museologia.

Nesse sentido, podemos inferir que investimentos na requalificação dos Museus da UFLA, como agenda da gestão da Universidade, são imprescindíveis para que estes espaços se tornem prestadores de serviços qualificados às diferentes comunidades e se transformem, com todo o seu potencial, em instrumentos que congreguem em suas funções os vieses educativo, científico e social.

Esse ponto nos levou a ampliar as observações, uma vez que constatamos que essa realidade delineada na UFLA, no que tange à necessidade de preservação de seu patrimônio museológico, também foi identificada em outras instituições federais universitárias no Brasil, que trazem em comum o fato de estarem vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, os museus universitários estão vinculados a esse Ministério, que atualmente não possui um dimensionamento dos museus sob tutela das Universidades. Isso implica no fato desses museus não funcionarem de forma articulada, gerando discrepâncias nas condições de funcionamento e financiamento, que variam conforme as entidades mantenedoras. Ainda nesse sentido, não existe, até o momento, mecanismos de supervisão, coordenação e orientação para os museus com esse tipo de vínculo, em especial no que concerne a um programa orçamentário, de

segurança predial e de acervo cultural, que os impulsionem a cumprir as orientações remetidas pelo IBRAM.

Os reflexos dessa desarticulação puderam ser percebidos na UFLA, assim como em outras universidades, que não possuem políticas específicas para a gestão de seus museus e coleções, visto que estes não estão especificados como atividades fins da instituição. As implicações dessa realidade são muitas, e resultam, em grande parte, em uma fragilidade institucional desses museus, na carência de recursos orçamentários, na necessidade de modernização de seus espaços físicos e expositivos, na constituição de corpo técnico condizente para realização das atividades museais e museológicas. Nesse sentido, é fundamental que a Universidade assuma as responsabilidades sobre os seus Museus e, em conjunto com a sociedade, defina os rumos que esses espaços devem tomar, visando que, de fato, assumam todas as funções pretendidas aos museus no geral, e aos museus universitários, em particular.

Frente a esse cenário, consideramos que a problemática lançada nesta pesquisa foi discutida por meio do delineamento da trajetória do patrimônio museológico da UFLA em diálogo com as atuais percepções e apropriações que a comunidade universitária faz dos museus Bi Moreira e de História Natural sob tutela da UFLA, no diz respeito às suas funções para com a Universidade e com os sujeitos sociais que vivem, cotidianamente, em sua ambiência, fazendo-se, assim, atuantes nesse processo de se repensar os espaços e ações museais nessa Instituição.

Em função do que foi visto, embora os Museus da UFLA, ao longo das suas trajetórias, tenham ficado, em determinados momentos, à margem das discussões no campo da Museologia e das transformações da Universidade, resistiram, e ainda estão resistindo, em meio à ‘invisibilidade’ que os assola no âmbito da própria administração universitária. Portanto, diante de todo exposto, podemos afirmar que, a permanecerem abertos aos diferentes públicos, esses museus estão persistindo às condições adversas do meio e, nesse sentido, o estar ‘à margem’ significa também estar em movimento, ora mais distante de seu curso, ora mais próximo, mas sempre em movimento.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A. M. (2001). *Museus e Coleções Universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* Universidade de São Paulo.
- Almeida, A. M. (2002, dezembro). Os Públicos de Museus Universitários. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 205–217.
- Alvim, C. J. de F. (1974). Relatório do III Encontro de Museus Mineiros. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Andrade, T. de O. (2006). *Memória e história institucional: o processo de constituição da Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL - (1892 – 1938)*. UFLA. Recuperado de <http://repositorio.ufla.br/handle/1/2624>
- Arantes, A. A. (2001). Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*. Nº 147, 129–139.
- Baudrillard, J. (2009). *O Sistema dos Objetos* (5º ed). São Paulo: Perspectiva.
- Bellotto, H. L. (2008). *Arquivos permanentes: tratamento documental* (4º). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Bezerra, A. A. (2016). *Instituto Gammon. Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano*. Rio de Janeiro, RJ: H.P. Comunicação Associados.
- Blom, P. (2003). *Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*. Rio de Janeiro: Record.
- Bonduki, N. (2010). *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta.
- Bragança Gil, F. (2005). Museus universitários: sua especialidade no âmbito da museologia. In A. SEMEDO & A. C. F. da SILVA (Orgs.), *Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil* (p. 33–54). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Brahm, J. P. S., Ribeiro, D. L., & Tavares, D. K. (2019). Comunicação em museus: avaliação de público no entorno do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Pelotas/RS. In *XVII Seminário de História da Arte*. Pelotas: UFPel.
- Brandão, C. R., & Fagundes, M. C. V. (2016). Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. *Educar em Revista*, 89–106.
- Brasil. (1910). Decreto 8.319 de 20 de outubro. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. Decreto nº 19.851, de 11 de abril (1931). Brasil.

Brasil. (1941). Decreto Lei Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm

Brasil. (1963). Lei nº 4.307. Federalização da ESAL.

Brasil. Lei nº 5.540, de 28 de novembro (1968).

Brasil. (1994). Lei N 8956, de 15 de dezembro. Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Lavras em Universidade Federal de Lavras e dá outras providências.

Brasil. (2003a). *Ministério da Cultura. Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania*. Brasília: MinC.

Brasil. (2003b). Política Nacional de Museus. Brasília, DF: Ministério da Cultura (MinC).

Brasil. (2006). Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003-2006. Brasília: Minc / Iphan / Demu.

Brasil. (2009). Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 14 jan. 2009.

Brito, V. da G. P., & Von Pinho, É. V. de R. (2008). *UFLA 100 ANOS: Transformando sonhos em realidade (1908-2008)*. Lavras: Editora UFLA.

Bruno, M. C. (1997). Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. *Caderno de Sociomuseologia*. Recuperado de <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/1791/browse?type=dateissued>

Bruno, M. C. O. (1984). *O Museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica*. USP.

Bruno, M. C. O. (1992). Museu Universitário Hoje. *Ciências em Museus*, v. 4, 27–33.

Bruno, M. C. O. (1999). A importância dos processos museológicos para a preservação do patrimônio. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 333–337.

Bruno, M. C. O. (2000). *A luta pela Perseguição ao Abandono*. Universidade de São Paulo.

Bruno, M. C. O. (2006). MUSEOLOGIA E MUSEUS: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 25*.

Buffa, E., & Pinto, G. de A. (2016). O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. *Revista Brasileira de Educação*.

CAA. (1947). O Agrário. *Ano 1, N 1*, (Centro Acadêmico de Agronomia da ESAL).

CAA. (1951). O Agrário. *Ano 5, N 1*.

CAA. (1960). Estudantes da ESAL decretam greve. *O Agrário*, 63.

CAA. (1961a). À margem da situação. *O Agrário, XIV-Nº 6*.

- CAA. (1961b). Federalização. *O Agrário*, XVI-nº 6.
- CAA. (1961c). Os novos Dirigentes do Instituto Gammon e a Federalização da ESAL. *O Agrário*, XIV Nº68.
- Cazelli, S. (2005). *Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: Quais suas relações?* PUC.
- Cazelli, S., Queiroz, F. A., Falcão, D., Valente, M. E., Gouvêa, G., & Colinvaux, D. (1999). Tendências Pedagógicas das Exposições de um Museu de Ciência. Atas do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação.
- Cesari, C., Corrêa, L., & Mitre, S. (2012). Planos Museológico e Museográfico do Museu Bi Moreira. Lavras: Espaço & Cultura.
- Césari, C., Salgarello, C., Corrêa, L., & Mitre, S. (2012). Plano Museológico do Museu UFLA Ciência (Museu de História Natural). Lavras.
- Chagas, M., Primo, J., Assunção, P., & Storino, C. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. In *Cadernos de Sociomuseologia* (nº 11). Vol. 55. Recuperado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6364>
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- Clark, J. U. (2005). *PRESBITERIANISMO DO SUL EM CAMPINAS: PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO LIBERAL*. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.
- Constancia, J. P. M. (1993, janeiro). A evolução de conceitos entre as declarações de Santiago e de Caracas. *CADERNOS DE MUSEOLOGIA*.
- Constâncio, A. R. (2013). *MINAS GERAIS RUMO AO PROGRESSO: AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR AGRÍCOLA DE LAVRAS - ESAL*. UFRJ. Recuperado de [http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/5107/2/TESE_A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA%3A a trajetória de uma transformação.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/5107/2/TESE_A%20Escola%20Superior%20de%20Agricultura%20de%20Lavras/ESAL%20e%20a%20Universidade%20Federal%20de%20Lavras/UFLA%3A%20a%20trajet%C3%B3ria%20de%20uma%20transforma%C3%A7%C3%A3o.pdf)
- Costa, L. F. da, & Brigola, J. C. P. (2014). Hábito Cultural de Visitar Museus: estudo de público sobre o Museu do Homem do Nordeste, Brasil. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*. Recuperado de <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>
- Cury, M. X. (2005). *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume.
- Cury, M. X. (2007). Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. *Revista CPC*, 69–90.
- Cury, M. X. (2009). Museologia, novas tendências. In *Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas. MAST Colloquia; 11* (p. 25–42). Rio de Janeiro.
- DBI-UFLA. (2000). Ata da 378º Reunião do Departamento de Biologia. Lavras, MG.

- De Medeiros, M. M. (2017). A extensão universitária no Brasil - um percurso histórico. *Revista Barbaquá/UEMS*, 09–16.
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (Orgs.). (2013). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de SP.
- Dias, J. C. (2009). *A terra prometida de Lavras*. São Paulo: Barleus.
- Dicionário Jurídico. (2011). Utilidade Pública. Recuperado 6 de maio de 2019, de <http://www.conteudojuridico.com.br/dicionario-juridico,utilidade-publica,32893.html>
- Diniz, D. (1998, abril). O Mestre Bi Moreira. *Carranca*, p. 6.
- Eidelman, J., Roustan, M., & Goldstein, B. (2014). *O lugar do público: sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus*. Itaú Cultural, Iluminuras.
- Esal. (1980). Esquema de Relatório das Atividades Desenvolvidas na Aplicação de Recursos. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Esal. Portaria nº 031 de 18 de março (1981).
- ESAL. (1970). Museu de Mineralogia. Recuperado 22 de julho de 2019, de <http://university-museums-and-collections.net/lavras/mineralogy-museum>
- ESAL. Convênio (1982).
- Fagundes, L. K. (2019). *A função social de um museu universitário: tempos e percurso biográfico do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Universidade Lusófona.
- Fonseca, M. C. L. (2000). Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação* (p. 11–21). Brasília: IPHAN.
- Fonseca, M. C. L. (2009). *O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- FORPROEX. (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM: Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Recuperado de <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>
- Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* Editora Paz e Terra.
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000, julho). O método de pesquisa Survey. *Revista de Administração*, 105–112. Recuperado de http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_metodo_de_pesquisa_survey.pdf
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6º ed). São Paulo: Atlas. Recuperado de <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de->

pesquisa-social.pdf

Gonçalves, J. R. S. (1996). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.

Gonçalves, J. R. S. (2007). *Antropologia dos objetos : coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro.

Gonçalves, N. G. (2015). Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *PERSPECTIVA*, 1229–1256. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva>

Granato et al., M. (2013). Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: resultados de pesquisa.

Granato, Marcus;, Rangel, M., & (Orgs.). (2009). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Recuperado de http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf

Gruzman, C., & Siqueira, V. H. de F. (2007). O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 6, n. 2, 402–423. Recuperado de http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART10_Vol6_N2.pdf

Guarnieri, W. R. C. (1984). Texto III. In A. A. (Org.). ARANTES (Org.), *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. (p. 59–78). São Paulo: Brasiliense.

IBGE. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado 27 de abril de 2019, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>

Ibram. (2011). *Museus em Número*. v.2. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.

Ibram. (2019). Curso de Plano Museológico.

Icom. (1972). Declaração de Santiago do Chile. MesaRedonda de Santiago do Chile. Recuperado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>

Icom. (1984). Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia 1984. Quebec. Recuperado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>

Instituto Evangélico. (1908). Prospecto 1908. Lavras, MG: Instituto Evangélico.

Instituto Evangélico de Lavras. (1922a, junho). O Agricultor. *Ano 1, N1*.

Instituto Evangélico de Lavras. (1922b, setembro). O Agricultor. *Ano 1, N 3*.

Instituto Evangélico de Lavras. (1930). Prospecto das Escolas Instituto Evangélico. Lavras.

Instituto Evangélico de Lavras. (1937a). O Agricultor. *Ano XIV*, N 121-122.

Instituto Evangélico de Lavras. (1937b, abril). O Agricultor. *Ano XVI*, N 123.

Instituto Evangélico de Lavras. (1959). Prospecto das Escolas Instituto Evangélico. Lavras: Imprensa Gammon.

Julião, L. (2006). Apontamentos sobre a História do Museu. In *CADERNO de diretrizes museológicas 1* (p. 19–32). Brasília, DF: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus.

Junior, M. G. (2014). O novo museu e a sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 81–93. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pci/v19n4/a06v19n4.pdf>

Kemp, A. (1976). *The Nature of Knowledge: an Introduction for Librarians*. Hardcover.

Kersten, M. S. deAndrade. (2000). Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: UFPR.

Koptcke, L. S. et. al. (2008). *PESQUISA PERFIL – OPINIÃO 2006/2007: Análise descritiva preliminar dos dados agregados dos museus participantes da pesquisa em São Paulo*. São Paulo: Observatório de Museus e Centros Culturais. Recuperado de http://www.fiocruz.br/omcc/media/relatorio0607_sp.pdf

Köptcke, L. S. (2005). Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 31 (Instituto, p. 186–205). Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Köptcke, L. S. (2012). Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 209–235. Recuperado de <https://doi.org/10.26512/museologia.v1i1.12643>

Köptcke, L. S. (2015). *MUSEUS DE CIÊNCIA E SEUS VISITANTES PESQUISA PERFIL- OPINIÃO – OMCC&T/2013*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz. Recuperado de http://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/Museusdecienciae seusvisitantesOMCCT2013.pdf

Kozark, Z. R. (2007). *Promoting the past, preserving the future: British university heritage collections and identity marketing*. University of St Andrews.

Lavras-Cultura. (1996, setembro). *Ano II*, N 8.

Lavras (Município). (1989). Lei Nº 1.757. Declara de Utilidade Pública o Museu “Bi Moreira” da Escola Superior de Agricultura de Lavras. Lavras.

Lavras (Município). (1997). Lei Nº 2.317 de 11 de abril de 1997. Estabelece a proteção do

- patrimônio cultural do município de Lavras atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal, autoriza o poder executivo a instituir o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras e dá outras providên.
- Lavras (Município). Decreto N 6671. Tombamento (2005). Lavras.
- Lavras (Município). (2006a). Decreto nº 6.671, de 23 de março. Tombamento do Prédio do Museu Bi Moreira.
- Lavras (Município). (2006b). Dossiê de Tombamento do Prédio do Museu Bi Moreira. Quadro III - Pasta 03/07. Lavras: Passo - Projetos, Construção e Consultoria Ltda.
- Le Goff, J. (1990). Documento/Monumento. In J. Le Goff (Org.), *História e Memória*. Campinas: UNICAMP.
- Leitzke, M. C. P. (2012). *Curadorias compartilhadas: um estudo sobre as exposições realizadas no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002 a 2009)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Likert, R. (1932). *A technique for the measurement of attitudes*. Archives of Psychology, v. 140, n. 140.
- Lima, D. F. C. (2012). Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 31–50.
- Lima, D. F. C. (2013). Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. 3, 379–398.
- Lima, S. F. de, & Carvalho, V. C. de. (2013). Cultura Material e Coleção em um Museu de História: as formas espontâneas de transcendência do privado. In *Museus: dos gabinetes de curiosidade a Museologia Moderna* (p. 252). Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Lima, E. E., & Machado, L. R. de S. (2016). Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. *Educação & Realidade*, 383–406.
- Lopes, J. R. (2010). Colecionismo e os ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos de vida. *Horizontes Antropológicos*.
- Lopes, J. R. (2017). *Colecionismo: arquivos pessoais e memórias patrimoniais* (1. ed.). Porto Alegre: Cirkula.
- Loureiro, M. L. D. N. M., & Loureiro, J. M. M. (2013, janeiro). Documento e musealização: entretecendo conceitos. *Midas*.
- Lourenço, M. C. (2005). *Between two worlds: The distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe*. Conservatoire National des Arts et Métiers.

- Lourenço, M. C. (2009). O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa: museologia e patrimônio. *V2, N1. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*.
- Magro, C. B. Da, & Rausch, R. B. (2012). Plano de Desenvolvimento Institucional de Universidade Federais Brasileiras. *Administração: ensino e pesquisa*, 427–454. Recuperado de <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/85/167>
- Mambro, G. di. (2008). *Manual de Apoio da Disciplina Patrimônio Histórico III- Arquivologia*. Juiz de Fora, MG.
- Marconi, Marina de Andrade, & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa* (5^o ed). São Paulo: Atlas.
- Marconi, Marina de Antrade, & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5^a). São Paulo: Atlas.
- Maroevic, I. (1998). *Introduction to Museology: The European Approach*. Munchen: Verlag.
- Marques, R. S., & Silva, R. M. I. da. (2011). O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Museologia e Patrimônio*, 63–84. Recuperado de <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>
- Marques, Roberta Smania. (2007). *OS MUSEUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ENQUANTO ESPAÇOS DE ENSINO NÃO-FORMAL*. UFBA.
- Marques, Roberta Smania, & Maria, R. ([s.d.]). O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários : o caso dos museus da UFBA The effect of university policies on the image of university museums : the, 4, 63–84.
- Martins, L. C., Navas, A. M., Contier, D., & Souza, M. P. C. de. (2013). *Que público é esse? formação de públicos de museus e centros culturais*. São Paulo, SP: Percebe.
- Mary Fantinato Varoli, F., Teixeira de Castro, S., & Futema, E. (1990). O museu do Instituto Oceanográfico/USP e a questão da educação ambiental. *Bioikos*, 4(1), 13–22.
- Matos, A. (2004). *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã.
- Matos, F. N. de. (2011a). Competência municipal quanto ao tombamento de bens públicos federais e estaduais: preservação do meio ambiente cultural local. *PHRONESIS: Revista do Curso de Direito da FEAD • no 7 •*. Recuperado de http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uPv-o_KIAycJ:revista.fead.br/index.php/dir/article/viewFile/330/239+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- Matos, F. N. de. (2011b). Competência municipal quanto ao tombamento de bens públicos federais e estaduais: preservação do meio ambiente cultural local. *PHRONESIS: Revista do*

Curso de Direito da FEAD • no 7 •

- Mauss, M. (2003). *Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify.
- McManus, P. (1992). Topics in Museums and Science Education Studies. In *Science Education* (v. 20, p. 157–182).
- Meira, J. N. G. (2013). MISSÃO PROTESTANTE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: EMBATES SIMBÓLICOS PARA A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS (1893-1936). *Cadernos de História da Educação*.
- Meira, R. B. (2017). Semeando ideias: os discursos em prol do ensino agrícola no Brasil do final do Império às primeiras décadas da República. *Educação Unisinos*.
- Meirelles, F. S. (2013). *Temas contemporâneos sobre gestão universitária*. Recuperado de <http://www.bookess.com/read/14513-temas-contemporaneos-sobre-gestao-universitaria/>
- Meirelles, L. M. (2015). *MUSEUS UNIVERSITÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Gestão, experiências e dilemas na Universidade Federal de Uberlândia, 1986 –2010*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Melo, J. S. A. de, Júnior, A. F. N., & Pinto, L. de M. A. (2012). Um relato do projeto “Novos olhares para o Museu de História Natural da Universidade Federal de Lavras” e suas práticas culturais de ensino e divulgação em ciências. *Revista do EDICC (Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura)*.
- Melo, J. S. A. de (et al). (2012). *Um relato do projeto “novos olhares para o Museu de História Natural da Universidade Federal de Lavras” e suas práticas culturais de ensino e divulgação em ciências* (1 No. 1). Campinas.
- Mendes, P. M. (2013). *O Patrimônio de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora: Concepção museológica das coleções*. UNIRIO/MAST.
- Mendes, P. M., Oliveira, T. C. de A., & Rangel, M. F. (2016). O PATRIMÔNIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA): preservação e musealização em processo. In *Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T* (p. 65–74).
- Mendonça, L. G. (2017). *Museus Universitários e Modernidade Líquida: compromissos, desafios e tendências (Um estudo sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede, Brasil e Portugal)*. UNIVERSIDADE DO PORTO.
- Meneses, U. T. B. de. (1992a). A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. In *Ciências em Museus* (p. 103–120).
- Meneses, U. T. B. de. (1992b). O patrimônio cultural entre o público e o privado. In *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH.

- Meneses, U. T. B. de. (1993). A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In *Anais do Museu Paulista* (p. 207–222). São Paulo: Nova Série, n.1.
- Meneses, U. T. B. de. (2002). O museu e o problema do conhecimento. In *Anais do IV Seminário sobre Museus Casas: pesquisa e documentação* (p. 17–40). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Minas Gerais (Estado). (1917). Lei N° 690, de 10 de setembro. Autoriza diplomas de agrônomos conferidos pela Escola Agrícola de Lavras. Recuperado de <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1917-09-10;690>
- Miranda, M. P. de S. (2006). *Tutela do patrimônio Cultural Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Monteiro, S. F. (2016). *Política Pública para museus no Brasil: o lugar do sistema brasileiro de museus na Política Nacional de Museus*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Moraes, N. A. De. (2009). Políticas públicas , políticas culturais e museu no Brasil, 54–69.
- Moreira, E. O. (2018). “*ESSENCIALMENTE AGRÍCOLA*”? *PROGRESSO, MODERNIZAÇÃO E PROPAGANDA AGRÍCOLA NAS ENTRELINHAS DA REVISTA O AGRICULTOR (1922-1943)*. UFLA.
- Moreira, F. M. de S. (2014). A UFLA tem um Museu de História Natural: por que os Solos não está lá? Lavras, MG.
- Moreira, Sílvio do Amaral. (1970). Correspondência. Lavras, MG: Correspondência para Alyson Paolinelli.
- Moreira, Sílvio do Amaral. (1980). Um novo Policarpo Quaresma ou a história de um cidadão que andava à procura de um menceas e acabou sendo o próprio. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Moreira, Sílvio do Amaral. ([s.d.]-a). Entrevista. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Moreira, Sílvio do Amaral. ([s.d.]-b). Onde deve ficar o Museu? Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Moreira, Sílvio do Amaral. ([s.d.]-c). Um Museu Desconhecido. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Moreira, Sílvio do Amaral. (1965). No Title. Lavras, MG: Associação Gammonense.
- Moreira, Sílvio do Amaral. (1975a). Breve notícia sobre o Museu de Lavras. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Moreira, Sílvio do Amaral. (1975b, abril). Acrópole. *Separata da Tribuna de Minas*, p. 8.

- Moreira, Sílvio do Amaral. (1977a). Museu de Lavras. Lavras: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Moreira, Sílvio do Amaral. (1977b). Projeto de Instalação de um Centro Cultural no velho campus da ESAL. Lavras, MG: Arquivo do Museu Bi Moreira.
- Nascimento, J. do, Junior, Trampe, A., Santos, P. A. dos, & (Organización). (2012). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília, DF: Programa Ibermuseos (MinC).
- Németh-Torres, G. (2011). *A Atenas Mineira: Capítulos Histórico-Culturais de Lavras*. Lavras, MG: Edição do Autor. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/1y6HmPNu_U5Br0fmL7FIFND_aVUZPsPxIxx4n4S9Zkos2ezNaQX_c9nzUvlgf/view
- Nora, P. (1993). Entre memória e história. A problemática dos lugares. In *Projeto História. História e Cultura* (nº 17, p. 7–28). São Paulo: PUC/SP – Programa de Pós-Graduação em História.
- Oliveira, M. C. B. de. (2015). *Panorama da gestão de museus da Universidade Federal de Pernambuco no período de 2004 a 2014*. Universidade Federal de Pernambuco. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16156>
- Oliveira, V. N. de. (2007). *Museu de Ciências: uma proposta de planejamento técnico-educativo para o Museu de História Natural da UFLA*. UDLA.
- Paiva, P. D. de O., & Alves, S. F. N. da S. C. (2011). *História da Praça do Campus Histórico UFLA: aqui nasceu a universidade*. Lavras: Editora UFLA.
- Patrimônio Histórico. (2017).
- Paula, J. A. de. (2013). A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*, 05–23.
- Pearce, S. M. (1993). *Museum, objects and collections: a cultural study*. Washington: Smithsonian University Press.
- Pearce, S. M. (2005a). *Interpreting objects and collections*. London: Routledge.
- Pearce, S. M. (2005b). Pensando sobre os objetos. In Marcus Granato & C. P. dos Santos (Orgs.), *Museus Instituição de Pesquisa* (7º ed, p. 100). Rio de Janeiro: MAST. Recuperado de http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/940/1/mast_colloquia_7.pdf
- Pelegri, S. C. A. (2009). *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense.
- Pelegri, S. C. A., & Funari, P. (2008). *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Pereira, J. C. (2005). *Grupo escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas*

Gerais (1907-1918). UFMG.

- Pereira, J. C. (2019). O moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa na constituição de um município mineiro. *Cadernos de História da Educação*, 69–92.
- Petry, M. G., & Silva, V. L. G. (2013). Museu Escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *História da Educação*, 17(41), 79–101.
- Pimentel, E. F. (2016). *Museu municipal: memória, história e identidade – O Museu Municipal de Carangola*. Unirio/ MAST.
- Pinheiro, J. de Q., Farias, T. M., & Abe-Lima, J. Y. (2013). Painel de Especialistas e Estratégia Multimétodos: Reflexões, Exemplos, Perspectivas. *n2*, 184–192.
- Pomian, K. (1984). Coleção. In *Einaudi* (p. 50–86). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.
- Possas, H. C. G. (2013). Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In *Museus: dos gabinetes de curiosidade a Museologia Moderna*. Belo Horizonte, MG: Coleção Patrimônio. Fino Traço.
- Prado, P. S. T. do, & Carrara, K. (2005). Versão eletrônica de questionário e o controle de erros de resposta. *Estudos de Psicologia* 10 (03), 397–405.
- Primo, J. (1999). *PENSAR CONTEMPORANEAMENTE A MUSEOLOGIA*. Cadernos De Sociomuseologia, 16(16). Recuperado de <https://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/350>
- Primo, J. (2014). O Social como objeto da Museologia. *Patrimônio, Política e Sociomuseologia. Cadernos de Sociomuseologia*.
- Proext. (2010). Edital N 5 . Proposta -Revitalização do Museu Bi Moreira e Preservação do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Lavras.
- Ramos, F. R. L. (2004). *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Argos.
- Rangel, M. F. (2010). A cidade, o museu e a coleção. Rio de Janeiro: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação.
- Rangel, M. F. (2017). *Origens do ensino agrônomo no Brasil e os museus*. Recuperado de <http://hdl.handle.net/123456789/3171>
- Rangel, M., & Nascimento Jr., J. do. (2010). A trajetória da política nacional de museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro, 297–315.
- Rezende, L. P. (2017). *O Ensino de Laticínios nos primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938)*. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- Ribeiro, E. S. (2013). *Museus em Universidades Públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão* (II No. 4). Brasília, DF. Recuperado de 16366-Texto do artigo-

47146-1-10-20190506.pdf

- Ribeiro, M. das G. (2007). Universidades, museus e o desafio da educação, valorização e preservação do patrimônio científico-cultural brasileiro. In R. Abreu, M. de S. Chagas, & M. S. Santos (Orgs.), *Museus, coleções e patrimônios : narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinCJIPHAN/ DEMU.
- Rodrigues, A. C. (2013). *A Escola Superior de Lavras (ESAL) e A Universidade Federal de Lavras (UFLA) -a trajetória de uma transformação*. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Rossi, M. P. da S. (2010). “*DEDICADO À GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO HUMANO*”: A GÊNESE PROTESTANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA (LAVRAS, 1892-1938). Universidade Federal de Uberlândia. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13622>
- Rossi, M. P. da S., & Inacio Filho, G. (2009). *MINAS GERAIS RUMO AO PROGRESSO: AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR AGRÍCOLA DE LAVRAS - ESAL*.
- Santos, M. C. T. M. (1999). Processo museológico: critérios de exclusão. São Paulo, SP: II Semana de Museus da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. C. T. M. (2000). CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS: abordagens e perspectivas para os museus universitários. Natal, RN: III Encontro de Museus Universitários.
- Santos, M. C. T. M. (2006). Museus universitários brasileiros: novas perspectivas. In *ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS, 4*. Belo Horizonte.
- Santos, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN/ DEMU.
- Saviane, D. (2004). O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Scheiner, T. C. (2012). Repensando o Museu Integral : do conceito às práticas Rethinking the Total Museum : from concept to practice, *240*, 15–30.
- Scheiner, T. C. M. (1992). Museu universitário: educação e comunicação. *Ciências em Museus*, 15–19.
- Scheiner, T. C. M. (1999). As Bases Ontológicas do museu e da museologia. *Museology and philosophy. ICOFOM STUDY SERIES*, 103–172.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia (1ª)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, N. S. da, Barbosa, V. de A., Henrique, M. R., & Baptista, J. A. (2011). A Utilização da

- Matriz Swot como Ferramenta Estratégica – um Estudo de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo. Resende, RJ: VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT.
- Silva, H. de O. (2011). A IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL E A ESCRAVIDÃO (1859-1888): BREVE ANÁLISE DOCUMENTAL. *Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama*.
- Silva, M. C. (2018). 10 EPM TERÁ REUNIÃO DA REDE BRASILEIRA DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS. Recuperado 24 de abril de 2019, de <https://www.sisemsp.org.br/10epm-tera-reuniao-da-rede-brasileira-de-colecoes-e-museus-universitarios/>
- Simonneaux, L., & Jacobi, D. (1997). Language constraints in producing prefiguration posters for a scientific exhibition. *N 6. Public Understanding of Science*, 383–408.
- Siqueira, J. (1994, março 21). Roteiro da minha saudade. *Hoje*.
- Smit, J. (2008). A Documentação e suas diversas abordagens. In *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Soares, A. M., Passamani, M., Ferreira, R. L., & Oliveira, M. P. A. de. (2009). *Relatório da Comissão: Museu de História Natural*. Lavras.
- Soares, B. C. B. (2008). *Quando o museu abre portas e janelas: o reencontro com o humano no museu contemporâneo*. Unirio.
- Soares, B. C. B., & Scheiner, T. C. M. (2013). A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa. Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Recuperado de <http://hdl.handle.net/123456789/696>
- Soto, M. C. (2010). *Quem educa no Templo das Musas? Reflexões e caminhos ao pensar a formação dos Educadores em Museus*. ULHT.
- Suano, M. (1986). *O que é Museu*. São Paulo: Brasiliense.
- Thomé, J. W. (1988). Os museus estaduais.
- Toma, M. A. (2019). *Exposição “O valor da terra”: diálogos entre a educação em solos e museologia numa perspectiva crítica*. UFLA.
- UFLA. (1998). Ofício N° 280/ 98/ RE. 23 de setembro. Lavras: Resposta a notificação n 01 do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras.
- UFLA. (2005). Plano de Desenvolvimento Institucional, 2005-2010. Lavras, MG: UFLA.
- UFLA. (2007). Projeto da UFLA para o Plano de Desenvolvimento da Educação. Lavras, MG. Recuperado de <http://www.reuni.ufla.br/relatorio.html>
- UFLA. (2011a). Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015. Lavras, MG.
- UFLA. (2011b). Resolução Cuni N° 008, de 17 de fevereiro de 2011. Lavras, MG: UFLA.

- UFLA. (2012). Regimento Interno da PROEC. Portaria N° 1.791, de 21 de dezembro de 2012. Lavras, MG: UFLA.
- UFLA. (2016a). Plano de Desenvolvimento Institucional de 2016 a 2020. Lavras, MG: UFLA.
- UFLA. Regimento Interno da PROEC (2016). Brasil.
- UFLA. (2019a). Arquivo Diários. Recuperado 26 de abril de 2019, de <http://www.ufla.br/dcom/2018/06/19/>
- UFLA. (2019b). Arquivo Diários.
- União Europeia. (2005). Recommendation of the committee of ministers to member states on the governance and management of university heritage.
- Vasconcelos, I. M. (2007). *A Federalização do Ensino Superior no Brasil*. Universidade de Brasília.
- Veiga, J. A. de S. (2012). *A organização do ensino superior agrícola subordinado ao Ministério da Agricultura*. Universidade Metodista de Piracicaba. Recuperado de <https://www.unimep.br/phpg/bibdigi/aluno/visualiza.php?cod=1059>
- Velasco, C. (2015). Regiões Sul e Sudeste concentram quase 70% dos museus do país. Recuperado 26 de fevereiro de 2018, de <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/07/regioes-sul-e-sudeste-concentram-quase-70-dos-museus-do-pais.html>
- VFPMU. (2018). Diretrizes para uma política de museus e coleções universitários. Belo Horizonte, MG.
- Victora, C. G., Knauth, D. R., & Hassen, M. de N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Vieira, K. M., & Dalmoro, M. (2008, setembro). Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados? *XXXII Encontro da ANAD*, 1–16.
- Vilela, M. S. (2007). *A formação histórica dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras, MG: Indi Gráfica.
- Vinci, L. da. (2009). *Fábulas e Alegorias*. (Bruno Berlendis de Carvalho, Org.). São Paulo: Berlendis.
- Voss, C.; Tsiriktsis, N.; Frohlich, M. (2002). Case research in operations management. *International Journal Of Operations & Production Management*, 22(2), 195–219.
- Wociechoski, D. P., & Maehler, A. E. (2015). A extensão universitária da FAEM/UFPel sob a ótica da extensão rural: rumo para qual desenvolvimento? *Em Extensão*, 9–34. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/31269/pdf>

APÊNDICE I

Objeto	Doador	Época	Data de aquisição
Quadro	Bi Moreira	Década de 1930	Década de 1960
Marco de sesmaria	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1960
Cruz	Bi Moreira	Século XVIII	Década de 1960
Prato	Bi Moreira	Década de 1920	1963
Prato	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1970
Lâmpada	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Lâmpada	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Navalha	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Estojo	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Estojo	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Faca	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1960
Bainha	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1960
Faca	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1950
Bainha	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Faca	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1970
Bainha	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1960
Palmatória	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1960
Relógio	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1950
Cornija	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1950
Bola de brilhar	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1940
Paliteiro	Bi Moreira	Década de 1920	1959
Relógio de ponto	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1960
Cinzeiro	Bi Moreira	1968	1968
Bibelot	Bi Moreira	Século XIX	1955
Relógio de bolso	Bi Moreira	Década de 1920	1956
Relógio de bolso	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Bússola	Bi Moreira	Década de 1910	1967
Sineta	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Cadinho	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1960

Pegador de gelo	Bi Moreira	Década de 1940	
Óculos	Bi Moreira	Século XIX	1960
Estojo de óculos	Bi Moreira	Século XIX	1960
Pince-NE	Bi Moreira	1920	Década de 1940
Pince-NE	Bi Moreira	1930	Década de 1940
Castão de bengala	Bi Moreira	Século XIX	1987
Estojo para pesos	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Peso para balança	Bi Moreira	Década de 1920	
Peso para balança	Bi Moreira	Década de 1930	Década de 1960
Peso para balança	Bi Moreira	Década de 1930	Década de 1960
Peso para balança	Bi Moreira	Década de 1930	Década de 1960
Peso para balança	Bi Moreira	Década de 1930	Seção de pesos e medidas
Peso para balança	Bi Moreira	Década de 1930	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1930	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1937	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1854	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1870/1871	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1932	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1938	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1901	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1937	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1937	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1940	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1940	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1942	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira		Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	1938	
Moeda	Bi Moreira	1938	
Moeda	Bi Moreira	1932	
Medalhão	Bi Moreira	1934	1960
Copo	Bi Moreira	Década de 1950	Década de 1960
Muamba	Bi Moreira	Década de 1910	Década de 1960
Urinol	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1950
Sopeira	Bi Moreira	Século XIX	1953
Tampa da sopeira	Bi Moreira	Século XIX	1953
Escarradeira	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1950
Escarradeira	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1960
Escarradeira	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1960

Bandeja	Bi Moreira	Século XIX	1953
Verre d'eau	Bi Moreira	Década de 1920	1960
Verre d'eau	Bi Moreira	Década de 1920	1960
Verre d'eau (prato)	Bi Moreira	Década de 1920	Década de 1960
Moeda	Bi Moreira	Década de 1910	Década de 1960
Medalha	Bi Moreira	1922	Década de 1960
Distintivo	Bi Moreira	Década de 1950	Década de 1960
Distintivo	Bi Moreira	Década de 1960	Década de 1960
Medalha	Bi Moreira	1971	
Medalha	Bi Moreira	1971	1973
Estojo	Bi Moreira	1971	1973
Espada	Bi Moreira	Império	Década de 1950
Bainha	Bi Moreira	Império	Década de 1950
Estatueta	Bi Moreira	Década de 1960	Década e 1970
Busto	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1950
Estatueta	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1940
Medalhão	Bi Moreira	Década de 1930	Década de 1960
Quadro	Bi Moreira	Década de 1940	Década de 1960
Termômetro	Bi Moreira	Década de 1960	1963
Taça - Cidade de Lavras	Bi Moreira	1949	Década de 1950
Capacete	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1950
Cofre	Bi Moreira	Século XIX	Década de 1950
Comenda do Cruzeiro do Sul	Bi Moreira	Década de 40	Década de 80
Pratinho	Bi Moreira	Década de 70	Década de 70
Caneta	Bi Moreira	1942	Década de 60
Porta- retrato	Bi Moreira	Década de 40	Década de 60

APÊNDICE I

Objeto	Doador	Época	Data de aquisição
"Painel"	Prefeitura Municipal de Lavras	1922	Década de 1960
Quadro	Câmara Municipal de Lavras	Século XIX	Década de 1960
Quadro	Câmara Municipal de Lavras	Década de 1910	Década de 1960
Estante	Câmara Municipal de Lavras	Década de 1980	Década de 1960
Poste de sustentação	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	Década de 1960
Ventilador	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	Década de 1960
Placa	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	1962
Máscara	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	1962
Máscara	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	1962
Placa	Prefeitura Municipal de Lavras	1918	1962
Cadeira	Câmara Municipal de Lavras	Século XIX	Década de 1970
Mesa	Câmara Municipal de Lavras	Século XIX	Década de 1970
Balança	Prefeitura Municipal de Lavras	Século XIX	Década de 1960
Luminária	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	1962
Placa	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	1962
Placa	Prefeitura Municipal de Lavras	1917	1962
Lustre	Câmara Municipal de Lavras	Década de 1920	1968
Tinteiro	Câmara Municipal de Lavras	Final do século XIX	Década de 1960

APÊNDICE II

Objeto	Doador	Época	Data de aquisição
Medida	Instituto Gammon	Década de 1920	Década de 1960
Medida	Instituto Gammon	Década de 1920	Década de 1960
Jarra de água	Instituto Gammon	Década de 1940	Década de 1970
Prato	Instituto Gammon	Século XIX	Década de 1970
Porta-flores	Instituto Gammon	Década de 1950	1968
Porta-flores	Instituto Gammon	Década de 1920	1968
Quadro de formatura	ESAL	1945	Década de 1960
Quadro de formatura	ESAL	1949	Década de 1950
Quadro de formatura	ESAL	1934	1950
Quadro de formatura	ESAL	1932	1983
Quadro de formatura	ESAL	1952	1986
Quadro de formatura	ESAL	1957	1986
Quadro de formatura	ESAL	1951	1989
Quadro de formatura	ESAL	1947	1989
Quadro de formatura	ESAL	1940	1989
Quadro de formatura	ESAL	1939	Década de 1950
Quadro de formatura	ESAL	1955	1962
Quadro de formatura	ESAL	1950	1962
Quadro de formatura	ESAL	1934	1967
Quadro de formatura	ESAL	1958	Década de 1950
Quadro de formatura	ESAL	1948	1982
Quadro de formatura	ESAL	1941	Década de 1940

Quadro de formatura	ESAL	1971	1959
Quadro de formatura	ESAL	1972	1988
Quadro de formatura	ESAL	1963	Década de 1930
Quadro de Formatura	ESAL	1965	1988
Quadro de Formatura	ESAL	1966	1988
Quadro	ESAL	1964	1988
Quadro	ESAL	1962	1983
Quadro	ESAL	1964	1989
Quadro	ESAL	1968	1957
Quadro	ESAL	1974	1968
Quadro de Formatura	ESAL	1938	Década de 1960
Quadro de Formatura	ESAL	1943	1984
Quadro de Formatura	ESAL	1942	1983
Quadro de Formatura	ESAL	1950	1968
Quadro de Formatura	ESAL	1945	1974
Quadro	ESAL	1929	1973
Quadro	ESAL	1919	1955
Quadro	ESAL	1922	1968
Quadro	ESAL	1937	1988
Quadro de Formatura	ESAL	1923	1956
Quadro de Formatura	ESAL	1926	Década de 1960
Quadro de Formatura	ESAL	1946	1967
Quadro de Formatura	ESAL	1946	1967
Quadro	ESAL	1944	Década de 1960
Quadro	ESAL	1933	Década de 1960
Quadro	ESAL	1989	Sala de Lavras
Escudo	ESAL	Década de 40	1958
Quadro	ESAL	1934	
Placa	ESAL	Década de 30	
Sineta	ESAL	Década de 40	1990
Sineta	ESAL	1930	1990
Estátua	ESAL	Década de 40	1990
Caneco	ESAL	1983	1990
Condecoração	ESAL	1934	Década de 1950

Prato	ESAL	1978	1980
Prato	ESAL	1978	1960
Porta-Papel	ESAL/FAEPE	Década de 60	1960
Porta Caneta	ESAL/FAEPE	Década de 60	1967
Escudo	ESAL	1987	1967
EscudoEsal	ESAL	1988	1980
Medalha	ESAL	1980	1980
Cinzeiro	ESAL/FAEPE	1980	1984
Flâmula	ESAL	Déc 60	Década de 1980
Lembrança da Esal	ESAL	1987	1963
Chaveiro	ESAL	Déc 4	Década de 1940
Calendário	ESAL/FAEPE	1989	Década de 1940
Estátua	ESAL	Déc 20	1953
Taça	ESAL	Déc 10	1962
Tampa	Esal	Déc 10	1987
Taça	ESAL	1918	Década de 1960
Tampa	ESAL	1918	
Travessa	ESAL	Década de 20	Década de 1960
Distintivo da ESAL	ESAL	Década de 50	Década de 1960
Distintivo	ESAL	Década de 40	Década de 1960
Álbum	ESAL		Seção de pesos e medidas
Álbum	ESAL	1980	Década de 1960
Ábum	ESAL	1981	Década de 1960
Ábum	ESAL	1983	Década de 1960
Ábum	ESAL	1977	Década de 1960
Álbum	ESAL	1981	Década de 1960
Álbum	ESAL	1976	Década de 1960
Álbum	ESAL		Década de 1960
Álbum	ESAL	1983	Década de 1960
Álbum	ESAL	1951	Década de 1960
Álbum	ESAL	1959	Década de 1960
Álbum	ESAL	1956	Década de 1960
Álbum	ESAL	1979	Década de 1960
Álbum	ESAL	1982	Década de 1960
Álbum	ESAL	1979	Década de 1960
Placa	ESAL	1938	
Placa	ESAL	1939	
Placa	ESAL	1939	
Placa	ESAL	1937	
Placa	ESAL	1939	1987
Placa	ESAL	1938	1960
Placa	ESAL	1939	Década de 1960
Placa	ESAL	1939	Década de 1960
Placa	ESAL	1938	Década de 1960

Placa	ESAL	1938	Década de 1960
Placa	ESAL	1939	Década de 1960
Placa	ESAL	1939	Década de 1960
Placa	ESAL	1937	Década de 1960
Placa	ESAL	1939	1989
Placa	ESAL	1938	1988
Placa	ESAL	1938	1988
Placa	ESAL	1937	1988
Placa	ESAL	1989	1988
Placa	ESAL	1989	Década de 1980
Taça	ESAL	1958	1989
Taça	ESAL	1966	Década de 1960
Taça	ESAL	1966	1988
Taça	ESAL	1966	1988
Troféu	ESAL	1964	1988
Taça	ESAL	198	1988
Taça	ESAL	1950	1988
Tampa	ESAL	1950	1988
Taça	ESAL		1987
Taça	ESAL	1965	Década de 1960
Troféu	ESAL	1959	1975
Taça	ESAL	Década de 40	1975
Taça	ESAL	1958	Década de 1970
Taça	ESAL	1955	1983
Troféu	ESAL	1963	1983
Troféu	ESAL	1967	Década de 1950
Troféu	ESAL	1971	1975
Troféu	ESAL	Setembro de 1967	1975
Troféu	ESAL	1964	1987
Troféu	ESAL	1971	1986
Troféu	ESAL	1963	1986
Troféu	ESAL	1977	1953
Troféu	ESAL	1952	1953
Troféu	ESAL		1975
Troféu	ESAL	1956	1983
Troféu	ESAL	1971	1988
Troféu	ESAL	1958	1988
Troféu	ESAL	1968	1985
Troféu	ESAL	1958	1975
Troféu	ESAL	1958	Década de 1950
Taça	ESAL	1956	Década de 1950
Tampa	ESAL	1956	Década de 1950
Taça	ESAL	1958	Década de 1960
Tampa	ESAL	1958	Década de 1960

Carimbo	Instituto Gammon	Década de 30	1987
Carimbo	Instituto Gammon	Década de 30	1988

APÊNDICE III

Questionário completo utilizado na coleta de dados da pesquisa de opinião sobre a função e a importância dos Museus da UFLA.

Questionário (Pesquisa Acadêmica)

O objetivo dessa pesquisa de cunho acadêmico é obter informações sobre a opinião da comunidade interna da Universidade Federal de Lavras (UFLA) em relação à função e importância dos Museus Bi Moreira e de História Natural da UFLA. Sua participação é muito importante para o desenvolvimento deste estudo. O questionário deve ser respondido com franqueza. Sua identidade será mantida em sigilo.

1. O que é um museu para você? [Marque até três opções que considera mais importante]

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Espaço de coisas antigas | <input type="checkbox"/> Espaço de divulgação científica |
| <input type="checkbox"/> Espaço de cultura e arte | <input type="checkbox"/> Espaço de pesquisa, educação e extensão |
| <input type="checkbox"/> Espaço de educação, comunicação e interação | <input type="checkbox"/> Espaço de história e memória |
| <input type="checkbox"/> Espaço sem importância e de pouca utilidade | <input type="checkbox"/> Espaço de turismo e de valor econômico |
| <input type="checkbox"/> Espaço Sagrado/Superior | <input type="checkbox"/> Espaço intimidador |

2. Você já visitou algum museu fora da cidade de Lavras? [Marque somente uma das duas opções listadas]

- Sim Não
- Se “**Sim**”, informe um museu e onde era localizado (cidade, Estado)? _____
- Se “**Não**”, informe um museu que gostaria de visitar: _____

3. Já visitou os museus da UFLA? [Se “Sim” o respondente poderá assinalar as duas opções]

- Sim [Qual? **Museu Bi Moreira** () **Museu de História Natural** ()]
- Não

4. Como soube da existência dos museus na UFLA?

[Marque até três das seis opções. Se você marcar a opção “outros”, é necessário preencher o campo com a descrição]

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> na escola | <input type="checkbox"/> pela família |
| <input type="checkbox"/> na universidade | <input type="checkbox"/> por amigos |

- por meio da imprensa/ internet
- Não sabia da existência
- outros: _____

5. Quantas vezes você visitou os museus da UFLA? [Marque somente **uma** das duas opções listadas]

Museu Bi Moreira:

- Apenas 1 vez
- De 1 a 5 vezes
- Mais de 5 vezes
- Nunca visitei

Museu de História Natural:

- Apenas 1 vez
- De 1 a 5 vezes
- Mais de 5 vezes
- Nunca visitei

6. O que te levou a visitar os museus?

Museu Bi Moreira [Marque até **duas opções**. Se você marcar a opção “outros” é necessário preencher o campo com a descrição]:

- Atividade acadêmica
- Curiosidade
- Passeio/ Lazer
- Exposição/ evento/ atividade
- Nunca visitei
- Outro: _____

Museu de História Natural [Marque até **duas opções**. Se você marcar a opção “outros” é necessário preencher o campo com a descrição]:

- Atividade acadêmica
- Curiosidade
- Passeio/ Lazer
- Exposição/ evento/ atividade
- Nunca visitei
- Outro: _____

7. Qual o motivo de não ter visitado os museus da UFLA? [Marque **apenas uma** opção. Se você marcar a opção “outros”, é necessário preencher o campo com a descrição. Caso **tenha** visitado um dos museus **não** é necessário preencher essa questão.]

- Falta de tempo
- Horário de funcionamento dos museus
- Não tive interesse
- Falta de oportunidade
- Por achar que era pago
- Outros _____

8. **Em sua opinião, quais são as funções dos museus da UFLA?** [Marque três opções que considera mais importante. Se você marcar a opção “outra” é necessário preencher o campo com a descrição]

- Preservação da memória institucional e local
- Divulgação científica
- Contribuição com o ensino, pesquisa e extensão
- Lazer, entretenimento e cultura
- Representação da Comunidade universitária
- Espaços de conhecimento, desenvolvimento social, cidadania, debates e interação
- Pouca ou nenhuma função para a Universidade
- Outra: _____

9. **Você acredita que os museus da UFLA exercem as seguintes funções:** [Marque somente uma opção de cada subitem]

Preservação da memória institucional e local:

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

Divulgação científica: Sim Não Parcialmente Não sei opinar

Contribuição com o ensino, pesquisa e extensão:

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

Lazer, entretenimento e cultura:

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

Representação da Comunidade universitária:

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

Espaços de conhecimento, desenvolvimento social, cidadania, debates e interação:

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

Pouca ou nenhuma função para a Universidade:

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

10. **Você considera que esses museus universitários podem fomentar atividades de pesquisa, ensino e extensão?** [Marque somente uma opção]

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

11. **Existe o reconhecimento e valorização dos museus da UFLA como locais importantes para o ensino, pesquisa e extensão?** [Marque somente uma opção]

- Sim Não Parcialmente Não sei opinar

12. **O que falta e/ ou poderia mudar nos museus da UFLA?** [Resposta opcional]

13. Você recomendaria os museus da UFLA para outras pessoas? Motivo? [Resposta opcional]

DADOS DO (A) ENTREVISTADO (A):

14. Gênero: () Feminino () Masculino () Não quero informar

15. Indique a Faixa Etária em que você se enquadra:

() 16 a 20 anos () 21 a 40 anos () 41 a 60 anos () mais de 61 anos

16. Tipo de vínculo com a UFLA:

() Discente () Servidor (Docentes e Técnicos Administrativos) () Terceirizado

17. Nível de escolaridade:

- () Não teve acesso a Escolaridade
- () Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto
- () Ensino Fundamental (1º grau) completo
- () Ensino Médio (2º grau) incompleto
- () Ensino Médio (2º grau) completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo
- () Mestrado
- () Doutorado

Data da entrevista: ____/_____/2019.

ANEXO I

Levantamento das universidades federais no Brasil, 2020.

INEP Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Número de Instituições de Educação Superior
Por Abrangência Geográfica

 **Filtros Aplicados**

Ano Censo é igual a **2017**
 e Nome Região é igual a **CENTRO-OESTE ; NORDESTE ; NORTE ; SUDESTE ; SUL**
 e Categoria Administrativa é igual a **PÚBLICA**
 e Sub Categoria Administrativa é igual a **FEDERAL**
 e Nome Organização Acadêmica é igual a **UNIVERSIDADES ; CENTROS UNIVERSITÁRIOS ; FACULDADES**

Os valores apresentados nas totalizações abaixo refletem os filtros escolhidos

Ano Censo	Região	UF	Número de Instituições de Educação Superior	
2017	CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL	1	
		GOIÁS	1	
		MATO GROSSO	1	
		MATO GROSSO DO SUL	2	
	Total			5
	NORDESTE	ALAGOAS	1	
		BAHIA	4	
		CEARÁ	3	
		MARANHÃO	1	
		PARAÍBA	2	
		PERNAMBUCO	3	
		PIAUI	1	
		RIO GRANDE DO NORTE	2	
	SERGIPE	1		
	Total			18
	NORTE	ACRE	1	
		AMAPÁ	1	
		AMAZONAS	1	
		PARÁ	4	
		RONDÔNIA	1	
		RORAIMA	1	
	TOCANTINS	1		
	Total			10
	SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	1	
		MINAS GERAIS	11	
RIO DE JANEIRO		9		
SÃO PAULO		4		
Total			25	
SUL	PARANÁ	3		
	RIO GRANDE DO SUL	6		
	SANTA CATARINA	2		
Total			11	
Total			69	

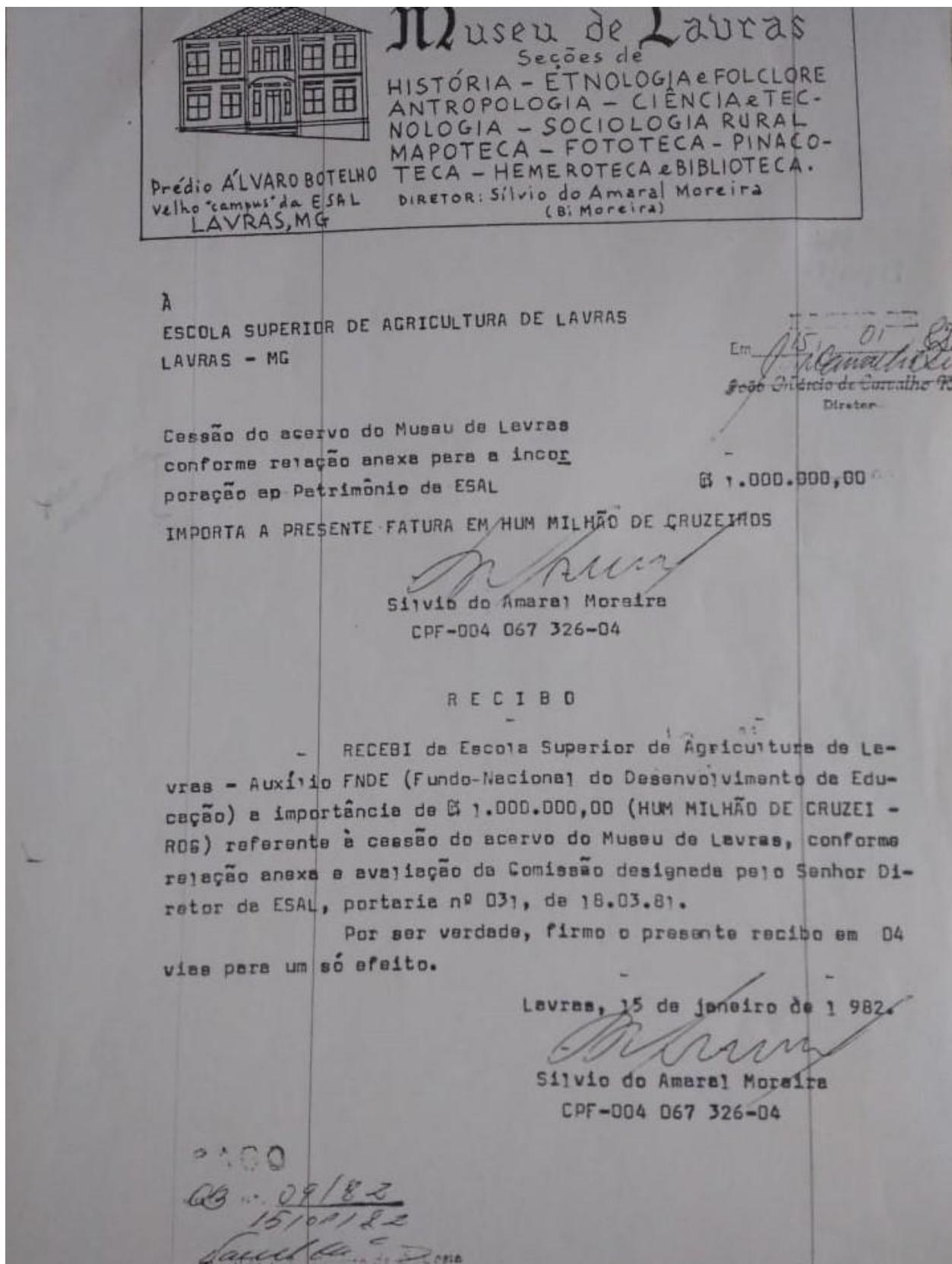
Fonte

1) MEC/Inep/Deed.

Notas

1) A abrangência geográfica reporta-se ao endereço da reitoria ou sede administrativa da IES;
 2) Instituições de Educação Superior em Atividade.

ANEXO II



ANEXO III



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
REITORIA**

PORTARIA Nº 907, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em atendimento a Resolução Normativa Nº1, de 14 de Dezembro de 2016, do Instituto Brasileiro de Museus,

RESOLVE:

Reconhecer a criação dos museus universitários da UFLA: Museu Bi Moreira, inaugurado em 09 de setembro de 1983 e Museu de História Natural inaugurado em 08 de maio de 2001.

ÉDILA VILELA DE RESENDE VON PINHO
Reitora em exercício